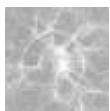


RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E AUTOAVALIAÇÃO

2015



FICHA TÉCNICA

Título	Relatório de Atividades e Autoavaliação 2015
Autor	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais Ministério da Justiça
Conceção técnica	Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas Divisão de Planeamento e Organização
	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa Tel. 218812200 Fax. 218853896



Nota introdutória	6
I BREVE CARACTERIZAÇÃO DA DGRSP	8
1 Finalidades e áreas de intervenção	10
2 Estrutura orgânica	15
II ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015	27
1 Intervenção no âmbito da justiça penal	32
1.1 Assessoria na tomada de decisão na fase pré-sentencial no âmbito da justiça penal	32
1.1.1 Instrumento de avaliação e gestão do risco: LS-CMI	34
1.2 Execução de penas e medidas privativas da liberdade	39
1.2.1 Programação do tratamento prisional	44
1.2.2 Programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas	47
1.2.3 Qualificação escolar e profissional de reclusos	62
1.2.4 Condições para integração laboral de reclusos	66
1.2.5 Atividades socioculturais e desportivas	71
1.2.6 Reclusos envolvidos em projetos de voluntariado	75
1.2.7 Propostas de colocação de reclusos em RAE	79
1.2.8 Projeto experimental 'Modelo de Equipa Técnica Única de Tratamento Prisional e Reinserção Social'	80
1.2.9 Destaque de projetos e ações estruturadas no âmbito da execução de penas e medidas privativas de liberdade	82
Atividades expressivas e artísticas	
Formação à distância: E-learning	
Desporto	
Modernização da gestão e qualificação de instalações	
Preparação para a liberdade	
Promoção do sentido de cidadania	
Leitura e línguas	
Saúde e prevenção da doença	
Serviço à comunidade	
1.3 Execução de penas e medidas na comunidade	127
1.3.1 Recurso ao LS-CMI no planeamento de execução de medidas	134
1.3.2 Programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas	136
1.3.3 Destaque de projetos e ações estruturadas no âmbito de penas e medidas de execução na comunidade: ligação com a comunidade	142
1.4 Execução de penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrónica	147
1.4.1 Promoção da vigilância eletrónica enquanto alternativa à prisão	150
2 Intervenção no âmbito da justiça juvenil	151
2.1 Assessoria à tomada de decisão em fase de pré-decisão judicial	151
2.2 Execução de medidas tutelares educativas	153
2.2.1 Conformidade da execução da medida de internamento com orientações técnicas em vigor	161
2.2.2 Integração de jovens em atividades socioeducativas ou formativas pós termo da medida de acompanhamento educativo e de internamento	163
2.2.3 Modelo de gestão de caso	167
2.2.4 Projeto Reincidências	169
2.3 Grau de implementação do PNRR – Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção Justiça Juvenil	172

2.4	Destaque de projetos específicos no âmbito da justiça juvenil: intervenção e ligação com a comunidade	174
	Aquisição de competências pessoais e sociais	
	Educação para a cidadania	
	Educação para a gestão financeira	
	Educação para a saúde/ sexualidade	
	Formação escolar e profissional	
	Identidade e espaço envolvente	
	Intervenção com as famílias	
	Mentoria e aconselhamento	
	Novas tecnologias e construção de projeto	
	Prática desportiva	
	Prevenção e controlo do comportamento violento	
	Promoção da leitura e da escrita	
	Valorização da integração social	
	Projetos comunitários de proteção de crianças	
3	Prestação de cuidados de saúde: estabelecimentos prisionais e centros educativos	214
4	Área instrumental – Projetos em destaque	218
4.1	Regulamentação de procedimentos – Estabelecimentos prisionais	218
4.2	Sistema de gestão da qualidade: Manual de Processos Chave	220
5	Formação interna	222
6	Ação de cooperação institucional nacional e internacional	225
	III AUTOAVALIAÇÃO 2015	226
1	Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR. Resultados alcançados	228
1.1	Resultados do QUAR 2015	228
1.2	Análise dos resultados e desvios	232
1.3	Avaliação qualitativa do desempenho 2014	236
2	Avaliação global da realização do Plano de Atividades 2015	237
2.1	Nível de realização dos objetivos planeados	237
3	Audição dos dirigentes intermédios	244
3.1	Avaliação da satisfação com o desempenho	244
3.1.1	Fatores salientes facilitadores do desempenho	253
3.2	Justificação para resultados não obtidos	263
3.3	Propostas de melhoria	270
	IV RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS 2015	277
1	Recursos humanos	279
2	Recursos financeiros	280
	Anexos	281
1	Organograma da DGRSP	283
2	Alinhamento de objetivos QUAR e Plano de Atividades	284
3	Mapas de avaliação de resultados por unidade orgânica - Plano de Atividades 2015	293
4	Fatores percebidos como associados com o nível de desempenho por unidade orgânica	436
5	Justificação dos dirigentes intermédios para resultados não obtidos por objetivo e indicador	444
6	Audição aos dirigentes intermédios - Propostas de melhoria	456
7	Lista de siglas usadas	462

Quadros de avaliação de resultados por unidade orgânica- Plano de Atividades 2015
Índice do Anexo 3

● Área operativa	
Direção de Serviços de Segurança	293
Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança	293
Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade	294
Divisão de Organização e Gestão da População Prisional	294
Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes	295
Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica	296
Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade	298
Divisão de Controlo e Supervisão Técnica	299
Direção de Serviços de Justiça Juvenil	300
Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde	303
Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional	304
Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas	307
Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos	309
Serviços desconcentrados	
● Estabelecimentos Prisionais de	
Alcoentre	312
Angra (inclui Cadeia de Apoio da Horta)	314
Aveiro	316
Beja	318
Braga	320
Bragança	322
Caldas da Rainha	324
Carregueira	326
Castelo Branco	328
Caxias	330
Chaves	332
Coimbra	334
Covilhã	336
Elvas	338
Évora	340
Faro	342
Funchal	344
Guarda	346
Guimarães	348
Izeda	350
Lamego	352
Leiria	354
Leiria - Jovens	356
Linhó	358
Lisboa	360
Monsanto	362
Montijo	363
Odemira	365
Olhão	367
Paços de Ferreira	369

Pinheiro da Cruz	371
PJ de Lisboa	373
PJ do Porto	375
Ponta Delgada	377
Porto	379
Santa Cruz do Bispo - Feminino	381
Santa Cruz do Bispo - Masculino	383
Setúbal	385
Silves	387
Sintra	389
Tires	391
Torres Novas	393
Vale de Judeus	395
Vale do Sousa	397
Viana do Castelo	399
Vila Real	401
Viseu	403
Hospital Prisional S. João de Deus	405
● Delegações Regionais de Reinserção	
Delegação Regional de Reinserção do Norte	406
Delegação Regional de Reinserção do Centro	408
Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas	410
● Centros Educativos	
Centro Educativo da Bela Vista	412
Centro Educativo do Mondego	413
Centro Educativo dos Olivais	414
Centro Educativo Navarro de Paiva	415
Centro Educativo Padre António Oliveira	416
Centro Educativo de Santo António	417
● Área instrumental	
Serviço de Auditoria e Inspeção – Norte, Centro e Sul	418
Direção de Serviços de Recursos Humanos	420
Divisão de Gestão de Recursos Humanos	421
Divisão de Formação	423
Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos	424
Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais	426
Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental	426
Divisão de Compras Públicas	427
Divisão de Património	428
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas	429
Divisão de Planeamento e Organização	430
Divisão de Documentação e Arquivo Histórico	431
Divisão de Infraestruturas e Equipamentos	433
Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação	435



O Relatório de Atividades e Autoavaliação de 2015 procura refletir a principal atividade desenvolvida pela DGRSP no ano em avaliação, nas suas diferentes áreas de intervenção: no âmbito da justiça penal, a execução de penas e medidas privativas de liberdade e na comunidade, aqui se incluindo o recurso a meios de vigilância eletrónica, na justiça juvenil, a execução de medidas tutelares educativas, nomeadamente o internamento, e, de forma transversal às duas jurisdições, o apoio técnico à tomada de decisão na fase prévia à tomada de decisão judicial.

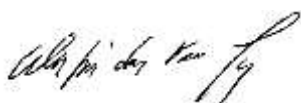
Serviço público com atribuições diversas, a DGRSP apresenta uma estrutura orgânica extensa e complexa, desempenhando as diversas unidades orgânicas que a constituem uma multiplicidade de atividades, que procuram, simultaneamente, cumprir obrigações legais de controlo e supervisão da execução de penas e medidas e promover a prevenção da recidiva no crime dos jovens e adultos autores de crime e assegurar a assessoria aos tribunais na fase prévia à tomada de decisão com base na avaliação do risco de reincidência.

A par de atividades de prestação de cuidados de alojamento, alimentação e saúde, que implicam um trabalho complexo de gestão e de organização do quotidiano, de manutenção da disciplina da segurança nos estabelecimentos prisionais e também nos centros educativos, o enquadramento legal da execução de penas e medidas preconiza uma intervenção orientada para a redução do risco de reincidência, focada nos fatores, individuais e sociais, associados ao desenvolvimento de percursos delinquentes.

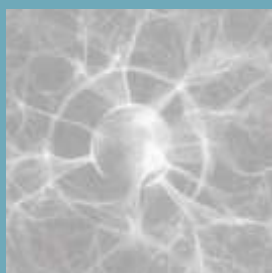
Num quadro de restrição de meios económicos e de recursos humanos deficitário, e ainda de sobrelotação prisional, vivido pela DGRSP, associado a constrangimentos consequentes da crise socioeconómica que a sociedade portuguesa se confronta e que dificultam a reinserção social dos agentes de crime, o presente relatório de atividades e auto avaliação, reflete o investimento da DGRSP e seus colaboradores, no âmbito da justiça penal, na efetiva implementação de um modelo ressocializador e, na esfera da justiça juvenil, da orientação da intervenção tutelar educativa para fins educativos.

Numa área da justiça, a da execução de penas e medidas, na qual o indicador da eficácia e qualidade da intervenção será a redução dos níveis de reincidência, o desafio da DGRSP coloca-se, a par do desejável aumento de meios económicos e de recursos humanos, no reforço de uma perspetiva humanista junto dos autores de crime, olhando a pessoa na sua individualidade, planeando a intervenção tendo em conta as suas características, historial criminal e necessidades concretas de reinserção social e recorrendo a metodologias de apoio psicossocial e motivação para a mudança dos agentes de crime, com vista à promoção de condutas ajustadas à convivência pacífica em sociedade.

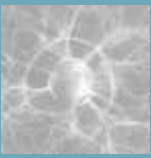
O Diretor-Geral de Reinserção
e Serviços Prisionais



Celso Manata



| BREVE CARATERIZAÇÃO DGRSP



1 Finalidades e áreas de intervenção

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais¹ é um organismo do Ministério da Justiça, conforme contemplado no Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, encontrando-se a sua estrutura orgânica regulada no Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro de 2012.

Tem por missão²:

Missão

“o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social”.

Consideram-se valores básicos da organização, agregando uma perspetiva humanista e ressocializadora na execução de penas medidas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, no âmbito da justiça penal e à dimensão educativa na área da justiça juvenil:

Valores

- Crença na capacidade de mudança do ser humano
- Defesa e promoção dos direitos humanos
- Defesa da segurança da sociedade
- Valorização da reinserção social
- Prevenção da reincidência criminal
- Serviço à comunidade

¹ A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais resultou da fusão da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social (cf. Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro).

² Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro.

Constituem principais atribuições da DGRSP³:

- 10 Prestar assessoria técnica aos tribunais, em processos penais e tutelares educativos, no âmbito do apoio à tomada de decisão.
- 20 Executar penas e medidas privativas da liberdade, orientando a intervenção para a reinserção do agente de crime na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.
- 30 Executar penas e medidas na comunidade aplicadas a adultos, promovendo a reparação à sociedade e às vítimas bem como a reinserção social dos agentes de crime e a prevenção da reincidência.
- 40 Executar medidas tutelares educativas, na comunidade ou de internamento, aplicadas a jovens ofensores, promovendo a sua educação para o direito e inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.
- 50 Gerir o sistema nacional prisional:
 - garantindo a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade e, simultaneamente, a organização da segurança e a manutenção da ordem e disciplina nos estabelecimentos prisionais, a gestão da população prisional e o controlo dos reclusos custodiados no exterior;
 - assegurando o respeito pelos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, nomeadamente condições adequadas de alimentação, cuidados de saúde física e mental, atividades educativas/formativas, laborais, socioculturais e desportivas e a inclusão em programas e atividades estruturadas orientados para a reabilitação criminal.
- 60 Gerir o sistema nacional de vigilância eletrónica, promovendo a aproximação do indivíduo ao meio, com racionalização de custos para o sistema de justiça.
- 70 Gerir a rede nacional de centros educativos, contribuindo para a segurança pública e respeito pelos direitos humanos dos jovens a cumprir medida de internamento, promovendo a interiorização das normas jurídicas vigentes e condições de desenvolvimento, nomeadamente no plano educativo-formativo, favoráveis à sua integração pacífica na sociedade.

³ Tem-se por referência o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da DGRSP e instrumentos jurídicos relativos a processos penais e tutelares educativos.

Apresentam-se, de forma sintética, os seis macro processos-chave⁴ que constituem a atividade da DGRSP no âmbito da execução de penas e medidas na jurisdição penal e na área tutelar educativa.

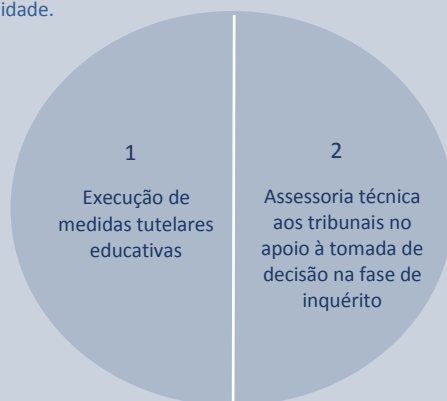


⁴ Entende-se por processo uma sequência de atividades interligadas com uma entrada e uma saída claramente identificável e com resultados quantificáveis, representando valor acrescentado para a organização.

Processos-chave • Justiça juvenil

Corresponde à intervenção técnica materializada na avaliação do risco e necessidades de educação para o direito e articulação com a comunidade para promoção da integração social dos jovens, no quadro das finalidades da intervenção tutelar educativa: educação dos jovens para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

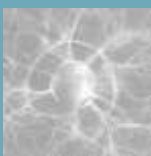
Corresponde ao apoio técnico de suporte à decisão judicial com vista a auxiliar as autoridades judiciais na avaliação da necessidade de intervenção sobre os jovens acusados de factos qualificados pela lei como crime - com 12 anos e menores de 16 anos à data das práticas atribuídas - e na determinação da medida adequada.



Constituem medidas tutelares educativas: admoestação, privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores, reparação ao ofendido, realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, imposição de regras de conduta, imposição de obrigações, frequência de programas formativos, acompanhamento educativo, internamento em centro educativo.

A Lei permite também o recurso à suspensão do processo, com ou sem mediação.

Concretiza-se na elaboração de: relatórios sociais, informações, avaliações psicológicas e perícias sobre a personalidade.



2 Estrutura orgânica

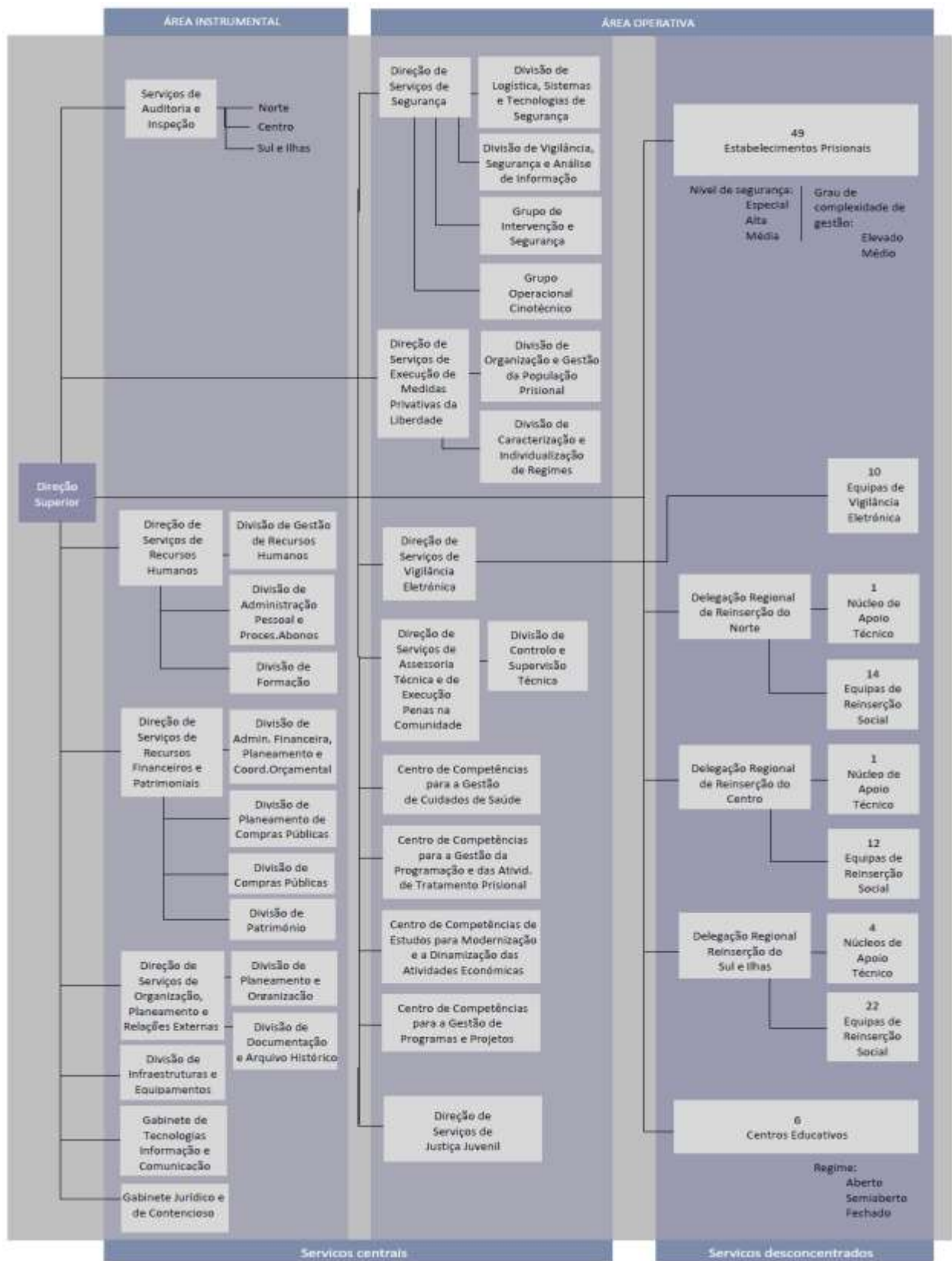
Justiça penal e justiça juvenil são as duas jurisdições em que a DGRSP desenvolve a sua principal atividade, distinguindo-se quatro grandes áreas de intervenção:

- Execução de penas e medidas privativas de liberdade.
- Execução de penas e medidas na comunidade, integrando a vigilância eletrónica.
- Execução de medidas tutelares educativas, de execução na comunidade ou internamento.
- Assessoria técnica aos tribunais na fase prévia à tomada de decisão judicial, pré-sentencial no caso dos adultos e de inquérito no caso dos jovens com processos tutelares educativos.

A estrutura orgânica da DGRSP, que se encontra estabelecida no Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, complementado pela Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, a qual define a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas, desenvolve-se em função das suas grandes áreas de intervenção (ver organograma, anexo 1). A DGRSP dispõe de unidades orgânicas cujas atribuições se centram na execução de penas e medidas, no âmbito penal e tutelar educativos, residentes nos serviços centrais e nos serviços desconcentrados, estes constituídos por estabelecimentos prisionais, delegações regionais de reinserção, que integram as equipas de reinserção social, equipas de vigilância eletrónica e centros educativos. Dispõe ainda de um conjunto de unidades instrumentais, que suportam o desenvolvimento da atividade operativa. No esquema seguinte, sintetiza-se a estrutura orgânica da DGRSP, situando-se as unidades orgânicas, nucleares⁵ e lexíveis, centrais e desconcentradas, segundo a natureza das suas atribuições: área operativa e área instrumental⁶.

⁵ Cf Portaria n.º 118/2013, de 25 de março, art.1º, constituem unidades orgânicas nucleares dos serviços centrais: Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade (DSEMPPL); Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade (DSATEPC); Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica (DSVE); Direção de Serviços de Justiça Juvenil (DSJJ); Direção de Serviços de Segurança (DSS); Direção de Serviços de Recursos Humanos (DSRH); Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais (DSRFP); Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas (DSOPRE). Integram, ainda, a estrutura nuclear as seguintes unidades orgânicas desconcentradas: Delegações Regionais de Reinserção (do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas); estabelecimentos prisionais de nível de segurança especial, média ou alta e grau de complexidade de gestão elevado ou médio.

⁶ Consideram-se como integradas na área operativa as unidades orgânicas cuja atividade se relaciona com a execução de penas e medidas, privativas da liberdade ou de execução na comunidade, de forma direta (estabelecimentos prisionais, equipas de reinserção social e de vigilância eletrónica, centros educativos) ou indireta (apoio técnico-instrumental à atividade operativa, funções de coordenação, conceção, monitorização e avaliação). Integraram-se na área instrumental as unidades orgânicas cuja atividade suporta a atividade operativa.



Procede-se a uma apresentação mais detalhada da rede de unidades desconcentradas da DGRSP vocacionadas para a execução de penas e medidas, constituindo os 49 Estabelecimentos Prisionais, as 48 Equipas de Reinserção Social e os 6 Centros Educativos, assim como as 10 Equipas de Vigilância Eletrónica, as unidades base da intervenção ou atividade operativa da DGRSP.

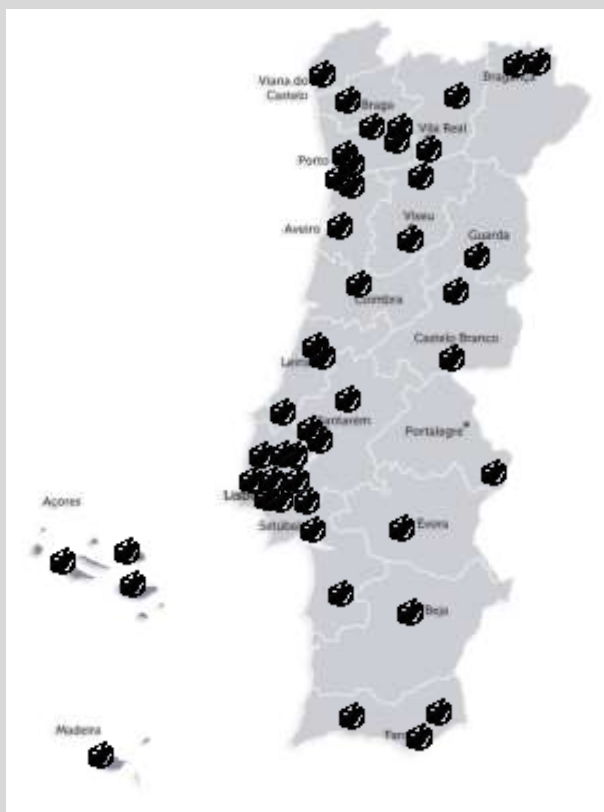
Estabelecimentos Prisionais

Garantem a execução das penas e medidas privativas da liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e paz social e a criação de condições de reinserção social dos reclusos dos 49 Estabelecimentos Prisionais.

Encontram-se classificados (Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro) em função do nível de segurança (especial, alta e média) e do grau de complexidade de gestão (grau elevado e médio).

O grau de complexidade da gestão é aferido em função da classificação de segurança, da lotação e ocupação, das características da população prisional, da diversidade de regimes, dos programas aplicados e da dimensão dos meios a gerir.

O **Corpo da Guarda Prisional**, cujo estatuto se encontra regulamentado no Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro, é constituído pelos trabalhadores da DGRSP com funções de segurança pública em meio institucional e tem por missão garantir a segurança e tranquilidade da comunidade prisional, mantendo a ordem e a segurança do sistema prisional, protegendo a vida e a integridade dos cidadãos em cumprimento de penas e medidas privativas da liberdade e assegurando o respeito pelo cumprimento da lei e das decisões judiciais, bem como pelos direitos e liberdades fundamentais desses cidadãos.



Nível de segurança

Especial

- Estabelecimento Prisional de Monsanto

Alta

- Estabelecimento Prisional de Alcoentre
- Estabelecimento Prisional da Carregueira
- Estabelecimento Prisional de Caxias
- Estabelecimento Prisional de Coimbra
- Estabelecimento Prisional do Funchal
- Estabelecimento Prisional de Izeda
- Estabelecimento Prisional de Leiria - Jovens
- Estabelecimento Prisional do Linhó
- Estabelecimento Prisional de Lisboa
- Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira
- Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz
- Estabelecimento Prisional do Porto
- Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino
- Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Masculino
- Estabelecimento Prisional de Setúbal
- Estabelecimento Prisional de Sintra
- Estabelecimento Prisional de Tires
- Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus
- Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Grau de complexidade de gestão elevado

- Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo (e Cadeia de Apoio da Horta)
- Estabelecimento Prisional de Aveiro
- Estabelecimento Prisional de Beja
- Estabelecimento Prisional de Braga
- Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha
- Estabelecimento Prisional de Castelo Branco
- Estabelecimento Prisional de Chaves
- Estabelecimento Prisional de Elvas
- Estabelecimento Prisional de Évora
- Estabelecimento Prisional de Faro
- Estabelecimento Prisional da Guarda
- Estabelecimento Prisional de Leiria
- Estabelecimento Prisional do Montijo
- Estabelecimento Prisional de Odemira
- Estabelecimento Prisional de Olhão
- Estabelecimento Prisional instalado junto da Polícia Judiciária do Porto
- Estabelecimento Prisional instalado junto da Polícia Judiciária de Lisboa
- Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada
- Estabelecimento Prisional de Silves
- Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo
- Estabelecimento Prisional de Vila Real
- Estabelecimento Prisional de Viseu

Grau de complexidade de gestão médio

Média

- Estabelecimento Prisional de Bragança
- Estabelecimento Prisional da Covilhã
- Estabelecimento Prisional de Guimarães
- Estabelecimento Prisional de Lamego
- Estabelecimento Prisional de Torres Novas

Delegações Regionais de Reinserção

As Delegações Regionais têm como principais atribuições assegurar o acompanhamento, monitorização e controlo da atividade operativa realizada pelas equipas de reinserção social. Na atual estrutura orgânica existem 3 Delegações Regionais: Norte, Centro e Sul e Ilhas.

Integram Núcleos de Apoio Técnico (NATs), que asseguram funções de apoio e supervisão técnica da atividade desenvolvida pelas equipas de reinserção social e de monitorização do cumprimento das orientações técnicas produzidas pelos serviços centrais.

As Equipas de Reinserção Social asseguram, nas respetivas áreas territoriais de competência, a assessoria técnica aos tribunais na fase de apoio à tomada de decisão judicial e na execução de penas e medidas na comunidade, em processos penais e tutelares educativos.

Cobrem todo o território nacional, numa lógica de proximidade com o cidadão.

Existem equipas de competência genérica (na área penal e tutelar educativa), equipas de competência específica e especializada na área penal e equipas de competência especializada na área tutelar educativa (Despacho nº 331/2013, de 8 janeiro).



Delegação Regional de Reinserção do Norte

- 14 Equipas de Reinserção Social:
- Equipa do Alto-Trás-os Montes
 - Equipa do Ave
 - Equipa do Cávado
 - Equipa do Douro
 - Equipa Minho Lima
 - Equipa Porto Penal 1
 - Equipa Porto Penal 2
 - Equipa Porto Penal 3
 - Equipa Porto Penal 4
 - Equipa Porto Penal 5
 - Equipa Porto Penal 6
 - Equipa Porto Tutelar Educativo
 - Equipa Tâmega 1
 - Equipa Tâmega 2

1 NAT: Núcleo de Apoio Técnico do Norte

Área territorial de intervenção: Bragança, Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real.

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas

22 Equipas de Reinserção Social:

- Equipa Lisboa Tutelar Educativo 1
- Equipa Lisboa Tutelar Educativo 2
- Equipa Lisboa Penal 1
- Equipa Lisboa Penal 2
- Equipa Lisboa Trabalho Comunitário
- Equipa Lisboa Penal 3
- Equipa Lisboa Penal 4
- Equipa Lisboa Penal 5
- Equipa de Lisboa 1
- Equipa Lisboa 2
- Equipa Lisboa Penal 6
- Equipa Lisboa Penal 7
- Equipa Lisboa Penal 8
- Equipa Setúbal 1
- Equipa Setúbal 2
- Equipa Setúbal 3
- Equipa do Alto Alentejo
- Equipa do Baixo Alentejo
- Equipa Algarve 1
- Equipa Algarve 2
- Equipa dos Açores
- Equipa da Madeira

4 NATs:

- Núcleo de Apoio Técnico de Lisboa
- Núcleo de Apoio Técnico do Sul
- Núcleo de Apoio Técnico da Madeira
- Núcleo de Apoio Técnico dos Açores

Área territorial de intervenção: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Setúbal, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira.

Delegação Regional de Reinserção do Centro

12 Equipas de Reinserção Social:

- Equipa da Beira Norte
- Equipa do Baixo Vouga
- Equipa da Beira Sul
- Equipa do Baixo Mondego 1
- Equipa do Baixo Mondego 2
- Equipa Dão Lafões
- Equipa de Entre Douro e Vouga
- Equipa Pinhal Litoral
- Equipa do Médio Tejo
- Equipa da Lezíria do Tejo
- Equipa do Oeste 1
- Equipa Oeste 2

1 NAT: Núcleo de Apoio Técnico do Centro

Área territorial de intervenção: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viseu.

Centros Educativos

Visam a educação do jovem para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

Neles se executa a medida tutelar educativa de internamento, existindo três regimes de execução desta medida: regime aberto, semiaberto e fechado.

A rede atual é composta por 6 centros educativos.



A atividade das unidades orgânicas de execução da atividade operativa tem o suporte de unidades integradas nos serviços centrais, às quais pertence, principalmente, a gestão da população prisional, a manutenção da segurança, disciplina e ordem nos estabelecimentos prisionais, a gestão da rede de centros educativos, a produção de orientações técnicas e normativas e atividades de coordenação e monitorização da atividade das unidades operativas desconcentradas. A Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica tem a especificidade da relação hierárquica sobre as equipas de vigilância eletrónica.



<p>Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde</p>	<p>Compete-lhe assegurar que seja prestada a assistência e tratamento aos reclusos e aos jovens internados em centros educativos, no âmbito dos cuidados primários e cuidados diferenciados e definir linhas de orientação na área da saúde, no âmbito das necessidades de profilaxia e tratamento da população reclusa e dos jovens internados em centros educativos.</p>
<p>Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional</p>	<p>Responsável pela implementação de orientações técnicas, instrumentos e modelos para avaliação de reclusos e programação do tratamento prisional, promoção, no quadro do tratamento prisional, de projetos educativos, de formação profissional e de âmbito sociocultural e desportivo, e pelo apoio e supervisão da atividade desenvolvida pelas equipas responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena nos estabelecimentos prisionais.</p>
<p>Centro de Competências de Estudos para a Modernização e Dinamização das Atividades Económicas</p>	<p>Compete-lhe dinamizar, coordenar e gerir o desenvolvimento de atividades de âmbito laboral nos estabelecimentos prisionais, definindo estratégias de incremento da ocupação laboral e comercialização de bens e serviços e definindo e supervisionando modelos de organização para as diferentes modalidades de trabalho prisional, em articulação com as competentes unidades orgânicas.</p>
<p>Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos</p>	<p>Responsável pela conceção e implementação de metodologias de avaliação e gestão do risco, metodologias de acompanhamento individual, projetos de prevenção da reincidência e programas vocacionados para necessidades criminógenas específicas, em articulação com as competentes unidades orgânicas.</p>

A DGRSP dispõe também de um conjunto de unidades instrumentais, que suportam o desenvolvimento da atividade operativa, assegurando a gestão de recursos, de entre os quais se destacam os recursos humanos e financeiros, e funções de retaguarda essenciais ao funcionamento organizacional.

Área Instrumental • Serviços Centrais

Serviços de Auditoria e Inspeção
Norte
Centro
Sul e Ilhas

Serviço de inspeção, fiscalização e auditoria às unidades orgânicas desconcentradas e aos serviços centrais da DGRSP, cuja atividade constitui instrumento essencial à verificação da legalidade e à manutenção da ordem e disciplina no sistema de execução de penas e medidas e tutelar educativo.

Direção de Serviços de Recursos Humanos
Divisão de Gestão de Recursos Humanos
Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos
Divisão de Formação

Unidade orgânica responsável pela gestão e administração centralizada dos recursos humanos afetos à DGRSP, incluindo o processamento das respetivas remunerações e abonos, bem como pela formação e aperfeiçoamento profissional dos seus trabalhadores.

Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais
Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental
Divisão de Planeamento de Compras Públicas
Divisão de Compras Públicas
Divisão de Património

Unidade orgânica responsável pela gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da DGRSP.
(sem prejuízo das competências atribuídas aos diretores de estabelecimento prisional no diploma que aprova a estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais).

Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Divisão de Planeamento e Organização
Divisão de Documentação e Arquivo Histórico

Unidade orgânica responsável pela assessoria técnica na definição dos objetivos estratégicos e processo de planeamento da DGRSP, apoio à gestão na estruturação interna, gestão dos contactos institucionais com o exterior no âmbito das relações públicas e protocolo, inovação, modernização e qualidade, organização e gestão da documentação e arquivo histórico.

Divisão de Infraestruturas e Equipamentos

Unidade orgânica responsável pelo edificado afeto à DGRSP e pelos equipamentos na mesma existentes.

Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação

Unidade orgânica que em colaboração com o IGFEJ, é responsável pelas tecnologias de informação e comunicação da DGRSP.

Gabinete Jurídico e de Contencioso

Unidade orgânica responsável pelo apoio técnico-jurídico aos órgãos e serviços da DGRSP.
Representa a DGRSP enquanto Autoridade Central portuguesa em matéria de rapto parental e promoção e proteção de crianças e jovens⁷.

⁷ A DGRSP é a Autoridade Central Portuguesa para a aplicação e execução de decisões relativas à guarda e proteção de crianças, ao abrigo da Convenção de Haia sobre os aspetos civis do rapto internacional de crianças de 25 de outubro de 1980 e da Convenção de Haia de 19 de outubro de 1996 e ainda do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003.

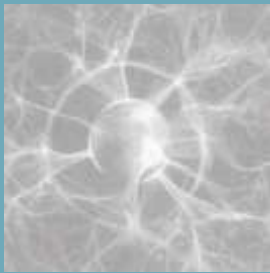
A organização interna da DGRSP rege-se segundo um modelo estrutural misto (cf. art.º 9º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro): correspondem a unidades orgânicas de estrutura matricial⁸, com atribuições na área penal, os quatro Centros de Competências, tendo o Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde também competências sobre cuidados de saúde a prestar em centro educativo.



A DGRSP é ainda a Autoridade Central Portuguesa⁹ para a aplicação e execução de decisões relativas à guarda e proteção de crianças.

⁸ Cf. Despacho n.º 10091/2013, de 1 de agosto.

⁹ Ao abrigo da Convenção de Haia sobre os aspetos civis do rapto internacional de crianças de 25 de outubro de 1980 e da Convenção de Haia de 19 de outubro de 1996 e ainda do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003.



II ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015

O presente Relatório de Atividades e Auto-Avaliação encontra-se estruturado de modo a refletir, principalmente, a atividade realizada pela DGRSP com recurso ao modelo de gestão por objetivos, preconizado pelo SIADAP - Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro).

A gestão por objetivos promove a orientação do desempenho organizacional, de forma organizada e sistemática, para a melhoria contínua, focando a organização em metas alcançáveis e permitindo acrescentar valor de forma planeada, tendo por referência recursos disponíveis e as opções estratégicas organizacionais. Coloca o foco do desempenho da organização na obtenção de resultados, implicando o recurso a instrumentos passíveis de medir eficácia, eficiência e qualidade e, portanto, um particular investimento nos ciclos de planeamento, nomeadamente anual. A DGRSP tem por referência, na implementação do modelo de gestão por objetivos, a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), a qual permite não só a definição e monitorização dos objetivos da organização e a avaliação do seu desempenho como também o alinhamento entre objetivos operacionais e estratégia organizacional.

Constituem dois instrumentos de planeamento do ciclo de gestão anual o QUAR-Quadro de Avaliação e Responsabilização, através do qual se concretiza a avaliação do desempenho da organização¹⁰, e o Plano de Atividades¹¹, o qual deve integrar o objetivos das diversas unidades orgânicas que integram um organismo público.

A DGRSP definiu, para o triénio 2013-2015, conforme consta em Carta de Missão, os seguintes objetivos estratégicos que suportam os instrumentos de planeamento relativos a 2015:

- 1 Promover e consolidar o processo de mudança organizacional da nova Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, racionalizando meios técnicos e humanos e modernizando e uniformizando respostas.
- 2 Reforçar as condições para execução de medidas privativas de liberdade, melhorando condições de segurança e modernizando e ampliando as infraestruturas prisionais.
- 3 Aumentar a eficiência e qualidade da prestação de cuidados de saúde em meio prisional, reforçando a qualidade e promovendo condições de equidade face aos cidadãos em meio livre.
- 4 Reforçar a orientação da intervenção para a prevenção da reincidência dos adultos a cumprir medidas privativas de liberdade ou de execução na comunidade, avaliando o risco e promovendo respostas estruturadas com enfoque nas necessidades criminógenas e de reinserção social.
- 5 Reforçar a abordagem sistémica na intervenção tutelar educativa, investindo simultaneamente na educação para o direito e no desenvolvimento de condições favorecedoras da integração social dos jovens alvo de medidas tutelares educativas.

¹⁰ SIADAP 1: cf. art.10º da Lei do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro).

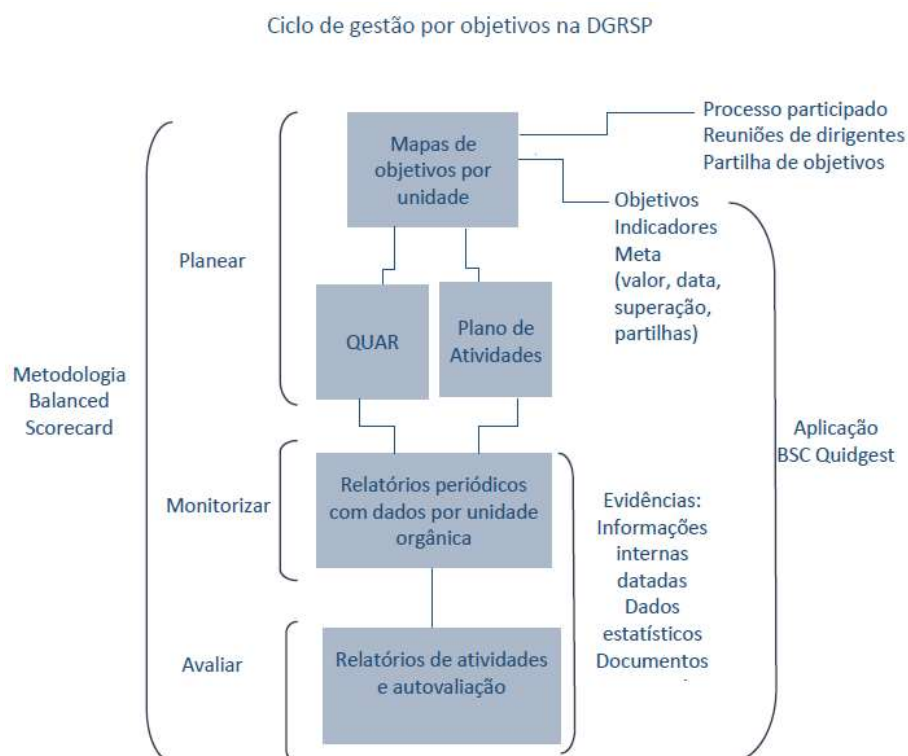
¹¹ Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei Nº 183/96, de 27 de setembro, o Plano de Atividades é obrigatório para todos os serviços e organismos da administração central do Estado. Conforme prevê a Lei do SIADAP, integra o QUAR do ano a que se refere e deve discriminar os objetivos a atingir em cada ano (cf. art.8º, alínea c) da Lei do SIADAP) por unidade orgânica.

Os objetivos estratégicos definidos favorecem um alinhamento entre objetivos do QUAR e objetivos das unidades orgânicas que integram o Plano de Atividades (ver anexo 2).

A elaboração de mapas de objetivos, medidos pelos indicadores definidos, permite o envolvimento de toda a organização quer no processo de planeamento quer na obtenção de resultados.

Os mapas de objetivos, e respetivos indicadores de medida, para 2015 por unidade orgânica constituíram a base do planeamento da atividade para 2015, neles constando, para cada objetivo planeado para as diversas unidades orgânicas, os respetivos indicadores de medida. Neles se baseia a autoavaliação da atividade desenvolvida em 2015, encontrando-se os mesmos, com informação detalhada sobre os resultados obtidos por unidade orgânica e por objetivo e indicador, no anexo 3.

No esquema seguinte sintetizam-se as orientações em vigor e práticas no âmbito do ciclo anual da gestão por objetivos na DGRSP¹², onde se destacam as fases de planeamento, monitorização e avaliação de resultados, estes suportados nas evidências e dados produzidos pelas diversas unidades orgânicas, previamente definidos no próprio Plano de Atividades.



¹² A DGRSP dispõe de uma ferramenta própria de monitorização da gestão por objetivos, a aplicação *BSC Quidgest*, que se menciona no esquema apresentado por ser parte do processo concebido para monitorização e avaliação de resultados, mas que se encontra, atualmente, inoperacional.

Neste ponto do Relatório de Atividades e Autoavaliação, designado como 'Atividade desenvolvida em 2015', apresenta-se uma perspectiva geral da principal atividade desenvolvida em 2015 pela DGRSP, referindo-se, de forma sintética:

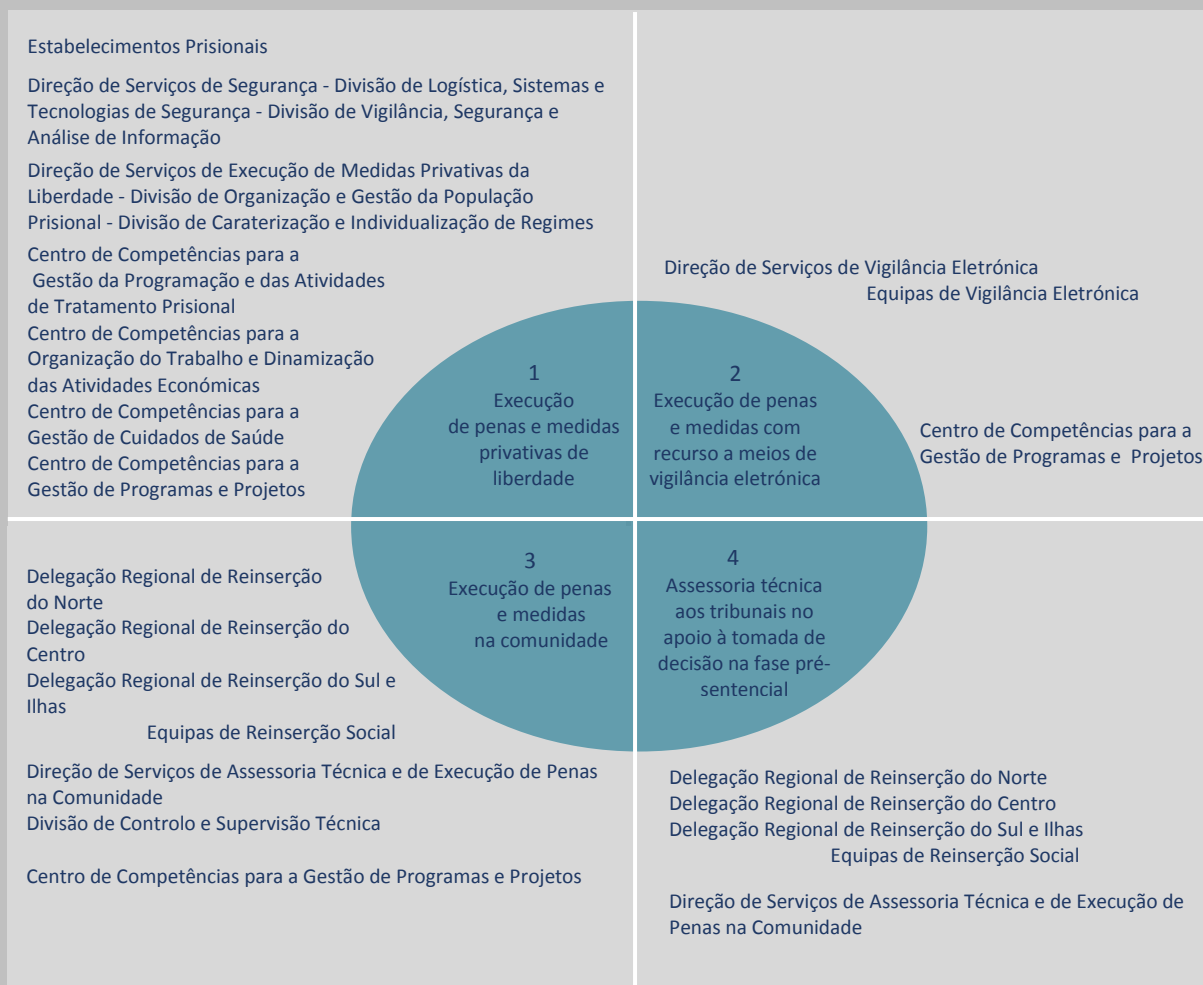
- Dados estatísticos sobre a atividade desenvolvida, no âmbito do apoio à tomada de decisão e da execução de medidas, privativas da liberdade e de execução na comunidade, concretamente dados de caracterização da população utente e documentos produzidos no âmbito da assessoria aos tribunais.
- Atividade realizada decorrente do Plano de Atividades, salientando-se os principais resultados obtidos, tendo por referência os objetivos e respetivos indicadores definidos para 2015, com relevo para objetivos partilhados entre unidades desconcentradas, nomeadamente objetivos que envolveram os estabelecimentos prisionais e as delegações regionais de reinserção.
- Outra atividade extra planeamento anual - organizada de acordo com as grandes áreas de intervenção da DGRSP –, que se considera ser de salientar, pela inovação ou contributo para o reforço ou qualificação da execução de penas e medidas, nomeadamente no campo da intervenção orientada para a prevenção da reincidência e reinserção social dos agentes de crime.

Reconhecida a necessidade e mérito da atividade de rotina que emana do cumprimento de obrigações legais, esta não é aqui considerada, pela sua exaustividade e repetição, dando-se saliência a projetos ou ações que acrescentam valor, face a atividade anteriormente desenvolvida, à organização.

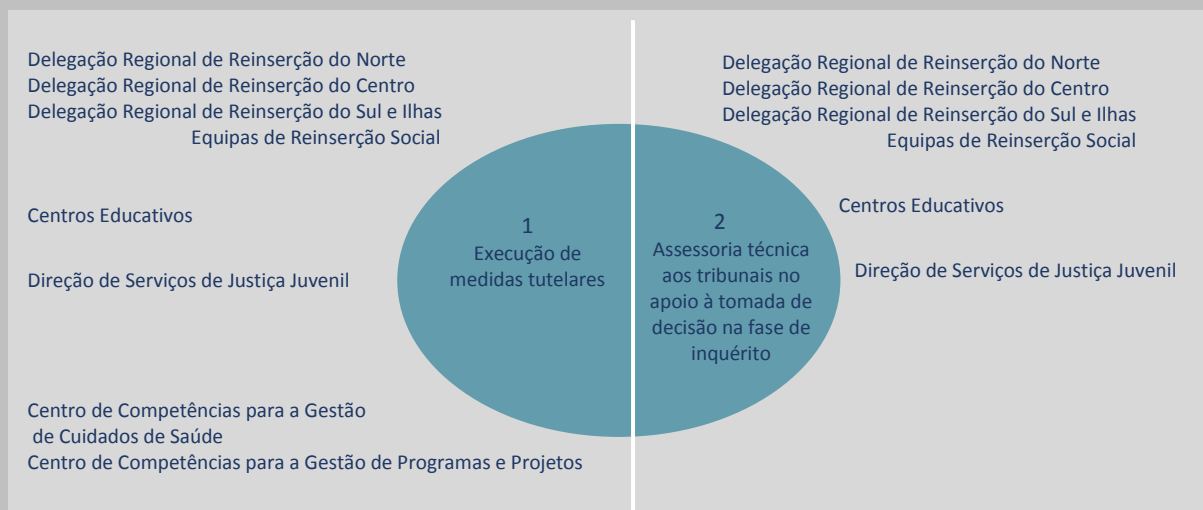
A atividade desenvolvida é apresentada por áreas sem afetação às unidades orgânicas por ela responsáveis, o que se relaciona com a amplitude mas também complexidade da estrutura orgânica da DGRSP. Também a existência de objetivos partilhados, em particular relativos à atividade operativa, conforme se verifica na coluna Partilha do mapa de objetivos de cada unidade orgânica (ver anexo 3), o que implica responsabilidade conjunta das unidades orgânicas envolvidas na sua concretização, torna mais racional uma apresentação por áreas de intervenção e não por unidades orgânicas.

O esquema seguinte procura facilitar a compreensão de quais as unidades orgânicas com atribuições nas diferentes áreas de intervenção, permitindo associar as mesmas com a atividade desenvolvida em 2015.

Processos-chave justiça penal

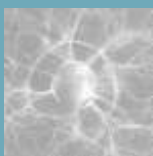


Processos-chave justiça juvenil



Área instrumental

Serviço de Auditoria e Inspeção – Norte, Centro e Sul
 Direção de Serviços de Recursos Humanos - Divisão de Gestão de Recursos Humanos - Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos - Divisão de Formação
 Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais - Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental - Divisão de Compras Públicas - Divisão de Património
 Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas - Divisão de Planeamento e Organização - Divisão de Documentação e Arquivo Histórico
 Divisão de Infraestruturas e Equipamentos
 Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
 Gabinete Jurídico e de Contencioso



1 Intervenção no âmbito da justiça penal

1.1 ■ ASSESSORIA NA TOMADA DE DECISÃO NA FASE PRÉ-SENTENCIAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA PENAL

A assessoria dos serviços de acompanhamento da execução de penas e medidas no âmbito da tomada de decisão na fase pré-sentencial contextualiza-se na necessidade dos Tribunais e Ministério Público garantirem meios processuais e dados adequados à prossecução das finalidades judiciais e de reinserção do utente no tecido social, até que termine a intervenção do sistema de administração da justiça sobre o mesmo.

Esta assessoria concretiza-se na recolha prévia à decisão de um vasto conjunto de elementos, nomeadamente sobre aspetos subjetivos do crime, isto é, elementos relacionados com a pessoa alvo de processo penal, favorecendo a individualização da reação penal. Neste contexto, a DGRSP, através das equipas de reinserção social, elabora:

- relatórios,
- informações,
- perícias sobre a personalidade e
- planos de reinserção social, prévios às decisões dos tribunais,

que visam:

- fundamentar a aplicação, manutenção, substituição ou cessação das medidas de coação;
- a eventual aplicação da suspensão provisória do processo, no termo da fase de inquérito;
- a correta determinação da sanção que possa vir a ser aplicada, durante a fase de julgamento.

Em 2015, a DGRSP recebeu 27.419¹³ pedidos de documentos e audições na fase pré-sentencial, dos quais 21.414 (78,1%) referentes a relatórios sociais.

¹³ Somando 27.419 pedidos de documentos e audições na fase pré-sentencial com os 40.796 pedidos de relatórios e audições na fase pós-sentencial, situa-se em 68.215 o total de pedidos de assessoria, pedidos de documentos e audições, recebidos em 2015 no âmbito penal nas duas fases.

Quadro 1
Pedidos de relatórios e outros documentos no âmbito
do apoio à tomada de decisão na fase pré-sentencial recebidos em 2015

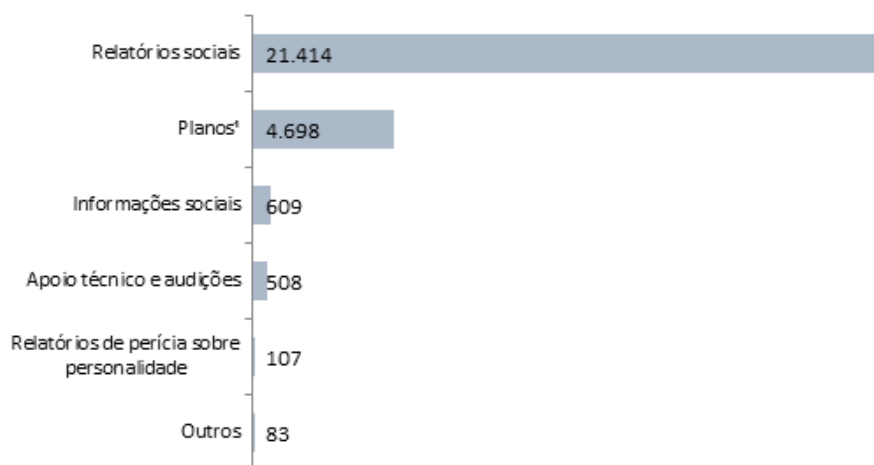
Tipo de documento	Nº de pedidos	%
Relatórios sociais	21.414	78,1
Informações sociais	609	2,2
Relatórios de perícia sobre personalidade	107	0,4
Planos ¹	4.698	17,1
Apoio técnico e audições	508	1,9
Outros	83	0,3
Total	27.419	100,0

Fonte: SIRS.

Nota 1: Na fase pré sentencial os Planos são os relativos à aplicação de suspensão provisória do processo com PSIP.

Do total de pedidos de documentos e audições na fase pré-sentencial, 21.414 (78,1%) consistem em pedidos de relatórios sociais.

Gráfico 1
Pedidos de relatórios e outros documentos no âmbito
do apoio à tomada de decisão na fase pré-sentencial recebidos em 2015



1.1.1 ■ INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO: LS - CMI

Os serviços de justiça das sociedades modernas têm vindo a recorrer a instrumentos de avaliação de risco com capacidade preditiva sobre a reincidência, afirmando-se estes instrumentos, crescentemente, como um suporte importante na tomada de decisão dos operadores judiciais.

Procurando adotar procedimentos entendidos como boas práticas no plano internacional, os serviços de *probation* da DGRSP têm vindo a investir, nos últimos anos, na adoção de instrumentos de avaliação de risco com validade preditiva sobre a reincidência. Desde 2012, que a DGRSP tem à sua disposição um instrumento de avaliação estruturado e validado para avaliação do risco e das necessidades criminógenas, o Level of Service/Case Management Inventory (LS-CMI), auxiliar determinante no diagnóstico, planificação e monitorização de penas e medidas na comunidade.

A utilização deste instrumento foi determinada, experimentalmente, para o período compreendido entre 1 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2015, nos termos da Circular n.º 3/DGRSP/2013, de 29 de maio, consubstanciando uma introdução gradual e sustentada na atividade técnico-operativa da área penal, tendente a uma adaptação progressiva aos procedimentos. Para materializar de forma robusta a implementação do LS/CMI foram dinamizadas, desde os primeiros trabalhos tendentes à aplicação e validação do mesmo, diversas iniciativas formativas que se mantiveram em 2015.

Em dezembro de 2015, a quase totalidade dos técnicos superiores de reinserção social – excluindo-se desta contabilização os que têm funções exclusivamente a nível das penas/medidas de trabalho a favor da comunidade e na área tutelar educativa – tinham frequentado pelo menos uma ação de formação em LS-CMI nos anos de 2014 e 2015, o que permitiu o reforço das condições para uma adequada utilização do inventário na atividade operativa das equipas de reinserção social e das equipas de vigilância eletrónica.



Nº de técnicos de reinserção social com formação no LS-CMI em 2015

350
(100%)

Nº de técnicos de reinserção social com formação no LS-CMI

83

Nº de técnicos que elaboraram RSDS abrangidos por supervisão prévia pelos NAT das DRR

182
80,9%

Nº de ERS abrangidas por supervisão dos RSDS em 2015

41

As condições de reforço da utilização do LS-CMI foram criadas obtendo a qualificação de cerca de 350 trabalhadores aplicadores, ou seja, técnicos e coordenadores das equipas de reinserção social e das equipas de vigilância eletrónica, bem como de técnicos dos núcleos de apoio técnico sem formação na utilização do LS-CMI, excluindo-se, como referido, os especializados na área tutelar educativa e medidas de trabalho a favor da comunidade.



Uma vez que o LS-CMI é usado como ferramenta de avaliação e gestão do risco, ou seja, sendo também um recurso de trabalho no quadro da execução das penas e medidas de execução na comunidade, a formação em LC-CMI reverte a favor da qualidade dos documentos produzidos no fase pré-sentencial mas também da intervenção no contexto da execução de penas e medidas propriamente dita.

O processo desenvolvido permitiu que a utilização do LS-CMI seja, em 31 de dezembro de 2015, uma realidade nas equipas de reinserção social e nas equipas de vigilância eletrónica, traduzindo-se num auxiliar determinante no diagnóstico, planificação e monitorização de penas e medidas na comunidade, e, concretamente, para efeitos de elaboração de relatórios sociais.

Do total de técnicos que elaboraram relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) em 2015, 80,9% tiveram relatórios sociais para determinação da sanção alvo de supervisão, o que significa que pelo menos cerca de 81% dos técnicos que elaboraram relatórios sociais com esta finalidade fizeram uso do Level of Service-Case Management Inventory. Foram envolvidas no processo de supervisão 41 equipas de reinserção social.

A supervisão - prévia ao envio dos documentos para os tribunais, efetuada pelos Núcleos de Apoio Técnico, e à posterior, pela DSATEPC - foi realizada com recurso aos parâmetros da 'Checklist para controlo da qualidade da cotação do LC-CMI' e da 'Grelha de análise da conformidade dos relatórios sociais', tendo-se verificado a qualidade da cotação do LC-CMI, a correspondência dos conteúdos dos

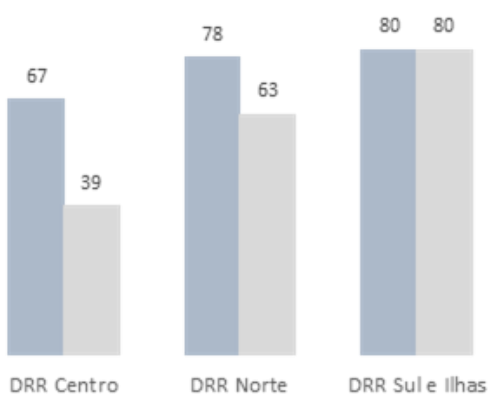
relatórios sociais para determinação da sanção e a conformidades destes com as orientações do Manual de Assessoria Técnica aos Tribunais na Fase Pré-Sentencial na Jurisdição Penal.

Quadro 2
% de técnicos de equipa de reinserção social com RSDS elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente em 2015

Delegação Regional de Reinserção	Nº técnicos que elaboram RSDS com LS-CMI supervisionados previamente	Universeo elegível de técnicos	% de técnicos com RSDS elaborados com recurso ao LS/CMI supervisionados previamente
DRR do Norte	63	78	80,8
DRR do Centro	39	67	58,2
DRR do Sul e Ilhas	80	80	100,0
Total	182	225	80,9

Fonte: DSATEPC com a colaboração das DRRs.

Gráfico 2
% de técnicos de equipa de reinserção social com RSDS elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente em 2015



Do total de aplicações do LS-CMI a nível nacional, 18% correspondem à elaboração de relatórios sociais para de terminação da sanção, sendo que a maioria (76%) se situa no contexto da elaboração de planos de reinserção social.

% aplicações do LS-CMI a nível nacional

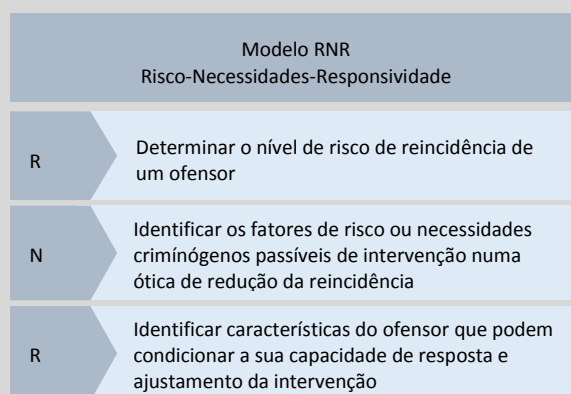




Level of Service-Case Management Inventory (LS-CMI)

O Level of Service/Case Management Inventory (LS-CMI) – que tem como autores de referência Andrews, Bonta e Wormith (2004) - é um instrumento que mede o risco e necessidades de intervenção dos ofensores adultos e jovens adultos. Enquadrando-se nos instrumentos de avaliação do risco de quarta geração, pode também ser usado como ferramenta de gestão de caso, permitindo aos profissionais, através de uma aplicação única, obter informação para o planeamento e gestão da intervenção com ofensores no contexto do sistema de justiça, orientando-se a intervenção para a prevenção da reincidência. Tem como referência o modelo Risco-Necessidade-Responsividade – RNR (Andrews e colegas, 1990), o qual assenta nos seguintes princípios:

- Princípio do risco – assenta no pressuposto de que existem fatores de risco preditivos da reincidência dos ofensores na delinquência, devendo a intervenção orientada para a prevenção da reincidência desenvolver-se segundo níveis de intensidade ajustados ao nível de risco identificado.
- Princípio da necessidade – assenta no reconhecimento de que um conjunto de fatores de risco associados ao comportamento criminal, designados pelos autores por “necessidades criminógenas” são passíveis de alteração (fatores de risco dinâmicos), sendo a estes fatores que a intervenção orientada para a prevenção da reincidência deve ser dirigida.
- Princípio da responsividade, que se refere à adaptação da intervenção ao ofensor às características do ofensor e à adoção de metodologias que a evidência indica como eficazes na intervenção com ofensores, como as baseadas na teoria da aprendizagem e as abordagens cognitivo-comportamentais.



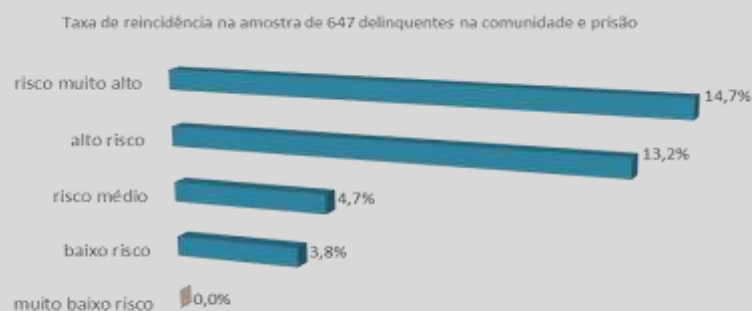
As principais áreas contempladas pelo Level of Service -Case Management Inventory (LS-CMI) são:

História criminal /Antecedentes criminais	Educação/Emprego
Família/Vida conjugal	Tempos livres/Atividades recreativas
Amigos/companheiros	Problemas de álcool e droga
Comportamento anti-social	Orientação/ Atitudes pro-criminais
Plano de gestão de caso	Risco específico/Necessidades criminógenas
Experiência de prisão - Fatores institucionais	Considerações especiais sobre responsividade

Resultados da implementação do Level of Service-Case Management Inventory (LS-CMI)

O LS/CMI (versão Portuguesa) discrimina os reincidentes e não reincidentes. A reincidência tende a aumentar proporcionalmente aos níveis de risco. Resultados semelhantes foram encontrados com uma amostra de delinquentes do Reino Unido (Andrews et al, 2004; Raynor et al, 2000):

- Integraram a amostra 647 delinquentes na comunidade e prisão.
- Nenhum dos delinquentes de muito baixo risco mostrou reincidir; os de baixo risco revelaram uma taxa de reincidência de 3,8% (N = 6) e os infratores de risco médio uma taxa de reincidência de 4,7% (N = 12).
- A reincidência aumentou expressivamente nos delinquentes de alto risco para 13,2% (N = 19) e 14,7% para os de risco muito alto (N = 5);
- Idade mais baixa da primeira condenação está relacionada com maior grau de risco ($r = -.32$, $p < 0,01$); Os delinquentes reincidentes tendem a ter uma idade mais baixa da primeira condenação (M=23.37, DP=11,6 vs M=28.82, DP=8,33 para os não-reincidentes);
- Alpha de Cronbach para a amostra total elevado ($\alpha=0,90$).



Os bons resultados ao nível da consistência interna replicam os da amostra normativa de criminosos canadianos, bem como uma amostra de delinquentes do Reino Unido (Andrews et al, 2004;. Rayner et al, 2000).

1.2 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE

A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade¹⁴ visa a reinserção do agente de crime na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, visando igualmente a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade. A execução da prisão preventiva e do internamento preventivo visa assegurar a satisfação das exigências cautelares que justificaram a sua aplicação. Concretiza-se em pena de prisão, prisão preventiva e prisão por dias livres.

Constituem princípios orientadores da execução de penas e medidas privativas da liberdade¹⁵:

- Respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos demais princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nos instrumentos de direito internacional e nas leis.
- Respeito pela personalidade do recluso e os seus direitos e interesses jurídicos não afetados pela sentença condenatória ou decisão de aplicação de medida privativa da liberdade.
- Imparcialidade, não se podendo privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum recluso, nomeadamente em razão do sexo, raça, língua, território de origem, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
- Respeito pelos princípios da especialização e da individualização do tratamento prisional do recluso, sem prejuízo do disposto no número anterior.
- Evitação, na medida do possível, das consequências nocivas da privação da liberdade e aproximação das condições benéficas da vida em comunidade.
- Promoção do sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas.
- Cooperação, na medida do possível, com a comunidade.
- Jovens até aos 21 anos - A execução das penas e medidas privativas da liberdade deve favorecer especialmente a reinserção social e fomentar o sentido de responsabilidade através do desenvolvimento de atividades e programas específicos nas áreas do ensino, orientação e

¹⁴ Cf. Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro e posteriores alterações.

¹⁵ Cf. art.º 3.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro.

¹⁶ Cf. art.º 4.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro.

formação profissional, aquisição de competências pessoais e sociais e prevenção e tratamento de comportamentos aditivos.

- Maiores de 65 anos - A execução das penas e medidas privativas da liberdade deve respeitar as suas necessidades específicas e o seu estado de saúde e de autonomia.
- Mulheres - A execução das penas e medidas privativas da liberdade deve ter em consideração as suas necessidades específicas, nomeadamente em matéria de saúde, higiene, proteção da maternidade e educação parental.
- Reclusos estrangeiros ou pertencentes a minorias étnicas ou linguísticas - A execução das penas e medidas privativas da liberdade deve, na medida do possível, permitir a expressão dos seus valores culturais, atenuar as eventuais dificuldades de integração social ou de domínio da língua portuguesa.

As penas e medidas privativas da liberdade podem ser executadas em regime comum, aberto ou de segurança, privilegiando-se, tendo em conta a avaliação do recluso e a sua evolução, o que mais favoreça a reinserção social, salvaguardados os riscos para o recluso e para a comunidade e as necessidades de ordem e segurança¹⁷.

A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade concretiza-se em:

- pena de prisão,
- prisão preventiva e
- prisão por dias livres¹⁸.

A 31 de dezembro de 2015, o total da população afeta a estabelecimento prisional situava-se em 14.070 reclusos, estimando a DGRSP a taxa de ocupação em 114%. A este valor acrescem 152 inimputáveis, internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais, correspondendo o total de pessoas a cumprir penas e medidas de segurança privativas da liberdade a 14.222.

Destacam-se alguns números globais relativos à população reclusa, tendo por base os reclusos afetos a estabelecimento prisional a 31 de dezembro de 2015, referindo-se que, a esta data, a taxa de condenados era 83,8% e a taxa de reclusos de nacionalidade portuguesa correspondia a 82,5%. A população prisional apresenta-se com uma preponderância clara do sexo masculino (13.360 reclusos, à data).

¹⁷ Cf. artº 12º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro.

¹⁸ Consiste na privação da liberdade por períodos correspondentes a fins-de-semana e tem aplicação no caso de a pena de prisão aplicada possuir um limite máximo não superior a um ano e não deva ser substituída por pena de outra espécie.

Gráfico 3
Distribuição por sexo

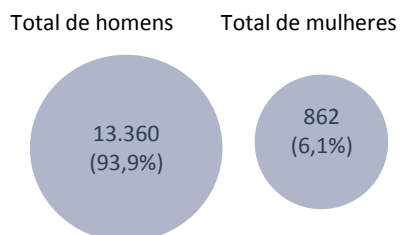


Gráfico 4
Distribuição segundo a nacionalidade

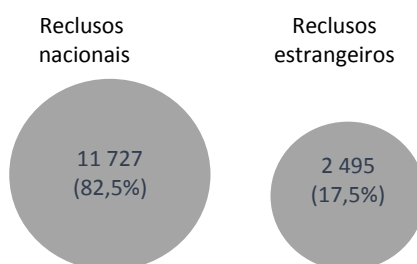
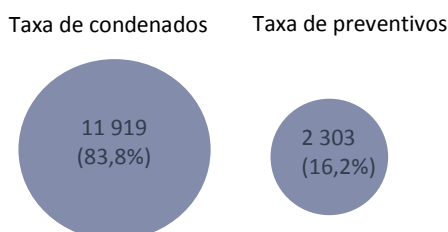
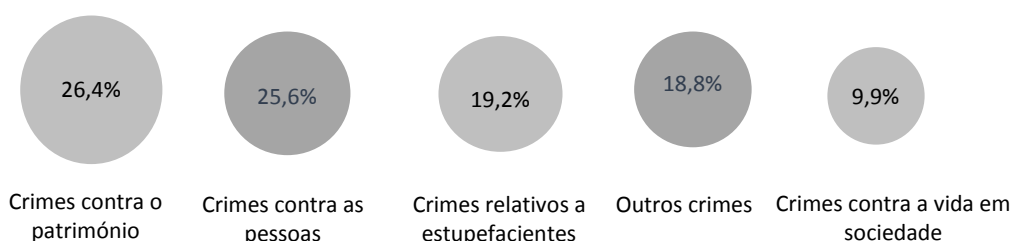


Gráfico 5
Distribuição segundo a situação jurídica



O tipo de crime com maior peso entre os reclusos condenados diz respeito aos crimes contra o património (3.150), em que predominam o furto simples e qualificado (1.482), seguido de perto pelo roubo (1.463). Seguem-se os crimes contra as pessoas (3.051) - em que predominam os homicídios (1.076) - e os crimes relativos a estupefacientes (2.294) em que predomina o tráfico (1.847). Em outros crimes (1.726) salienta-se a condução sem habilitação legal (890). Por último, os crimes contra a vida em sociedade de que resultaram 1.184 condenações.

Gráfico 6
Crimes cometidos pelos reclusos condenados



No quadro seguinte, apresentam-se dados detalhados por estabelecimento prisional.

Quadro 3
População prisional a 31 de dezembro de 2015 por estabelecimento prisional ¹

Estabelecimentos Prisionais	População prisional a 31-dez-2015				
	Reclusos preventivos	Reclusos condenados	Total população prisional	Lotação	Taxa de ocupação em %
Grau de complexidade de gestão elevado					
EP Alcoentre	12	567	579	626	92,5
EP Carregueira	28	701	729	732	99,6
EP Caxias	273	245	518	334	155,1
EP Coimbra	13	493	506	421	120,2
EP Funchal	37	214	251	324	77,5
HP S. João de Deus	10	30	40	195	20,5
EP Izeda	9	282	291	301	96,7
EP Leiria Jovens	32	157	189	347	54,5
EP Linhó	12	559	571	584	97,8
EP Lisboa	427	893	1 320	887	148,8
EP Monsanto	9	89	98	142	69,0
EP Paços de Ferreira	20	717	737	548	134,5
EP Pinheiro da Cruz	15	644	659	645	102,2
EP Porto	302	895	1 197	686	174,5
EP Sta Cruz Bispo Masc	7	516	523	374	139,8
EP Sta Cruz Bispo Fem	74	254	328	354	92,7
EP Setúbal	103	239	342	169	202,4
EP Sintra	11	701	712	767	92,8
EP Vale de Judeus	105	338	443	470	94,3
EP Vale do Sousa	23	477	500	514	97,3

Estabelecimentos Prisionais	População prisional a 31-dez-2015				
	Reclusos preventivos	Reclusos condenados	Total População prisional	Lotação	Taxa de Ocupação em %
Grau de complexidade de gestão médio					
EP Angra Heroísmo	29	117	146	342	42,7
Cadeia de Apoio Horta	4	19	13	17	76,5
EP Aveiro	71	108	167	82	203,7
EP Beja	34	183	228	162	140,7
EP Braga	59	85	146	91	160,4
EP Bragança	12	72	87	58	150,0
EP Caldas da Rainha	2	114	109	80	136,3
EP Castelo Branco	14	116	125	141	88,7
EP Chaves	10	53	68	55	123,6
EP Covilhã	3	99	93	101	92,1
EP Elvas	25	81	83	53	156,6
EP Évora	11	31	48	35	137,1
EP Faro	40	135	176	103	170,9
EP Guarda	35	172	207	164	126,2
EP Guimarães	0	107	107	73	146,6
EP Lamego	13	80	93	65	143,1
EP Leiria	54	124	178	111	160,4
EP Montijo	39	174	213	148	143,9
EP Odemira	17	31	48	56	85,7
EP Olhão	27	33	60	50	120,0
EP Ponta Delgada	34	145	179	110	162,7
EP Silves	32	41	79	58	136,2
EP Torres Novas	4	56	59	38	155,3
EP Viana do Castelo	1	82	73	42	173,8
EP Vila Real	16	83	108	67	161,2
EP Viseu	47	34	78	37	210,8
EP PJ Lisboa	112	27	140	116	120,7
EP PJ Porto	23	24	46	48	95,8
Total	2.303	11.767	14.070	12.343	114,0
Inimputáveis ²			152		
Total			14.222		

Fonte: SIP – DGRSP.

¹ Dados disponibilizados pela DSOPRE.

² Os 152 inimputáveis encontram-se internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais.

1.2.1 ■ PROGRAMAÇÃO DO TRATAMENTO PRISIONAL

Um dos princípios básicos da execução das penas e medidas privativas da liberdade é a individualização do tratamento prisional, que deve ter por base a avaliação das necessidades e riscos próprios de cada recluso. O tratamento prisional, que deve ser programado e faseado, consiste no conjunto de atividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação.



Nos casos em que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação (PIR), o qual é periodicamente avaliado e atualizado. O plano individual de readaptação é obrigatório nos casos de reclusos até aos 21 anos ou de condenação em pena relativamente indeterminada, independentemente da duração da pena.

O plano individual de readaptação visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e atividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, atividades socioculturais e contactos com o exterior, constituindo, assim, um instrumento essencial na intervenção junto do recluso, cuja participação ativa na elaboração e concretização do plano deve ser conseguida.

No quadro apresentam-se valores detalhados por estabelecimento prisional. O gráfico seguinte evidencia a aproximação à meta da percentagem de reclusos condenados com plano individual de readaptação aprovado em CTI estabelecida para 2015, sendo a média nacional apurada de 85%.



Quadro 4
Reclusos condenados com plano individual de readaptação aprovado em CTI em 2015 ¹

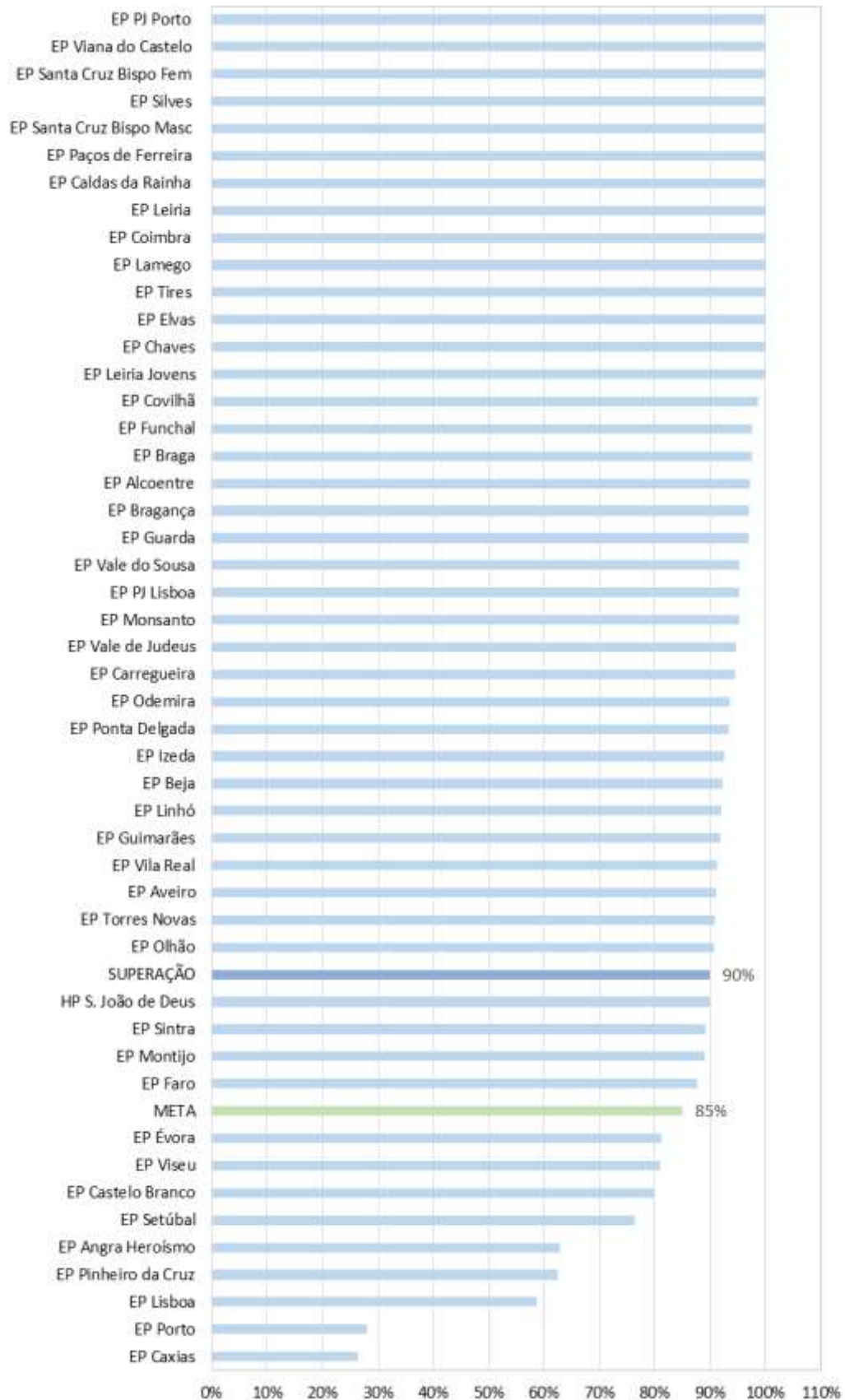
Estabelecimentos Prisionais	Reclusos condenados a 31-10-15 (art. 21º do CEP)	PIR aprovados em CTI	% Reclusos condenados com PIR aprovado em CTI
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado			
EP Alcoentre	564	548	97
EP Carregueira	672	635	94
EP Caxias	194	51	26
EP Coimbra ²	472	484	103
EP Funchal	205	200	98
EP Izeda	281	260	93
EP Leiria Jovens	150	150	100
EP Linhó	460	423	92
EP Lisboa	793	466	59
EP Monsanto	63	60	95
EP Paços de Ferreira ²	676	716	106
EP Pinheiro da Cruz	619	387	63
EP Porto	842	237	28
EP Santa Cruz Bispo Fem ²	238	262	110
EP Santa Cruz Bispo Masc ²	421	450	107
EP Setúbal	161	123	76
EP Sintra	681	607	89
EP Tires ²	315	317	101
EP Vale de Judeus	463	438	95
EP Vale do Sousa	362	345	95
HP S. João de Deus	20	18	90
Subtotal	8 652	7 177	83
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio			
EP Angra Heroísmo ¹	100	63	63
EP Aveiro	45	41	91
EP Beja	168	155	92
EP Braga	79	77	97
EP Bragança	68	66	97
EP Caldas da Rainha ²	89	94	106
EP Castelo Branco	104	83	80
EP Chaves	52	52	100
EP Covilhã	72	71	99
EP Elvas	37	37	100
EP Évora	32	26	81
EP Faro	97	85	88
EP Guarda	165	160	97
EP Guimarães	49	45	92
EP Lamego ²	60	61	102
EP Leiria ²	80	84	105
EP Montijo	126	112	89
EP Odemira	31	29	94
EP Olhão	32	29	91
EP PJ Lisboa	21	20	95
EP PJ Porto ²	16	18	113
EP Ponta Delgada	122	114	93
EP Silves ²	23	25	109
EP Torres Novas	33	30	91
EP Viana do Castelo ²	67	75	112
EP Vila Real	69	63	91
EP Viseu	21	17	81
Subtotal	1 858	1 732	93
Total Geral	10 510	8 909	85

Fonte: CCGPATP, com dados retirados do SIP.

¹ Integra a Cadeia de Apoio da Horta

² O valor conseguido não deve ser superior a 100%, pelo que nessas situações, reduziu-se a 100% para efeitos de avaliação de resultados nos mapas de resultados por EP.

Gráfico 7
 Reclusos condenados com plano individual de readaptação
 aprovado em CTI em 2015



1.2.2 ■ PROGRAMAS DIRIGIDOS A NECESSIDADES CRIMINÓGENAS ESPECÍFICAS

A execução das penas e medidas privativas da liberdade integra a frequência de programas orientados para o tratamento de problemáticas específicas, que permitam a aquisição ou o reforço de competências pessoais e sociais, de modo a promover a convivência ordenada no estabelecimento prisional e a favorecer a adoção de comportamentos socialmente responsáveis, ou seja a favorecer a reinserção social dos agentes de crime (artº 47º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade).

Os programas deverão ser diferenciados, tendo em conta: a idade, o sexo, a origem étnica e cultural, o estado de vulnerabilidade, os perfis e problemáticas criminais, as necessidades específicas de reinserção social do recluso e os fatores criminógenos, designadamente os comportamentos aditivos.

Em 2015, foram implementados 15 programas diferenciados (ver gráfico), num total de 226 aplicações, programas estes constantes do Catálogo de Programas 2013 (com exceção dos 5 programas aplicados no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino), em vigor na DGRSP, designadamente:

- Programa de Intervenção dirigido a Agressores Sexuais (AS)
- Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída – Construir um Plano de Prevenção e Contingência (PPC)
- Programa de Estabilização Emocional e Integração Institucional (EE)
- Programa de Intervenção dirigido a autores de Delitos Estradais - Estrada Segura (ES)
- Programa de Promoção de Competências Pessoais e Emocionais – Gerar Percursos Sociais (GPS)
- Programa de Iniciação às Práticas Restaurativas – Educar para Reparar (JR)
- Programa de Promoção do Desenvolvimento Moral e Ético (DM)
- Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS)
- Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade (Comp Emp)
- Programa de Intervenção na problemática do Alcoolismo (Alcool)

No Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino, de gestão partilhada, foram os seguintes os programas aplicados: Programa de Relaxamento (PR); Programa de Reabilitação Psicossocial (PRP); Programa de Expressão Dramática (PED); Programa Cognitivo (PC); Programa de Acompanhamento/desenvolvimento social (PADS).



Nº total de reclusos que frequentaram programas em 2015

1.874

Quadro 5
Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas aplicados em contexto prisional em 2015

Estabelecimentos Prisionais	Programas aplicados em 2015											Total Programas aplicados	Total ponderado Programas aplicados
	Programas com ponderação 3			Programas com ponderação 1,5			Programas com ponderação 1						
	AS	GPS	JR	DM	Comp Emp	Alco.	PIPS	ES	PPC	EE	Outros		
Estabelecimentos Prisionais com Grau de complexidade de gestão elevado													
EP Alcoentre				4			1	1	2			8	10
EP Carregueira	3	2					1					6	16
EP Caxias							1					1	1
EP Coimbra							1		8			9	9
EP Funchal		2					1					3	7
EP Izeda			2	1			1	1				5	9,5
EP Leiria Jovens		1					1	1	1	3		7	9
EP Linhó			2				1	2				5	9
EP Lisboa			1				1	3	1			6	8
EP Paços de Ferreira			3	2			1	1				7	14
EP Pinheiro da Cruz							1	1				2	2
EP Porto							1	1	1			3	3
EP Santa Cruz Bispo Fem ²										1	9	10	10
EP Santa Cruz Bispo Masc				2	1	2	1	3	2			11	13,5
EP Setúbal				1	1	1	1	1	1			6	7,5
EP Sintra							1	3	3			7	7
EP Tires				3			1		2	2		8	9,5
EP Vale de Judeus			1	2			1					4	7
EP Vale do Sousa		1		2	1		1	2	1			8	11,5
Subtotal	3	6	9	17	3	3	18	20	22	6	9	116	163,5
Estabelecimentos Prisionais com Grau de complexidade de gestão médio													
EP Angra Heroísmo ¹							1					1	1
EP Aveiro							1	3		1		5	5
EP Beja				1			1	1	2			5	5,5
EP Braga							1	2		4		7	7
EP Caldas da Rainha				1	1		1	2	1			6	7
EP Castelo Branco		1		1			1					3	5,5
EP Faro							1	2				3	3
EP Guarda			1				1	3				5	7
EP Leiria							1	1		4		6	6
EP Montijo							1					1	1
EP Ponta Delgada							1	2	2			5	5
EP Vila Real							1	2		4		7	7
Subtotal	0	1	1	3	1	0	12	18	5	13	0	54	60
Estabelecimentos Prisionais com ocupação inferior a 100 reclusos													
EP Bragança							1			1		2	2
EP Chaves							1		1	2		4	4
EP Covilhã							1	1	1			3	3
EP Elvas					1		1		1			3	3,5
EP Guimarães							1	2	1			4	4
EP Lamego							1	1		1		3	3
EP Odemira							1		3			4	4
EP Olhão							1			3		4	4
EP Silves							1	1	2	1		5	5
EP Torres Novas				4			1					5	7
EP Viana do Castelo				1			1	2				4	4,5
EP Viseu							1	1	1			3	3
Subtotal	0	0	0	5	1	0	12	8	10	8	0	44	47
Estabelecimentos Prisionais considerados casos excecionais													
EP PJ Lisboa							1			3		4	4
EP PJ Porto				1			1					2	2,5
EP Évora							1					1	1
EP Monsanto							1					1	1
HP S. João de Deus				2					2			4	5
Subtotal	0	0	0	3	0	0	4	0	2	3	0	12	13,5
Total geral	3	7	10	28	5	3	46	46	39	30	9	226	275

Fonte: CCGPP, com base em dados recebidos dos EP's.

¹ Integra a Cadeia de Apoio da Horta

No quadro apresentam-se valores detalhados por estabelecimento prisional (inclui-se referência a valores ponderados dos programas aplicados para cálculo de metas previsto em Plano de Atividades 2015, conforme definido pelo CCGPP, devendo ter-se por referência o Catálogo de Programas 2013)¹⁹.

Evidencia-se, em forma de apresentação gráfica, o tipo de programas aplicados em contexto prisional, dos quais se apresenta uma breve descrição, salientando-se com maior expressão quantitativa o Programa Estrada Segura, o Programa de Prevenção do Suicídio, de aplicação obrigatória na maioria dos estabelecimentos prisionais, e o Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída.

Refere-se também o número de reclusos que frequentaram os programas.

Gráfico 8
Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas aplicados em contexto prisional em 2015

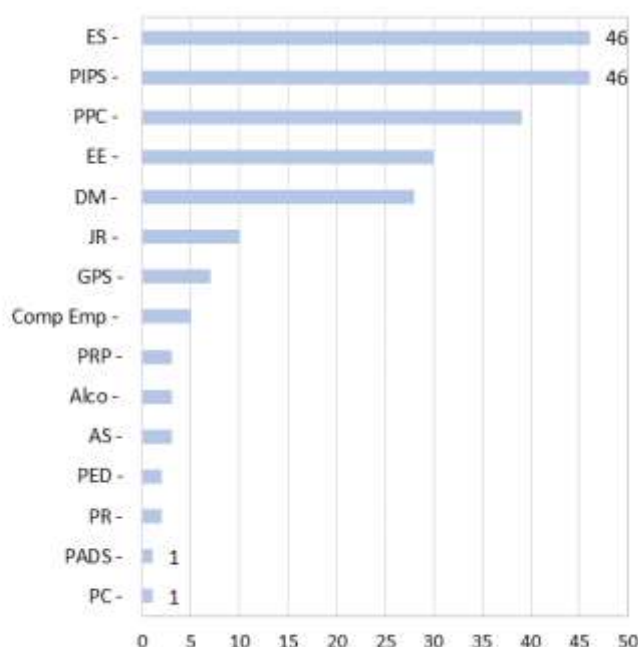
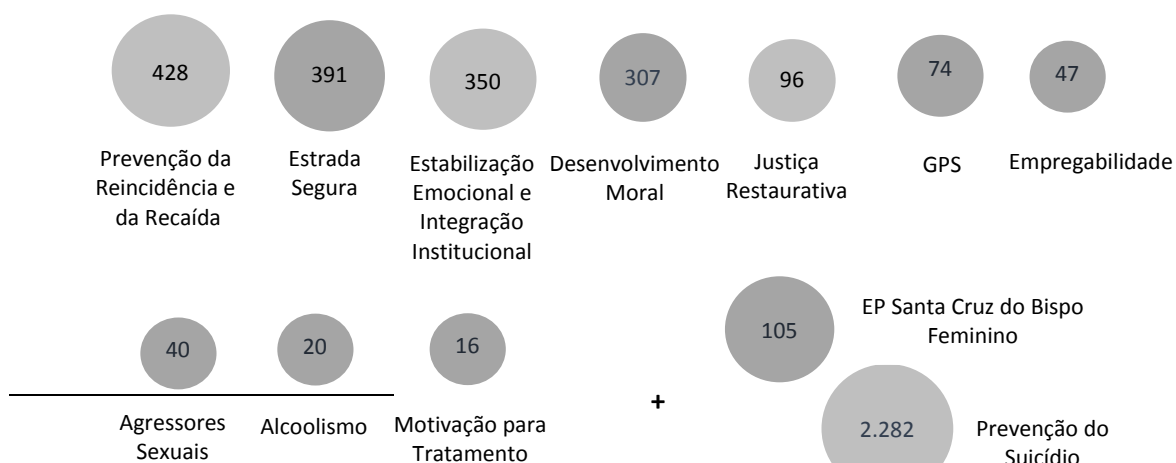


Gráfico 9
Nº de reclusos que frequentaram programas em 2015
(Nº=1.874)





Finalidades

Salvaguarda da vida humana e minimização do impacto do fenómeno do suicídio em meio prisional, nomeadamente, na prevenção do fenómeno do suicídio, na prevenção de comportamentos para-suicidários e adaptação à prisão.

Destinatários

Reclusos recém-entrados em estabelecimento prisional.

Descrição

O PIPS versa sobre a problemática específica do Risco e Vulnerabilidade ao cometimento de suicídio em meio prisional. No quadro da avaliação do recluso - na fase de pós-ingresso no estabelecimento prisional – e respeitando o texto contido nos nºs 1 e 2 do artigo 19º do CEP aprovado pela Lei nº115/2009, entendeu-se que, de acordo com a bibliografia internacional e orientações da Organização Mundial da Saúde, o momento de início de reclusão é a fase oportuna para fazer a deteção precoce de sinais e sintomas de alerta de risco de suicídio/vulnerabilidade ao ato suicida perpetuado intra-muros. Os instrumentos/procedimentos de avaliação a serem aplicados farão a sinalização/encaminhamento da situação-caso, atentos a indicadores que revelam fatores de risco de suicídio/vulnerabilidade ao ato suicida, apontando para a necessidade de intervenção adaptada a cada situação-caso, a vir a ser analisada pela Equipa de Observação Permanente. Quando necessário, o Sector de Prestação de Cuidados de Saúde pode referenciar para acompanhamento especializado. Em suma, cada um dos instrumentos/procedimentos visa identificar o risco suicidário/vulnerabilidade ao ato suicida por parte dos(as) reclusos(as)/detidos(as) entrados(as) e, por decorrência, antecipar o grau de responsividade necessário e adequado para cada recluso(a)/detido(a).

Resultados em 2015

Foram aplicados 46 programas por 46 estabelecimentos prisionais, envolvendo 2.282 reclusos.



Programa de Intervenção dirigido a autores de delitos estradais Estrada Segura

Finalidades

Pretende-se que o recluso/utente adote um comportamento juridicamente integrado, responsável e consequente, especialmente quando se encontra na condução de um veículo motorizado, promovendo assim a Segurança Rodoviária, e em segunda linha, promovendo a prevenção da reincidência, procurando aumentar nos reclusos os seus conhecimentos sobre os efeitos do abuso de álcool e estupefacientes na condução, o conhecimento sobre as consequências de uma condução sem habilitação legal e a modificação do comportamento infrator na estrada.

Destinatários

Reclusos condenados por crimes rodoviários.

Descrição

Os delitos estradais consagrados no ordenamento jurídico português podem expressar-se em diversos ilícitos criminais, sendo que as estratégias a desenvolver serão definidas em função da problemática específica em causa: *Condução de veículo sob o efeito do álcool*, com uma estratégia interventiva simultânea, englobando, Curso “Estrada Segura”, acompanhamento em consulta de alcoologia, em consulta de seguimento pelos serviços clínicos do EP quando este disponha de médico psiquiatra ou em articulação com o Instituto da Droga e Toxicodependência, nos restantes casos; *Condução de veículo sob o efeito de estupefacientes*, com uma estratégia interventiva faseada: nos casos em que as sequelas dos consumos dificultem os processos cognitivos básicos, nomeadamente a atenção, a concentração e o raciocínio, dificultando por isso a integração e o aproveitamento durante o curso. *Condução de veículo sem habilitação legal*, com uma estratégia interventiva simultânea englobando a vertente escolar (nos casos em que o sujeito não disponha da escolaridade obrigatória para efeitos de habilitação legal, integrá-lo no contexto escolar letivo, no âmbito do Programa Educação e Formação para Adultos, proporcionando a oportunidade de, através do modelo de ensino de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, adquirir a escolaridade mínima obrigatória para se propor à habilitação legal para conduzir veículos motorizados) e a vertente Interventiva (Curso “Estrada Segura”); *Condução Perigosa* - Curso “Estrada Segura”.

Resultados em 2015

Foram aplicados 46 programas por 27 Estabelecimentos Prisionais, envolvendo 391 reclusos.



Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída Construir um Plano de Prevenção e Contingência

Finalidades

Pretende-se que o recluso, antes da libertação, consiga avaliar a importância de antecipar o que pode correr mal na sua vida futura, construir planos de prevenção (utilizar estratégias de antecipação e de correção), perceber o conceito e utilidade do plano de contingência e traçar as metas/objetivos que pretendem alcançar a curto, médio e a longo prazo (após a libertação), que se materialize num projeto de vida para o ano seguinte à sua libertação.

Destinatários

Reclusos preferencialmente em Regime Aberto, ou próximo do fim da pena ou da libertação condicional.

Descrição

O grupo deve ser composto por reclusos em número de 8 a 12, a beneficiar de RAI ou RAE, ou em alternativa, nos casos de reclusos em Regime Fechado, preferencialmente a 6/12 meses da libertação previsível. São fatores de exclusão a existência de dificuldades cognitivas muito notórias, psicopatologia do foro psicótico e estar em fase ativa do consumo de substâncias psicoativas. Preferencialmente, o programa deverá ter dois facilitadores, contudo, é passível de ser aplicado por apenas um, devendo estar habilitados com formação para a aplicação do programa, ou pelo menos um deles, no caso de haver dois. Não tem exigências relativas à formação de base dos mesmos.

Resultados em 2015

Foram aplicados 39 programas por 21 estabelecimentos prisionais, envolvendo 428 reclusos.



Programa de Estabilização Emocional e Integração Institucional

Finalidades

Promover a estabilização emocional dos detidos preventivos e/ou recém-entrados no estabelecimento prisional, promover a integração estruturada dos reclusos recém entrados nas regras de funcionamento do Estabelecimento Prisional e reduzir as perturbações de adaptação dos reclusos recém entrados no estabelecimento prisional e treino de estratégias de *coping* necessárias à nova situação.

Destinatários

Reclusos preventivos ou recém-entrados no Estabelecimento Prisional, entrados no sistema prisional há menos de 90 dias.

Descrição

Como um programa de suporte à estabilidade emocional e integração institucional dos reclusos preventivos ou recém-entrados no Estabelecimento Prisional deve apelar a várias valências do tratamento prisional. A dinamização do programa deverá recorrer a uma parceria (em parceria) de técnicos do serviço de apoio à execução da pena, serviços clínicos, e serviço de vigilância e segurança.

Pretende-se uma intervenção global e completa, servindo-se da articulação de várias ações a desenvolver junto de reclusos (detidos) preventivos.

Resultados em 2015

Foram aplicados 30 programas por 13 estabelecimentos prisionais, envolvendo 350 reclusos.



Programa de Promoção do Desenvolvimento Moral e Ético

Finalidades

Promover o pensamento pró-social da população reclusa, especificamente, a promoção da aprendizagem de competências pró-sociais, a promoção de comportamentos adaptados e cooperantes (centrados no outro), por oposição ao comportamento desviante (egocêntrico), criação de oportunidades de descentração social em termos de raciocínio moral, promoção da capacidade de escuta e compreensão do “ponto de vista do outro”, promoção do respeito pelo outro (o seu sentir, perceber e agir), promoção da resolução de conflitos morais de forma mais universal, em contraponto com a individual, sensibilização para valores morais universais e direitos humanos fundamentais.

Destinatários

Reclusos condenados por qualquer tipo de crime.

Descrição

O programa visa a estimulação do raciocínio moral dos reclusos, através da discussão em grupo, de dilemas morais. Esta metodologia tem sido largamente utilizada em vários contextos educativos, quer em escolas, quer em prisões, sendo que os resultados parecem ser encorajadores. De acordo com Kohlberg, a promoção do raciocínio moral só pode ser feita colocando o indivíduo em situações de conflito cognitivo e moral fornecendo oportunidades ao sujeito de desenvolver formas de moralidade de carácter mais universal. Desta forma, propõe-se a discussão de dilemas morais, como forma de conseguir a descentração social do indivíduo. Segundo o autor, esta metodologia seria a única capaz de desenvolver o raciocínio moral dos indivíduos, por ser uma metodologia com uma boa base teórica, eticamente aceitável e também encorajadora ao nível dos resultados. Preferencialmente o programa deverá ter dois facilitadores, contudo, é passível de ser aplicado por apenas um, devendo estar habilitados com formação para a aplicação do programa, ou pelo menos um deles, no caso de haver dois, não havendo exigências relativas à formação de base dos mesmos.

Resultados em 2015

Foram aplicados 28 programas por 15 estabelecimentos prisionais, envolvendo 307 reclusos.



Programa de Iniciação às Práticas Restaurativas Educar para Reparar

Finalidades

A assunção da responsabilidade pelos seus crimes por parte dos participantes, alcançar maior consciencialização dos efeitos dos seus crimes nas suas vítimas, reavaliar o seu comportamento futuro com base nesse novo conhecimento, adquirir a capacidade para pedir desculpa e/ou oferecer reparação apropriada para o ocorrido.

Destinatários

Reclusos em número de 8 a 12, condenados por crimes sem peso emocional excessivo ou dominação preponderante sobre as vítimas. Devem estar preferencialmente em regime fechado, numa fase inicial do cumprimento da pena, não se prevendo a sua libertação, reportando ao início do programa, nos 12 meses seguintes.

Descrição

O programa tem dois grandes módulos, com um total de 30 sessões de 90 minutos. O primeiro módulo, da sessão 1 à sessão 14, visa o trabalho de competências gerais e preparar o indivíduo para o módulo seguinte. O segundo módulo, da sessão 15 à sessão 30 visa o trabalho e o treino de competências restaurativas. Os destinatários não deverão ser portadores de psicopatologia grave, défice cognitivo acentuado e evidente e dependência de substâncias em fase ativa.

Este programa, por ser de elevada intensidade, deverá ser sempre aplicado por dois facilitadores, experientes na aplicação de programas e habilitados com formação para a aplicação do programa e cuja formação de base de, pelo menos um deles, seja na área da Psicologia.

Resultados em 2015

Foram aplicados 10 programas por 6 estabelecimentos prisionais, envolvendo 96 reclusos.



Programa de Promoção de Competências Pessoais e Emocionais Gerar Percursos Sociais - GPS

Finalidades

Prevenção da delinquência juvenil, reabilitação psicossocial e adequação comportamental.

Destinatários

Reclusos jovens (preferencialmente entre os 16 e os 30 anos), que apresentem dificuldades de relacionamento interpessoal, tais como reclusos com estilos de comportamentos agressivos/impulsivo/litigante e reclusos com estilos de comportamento inibido/passivo.

Descrição

O GPS apresenta-se como um programa de prevenção e reabilitação psicossocial para jovens em risco ou que apresentem comportamentos desviantes. Trata-se de um programa de elevada relevância também para o contexto prisional, dada a pertinência de se intervir na camada mais jovem da população em cumprimento de medida privativa de liberdade. É composto por cinco módulos distintos, os quais devem ser realizados na sequência proposta pelos autores, por motivos relacionados com a estratégia da mudança. O número de sessões é variável em cada módulo, de acordo com a natureza e extensão dos mesmos. Estão também pré-definidas, com metodologias e objetivos específicos e distintos, uma sessão inicial, uma sessão final e algumas sessões de *follow-up*. Os destinatários não deverão ser portadores de psicopatologia grave, défice cognitivo acentuado e evidente dependência de substâncias em fase ativa, podem ser constituídos por 12 a 14 reclusos, condenados, preferencialmente em regime fechado, numa fase inicial do cumprimento da pena, que não se preveja a sua libertação, nos 12 meses seguintes, reportando ao início do programa.

Este programa, por ser de elevada intensidade, deverá ser sempre aplicado por dois facilitadores, experientes na aplicação de programas e habilitados com formação para a aplicação do programa e cuja formação de base de, pelo menos um deles, seja na área da psicologia.

Resultados em 2015

Foram efetuadas 7 aplicações deste programa por 5 estabelecimentos prisionais, envolvendo 74 reclusos.



Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade

Finalidades

Estimulo nos indivíduos de maior sentido e consciência do trabalho como exercício social de cidadania, visando ser uma forma de intervir numa área criminógena importante, a do trabalho/emprego, com o intuito de diminuir os índices de reincidência, dirigindo-se às dificuldades educacionais e pessoais que limitam a capacidade da população prisional na obtenção de um emprego formal e da sua manutenção.

Destinatários

Reclusos condenados por qualquer tipologia de crime, que apresentem *deficits* nas competências transferíveis para a empregabilidade.

Descrição

Programa composto por 3 módulos: 1º módulo - tronco comum para todos os participantes, tais como a importância social do trabalho, o trabalho como exercício social de cidadania e a auto-motivação. 2º módulo - inclui o trabalho de competências transversais selecionadas para este programa: integridade; flexibilidade; auto-controlo; pensamento analítico; iniciativa; orientação para resultados; constância; organização e qualidade; orientação para o cliente; trabalho de equipa; comunicação. 3º módulo - módulo complementar, pretende treinar técnicas de procura ativa de emprego, bem como estimular a criação de próprio emprego, para apetrechar os candidatos com ferramentas essenciais na integração no mercado de trabalho.

Após a avaliação das competências profissionais e de empregabilidade, os candidatos são direcionados para os módulos que mais se ajustam às suas necessidades.

O programa deverá ter preferencialmente dois facilitadores, contudo, é passível de ser aplicado por apenas um, devendo estar habilitados com formação para a aplicação do programa, ou pelo menos um deles, no caso de haver dois.

O grupo deve ser constituído por 10 a 15 reclusos, contemplando o programa 20 sessões de 120 minutos.

Resultados em 2015

Foram efetuadas 5 aplicações deste programa por 5 estabelecimentos prisionais, envolvendo 47 reclusos.



Programa de Intervenção dirigido a Agressores Sexuais

Finalidades

Redução do risco de recidiva dos autores dos crimes de natureza sexual, aumento da autocrítica do recluso face ao impacto na vítima desta tipologia de crimes, reestruturação cognitiva dos autores de crimes de natureza sexual, com a adoção de comportamentos socialmente ajustados.

Destinatários

Reclusos condenados pela prática de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, com sentença transitada em julgado.

Descrição

Trata-se de uma intervenção *alargada e por fases*, que acompanha os indivíduos condenados por crimes sexuais desde uma fase precoce de cumprimento da pena até à sua saída em liberdade. O programa comporta 4 fases, a Fase de Avaliação, a Fase de Motivação, Intervenção Central e Follow-up. Os indivíduos condenados por cada um dos tipos de crimes mencionados são separados, compondo-se grupos de reclusos condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e reclusos condenados por crimes contra a liberdade sexual. A Fase de Avaliação tem duração variável, a Fase de Motivação tem 14 sessões, a Intervenção Central tem 30 sessões e o Follow-up tem duração variável. As sessões das fases dois e três duram 90 minutos. Este programa, por ser de elevada intensidade, deverá ser sempre aplicado por dois facilitadores, experientes na aplicação de programas e habilitados com formação para a aplicação do programa e cuja formação de base de, pelo menos um deles, seja na área da psicologia.

Resultados em 2015

Foram aplicados 3 programas pelo Estabelecimento Prisional da Carregueira, envolvendo 40 reclusos.



Programa de Intervenção na problemática do Alcoolismo

Finalidades

Plano de reabilitação, de suporte psico-educativo e de modificação comportamental, na problemática do consumo imoderado de álcool.

Destinatários

Reclusos cuja história prévia confirme a presença de um padrão de consumo imoderado de bebidas alcoólicas.

Descrição

O número de participantes deve ser de 8 a 12 elementos, correspondendo às condições preferenciais de selecção os indivíduos que registavam abuso de álcool no momento da prática dos factos, os mais jovens, os que já beneficiam de saídas jurisdicionais e os que têm registo mais recente de um padrão de consumo imoderado de bebidas alcoólicas.

São fatores de exclusão, a deficiência mental de grau moderado a grave, a patologia psicótica descompensada, registando alterações comportamentais, senso-perceptivas e/ou do pensamento que impeçam a inclusão em programas de intervenção grupal.

O programa deverá ser sempre aplicado por dois facilitadores, experientes na aplicação de programas e com formação de base, pelo menos um, na área da psicologia. Os facilitadores devem estar habilitados com formação para a aplicação do programa, pelo menos um deles.

Resultados em 2015

Foram efetuadas 3 aplicações deste programa por 2 estabelecimentos prisionais, envolvendo 20 reclusos.

Em 2015, 35 estabelecimentos prisionais receberam formação para capacitar profissionais a aplicar programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas, abrangendo um total de 115 profissionais (aplicadores). O reforço de profissionais capacitados para aplicar programas dirigidos a problemáticas criminais específicas é essencial para aumentar o nº de programas aplicados e, conseqüentemente, aumentar o número de reclusos a frequentar programas. Foram realizadas 6 ações correspondendo a 6 programas distintos:

- Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS)
- Plano de Prevenção e Contingência,
- Programa de Desenvolvimento Moral e Ético,
- Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão,
- Programa de Motivação para o Tratamento de Comportamentos Aditivos,
- Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade.

O quadro seguinte ilustra a formação realizada, por estabelecimento prisional.

Quadro 6
Ações de formação para estabelecimentos prisionais relacionadas com programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas em 2015

Estabelecimentos Prisionais por formações		Programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado		
• EP Alcoentre	3	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Caxias	1	PIPS
• EP Coimbra	2	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Funchal	1	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Leiria Jovens	1	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Linhó	1	PIPS
• EP Lisboa	3	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Monsanto	1	PIPS
• EP Paços de Ferreira	1	Programa de Motivação para o Tratamento de Comportamentos Aditivos
• EP Pinheiro da Cruz	1	PIPS
• EP Porto	3	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Sta Cruz Bispo Feminino	1	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Setúbal	2	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético Programa de Motivação para o Tratamento de Comportamentos Aditivos
• EP Tires	4	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Vale de Judeus	1	Programa de Motivação para o Tratamento de Comportamentos Aditivos

Estabelecimentos Prisionais por formação		Programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio		
• EP Aveiro	1	Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Beja	2	PIPS Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Braga	1	Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Bragança	2	PIPS Plano de Prevenção e Contingência
• EP Caldas da Rainha	3	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade
• EP Castelo Branco	2	PIPS Plano de Prevenção e Contingência
• EP Covilhã	1	PIPS
• EP Elvas	1	Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade
• EP Faro	2	Plano de Prevenção e Contingência Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Guarda	1	PIPS
• EP Guimarães	1	Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Lamego	3	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Montijo	1	Plano de Prevenção e Contingência
• EP Odemira	4	PIPS Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Olhão	2	Plano de Prevenção e Contingência Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP PJ Lisboa	1	Plano de Prevenção e Contingência
• EP Ponta Delgada	2	PIPS Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão
• EP Torres Novas	2	PIPS Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade
• EP Vila Real	2	PIPS Programa de Desenvolvimento Moral e Ético
• EP Viseu	2	PIPS Plano de Prevenção e Contingência
Nº de EPs abrangidos	35	
Nº de ações de formação realizadas	6	
Nº de aplicadores de programas que beneficiaram de formação	115	

Fonte: CCPP

1.2.3 ■ QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL DE RECLUSOS

Enquadra-se no âmbito do tratamento prisional, de modo a favorecer condições de reinserção social e diminuição da reincidência, a facilitação do acesso a competências escolares e a formação profissional, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos. Preconiza o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (artº 38º):

- A escolaridade obrigatória é assegurada com carácter prioritário a reclusos jovens ou iletrados.
- Deve promover-se a frequência pelo recluso de outros níveis de escolaridade, designadamente através do recurso a meios de ensino à distância.
- Ao recluso com necessidades educativas especiais é garantido o apoio que lhe permita aceder ao ensino em condições idênticas às dos restantes reclusos.
- Ao recluso estrangeiro, de língua materna diferente da portuguesa, é garantido o acesso a programas de ensino da língua portuguesa, pelo menos quando o tempo de pena a cumprir exceda um ano.

O ensino deve ser organizado em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social. No caso das ações de formação e aperfeiçoamento profissional (artº 40º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade), estas devem ter por referência as necessidades e aptidões do recluso e privilegiarem condições de empregabilidade.

Do quadro seguinte constam dados por estabelecimento prisional, com valores e cálculos percentuais baseados no número de reclusos integrados em formação escolar e profissional, dados estes coligidos pelo CCGPATP. Segundo estes dados, em 2015, encontraram-se integrados, em cursos concluídos ou a decorrer, em formação escolar 8.525 reclusos e em formação profissional 2.824 reclusos.



Nº de reclusos integrados em formação escolar e/ou profissional (cursos concluídos e a decorrer a 31-12-2015)

11.349

Quadro 7
Reclusos integrados em cursos escolares e de formação profissional realizados em 2015

Estabelecimentos Prisionais	Nº Inscritos em ações/cursos concluídos em 2015			Nº Inscritos em ações/cursos a decorrer em 31-12-2015			Total geral		
	Formação escolar	Formação profissional	Total	Formação escolar	Formação profissional	Total	Formação escolar	Formação profissional	Total
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado									
EP Alcoentre	134	101	235	122	93	215	256	194	450
EP Carregueira	206	0	206	247	15	262	453	15	468
EP Caxias	0	16	16	124	0	124	124	16	140
EP Coimbra	174	138	312	174	83	257	348	221	569
EP Funchal	187	23	210	157	0	157	344	23	367
EP Izeda	96	76	172	105	0	105	201	76	277
EP Leiria Jovens	86	80	166	110	80	190	196	160	356
EP Linhó	117	32	149	133	33	166	250	65	315
EP Lisboa	251	0	251	165	0	165	416	0	416
EP Monsanto	24	0	24	19	0	19	43	0	43
EP Paços de Ferreira	302	85	387	189	64	253	491	149	640
EP Pinheiro da Cruz	32	32	64	103	0	103	135	32	167
EP Porto	396	67	463	500	163	663	896	230	1126
EP Santa Cruz Bispo Fem	66	0	66	79	0	79	145	0	145
EP Santa Cruz Bispo Masc	133	47	180	167	0	167	300	47	347
EP Setúbal	132	0	132	72	32	104	204	32	236
EP Sintra	165	0	165	119	31	150	284	31	315
EP Tires	133	15	148	103	16	119	236	31	267
EP Vale de Judeus	160	91	251	158	66	224	318	157	475
EP Vale do Sousa	185	34	219	251	33	284	436	67	503
HP S. João de Deus	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Subtotal	2.979	837	3.816	3.097	709	3.806	6.076	1.546	7.622
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio									
EP Angra Heroísmo ¹	0	0	0	36	0	36	36	0	36
EP Aveiro	0	229	229	0	96	96	0	325	325
EP Beja	140	16	156	62	38	100	202	54	256
EP Braga	149	33	182	102	17	119	251	50	301
EP Bragança	65	63	128	67	16	83	132	79	211
EP Caldas da Rainha	95	16	111	59	0	59	154	16	170
EP Castelo Branco	26	53	79	40	32	72	66	85	151
EP Chaves	29	45	74	50	0	50	79	45	124
EP Covilhã	83	15	98	63	0	63	146	15	161
EP Elvas	89	16	105	40	16	56	129	32	161
EP Évora	*	*	*	*	*	*	*	*	*
EP Faro	69	32	101	69	17	86	138	49	187
EP Guarda	33	80	113	48	62	110	81	142	223
EP Guimarães	85	66	151	58	0	58	143	66	209
EP Lamego	18	37	55	55	0	55	73	37	110
EP Leiria	0	16	16	44	16	60	44	32	76
EP Montijo	84	15	99	120	18	138	204	33	237
EP Odemira	13	0	13	38	0	38	51	0	51
EP Olhão	61	33	94	48	18	66	109	51	160
EP PJ Lisboa	*	*	*	*	*	*	*	*	*
EP PJ Porto	20	*	20	13	*	13	33	*	33
EP Ponta Delgada	1	0	1	117	18	135	118	18	136
EP Silves	0	15	15	86	18	104	86	33	119
EP Torres Novas	0	0	0	27	17	44	27	17	44
EP Viana do Castelo	41	29	70	31	16	47	72	45	117
EP Vila Real	24	27	51	51	27	78	75	54	129
EP Viseu	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Subtotal	1.125	836	1.961	1.324	442	1.766	2.449	1.278	3.727
Total geral	4.104	1.673	5.777	4.421	1.151	5.572	8.525	2.824	11.349

Fonte: CCGPATP

¹ Integra a Cadeia de Apoio da Horta

* Estabelecimentos Prisionais excluídos do cumprimento do indicador

Dos 48 estabelecimentos prisionais (considera-se a Cadeia de Apoio da Horta integrada no EP de Angra do Heroísmo), 8 EPs estavam dispensados do cumprimento deste indicador, conforme previsto no Plano de atividades de 2015 e 6 não conseguiram apresentar nenhuma nova proposta de protocolo a celebrar em 2015. No total dos estabelecimentos prisionais, foram apresentadas 59 novas propostas de protocolo, envolvendo 56 entidades externas, resultando uma média nacional de 1,5 protocolos por estabelecimento prisional.

Quadro 8
Novos protocolos propostos por estabelecimento prisional em 2015

Novos protocolos apresentados por EP	Entidades externas
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado	
• EP Alcoentre 2	Escolas Associadas - Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira e o Agrupamento Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, de Rio Maior Câmara Municipal da Azambuja
• EP Coimbra 2	Escola Associada - Escola Eugénio de Castro Centro de Emprego e Formação Profissional de Coimbra do IEFP, I.P.
• EP Izedo 2	Agrupamento de Escolas Abade Baçal Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais/Mirandela
• EP Leiria Jovens 2	Agrupamento de Escolas D. Dinis Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo
• EP Paços de Ferreira 1	Escola Secundária de Paços de Ferreira
• EP Porto 2	Agrupamento de Escolas de Matosinhos Escola Secundária João Gonçalves Zarco
• EP Sta Cruz Bispo Masculino 1	Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira
• EP Sintra 2	Agrupamento de Escolas - Escola Leal da Câmara Agrupamento de Escolas - Escola D. Carlos I
• EP Tires 2	Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo FormoDidat – Formação e Consultadoria, Lda.
• EP Vale de Judeus 2	Agrupamento de Escolas Fernando Pereira Casimiro da Silva de Rio Maior Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira de Rio Maior
• EP Vale do Sousa 2	Escola Secundária de Paços de Ferreira Universidade Aberta
Subtotal 20	

Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio		
• EP Aveiro	1	Agrupamento de Escolas de Aveiro
• EP Beja	1	Centro de Formação e Inovação Tecnológica - Inovinter
• EP Braga	2	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva Agrupamento de Escolas André Soares
• EP Bragança	2	Agrupamento de Escolas Abade Baçal Biblioteca Municipal de Bragança
• EP Caldas da Rainha	2	Agrupamento de Escolas D.João II Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro
• EP Castelo Branco	2	Escola Associada Afonso de Paiva de Castelo Branco - Desporto Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva de Castelo Branco - Línguas
• EP Chaves	2	Agrupamento Escolas Dr. Júlio Martins Biblioteca Municipal de Chaves
• EP Covilha	2	Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã Escola Secundária Campos Melo
• EP Évora	1	Universidade de Évora
• EP Faro	1	Agrupamento de Escolas João de Deus
• EP Guarda	2	Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço - Câmara Municipal da Guarda
• EP Guimarães	2	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. Agrupamento de Escolas Prof. João de Meira
• EP Lamego	1	Escola Secundária Latina Coelho
• EP Leiria	2	Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta de Porto de Mós Agrupamento de Escolas D. Dinis Seminário de Leiria
• EP Olhão	2	Biblioteca Municipal José Mariano Gago - Câmara Municipal de Olhão Agrupamento de Escolas Dr. Alberto Iria
• EP PJ Porto	2	Câmara Municipal do Porto - Biblioteca Municipal Almeida Garrett Escola Secundária João Gonçalves Zarco e Agrupamento de Escolas Eugénio Andrade
• EP Ponta Delgada	6	KAIRÓS – Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária, SRL Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores
• EP Silves	1	Agrupamento de Escolas de Silves
• EP Torres Novas	2	Agrupamento de Escolas Gil Paes Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional da Cooptécnica Gustave Eiffel CRL
• EP Viana do Castelo	2	Agrupamento de Escolas da Abelheira Câmara Municipal de Viana do Castelo - Biblioteca Municipal Viana Taurino Clube
• EP Vila Real	2	Biblioteca Municipal de Vila Real - Câmara Municipal de Vila Real Agrupamento de Escolas Diogo Cão de Vila Real
Subtotal	39	
Total geral	59	
Média por EP ¹	1,48	

Fonte: Estabelecimentos prisionais

¹ Total de EPs considerados: 40

1.2.4 ■ CONDIÇÕES PARA INTEGRAÇÃO LABORAL DE RECLUSOS

O trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após a libertação (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, artº 41º), prevendo-se que:

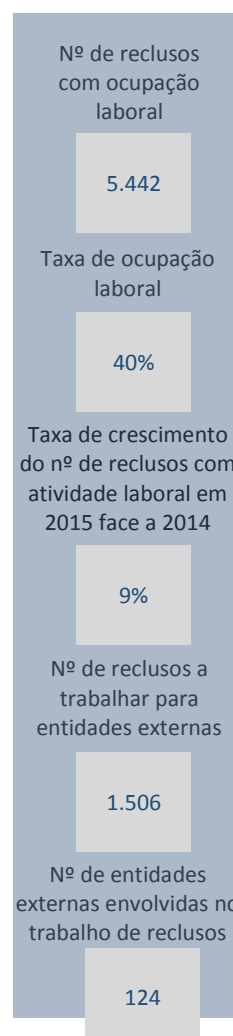
- Seja assegurado ao recluso, de acordo com as ofertas disponíveis, trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial, tendo em conta as suas aptidões, capacidades, preparação e preferências, sem prejuízo do acesso ao ensino e à formação profissional e da participação em programas referidos (artº 47º).
- O trabalho não se subordine exclusivamente a finalidades lucrativas ou a interesses económicos do estabelecimento prisional ou de terceiros.

O trabalho é realizado no interior ou no exterior (artº 42º) dos estabelecimentos prisionais e pode também ser promovido com a colaboração de entidades públicas ou privadas, sob supervisão e coordenação dos serviços prisionais, compreendendo:

- O trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial (assenta numa relação jurídica especial de trabalho, artº 43º).
- O trabalho organizado pelos estabelecimentos prisionais nas suas próprias instalações, que não se enquadre em unidades produtivas de natureza empresarial, e os serviços auxiliares e de manutenção das instalações e equipamentos (é devida remuneração aos reclusos fixada por portaria, art.44º).

O número de reclusos com atividade laboral por estabelecimento prisional consta do quadro seguinte, bem como a taxa de ocupação laboral face à população prisional a 31 de dezembro de 2015 e, ainda, a taxa de crescimento do número de reclusos com atividade laboral em 2015, face a 2014, dados estes recolhidos pelo CCTDAE (os gráficos ilustram a taxa de crescimento por EP face à meta estabelecida para 2015), sendo também apresentados dados por tipo de atividade económica.

Estima-se em 1.506 o número de reclusos que, em 2015, desenvolveram atividade laboral para entidades externas, estas num total de 124.



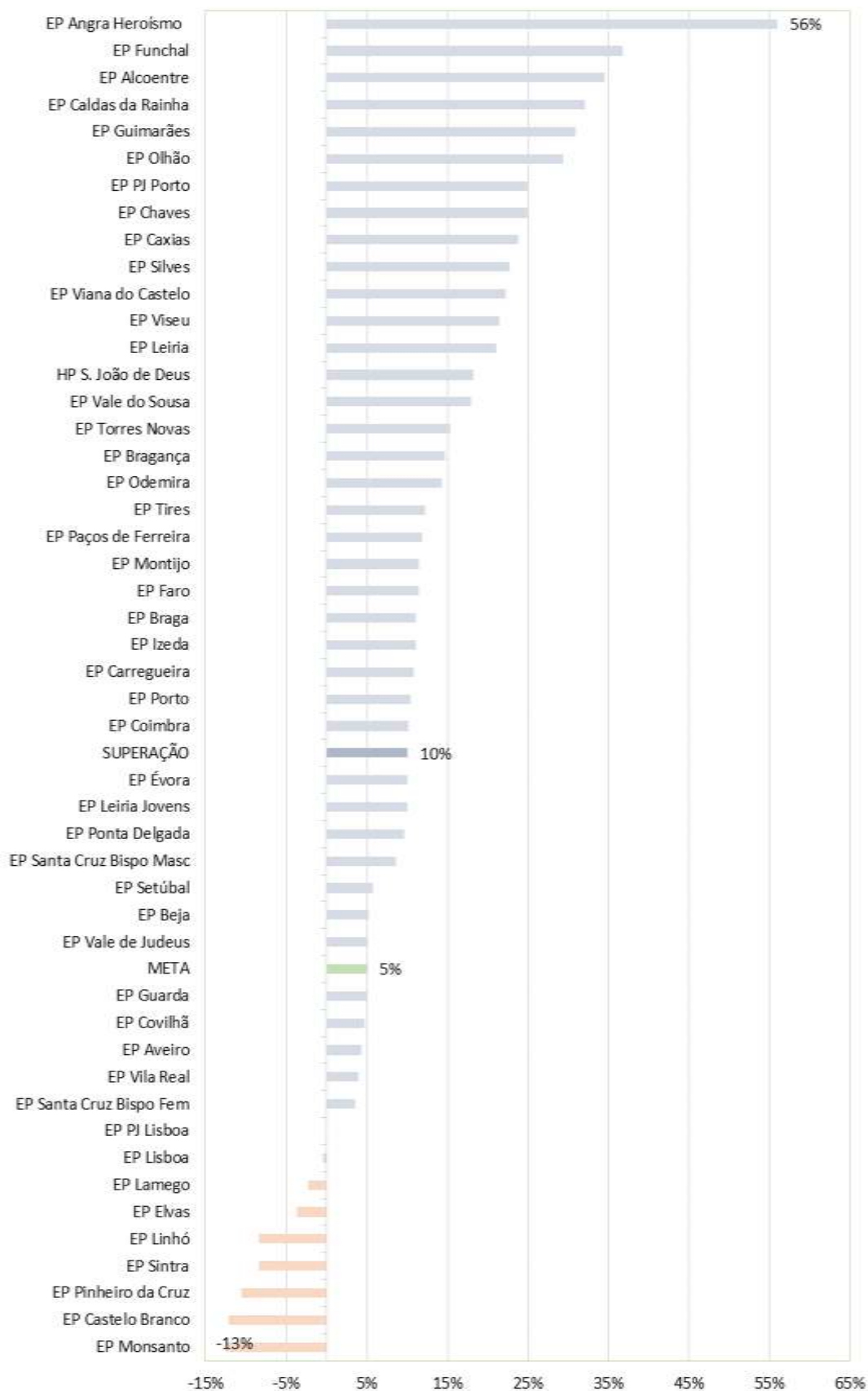
Quadro 9
Reclusos² com atividade laboral em 2015

Estabelecimento Prisional	População prisional ¹ 31-12-2014	Reclusos a trabalhar		População Prisional ¹ 31-12-2015	Reclusos a trabalhar		Taxa crescim 2015/14
		Nº	%		Nº	%	
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado							
EP Alcoentre	605	182	30%	577	245	42	35
EP Carregueira	697	316	45%	729	350	48	11
EP Caxias	388	122	31%	516	151	29	24
EP Coimbra	494	176	36%	505	194	38	10
EP Funchal	253	109	43%	246	149	61	37
EP Izeda	283	190	67%	291	211	73	11
EP Leiria Jovens	235	70	30%	188	77	41	10
EP Linhó	498	203	41%	475	186	39	-8
EP Lisboa	1275	246	19%	1327	245	18	0
EP Monsanto	73	32	44%	70	28	40	-13
EP Paços de Ferreira	714	296	41%	737	331	45	12
EP Pinheiro da Cruz	642	304	47%	656	272	41	-11
EP Porto	1208	344	28%	1201	380	32	10
EP Santa Cruz Bispo Fem	317	285	90%	328	295	90	4
EP Santa Cruz Bispo Masc	463	185	40%	470	201	43	9
EP Setúbal	297	69	23%	295	73	25	6
EP Sintra	653	286	44%	712	262	37	-8
EP Tires	521	245	47%	436	275	63	12
EP Vale de Judeus	494	233	47%	500	245	49	5
EP Vale do Sousa	378	161	43%	379	190	50	18
HP S. João de Deus	32	11	34%	39	13	33	18
Subtotal	10 520	4 065	39%	10 677	4 373	41%	8%
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio							
EP Angra Heroísmo	95	25	26%	155	39	25	56
EP Aveiro	113	23	20%	130	24	18	4
EP Beja	212	38	18%	212	40	19	5
EP Braga	134	45	34%	146	50	34	11
EP Bragança	90	34	38%	84	39	46	15
EP Caldas da Rainha	113	53	47%	110	70	64	32
EP Castelo Branco	125	33	26%	125	29	23	-12
EP Chaves	61	16	26%	68	20	29	25
EP Covilhã	89	42	47%	83	44	53	5
EP Elvas	77	27	35%	67	26	39	-4
EP Évora	46	20	43%	48	22	46	10
EP Faro	148	35	24%	149	39	26	11
EP Guarda	190	40	21%	206	42	20	5
EP Guimarães	61	42	69%	59	55	93	31
EP Lamego	82	43	52%	76	42	55	-2
EP Leiria	128	38	30%	147	46	31	21
EP Montijo	217	96	44%	192	107	56	11
EP Odemira	47	35	74%	48	40	83	14
EP Olhão	65	17	26%	60	22	37	29
EP PJ Lisboa	141	33	23%	139	33	24	0
EP PJ Porto	46	8	17%	44	10	23	25
EP Ponta Delgada	176	83	47%	171	91	53	10
EP Silves	78	22	28%	72	27	38	23
EP Torres Novas	48	26	54%	45	30	67	15
EP Viana do Castelo	73	18	25%	83	22	27	22
EP Vila Real	101	25	25%	90	26	29	4
EP Viseu	79	28	35%	83	34	41	21
Subtotal	2.835	945	33%	2.892	1.069	37	13
Total geral	13.355	5.010	38%	13.569	5.442	40	9

Fonte: CCTDAE

¹ Total de reclusos preventivos e condenados, sem PDL.

Gráfico 10
Crescimento percentual do nº de reclusos com atividade laboral em 2015 face a 2014



Quadro 10
Trabalho organizado pelos estabelecimentos prisionais e com a colaboração de entidades externas em 2015, por atividade económica

Atividade económica	31-12-2015			
	Nº de reclusos	%	% Total	
Trabalho organizado pelos EP	Agricultura, Produção Animal e Floresta	268	7	72
	Indústria Extrativa e Transformadora	265	7	
	Construção Civil	323	8	
	Comércio manutenção e reparação de veículos	66	2	
	Alojamento, Restauração e Similares	621	16	
	Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	1890	48	
	Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	117	3	
	Atividades dos serviços pessoais	302	8	
	Saneamento e Resíduos	1	0	
	Por conta própria com remuneração	83	2	
Subtotal	3936	100	72	
Trabalho em colaboração com entidades externas	Agricultura, Produção Animal e Floresta	111	7	28
	Indústria Transformadora	1203	80	
	Saneamento, Gestão de Resíduos, Despoluição	0	0	
	Construção	16	1	
	Comércio por Grosso e a Retalho	6	0	
	Alojamento, Restauração e Similares	85	6	
	Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	85	6	
	Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	0	0	
Subtotal	1506	100	28	
Total	5.442		100	

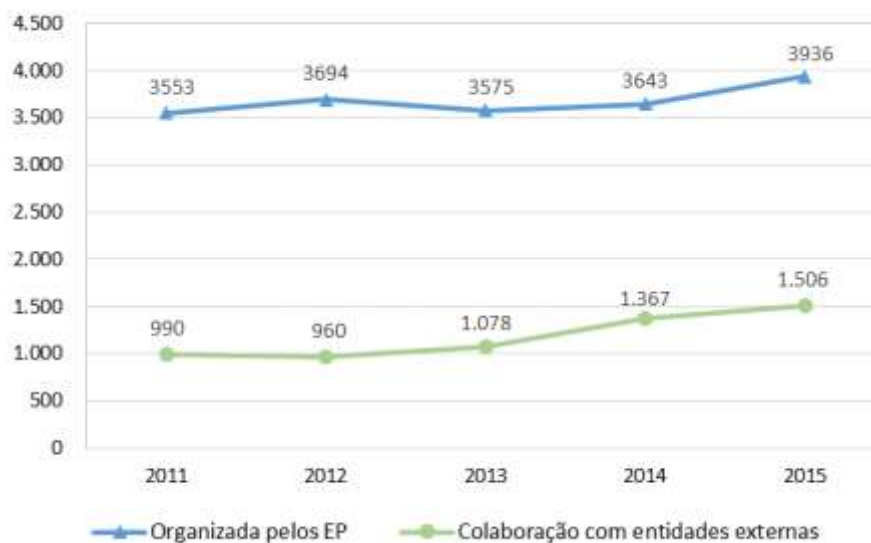
Quadro 11
N.º de reclusos a trabalhar para entidades externas, por setor de atividade

Sector de atividade	31-12-2014				31-12-2015				Variação 2015/14	
	Entidades		Reclusos a trabalhar		Entidades		Reclusos a trabalhar		N.º entidades	N.º reclusos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Sector Privado	86	72	1 114	81	85	69	1 270	84	-1	156
Autarquias	9	8	50	4	15	12	80	5	6	30
Sector Público	9	8	42	3	8	6	41	3	-1	-1
Associações, IPSS e ONG	16	13	161	12	16	13	115	8	0	-46
Total	120	100	1.367	100	124	100	1.506	100	4	139

Quadro 12
Evolução da atividade laboral nos estabelecimentos prisionais entre 2011-2015

Modalidade de organização	2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Organizada em colaboração com entidades externas	990	22	960	21	1.078	23	1.367	27	1.506	28
Organizada pelos estabelecimentos prisionais	3.553	78	3.694	79	3.575	77	3.643	73	3.936	72
Total	4.543	100	4.654	100	4.653	100	5.010	100	5.442	100
População prisional 31 de dezembro (excluindo PDL e Inimputáveis)	12.080	38	12.888	36	13.615	34	13.378	38	13.569	40

Gráfico 11
Evolução da atividade laboral



1.2.5 ■ ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E DESPORTIVAS

A realização de atividades socioculturais e desportivas, enquanto atividades enquadradas no tratamento prisional, encontram-se previstas no artº 49º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, o qual estipula que são organizadas nos estabelecimentos prisionais:

- Atividades socioculturais e recreativas, designadamente através da existência de bibliotecas, de serviço de leitura, de videotecas e de programas diversificados de animação cultural, das quais os reclusos possam usufruir, tendo em vista o seu bem-estar e o desenvolvimento das suas aptidões.
- Atividades desportivas, sob orientação técnica adequada, a fim de assegurar o bem-estar físico e psíquico do recluso e de favorecer o espírito de convivência social ordenada.

Encontra-se também previsto o envolvimento ativo dos reclusos, os quais devem ser incentivados a participar na programação e na organização das atividades socioculturais e desportivas, sem prejuízo da manutenção da ordem e segurança.

O quadro seguinte demonstra o número de atividades, de natureza sociocultural - em 2015, ações de leitura em cooperação com bibliotecas e outras entidades externas locais - e desportiva, realizadas por estabelecimento prisional.

O esquema que se apresenta em seguida ilustra a diversidade das estruturas comunitárias envolvidas nas atividades desportivas. As atividades realizadas nos estabelecimentos prisionais contaram com a colaboração de diversas entidades do setor público, tais como câmaras municipais, PSP, GNR, Exército, escolas, mas, sobretudo, salienta-se o envolvimento de entidades privadas, nomeadamente grupos desportivos e associações locais, IPSSs, Cruz Vermelha Portuguesa e estruturas empresariais da área do desporto.



Nº de ações de leitura em cooperação com bibliotecas e outras entidades externas locais realizadas

262

Nº de atividades desportivas realizadas

209

Quadro 13
Atividades culturais e desportivas realizadas em 2015 com a colaboração de entidades externas

Estabelecimentos Prisionais	Atividades na área sociocultural e desportiva com colaboração de entidades externas		
	Ações de leitura	Atividades desportivas	Total de atividades realizadas
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado			
EP Alcoentre	4	5	9
EP Carregueira	*	5	5
EP Caxias	*	4	4
EP Coimbra	4	4	8
EP Funchal+Fem	2	3	5
EP Izeda	4	5	9
EP Leiria Jovens	3	3	6
EP Linhó	*	5	5
EP Lisboa	3	9	12
EP Monsanto	3	2	5
EP Paços de Ferreira	14	15	29
EP Pinheiro da Cruz	20	*	20
EP Porto	31	9	40
EP Santa Cruz Bispo Fem	13	11	24
EP Santa Cruz Bispo Masc	10	4	14
EP Setúbal	*	4	4
EP Sintra	4	4	8
EP Tires Fem+Masc	12	3	15
EP Vale de Judeus	0	2	2
EP Vale do Sousa	3	5	8
HP S. João de Deus	*	*	0
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio			
EP Angra Heroísmo ¹	0	0	0
EP Aveiro	3	7	10
EP Beja	3	3	6
EP Braga	5	3	8
EP Bragança	3	2	5
EP Caldas da Rainha	5	4	9
EP Castelo Branco	3	2	5
EP Chaves	0	5	5
EP Covilhã	3	4	7
EP Elvas	9	0	9
EP Évora	2	3	5
EP Faro	3	4	7
EP Guarda+Fem	10	6	16
EP Guimarães	3	5	8
EP Lamego	2	3	5
EP Leiria	3	6	9
EP Montijo	1	4	5
EP Odemira	5	3	8
EP Olhão	3	4	7
EP PJ Lisboa	6	8	14
EP PJ Porto	2	3	5
EP Ponta Delgada+Fem	4	8	12
EP Silves	4	9	13
EP Torres Novas	35	3	38
EP Viana do Castelo	7	4	11
EP Vila Real	5	3	8
EP Viseu	3	1	4
Total geral	262	209	471

Fonte: Estabelecimentos prisionais

¹ Integra a Cadeia de Apoio da Horta

* Estabelecimentos Prisionais excluídos do cumprimento deste indicador

Quadro 14

Atividades desportivas realizadas por estabelecimento prisional em 2015 em colaboração com entidades externas

Atividades desportivas realizadas por EP		Entidades externas	
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado			
● EP Alcoentre	5	Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED) Escola Superior de Desporto - Rio Maior Academia Jonhson	Grupo Desportivo "Concha Azul" Federados de Rugby Cruz Vermelha de Aveiras de Cima
● EP Carregueira	5	Federação Portuguesa de Ciclismo Futebol Clube do Estoril Praia/SAPANA	
● EP Caxias	4	Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol	
● EP Coimbra	4	Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física de Coimbra Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Associação Yoga Sámkhia	
● EP Funchal	3	Associação de Atletismo da Madeira Clube Desportivo Nacional Plano Nacional de Ética no Desporto	
● EP Izeda	5	Escola Superior de Educação Agrupamento de Escolas Abade Baçal	
● EP Leiria Jovens	3	Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo Instituto do Desporto e Juventude, IP - Delegação Regional do Centro Leiria Flying Objects (LFO)	
● EP Linhó	5	Academia Johnson Associação O Companheiro Atletas de Competição Árbitro da 1ª Liga	
● EP Lisboa	9	Associação Cultural "Moinho da Juventude" Associação Nacional de Futebol de Rua Associação Jorge Pina/Torre Laranja F.C. Associação Recreativa "Cazambujal"	Cruz Vermelha Portuguesa Câmara Municipal de Lisboa Projeto "Escolhas e Desafios"/Projeto "Sementes a Crescer"
● EP Monsanto	2	Comando aéreo GNR - Grupo de Intervenção e Operações Especiais	
● EP Paços de Ferreira	15	ADICE AMI Casa de Vale AARSMF – Ser + pessoa Associação ARRIMO Hospital Joaquim Urbano Atleta Aurora Cunha"	Polícia de Segurança Pública F.C. Moreirense Centro Social de Soutelo Câmara Municipal de V.N. de Gaia Futebol Clube do Boavista Escola Secundária de Paços de Ferreira
● EP Porto	9	Centro Comunitário Vermoim/Sobreiro (St.ª Casa da Misericórdia da Maia) A.F.U.A. (Associação dos Familiares, Utentes e Amigos do Hospital Magalhães Lemos) Associação de Estudantes da Universidade Católica	AMI Ser+Pessoa Associação ARRIMO Professor Pedro Santos Associação Académica de Sangemil Associação dos Albergues Noturnos do Porto
● EP Sta Cruz Bispo Feminino	11	Centro Integrado de Apoio à Deficiência Zumba Fitness Professorores das Escolas	
● EP Sta Cruz Bispo Masculino	4	Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida" Associação "Foste Visitar-me" Liga de Inclusão Social	
● EP Setúbal	4	Plano Nacional de Ética no Desporto Centro do Yoga - Áshrama Setúbal Federação Portuguesa de Andebol Velejador Vitor Pinho Árbitro externo	
● EP Sintra	5	Agrupamento de Escolas Leal da Câmara Agrupamento de Escolas D. Carlos I	
● EP Tires	3	Associação Europeia de HIP-HOP e Proteção dos Direitos dos Jovens e da Mulher "Diálogo e Ação" Associação de Voluntariado "Dar a Mão" Centro Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos de Carcavelos Ginásio Clube de Oeiras	
● EP Vale de Judeus	2	Clube de Atletismo do Cartaxo Cister Sport Clube de Alcobaça	
● EP Vale do Sousa	5	Instituto Universitário da Maia Federação Portuguesa de Andebol Independentes de Fânzeres Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Frazão Associação Runporto	

Atividades desportivas realizadas por EP	Entidades externas		
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio			
● EP Aveiro	7	Associação "As Florinhas do Vouga" Instituto Português do Desporto e da Juventude	Federação Portuguesa de Andebol Agrupamento de Escolas de Aveiro
● EP Beja	3	Câmara Municipal de Beja Associação "A Luzerna" Ginásio "Brutal Fitness Gym"	
● EP Braga	3	Agrupamento de Escolas André Soares Pastoral Penitenciária de Braga	
● EP Bragança	2	Escola Associada Abade de Baçal Câmaras Municipais de Bragança, Vinhais, Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda de Ansiães, Vimioso e Macedo de Cavaleiros União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo	Caixa de Crédito Agrícola de Bragança Companhia de Seguros Tranquilidade Caixa Geral de Depósitos – Bragança Banco BPI Diocese de Bragança - Miranda
● EP Caldas da Rainha	4	Banco Voluntariado C.M. Caldas Rainha Associação Tabuleiro Cores Cruz Vermelha Portuguesa Grupo Empresários de Caldas da Rainha	
● EP Castelo Branco	2	Grupo Desportivo de Castelo Branco Associação de jogos Tradicionais do distrito de Castelo Branco	
● EP Chaves	5	Agrupamento Escolas Dr. Júlio Martins	
● EP Covilhã	4	Cruz Vermelha Portuguesa Agrupamento Escolas Pero da Covilhã Escola Secundária Campos Melo da Covilhã	Federação Portuguesa de Andebol Clube Penta da Covilha Associação Académica da UBI
● EP Évora	3	Associação de Ténis de Mesa Associação de Estudantes da Universidade de Évora Liga dos Combatentes - Núcleo de Évora	
● EP Faro	4	CLUB Health Clubs EVA HEALTH CLUB Instituto Português da Juventude	Faculdade Ciências Humanas de Lisboa Academia de Xadrez do Algarve
● EP Guarda	6	Instituto Piaget para o Desenvolvimento – APDES Federação Andebol Portugal Grupo Desportivo de Trancoso	
● EP Guimarães	5	Associação Desportiva Jorge Antunes Vitória Sport Clube de Guimarães Agrupamento de Escolas Professor João de Meira	Instituto Português do Desporto e da Juventude
● EP Lamego	6	Agrupamento de Escolas latino Coelho Centro de Tropas Operacionais do Exército de Lamego	
● EP Leiria	6	Base Aérea de Monte Real Regimento de Artilharia de Leiria Presídio de Tomar	Instituto Politécnico de Leiria Cruz Vermelha Portuguesa
● EP Montijo	4	Grupo Desportivo dos Ferroviários do Barreiro Ginásio Evolution Ginásio Kalorias	
● EP Odemira	3	Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) Agrupamento de Escolas de Odemira - Escola Secundária Manuel Candeias Gonçalves Câmara Municipal de Odemira	
● EP Olhão	4	Escola Dr. Alberto Iria	
● EP PJ Lisboa	8	Escola Secundária Camões	
● EP PJ Porto	3	Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade	
● EP Ponta Delgada	8	Cooperativa Kairós - Clube K Clube Desportivo de Rabo de Peixe	
● EP Silves	9	Clube Desportivo de Lagoa Agrupamento de Escolas de Silves Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Silves-Albufeira	
● EP Torres Novas	3	Estabelecimento Prisional Militar de Tomar Câmara Municipal de Torres Novas	
● EP Viana do Castelo	4	Câmara Municipal de Viana do Castelo Voleibol Clube de Viana	Viana Remadores do Lima Viana Taurino Clube
● EP Vila Real	3	Federação Portuguesa de Andebol Agrupamento de Escolas Diogo Cão	
● EP Viseu	1	Associação de Andebol de Viseu e Direcção Regional do Centro do IPDJ	

1.2.6 ■ RECLUSOS ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE VOLUNTARIADO

A participação de instituições particulares e de organizações de voluntários (artº 55º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade), em articulação com outras entidades, deve ser incentivada, nos termos do Regulamento Geral, podendo incidir, nomeadamente:

- No desenvolvimento de atividades de cariz cultural e de ocupação de tempos livres.
- No apoio social e económico a reclusos e seus familiares.
- Em atividades relevantes para o processo de reinserção social, designadamente apoio em matéria de emprego e alojamento.



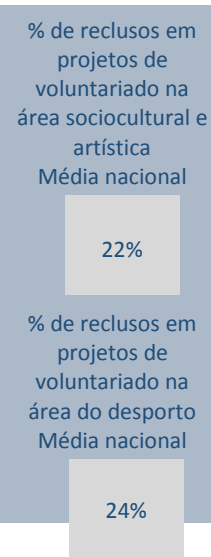
A Poesia Não Tem Grades
Grupo O Contador de Histórias

O adequado enquadramento da ação das instituições particulares e das organizações de voluntários é enquadrado pelos serviços, nomeadamente através da seleção, acreditação e formação específica dos voluntários.

A comunidade deve ser mantida informada quanto aos objetivos e resultados do trabalho de voluntariado desenvolvido, no sentido de favorecer o envolvimento comunitário na execução das penas e medidas privativas da liberdade.

Os dados recolhidos situam em 22% (valor médio nacional) os reclusos, envolvidos em projetos de voluntariado na área sociocultural e artística, e em 24% (valor médio nacional) os reclusos que participam em atividades de voluntariado na área desportiva.

Em 2015, conforme dados recolhidos junto dos estabelecimentos prisionais, verificou-se uma predominância de projetos de voluntariado na área cultural e artística relativamente à área do desporto. Na área do desenvolvimento de atividades culturais e artísticas foram implementados cerca de 71 projetos, com 1.056 ações, estimando-se na área da promoção do desporto e estilos de vida saudável o desenvolvimento de 61 projetos, correspondentes a 655 ações.



Quadro 15
% de reclusos em projetos de voluntariado na área
sociocultural e desportiva em 2015

Estabelecimentos Prisionais	% de reclusos em projetos de voluntariado na área sociocultural e artística	% de reclusos em projetos de voluntariado na área do desporto
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão elevado		
EP Alcoentre	38	22
EP Carregueira	48	18
EP Caxias	13	7
EP Coimbra	12	12
EP Funchal+Fem	12	89
EP Izeda	23	32
EP Leiria Jovens	16	42
EP Linhó	7	0
EP Lisboa	0	0
EP Monsanto	*	*
EP Paços de Ferreira	10	10
EP Pinheiro da Cruz	*	*
EP Porto	12	89
EP Santa Cruz Bispo Fem	17	16
EP Santa Cruz Bispo Masc	12	26
EP Setúbal	9	3
EP Sintra	8	0
EP Tires Fem+Masc	16	13
EP Vale de Judeus	67	16
EP Vale do Sousa	25	21
HP S. João de Deus	*	*
Estabelecimentos Prisionais de grau de complexidade de gestão médio		
EP Angra Heroísmo ¹	0	0
EP Aveiro	20	37
EP Beja	0	0
EP Braga	62	75
EP Bragança	14	29
EP Caldas da Rainha	12	11
EP Castelo Branco	12	19
EP Chaves	35	0
EP Covilhã	0	64
EP Elvas	0	0
EP Évora	14	28
EP Faro	0	7
EP Guarda+Fem	24	6
EP Guimarães	73	68
EP Lamego	26	8
EP Leiria	14	19
EP Montijo	10	0
EP Odemira	*	*
EP Olhão	11	13
EP PJ Lisboa	9	0
EP PJ Porto	16	11
EP Ponta Delgada+Fem	91	65
EP Silves	11	13
EP Torres Novas	39	*
EP Viana do Castelo	38	20
EP Vila Real	66	47
EP Viseu	11	58
Média nacional	22	24

Fonte: Estabelecimentos prisionais

¹ Integra a Cadeia de Apoio da Horta

*Estabelecimentos prisionais excluídos do cumprimento do indicador

Gráfico 12
 % de reclusos em projetos de voluntariado na área sociocultural e artística em 2015

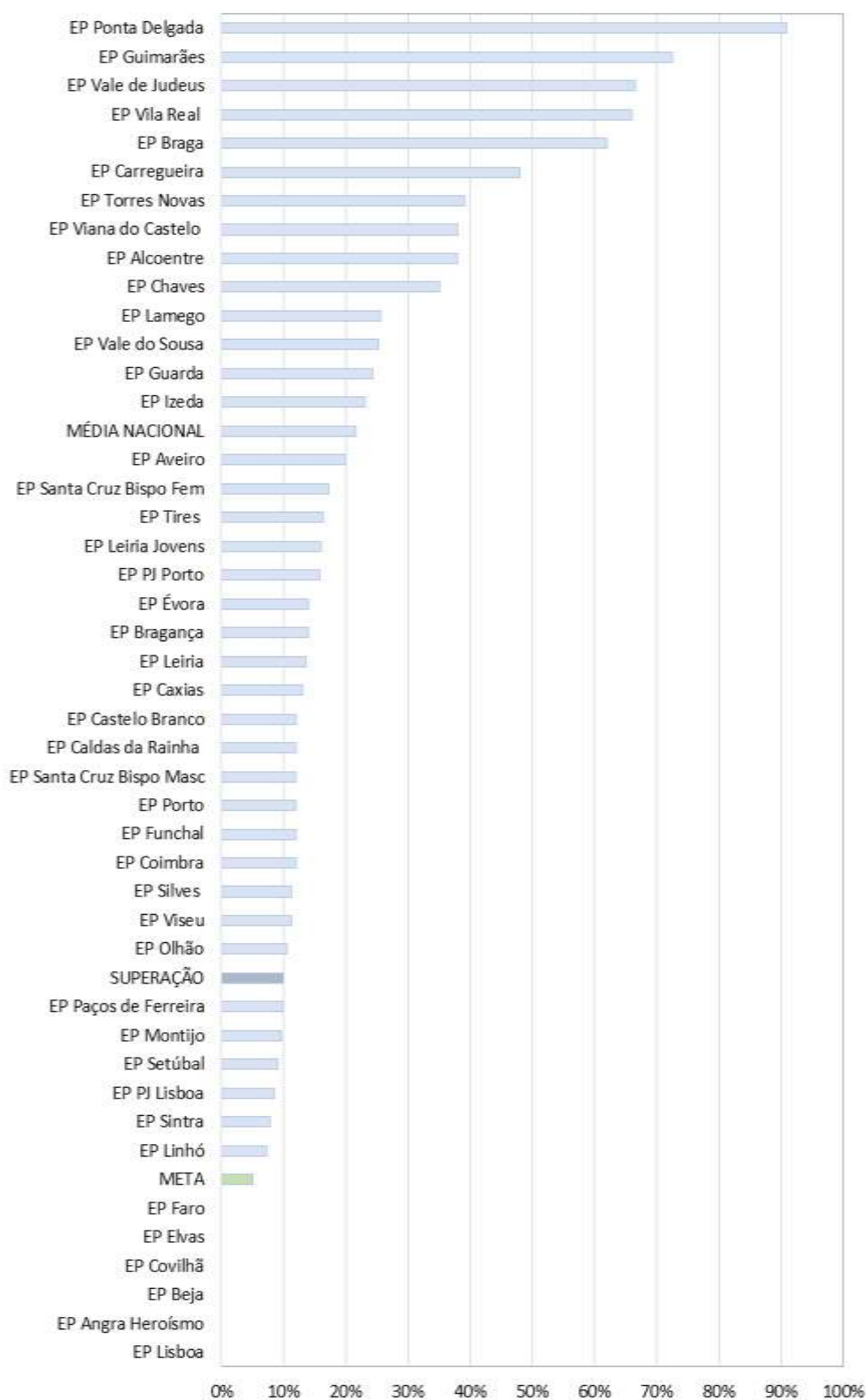
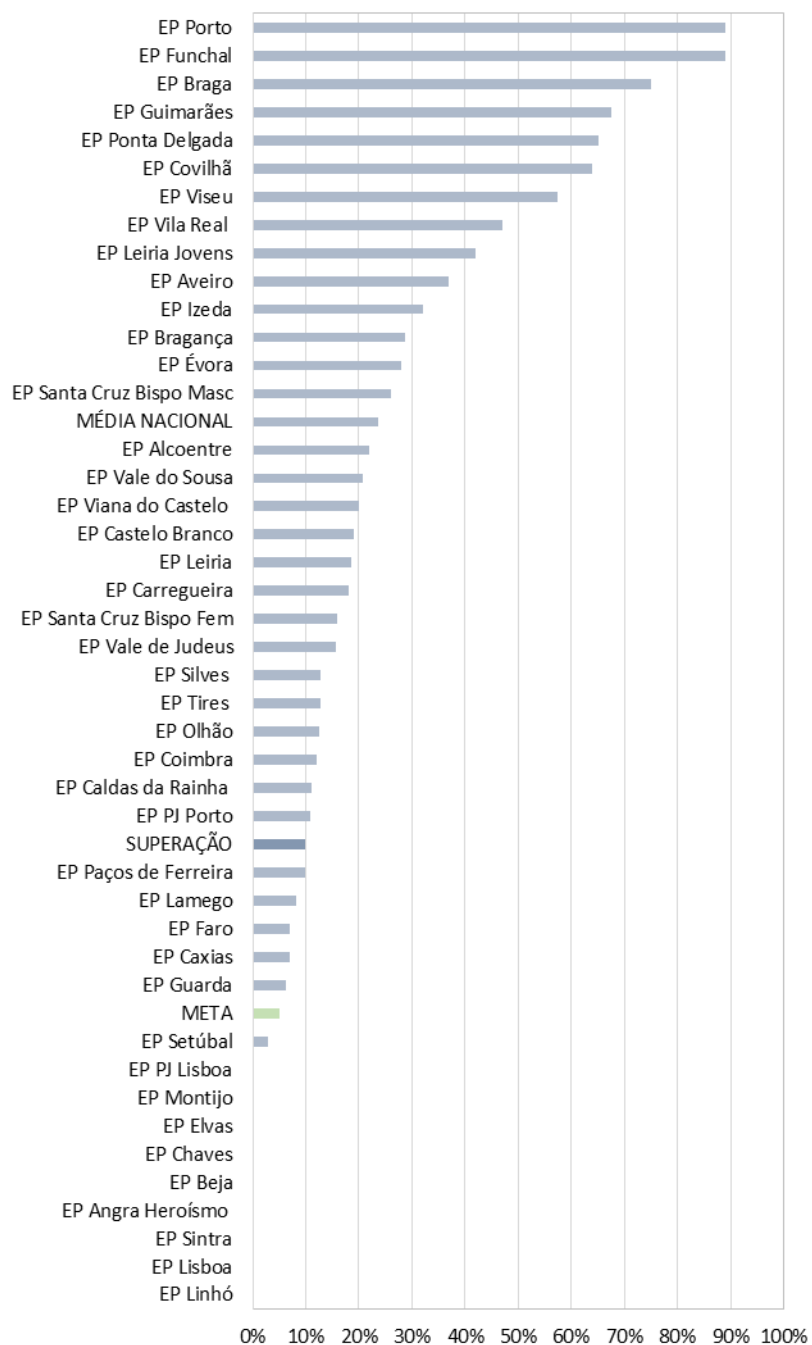


Gráfico 13
 % de reclusos em projetos de voluntariado na área desportiva em 2015



1.2.7 ■ PROPOSTAS DE COLOCAÇÃO DE RECLUSOS EM RAE

O tratamento prisional deve ser programado e faseado e favorecer a aproximação progressiva à vida livre, através das necessárias alterações do regime de execução, conforme prevê o artº 5º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, que contempla, no artº 12º, a modalidade de regime aberto, a decorrer em estabelecimento prisional de segurança média:

- Tendo em conta a avaliação do recluso e a sua evolução ao longo da execução, as penas e medidas privativas da liberdade são executadas em regime comum, aberto ou de segurança, privilegiando-se o que mais favoreça a reinserção social, salvaguardados os riscos para o recluso e para a comunidade e as necessidades de ordem e segurança.
- A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime aberto decorre em estabelecimento de segurança média e favorece os contactos com o exterior e a aproximação à comunidade, admitindo duas modalidades:
 - (a) O regime aberto no interior, que se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades no perímetro do estabelecimento prisional ou imediações, com vigilância atenuada;
 - (b) O regime aberto no exterior, que se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades de ensino, formação profissional, trabalho ou programas em meio livre, sem vigilância direta.

As propostas de colocação de reclusos em regime aberto no exterior (RAE), dependentes de decisão judicial, num total identificado de 144 em 2015, podem favorecer o aumento de pessoas incluídas nesta modalidade favorecedora da reinserção social e adaptação à vida em meio livre.

Relativamente a 2014, ano em que os estabelecimentos prisionais, segundo a informação sistematizada junto dos mesmos, apresentaram 98 propostas de RAE, verifica-se um aumento de 47%.



Fonte: Diário do Alentejo

Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE

144

Varição propostas RAE 2014/2015

47%

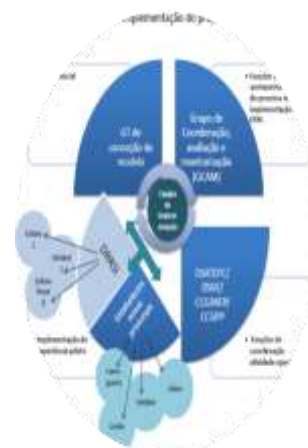
1.2.8 ■ PROJETO EXPERIMENTAL MODELO DE EQUIPA TÉCNICA ÚNICA DE TRATAMENTO PRISIONAL E REINserÇÃO SOCIAL

A proposta de modelo de equipa técnica única de tratamento prisional e reinserção social assenta:

- na garantia de uma intervenção integrada e centrada nos fatores de risco do indivíduo, desde a fase pré-sentencial até à libertação, minimizando igualmente os efeitos nocivos da privação da liberdade;
- no imperativo de assegurar a dupla finalidade de prevenção geral e especial das penas: a aplicação de penas e de medidas de segurança visa a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade, expressa no artigo 40º do Código Penal (aplicável às penas privativas de liberdade e às penas de execução na comunidade);
- no primado da reinserção social, integrando-se os valores de ordem, segurança e disciplina inerentes à dinâmica interna dos estabelecimentos prisionais;
- no acolhimento e integração das recomendações internacionais e boas práticas nesta matéria;
- na uniformização de metodologias e procedimentos técnicos padronizados de modo a assegurar as finalidades e coerência da intervenção.

Foram incluídos neste projeto experimental, iniciado em 2014, quatro estabelecimentos prisionais piloto: Caxias, Carregueira, Linhó e Setúbal. A primeira fase de unificação da intervenção em meio prisional correspondeu à assunção, a título experimental, da assessoria de apoio à tomada decisão por equipas técnicas dos estabelecimentos prisionais, sediadas nestas unidades orgânicas, assumindo estas competências das equipas de reinserção social.

No ano de 2015, as 4 Equipas Técnicas de Tratamento Prisional e de Reinserção Social (ET) produziram 3.093 atos técnicos, incluindo apreciações de licença de saída jurisdicional e audição de técnicos em Tribunal, conforme consta, de forma discriminada, no quadro seguinte.



Nº de atos técnicos das 3 ETPRS em 2015

3.093

Quadro 16
Equipes Técnicas de Tratamento Prisional e de Reinserção Social
Atividade operativa 4 entre 1 janeiro e 31 de dezembro 2015

ETTPRS	Pré-sentencial			Pós – sentencial /TEP					Pós-sentencial			Totais atos técnicos ¹
	OPHVE	RSDMC	RSDS	LSJ	ALC/LC	MEPP	INTER	IND	PRS	RESEP	RASEP	
ETTPRS Carregueira	0	0	65	861	312	5	0	11	9	2	1	1.266
	65			1.189					12			
ETTPRS Caxias	15	0	230	155	106	0	0	4	38	7	4	559
	245			265					49			
ETTPRS Linhó	0	0	121	304	260	0	0	1	19	15	12	732
	121			565					46			
ETTPRS Setúbal	32	0	130	194	153	0	0	2	17	3	3	534
	162			349					23			
Sub-totais atos técnicos	47		546	1514	831	5	0	18	83	27	20	3.091
Totais atos técnicos	593			2.368					130			3.093 ²

¹ Pré-sentencial e TEP e Pós MECs.

¹ Inclui audições em tribunal.

Legenda:

Assessoria Pré-sentencial: OPHVE – Informação para Aplicação de Obrigação de Permanência na Habitação com Vigilância Eletrónica, RSDMC – Relatório Social para eventual Decisão sobre a Medida de Coacção, RSDS – Relatório Social para Determinação da Sanção (estão também incluídos os RS para Cúmulos Jurídicos).

Assessoria Pós-sentencial TEP: LSJ – Informação sobre Licença de Saída Jurisdicional; RLC – Relatório social para concessão da Liberdade Condicional (estão também incluídos os RS para Adaptação à Liberdade Condicional – ALC), MEPP – Relatório para decisão da Modificação da Execução da Pena de Prisão, INTER – Relatório para Internamento, Indulto - Relatório para concessão de Indulto.

Assessoria Pós-sentencial das Medidas de Execução da Comunidade: PRS – Plano de Reinserção Social no âmbito da Suspensão da Execução da Pena (Incluem os PE- Planos de Execução, RESEP – Relatório de Execução da Suspensão da Execução da Pena (periódicos/semestrais ou finais); RASEP – Relatório de Avaliação da Suspensão da Execução da Pena (sem intervenção dos serviços).

1.2.9 ■ DESTAQUE DE PROJETOS E AÇÕES ESTRUTURADAS NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

Os estabelecimentos prisionais desenvolvem uma importante e intensa atividade, de complexidade elevada e que apela a competências e motivações múltiplas, exigindo articulação entre finalidades retributivas e de ressocialização associadas às medidas privativas de liberdade, ou seja, dos estabelecimentos prisionais espera-se uma intervenção integrada focada na gestão de pessoas e bens/equipamentos e na criação de condições favoráveis à reinserção social dos agentes de crime.

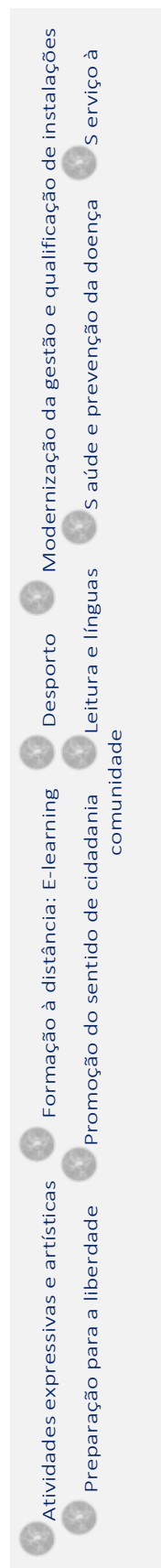
Para além de aspetos de segurança, prestação de cuidados de saúde e de vida diária, como alimentação e higiene -, cabe-lhes, nomeadamente, disponibilizar regularmente à população reclusa um conjunto de atividades no âmbito do designado tratamento prisional, educativas, de natureza laboral, de resposta às chamadas necessidades criminógenas que favoreçam a reintegração dos agentes de crime em meio livre de vida.

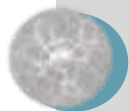
Para além das atividades de rotina, e extrapolando os resultados apresentados para cada estabelecimento prisional relativamente aos objetivos fixados no Plano de Atividades de 2015, procura-se neste ponto dar maior visibilidade ao trabalho desenvolvido e especificidades dos diferentes estabelecimentos prisionais.

Deste modo, e tendo por base as escolhas e informação disponibilizada por cada estabelecimento prisional, apresenta-se um conjunto de projetos e ações estruturadas em diferentes áreas, os quais, de alguma forma, dão nota da especificidade de diferentes estabelecimentos prisionais e da sua orientação para a ligação com o meio envolvente.

Os projetos apresentados integram uma componente de valor acrescentado, caracterizando-se por:

- constituírem melhorias no plano da gestão das unidades orgânicas e das instalações;
- Promoverem a reinserção social da população reclusa, numa perspetiva de prevenção da reincidência.





Atividades expressivas e artísticas

Projeto Cante Alentejano

Estabelecimento Prisional de Beja

Exposição – Atelier de Artesanato

Estabelecimento Prisional de Carregueira

Projeto Música Eletrónica Voluntariado no EPCB - 2015

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Artesanato

Estabelecimento Prisional de Chaves

Projeto ‘Ópera na Prisão: D. Giovanni 1003 - Leoporello 2015’

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Projecto filosofARTE - Museu Nacional de Arte Antiga

Estabelecimento Prisional de Lisboa

Projeto ECOAR – Empregabilidade, Competências e Arte

Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Estabelecimento Prisional do Porto

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Pinturas no Chão

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Terapia do Riso

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Espectáculo ‘A Metamorfose’

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Atelier de Atividades Terapêuticas e Ocupacionais

Estabelecimento Prisional de Sintra



Quando estou a cantar não estou preso



Projeto Cante Alentejano

Estabelecimento Prisional de Beja

Finalidades

Dinamizar o Cante Alentejano enquanto Património Imaterial da Humanidade.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa.

Descrição

A importância do Cante Alentejano vai além da sua vertente cultural, integrando um comportamento social muito forte que se manifestou ao longo de séculos de história e através da sua capacidade de transmissão geracional, tornando-o um veículo dinamizador de muitas comunidades, logo, o projeto do Cante Alentejano no Estabelecimento Prisional reveste uma das muitas formas de trabalhar as motivações e mudanças de atitude dos reclusos, promovendo através do Cante a reinserção e aproximação ao exterior.

Resultados

O reconhecimento do Cante Alentejano, pela UNESCO, como Património Imaterial da Humanidade, veio marcar a importância de uma prática que é parte integrante da cultura portuguesa e que, apesar de nascida no Alentejo, é valorizada em todo o território nacional, cada vez mais a nível internacional.

Este projeto conta com a participação de 16 (dezasseis) reclusos, os quais integram o Grupo Coral do EP. Este Grupo tem vindo a participar em eventos internos (convívio de reclusos e festa de Natal), religiosos e no exterior (Espaço Justiça, Cruz Vermelha, OVI Beja e Festas da Cidade de Beja). Além da participação em vários eventos, o Grupo Coral já foi motivo de entrevista pelo órgão de comunicação social local Diário do Alentejo, tendo participado também numa homenagem ao Cante Alentejano aquando do seu 1.º aniversário da classificação como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, como parte de um livro com a chancela da "Prelo Editora", das autoras Ana Baião e Isabel Lopes.



Exposição – Atelier de Artesanato

Estabelecimento Prisional de Carregueira

Finalidades

- Promover o contacto com entidades externas no âmbito de eventos artísticos, formativos e culturais.
- Promover a apresentação de trabalhos artesanais e atividades artísticas desenvolvidas por grupos de reclusos.
- Fomentar o trabalho de equipa numa prática coletiva.
- Contribuir para a participação da comunidade prisional.

Destinatários/ beneficiários

Grupos de reclusos integrados em dinâmicas específicas – Teatro e Atelier de Pintura e Artesanato.

População prisional.

Descrição

Exposição – organização e participação na exposição/venda de produtos criados e manufaturados no Atelier de Pintura

Entidades promotoras: EP Carregueira, Junta de Freguesia de Belas e Paróquia de Belas.

Resultados

Exposição de Artesanato – Festa da N.ª Sra. do Cabo, Belas.

N.º de reclusos envolvidos: 6.



Projeto Música Eletrónica Voluntariado no EPCB - 2015

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Finalidades

O objetivo geral dos projetos de voluntariado levados a cabo no EPCB converge na aproximação/interrelação com as instituições da comunidade envolvente, concretamente Cruz Vermelha (Delegação de Castelo Branco) e Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação e Escola Superior de Artes).

Neste sentido foram estabelecidos, com as instituições referidas, projetos que especificamente pretendiam promover o desporto e estilos de vida saudáveis (Projeto Desportivo e Curso de Noções Básicas de Primeiros Socorros – Revive +, Colóquios e rastreios clínicos), bem como atividades culturais e artísticas (Projeto de Música Eletrónica).

É de relevar que o esforço efetuado foi no sentido de incrementar novamente o voluntariado no EPCB, mediante intervenções concertadas com instituições socializadoras e comunitariamente interventivas.

Destinatários/ beneficiários

Os beneficiários foram toda a população reclusa, em geral.

O Projeto de Música Eletrónica, dinamizado pela Escola Superior de Artes de Castelo Branco (ESART) foi direcionado aos alunos do Ensino Secundário.

Os colóquios sobre saúde e estilos de vida saudáveis foram dirigidos a toda a população reclusa.

Descrição

O projeto foi levado a cabo pela Escola Superior de Artes de Castelo Branco, representada por quatro voluntários, alunos da mesma e envolveu em 15 formandos / reclusos. Estas sessões eram semanais e dirigidas aos alunos do Ensino Secundário, o objetivo foi de contactar com a produção musical mediante os meios eletrónicos (computadores e outros).

Resultados

Os projetos de voluntariado levados a cabo em 2015 vieram novamente incrementar este domínio no EPCB. Foram dinamizados 6 projetos, em articulação com três instituições externas, o que denota a permeabilidade do meio prisional ao exterior. Todos os projetos decorreram sem incidentes. Os voluntários mantiveram relação salutar com técnicos e reclusos.

O aumento de reclusos integrados em projetos de voluntariado é expressivo. A “música eletrónica” abrangeu 15 formandos do Ensino Secundário.

Para além dos números e da avaliação quantitativa refere-se ainda o agrado manifestado pelos reclusos pelos projetos dinamizados.



Artesanato

Estabelecimento Prisional de Chaves

Finalidades

Inicialmente criado com o objetivo de ocupação de tempos livres de um grupo de reclusos, sob orientação do TAEP, esta atividade abrangeu, posteriormente, um outro projeto criado e constituído por quatro reclusos participantes em permanência e alguns outros pontualmente, na área dos arraiolos, divulgado em algumas instituições da cidade com vista à angariação de encomendas. Para além da ocupação dos reclusos envolvidos e da aprendizagem de várias técnicas com diversos materiais, permite aos participantes angariar verbas para as suas despesas quotidianas.

A UFCD de artesanato, no âmbito da formação escolar, tem desenvolvido atividade em várias áreas de formação. Para além de permitir a ocupação positiva de tempos livres, promover a criatividade e o trabalho em grupo e a aprendizagem de técnicas nesta área, tem possibilitado também que os reclusos obtenham algum rendimento, proveniente da venda de produtos, nomeadamente em exposições realizadas para o efeito.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa.

Descrição

Os reclusos envolvidos têm vindo a aprender várias técnicas, que lhes têm permitido produzir trabalhos nas áreas da tapeçaria (arraiolos e trapos), materiais reutilizados (jornais e revista para elaboração de cestos, molduras, animais, prateleiras, jarras), lã (bonecos), pintura de telhas e outros materiais, arranjos florais, entre outros.

Os reclusos, sob a orientação da formadora, aprenderam técnicas para a realização de trabalhos nas áreas referidas no ponto anterior.

Resultados

Face aos constrangimentos de espaços e consequente dificuldade de criação de postos para ocupação de reclusos, esta atividade reveste-se de especial importância, na medida em que, para além de permitir ocupar, embora não a tempo inteiro, um número significativo de indivíduos (em média 20), promove a aquisição de competências ao nível pessoal e social e a angariação de recursos que possibilitam assegurar despesas pessoais aos participantes, alguns dos quais muito carenciados. No âmbito deste projeto, foram realizadas 3 exposições/venda em Instituições na cidade de Chaves e expostos trabalhos na Mostra de Natal de 2015, que decorreu no Espaço Justiça, na Secretaria-Geral.



Projeto Ópera na Prisão: D. Giovanni 1003 - Leoporello 2015

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Finalidades

Na sequência da candidatura ao Concurso PARTIS - Práticas Artísticas para Inclusão Social, da Fundação Calouste Gulbenkian, foi financiado em 2014 este projeto a 3 anos e que se desenvolveu durante todo o ano de 2015.

São parceiros

- SAMP – Coordenação, execução e avaliação;
 - Fundação Caixa Crédito Agrícola (FCCA) – co-financiamento;
 - Câmara Municipal de Leiria (CML) – Apoio logístico (espaços e materiais) e técnico (som e luz para os espetáculos);
- Escola de Dança Clara Leão – coreografia e execução dos bailados dos espetáculos.

Destinatários/ beneficiários

65 reclusos do EPL (Jovens).
No final de 2015 eram ainda 26.

Descrição

Iniciou-se no dia 24/02/2014 com a mobilização dos 65 reclusos escolhidos, e prosseguiu com 4 sessões semanais com 4 grupos de reclusos. Toda a fase inicial foi de contacto com diferentes instrumentos, canto e estilos musicais, e de diferenciação de talentos e aprendizagens. No ano de 2015 centrou-se a aprendizagem mais na ópera D. Giovanni que subiu a cena com 2 espetáculos na serração do EP nos dias 23 e 24 de Outubro de 2015, envolvendo 26 reclusos. Anteriormente foi realizado um espetáculo no Teatro Miguel Franco, em Leiria, no dia 18/07/2015, com a participação de 14 reclusos e aberto ao público em geral.

Resultados

Apesar da exigência do projeto, os reclusos têm-se mantido motivados, notando-se uma melhoria nos seus comportamentos no espaço formativo, generalizável, na maioria dos casos, à instituição em geral. Não se dispõe de resultados finais da avaliação quanto às mudanças operadas mas os indicadores são positivos, pois no final dos dois anos ainda se mantinham 26 reclusos.



Projeto filosoARTE Museu Nacional de Arte Antiga

Estabelecimento Prisional de Lisboa

Finalidades

Aferir de que forma o método de diálogo filosófico poderia contribuir para a interpretação das obras de arte, nomeadamente, as da coleção do Museu Nacional de Arte Antiga;
Promover a interação do grupo com a Arte/Museu.

Destinatários/ beneficiários

No intuito de abranger e diversificar os participantes, devido à originalidade e criatividade subjacente ao projeto, foram criados dois grupos, um de reclusos preventivos (ala F) e outro de reclusos condenados (ala B). Cada grupo integrou 12 elementos. As sessões decorreram uma vez por semana, na biblioteca de cada uma das alas, durante uma hora e meia (às 3^a e 6^{as} período da tarde).

Descrição

Partindo da contemplação e do diálogo sobre as obras selecionadas, tinha-se como objetivo que os participantes questionassem e partilhassem os seus pontos de vista estéticos e interpretativos, de modo, a que, em conjunto, pudessem construir/atribuir significado a cada uma das obras de arte apresentadas (método do Diálogo Sócrático).

Esta dinâmica contribui para que se trabalhasse a escuta ativa, a liberdade de expressão, o respeito pelo outro, a identidade e o sentido de pertença, competências/valores fundamentais para a formação pessoal e de educação para a cidadania.

Resultados

O *Projeto* filosofARTE, pela sua abordagem temática inovadora obteve um impacto/aceitação muito positiva por parte dos seus intervenientes/participantes. Pese embora o projeto ter sido iniciado em 10-outubro-2014, desenvolveu-se e foi concluído em final de Julho de 2015.

Foram realizadas 27 sessões (registaram-se algumas interrupções devido à greve do corpo da guarda prisional).

Realizadas 27 sessões, abrangendo 32 reclusos.



Projeto ECOAR – Empregabilidade, Competências e Arte

Estabelecimento Prisional do Porto

Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Finalidades

A PELE tem desenvolvido nos últimos anos uma metodologia inovadora de validação e certificação de competências pessoais e sociais através da participação em projetos artísticos, sendo dirigida sobretudo a grupos com baixos níveis de escolaridade e em situação de grande vulnerabilidade como a população reclusa ou sem-abrigo podendo servir de alavanca para outros percursos profissionais, formativos ou participativos e que se possa revelar como uma mais-valia nos seus processos de reinserção.

Destinatários/ beneficiários

Os critérios para a seleção dos reclusos com menos de 30 anos e sobretudo dirigidos para aqueles que se encontram menos integrados no sistema prisional, mais desmotivados, com baixos níveis de escolaridade e perto do final de cumprimento de pena, com o objetivo de que a participação neste projeto os possa motivar a seguirem outros percursos formativos/ profissionais / participativos. Foram abrangidos 60 reclusos. Numa 1ª fase 2 grupos de teatro com 20 reclusos e numa 2ª fase um grupo de 20 reclusos com um projeto musical.

Descrição

Envolveram no EP 60 jovens nas oficinas de criação artística que se realizaram, com parceria da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação que certificou as competências dos reclusos e da Fundação Gulbenkian que financiou este projeto. O projeto iniciou-se em fevereiro de 2015 e terminou em março de 2016.

Resultados

Numa 1ª fase 2 grupos de teatro com 20 reclusos e numa 2ª fase um grupo de 20 reclusos com um projeto musical. Foi também lugar a um espetáculo aberto ao público e com a participação do EP de Santa Cruz do Bispo e EP de Vale de Sousa. Foi feito um documentário com apresentação pública e uma exposição de fotografias.

Nº de reclusos abrangidos: 60

Finalidades

Certificação de competências através da arte.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos.

Descrição

Inspirado na experiência do projeto PEETA (*Personal Effectiveness and Employability through the arts*) desenvolvido no EPESC em 2012 e que assenta numa metodologia de avaliação e certificação de *Soft Skills* vocacionadas para a empregabilidade através de ferramentas artísticas.

Através de uma avaliação estruturada de observação, recolha de evidências, *feedback* individual e coletivo, auto e heteroavaliação, as dinâmicas e processo de criação artístico transformam-se num instrumento de capacitação pois permitem que estes sejam convertidos em objetivos de aprendizagem orientados para competências de empregabilidade transversais: comunicação eficaz, relações interpessoais, gestão de tarefas e aprendizagem e reflexão. (PELE, 2015).

Resultados

2 grupos – 1 artes circenses, 1 grupo musical
Número de sessões – 41
Reclusos envolvidos (total acumulado): 536

Apresentação final ao público: 85 reclusos



Espectáculo ECOAR

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Finalidades

Fomentar o Interesse e curiosidade pelo teatro e arte em geral e desenvolver o potencial criativo.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa.

Descrição

A atividade consistiu em sessões/*workshops* de teatro com um monitor da Associação PELE.

Resultados

Média de 16 reclusas por sessão.

Total acumulado de participações: 416.



Pinturas no Chão

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Finalidades

Fomentar o Interesse e curiosidade pela pintura e desenvolver o potencial criativo, de forma a criar alternativas através do desenho e pintura.

Destinatários/ beneficiários

Mães da Ala 1.

Descrição

A atividade consistiu na pintura de jogos infantis didáticos no chão da Ala 1 como o jogo da macaca, caracol e labirinto.

Resultados

Os resultados obtidos foram significativos uma vez que conseguimos visualmente um recreio mais colorido e adaptado às brincadeiras das crianças, conseguindo-se desenvolver junto das reclusas participantes do sentido da participação bem como o respeito e valorização do trabalho.

Média de 5 reclusas por sessão.

Total acumulado de participações: 200.



Terapia do Riso

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Finalidades

Fomentar a participação da comunidade reclusa nas atividades de carácter lúdico-cultural e aumentar a auto-estima e mudança comportamental.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa.

Descrição

Sessão com objetivo de proporcionar mudança de comportamentos, partindo da premissa que cada uma é responsável pela sua mudança e que todas têm essa oportunidade

Resultados

Média de 27 reclusas.

Total acumulado de participações: 27.



Espectáculo 'A Metamorfose'

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

Finalidades

Fomentar o Interesse e curiosidade pelo teatro e arte em geral e desenvolver o potencial criativo.

Destinatários/ beneficiários

6 reclusas.

Descrição

A atividade consistiu apresentar nas comemorações dos 10 anos de parceria um espectáculo de expressão corporal.

Resultados

Média de 6 reclusas.

Total acumulado de participações: 6.



Atelier de Atividades Terapêuticas e Ocupacionais

Estabelecimento Prisional de Sintra

Finalidades

- Contribuir para a ocupação dos reclusos que por limitações de vária ordem não têm possibilidade de ser inseridos nos diferentes setores laborais do EP;
- Desenvolver e explorar recursos pessoais, contribuindo para a progressiva melhoria de competências pessoais e sociais;
- Promover o contacto com entidades externas, nomeadamente com o voluntariado e agrupamento de escolas no âmbito de eventos artísticos, formativos e culturais;
- Promover a apresentação e venda de trabalhos artesanais realizados pelos reclusos em feiras e eventos no concelho de Sintra e fora dele.

Fomentar e dinamizar o espírito de equipa na organização de trabalhos de grupo.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos com competências específicas para o desenvolvimento do trabalho artesão e reclusos com limitações e fragilidades psicossociais incompatíveis à integração noutros setores de atividade laboral.

Descrição

Os ateliers no EP Sintra estão organizados por oficinas distintas conforme as atividades temáticas, tais como pintura, trabalhos em madeira, cestaria, olaria e reciclagem.

Os reclusos são supervisionados pelos serviços do tratamento prisional e pontualmente com o apoio de entidades externas (voluntariado e agrupamentos de escolas associadas).

Resultados

Com este tipo de integração, para além da vertente ocupacional é avaliada como um fator de promoção à estabilidade psico-emocional em contextos específicos de vulnerabilidade.

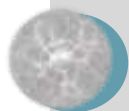
Aumento da oferta institucional em termos de ocupação de reclusos e respetiva remuneração pelas receitas obtidas quer na venda direta, quer através da participação em feiras de artesanato.

Abertura institucional à comunidade e envolvimento de entidades externas.

A 31/12/2015 estavam integrados 10 reclusos nas oficinas de artesanato, com capacidade de integrar na sua totalidade cerca de 30 reclusos.

O nº de reclusos é oscilante devido à grande mobilidade da população do EP Sintra por força das molduras penais (penas curtas).

Nº de reclusos abrangidos: 10.



Desporto

Atividade Desportiva Orientada para a População Reclusa
Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Projeto Desportivo Voluntariado no EPCB - 2015
Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Projeto Recluso Ativo
Estabelecimento Prisional de Évora

Promoção da atividade desportiva das reclusas e desenvolvimento/
socialização das crianças
Estabelecimento Prisional de Tires





Atividade Desportiva Orientada para a População Reclusa

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Finalidades

- Criar hábitos de vida saudável através da prática desportiva regular e sistematizada;
- Combater as consequências do sedentarismo;
- Proporcionar tempos de descompressão e libertação de tensões;
- Desenvolver aptidões e capacidades individuais numa perspetiva de reforço de autoestima e autoconfiança;
- Reforçar os laços de amizade e melhorar o relacionamento interpessoal.

Destinatários/ beneficiários

Todos os reclusos do EP.

Descrição

Foram realizados dois torneios com a colaboração de entidades desportivas inseridas na comunidade, com o objetivo de dar a conhecer as mesmas à população reclusa, bem como o trabalho por elas realizado. O primeiro de xadrez e o segundo de sueca.

A atividade desportiva também teve forte incidência, em contexto de ginásio. No primeiro semestre contou com a colaboração do Instituto Politécnico de Castelo Branco, através de um projeto de voluntariado. Em virtude do sucesso desta iniciativa garantiram-se os recursos humanos necessários para a continuação do projeto, através da colocação de um docente de educação física, da escola associada Afonso de Paiva, de Castelo Branco.

Resultados

O torneio de xadrez foi repartido por duas sessões, com 16 reclusos participantes em cada sessão, com duração total de 4:30h. A atividade contou com a colaboração do Desportivo de Castelo Branco.

O torneio de sueca decorreu durante quatro sessões, com o total de 44 reclusos envolvidos e com a duração total de 8:30h. A entidade envolvida foi a Associação de Jogos Tradicionais de Castelo Branco.

A dinamização do ginásio envolveu em média 40 reclusos.



Projeto Desportivo Voluntariado no EPCB - 2015

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Finalidades

O objetivo geral dos projetos de voluntariado levados a cabo no EPCB converge na aproximação/interrelação com as instituições da comunidade envolvente, concretamente Cruz Vermelha (Delegação de Castelo Branco) e Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação e Escola Superior de Artes).

Neste sentido foram estabelecidos, com as instituições referidas, projetos que especificamente pretendiam promover o desporto e estilos de vida saudáveis (Projeto desportivo e Curso de Noções Básicas de Primeiros Socorros – Revive +, Colóquios e rastreios clínicos), bem como desenvolver atividades culturais e artísticas (Projeto de Música Eletrónica).

É de relevar que o esforço efetuado foi no sentido de incrementar novamente o voluntariado no EPCB, mediante intervenções concertadas com instituições socializadoras e comunitariamente interventivas.

Destinatários/ beneficiários

Os beneficiários foram toda a população reclusa, em geral.

O Projeto Desportivo, levado a cabo pela Escola Superior de Educação de Castelo Branco (ESE) tinha como público-alvo os reclusos inscritos/frequentadores do ginásio.

Descrição

Projeto Desportivo no EPCB - Este projeto teve início em Janeiro de 2015, sendo dinamizado por um voluntário – aluno de Mestrado da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, em 25 sessões até Junho de 2015. Este projeto traduziu-se no acompanhamento da atividade desportiva decorrida no ginásio mas também no pátio da zona prisional, com periodicidade bisemanal.

Resultados

Os Projetos de voluntariado levados a cabo em 2015 vieram novamente incrementar este domínio no EPCB. Foram dinamizados 6 Projetos, em articulação com três instituições externas, o que denota a permeabilidade do meio prisional ao exterior. Todos os projetos decorreram sem incidentes. Os voluntários mantiveram relação salutar com técnicos e reclusos.

O aumento de reclusos integrados em projetos de voluntariado é expressivo. No “Projeto Desportivo” contámos com a participação de 24 reclusos.

Para além dos números e da avaliação quantitativa refere-se ainda o agrado manifestado pelos reclusos pelos projetos dinamizados.



Projeto Recluso Ativo

Estabelecimento Prisional de Évora

Finalidades

Estudo de investigação que se destina a verificar os efeitos de um programa de exercício físico nas competências sociais, físicas e pessoais em pessoas privadas de liberdade.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa do EP.

Descrição

Projeto implementado pelo Departamento de Desporto e Saúde da Universidade de Évora com o Estabelecimento Prisional de Évora, com os seguintes objetivos:

- Avaliação dos efeitos de um programa de exercício em indivíduos privados de liberdade (nível fisiológico e psicológico);
- Aquisição de estilos de vida ativos por parte desta população;
- Combate ao sedentarismo;
- Aumento da aptidão psicomotora;
- Aperfeiçoamento da coordenação neuromuscular, bem como o desenvolvimento de habilidades motoras.

Fomento de ações de dinamização de atividades desportivas, acessíveis a todos, proporcionando campanhas e/ou atividades de sensibilização para a importância da atividade física, como meio preventivo de saúde e impulsor de qualidade de vida.

Resultados

O projeto termina no final de junho de 2016, momento em que será efetuada a avaliação do impacto do projeto implementado.



Promoção da Atividade Desportiva das Reclusas e Desenvolvimento/ Socialização das crianças

Estabelecimento Prisional de Tires

Finalidades

- Contribuir para o crescimento integral das crianças a viver com as mães reclusas, potenciando a sua motricidade e ampliando o âmbito de socialização.
- Melhorar as competências pessoais, sociais e parentais das reclusas.
- Aumentar a intervenção no processo de reintegração social das reclusas.

Destinatários/ beneficiários

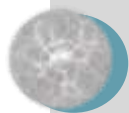
- Reclusas.
- Filhos que vivem com as mães reclusas.

Descrição

Concretização de atividades decorrentes do protocolo a celebrar com a Fundação Benfica e a DGRSP (construção de parques infantis, melhoria das instalações e atividades desportivas) para promoção do desenvolvimento pessoal e social da população do Estabelecimento Prisional de Tires, em particular das reclusas mães que vivem com os filhos na prisão.

Resultados

- Construção de dois parques infantis;
- Reconstrução de um campo desportivo na Casa das Mães;
- Requalificação das instalações (pintura de paredes, muros e colocação de estores);
- Melhoria da qualidade da vivência prisional (reclusas/filhos, funcionários);
- Mediatização da atividade do EP, na vertente do desporto inclusivo e da interação com as crianças – reportagens televisivas, jornais e revistas.



Formação à distância: E-learning

Projeto E-Pris: E-learning nas prisões

Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino





Projeto E-Pris: E-learning nas prisões

Estabelecimento Prisional de
Santa Cruz do Bispo Feminino

Finalidades

Fomentar a participação da comunidade reclusa nas atividades formativas à distância.

Destinatários/ beneficiários

15 reclusas.

Descrição

Projeto pioneiro em contexto prisional, consiste num curso de ensino à distância através da *internet*, concretamente através do recurso ao sistema *moodle*.

O *moodle* consiste numa plataforma informática, na qual são propostas diversas atividades pelas alunas, existindo um fórum onde formandas e professores podem partilhar ideias e esclarecer dúvidas.

Realizada no período de fevereiro de 2015 a julho de 2015, a formação orienta-se pelo pressuposto de que a aprendizagem ao longo da vida deve ser encarada como uma construção contínua de todos os seres humanos e neste sentido assume-se como um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e para a inclusão e reinserção social (<http://eprisproject.net/index.html>).

As reclusas participaram no projeto através de um computador portátil confiado a cada reclusa. As atividades eram realizadas nas celas e o *download* era feito uma vez por semana através de um *router* ligado no espaço escolar.

Instituições parceiras: DGRSP – Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo-Feminino, Santa Casa da Misericórdia do Porto e Instituto Piaget.

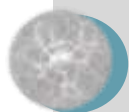
O presente projeto inclui um estudo de pós-doutoramento a ocorrer através do Centro de Investigação e intervenção Educativas, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência e pelo Fundo Social Europeu.

Resultados

A avaliação realizada pelas instituições parceiras indica que o e-learning em contexto prisional apresenta potencialidades no plano de formação propriamente ditas e favorece a motivação para o envolvimento na aprendizagem, bem como a perceção de competências para a aprendizagem mesmo em situação de reclusão.

O projeto iniciou com 15 reclusas e terminou com 8.

Nº de reclusas abrangidas: 8.



Preparação para a liberdade

Sentido Obrigatório

Prevenção Criminal e Rodoviária

Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha

Casa de Saída

Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha

Treino de Aptidões Sociais

Estabelecimento Prisional de Faro

Projeto Um Olhar Entre as Grades, sem Muros

Estabelecimento Prisional de Izeda

Projeto Preparação para a Liberdade

Estabelecimento Prisional de Izeda

Rede de Apoio ao Cidadão Recluso

aquando da Restituição à Liberdade

Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada

Prevenção dos Delitos Estradais

Estabelecimento Prisional de Torres Novas





Sentido Obrigatório Prevenção Criminal e Rodoviária Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha

Finalidades

Tem como finalidade a diminuição da reincidência criminal, através da aquisição de competências habilitacionais para uma reinserção social bem sucedida.

Destinatários/ beneficiários

Dirige-se a reclusos condenados pela prática de crime de condução de veículo sem habilitação legal.

Descrição

Situa-se no âmbito do acompanhamento técnico por parte dos SPT - Serviços de Tratamento Prisional, que tem como objetivo o reconhecimento por parte do recluso das suas responsabilidades pessoais na prática criminal e a necessidade de alterar o comportamento de risco, muitas vezes repetido, com conseqüentes condenações. Os reclusos são incentivados a adotar medidas que visem a eliminação do comportamento transgressor.

Quando se encontram motivados, em fase de preparação para a mudança, solicitam a inscrição na Escola de Condução e são acompanhados em todo o processo. Após verificados os requisitos necessários para a inscrição – documento de identificação válido; pagamento da despesa junto da Escola de Condução (tem facilidade de pagamento em prestações), avaliação médica com vista à obtenção de atestado e emissão da licença de aprendizagem por parte do IMT - candidatam-se à formação de Código de Estrada. Esta decorre nas instalações do EPCR, ministrada três vezes por semana pelo formador da Escola de Condução, no total de 30 sessões. Após a formação, os reclusos solicitam marcação de Exame de Código e são presentes no Centro de Exames de Porto de Mós, depois de obtida autorização superior.

Os reclusos aprovados poderão iniciar a formação prática de condução, caso se encontrem em regime aberto.

Resultados

Foram constituídos dois grupos cada um com 8 elementos.

Do 1º grupo, 3 candidatos foram habilitados com carta de condução, 2 reprovaram no exame de código de estrada e os restantes ainda não se submeteram a exame.

O 2º grupo está a terminar a formação e 5 candidatos vão submeter-se a exame no final.



Casa de Saída

Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha

Finalidades

Pretende-se promover a concretização de um projeto de vida realista, vocacionado para o trabalho de autonomia e suporte para a reintegração social, atingidos os objetivos de fases anteriores do cumprimento da pena, nomeadamente a interiorização de regras e normas, a tomada de consciência das dificuldades o aprofundamento do pensar e da compreensão de si próprio, a progressiva autonomia e a responsabilização face a si e aos outros.

Casa de Saída 1 - Pretende criar uma estrutura reabilitativa, de aproximação à vida em meio livre, que potencie os resultados do tratamento da toxicodependência em meio prisional, nomeadamente que potencie as mudanças adquiridas.

Casa de Saída 2 - Pretende criar uma estrutura reabilitativa, de aproximação à vida em meio livre, que potencie os resultados do tratamento prisional.

Destinatários/ beneficiários

Casa de Saída 1 - Reclusos com problemática aditiva afetos ao E.P. de Caldas da Rainha, que tenham realizado tratamento da toxicodependência durante o cumprimento da pena; reclusos com problemática aditiva que tenham realizado tratamento da toxicodependência em unidade livre de drogas noutra E.P.; reclusos com problemática aditiva que tenham realizado outro tipo de tratamento de toxicodependência em meio prisional; numa das condições anteriores e estando em RAI e ou RAE; numa das condições anteriores e possuindo projetos profissionais ou académicos.

Casa de Saída 2 – Reclusos em RAI ou RAE; possuir um projeto profissional ou académico consistente e estruturado.

Descrição

Esta intervenção, tem por base, a continuidade da promoção de atitudes construtivas no sentido da orientação social, uma vez que intervém em áreas basilares, tais como, a empregabilidade, a aproximação à família, as vivências em meio livre e a integração na comunidade.

Os utentes das Casas de Saída estão colocados a laborar em atividades externas, nomeadamente, Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Centro Hospitalar do Oeste, Junta de Freguesia de Alvornina e Junta de Freguesia de N^a Sra. do Pópulo. Aprendem a viver de forma integrada e ajustada, com um grupo de pares. Trabalham no exterior e realizam todas as tarefas de gestão da casa, exigências que os estruturam e exigem planificação e sentido de responsabilidade. Incentiva-se à responsabilidade individual e do grupo, aos princípios de auto-ajuda, à necessidade de cumprimento de regras, situações muitas vezes confrontadas nas reuniões de grupo, promovidas semanalmente, pelo técnico superior de reeducação, para além do acompanhamento individual.

Resultados

Verifica-se uma maior consciencialização das exigências de vida em liberdade, da responsabilidade individual e também o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas.

Com capacidade para 28 reclusos, na “Casa de Saída 1” – 12 e na “Casa de Saída 2” - 16.

Durante o ano de 2015, integraram as Casas de Saída 37 reclusos.



Treino de Aptidões Sociais

Estabelecimento Prisional de Faro

Finalidades

O treino de aptidões sociais é uma estratégia de abordagem muito utilizada no âmbito da intervenção psicológica, dado que um número importante de pessoas exhibe um *deficit* de competências sociais para poder estabelecer uma relação social adequada. Caballo (1993) definiu como conduta socialmente adequada o “conjunto de condutas assumidas por uma pessoa num contexto interpessoal que expressa os sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos dessa pessoa de uma forma adequada à situação”.

Destinatários/ beneficiários

Utentes reclusos no Estabelecimento Prisional de Faro, com possibilidades de saída em liberdade no prazo máximo de 6 meses, encaminhados para a equipa de reinserção do IDT e a quem, ao longo das entrevistas com o técnico de educação, foram detetadas lacunas neste âmbito.

Máximo de 12 participantes e mínimo de 4.

Por norma, o TAS inicia-se com grupos que podem atingir 18 reclusos e termina com 12.

Descrição

Atividade semanal, por norma à quinta-feira, que decorre na sala de visitas do EP e está elencada na memória descritiva.

No ano 2015 realizámos dois treinos, um iniciou-se em março e outro em setembro.

Resultados

Este programa tem-se revelado de particular importância para os reclusos, notando-se da sua parte um empenho na sua frequência e melhorias comportamentais relevantes, principalmente a nível dos relacionamentos entre pares que formam o grupo.



Projeto Um Olhar Entre as Grades, sem Muros

Estabelecimento Prisional de Izeda

Finalidades

O projeto “Um olhar para além das grades, sem muros” foi implementado entre o dia 8 de Janeiro a 10 de Abril de 2015. A escolha desta denominação do projeto está relacionada com os objetivos do mesmo, pois visa dotar os participantes de ferramentas para a sua vida após a saída da prisão e com o facto deste EP não ter muros físicos.

Destinatários/ beneficiários

Este projeto teve como destinatários 11 reclusos desta instituição.

Descrição

“Um olhar para além das grades, sem muros” foi composto por 17 sessões, divididas em três grupos, o primeiro foi constituído por 9 sessões que consistiram em três temáticas: sentimentos, o mundo do crime e a solidariedade. O segundo grupo consiste no mundo do trabalho constituído por 5 sessões e por fim 2 sessões com um âmbito mais lúdico em que se construiu o jornal de parede e outra sessão em que se realizou a avaliação do projeto e o lanche de encerramento do mesmo.

Resultados

Foi avaliada a assiduidade, a motivação e o envolvimento nas dinâmicas do projeto. A nível da assiduidade, à exceção de dois elementos, todos atingiram o nível elevado. A nível da motivação, ou seja, os que até ao momento já reconhecem a utilidade do projeto e a importância de o frequentar de forma assídua, cinco elementos conseguiram atingir o grau máximo e os restantes o grau médio. Quanto ao envolvimento nas dinâmicas do projeto, todos participam, mas dois dos onze participantes destacam-se, talvez por já terem participado noutros projetos/ programas, demonstrando-se mais recetivos.



Projeto Preparação para a Liberdade

Estabelecimento Prisional de Izeda

Finalidades

Promoção da reabilitação e da prevenção da reincidência.

Destinatários/ beneficiários

Neste projeto participaram 15 reclusos.

Descrição

O projeto acentua a promoção /divulgação de oportunidades de acesso ao ensino superior para os reclusos que se encontram no nível secundário. Objetivou, numa primeira fase, identificar expectativas e medos face à saída da prisão e, posteriormente, identificar recursos (alojamento, alimentação) disponíveis no contexto sócio-familiar facilitadores da reinserção do recluso imediatamente após a saída da prisão. Foi igualmente elaborado um guia de instituições que fornecem respostas sociais aos reclusos (alojamento, alimentação, formação, emprego).

Resultados

Os reclusos consideraram o projeto como uma oportunidade de adquirir conhecimentos.

Contribuiu significativamente para a compreensão da continuidade da formação e ponderação para o ingresso no ensino superior.

O guia de instituições foi considerado uma mais valia na orientação do recluso no processo de reinserção social.

Existiu espaço para a partilha de informação, trabalho em grupo, respeitar e ouvir o outro.



Rede de Apoio ao Cidadão Recluso aquando da Restituição à Liberdade

Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada

Finalidades

Apoiar o cidadão recluso aquando da restituição à liberdade/liberdade condicional. Esta Rede reúne mensalmente e avalia atempadamente as necessidades dos destinatários da sua ação. Encontra-se em fase de preparação a celebração de protocolo com as entidades que a integram. A Rede é coordenada pelo Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA).

Destinatários/ beneficiários

População reclusa e respetivas famílias.

Descrição

A Rede procura identificar as dificuldades que se colocam aquando da restituição à liberdade/liberdade condicional. Atua por solicitação do recluso e define estratégias para ultrapassar dificuldades, em função dos recursos locais.

Resultados

Todos os reclusos restituídos à liberdade/liberdade condicional podem recorrer à intervenção desta Rede. O esforço articulado dos parceiros que a integram permite ultrapassar dificuldades cuja dimensão seria superior caso a mesma não estivesse presente.



Prevenção dos Delitos Estradais

Estabelecimento Prisional de Torres Novas

Finalidades

No âmbito, de uma parceria institucional vigente que este EP estabeleceu, o ano transato, com uma escola de condução local, é facultada à população reclusa a possibilidade de obterem a licença de condução durante o período de cumprimento da sua pena de prisão, contribuindo-se assim para a prevenção da reincidência na prática de delitos estradais.

Destinatários/ beneficiários

Este programa contempla preferencialmente reclusos, que tenham cometido delitos estradais.

Descrição

Atendendo a que a atual legislação prevê a realização em simultâneo do ensino da condução, sendo necessário, para efetuar o exame de código, ter, pelo menos, ¼ das aulas de condução dadas, os reclusos que são selecionados para integrar este projeto têm que reunir os seguintes requisitos:

- Encontrarem-se a menos de 2 anos da possibilidade de sair em liberdade ou termo de pena (uma vez que o exame de código só é válido por um período de 2 anos);
- Beneficiarem de RAI – regime aberto no interior.e de medidas de flexibilização bem sucedidas (de forma a poderem, nas licenças de saída, realizar as aulas de condução mínimas exigidas para a realização do exame de código);
- Encontrarem-se a trabalhar intra ou extra-muros (de forma a garantirmos o pagamento das mensalidades à Escola).

Dada a generalidade dos reclusos que integram este projeto se encontrar a trabalhar durante a semana nas Brigadas custodiadas das autarquias (Vila Nova da Barquinha e Almeirim), a deslocação às aulas de código efetua-se em horário pós-laboral, das 17h às 18h, 2 dias por semana (4ª e 5ª feiras), em viatura celular sob custódia.

Resultados

Presentemente, integram este projeto 4 reclusos (2 deles já realizaram com sucesso, o exame de código).

Todavia, desde o início desta parceria (Maio de 2015), já obtiveram a licença de condução 3 reclusos.



Promoção da cidadania

Encontros Temáticos

Estabelecimento Prisional da Carregueira

Projeto Ser Cidadão em Cidadania Voluntariado

Estabelecimento Prisional de Chaves

Projeto Mais Vale Prevenir que Remediar Voluntariado

Estabelecimento Prisional de Chaves

Projeto Defesa dos Consumidores

Estabelecimento Prisional de Évora

Projeto Eco-Escolas

Estabelecimento Prisional do Funchal

Projeto Soltar a Palavra

Estabelecimento Prisional de Torres Novas





Encontros Temáticos

Estabelecimento Prisional da Carregueira

Finalidades

Fomentar o acesso à cultura e contribuir para a melhoria de conhecimentos sobre temáticas diversificadas.

Desenvolver e explorar recursos pessoais contribuindo para a progressiva melhoria de competências pessoais e sociais.

Destinatários/ beneficiários

Comunidade escolar.

População prisional.

Descrição

Encontros temáticos – Realização e organização de debates dirigidos à comunidade escolar e a sua adequação aos programas educativos, designadamente nas áreas da Cidadania e Profissionalidade, Português e História.

Entidades promotoras – Escolas Associadas, EP da Carregueira, CPJ, outras entidades externas.

Resultados

Encontros temáticos – Conferência “Portugal e o 25 de Abril”, palestras “Tempo de Aprender a Cidadania” e “A Língua Portuguesa”.

Nº de sessões: 4.

Nº de reclusos envolvidos: 60.



Projeto de Voluntariado Ser Cidadão em Cidadania

Estabelecimento Prisional de Chaves

Finalidades

Este projeto foi realizado no âmbito da parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Chaves e comportou três áreas de intervenção, a nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais e de atividades culturais e artísticas. Teve como finalidades sensibilizar e informar sobre a importância da cidadania, promovendo o desenvolvimento de competências de comunicação assertiva, partilha de experiências e expressão de opiniões e respeito pelo outro e pela sociedade. Promoveu também a sensibilização dos reclusos para as atividades socioculturais (arte como forma de comunicação), bem como a realização de trabalhos nas áreas escolhidas pelos mesmos.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa inscrita.

Descrição

Este projeto foi constituído por 7 workshops, com periodicidade quinzenal, e com a duração de 2 (duas) horas cada, desenvolvendo-se as seguintes ações:

- Apresentação e desenvolvimento do tema;
- Discriminação versus inclusão social;
- Igualdade de género;
- Direitos humanos (tema proposto pelo grupo);
- A arte como forma de comunicação;
- Elaboração de trabalhos nas áreas previamente escolhidas pelos reclusos.

Resultados

Os objetivos traçados e acima descritos foram plenamente atingidos, realizando-se todas as atividades com assiduidade elevada e um grande nível de envolvimento e participação, por parte dos reclusos participantes. Os reclusos elaboraram trabalhos sobre o tema por eles escolhido, em pequenos grupos, nas áreas da pintura, escrita e música, os quais foram apresentados à restante população prisional, em ação realizada no âmbito escolar.

Neste projeto foram envolvidos 24 reclusos, não havendo desistências a registar.

Os reclusos participantes preencheram no final do projeto, grelha de avaliação, dando todos eles um retorno muito positivo face a este tipo de iniciativas e aos temas abordados.



Projeto de Voluntariado Mais Vale Prevenir que Remediar

Estabelecimento Prisional de Chaves

Finalidades

O projeto em causa foi realizado com a colaboração da Proteção Civil e dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de Chaves, tendo como objetivo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e mais especificamente a aquisição de conhecimentos na prevenção de incêndios (urbanos e florestais) e catástrofes (sismos e inundações).

Destinatários/ beneficiários

População Reclusa inscrita.

Descrição

Foi constituído por duas ações/sessões de informação, com a duração de 2 horas cada, que incluíram uma parte prática de aprendizagem de utilização de extintores.

O projeto incluiu uma vertente de formação destinada a funcionários, a realizar oportunamente e que tinha como objetivos a aquisição de conhecimentos na prevenção de incêndios e catástrofes, bem como dotar os formandos de conhecimentos/treino para intervenção e emergências e, ainda, a elaboração de um plano de emergência para a unidade orgânica.

Resultados

Os objetivos traçados e acima descritos foram plenamente atingidos, realizando-se as sessões com assiduidade elevada e um grande nível de envolvimento e participação, por parte dos reclusos participantes.

Neste projeto foram envolvidos 26 reclusos, os quais preencheram no final uma grelha de avaliação, dando todos eles um retorno muito positivo face a este tipo de iniciativas e aos temas abordados.



Defesa dos Consumidores

Estabelecimento Prisional de Évora

Finalidades

Atividade de formação/informação sobre:

- Direitos do consumidor;
- Modalidades de venda;
- Garantias contratuais;
- Como reclamar;
- O livro de reclamações;
- Entidades fiscalizadoras.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa do EP.

Descrição

Atividade implementada pelo EP de Évora com a colaboração da Delegação de Évora da DECO, com os seguintes objetivos:

- Informar sobre os direitos do consumidor;
- Disponibilização de documentação sobre vendas agressivas;
- Guia sobre os direitos do consumidor.

Resultados

Participaram na atividade 12 reclusos.



Projeto Eco-Escolas

Estabelecimento Prisional do Funchal

Finalidades

O projeto Eco-Escolas pretende encorajar ações no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa, funcionários civis, Corpo da Guarda Prisional e corpo docente.

Descrição

Manifestação por parte da escola da vontade de melhorar o seu desempenho ambiental, envolvendo os alunos nos processos de decisão e implementação do programa internacional da *"Foundation For Environment Education"* desenvolvido em Portugal, no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade.

Resultados

No ano de 2015, o EP ganhou o 2º galardão pelas boas práticas ambientais - "Bandeira Verde".



Projeto Soltar a Palavra

Estabelecimento Prisional de Torres Novas

Finalidades

Desde fevereiro do ano transato, que se encontra em curso neste EP, o programa de rádio “Soltar a Palavra”, que tem permitido divulgar, mensalmente, junto da comunidade, em duas rádios locais (Torres Novas e Entroncamento), as atividades de cariz formativo, sociocultural e recreativo, bem como, as de âmbito laboral, que decorrem intra e extra muros.

Este programa tem sido desenvolvido com a colaboração de alguns docentes que lecionam neste EP, do Agrupamento Gil Pais e por uma técnica do Município de Torres Novas.

Numa perspetiva sistémica, pretende-se com este programa informar/sensibilizar e envolver progressivamente o tecido social, no processo de ressocialização da nossa população reclusa, tendo em vista uma maior aceitação e apoio, a nível da sua futura reintegração socioprofissional.

Destinatários/ beneficiários

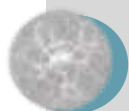
Este programa tem contado com a participação ativa de vários reclusos (16), quer ao nível da seleção das músicas passadas na rádio, como dos testemunhos que se disponibilizam partilhar da sua vida antes e durante a situação de reclusão.

Descrição

Os conteúdos que são utilizados neste programa, são trabalhados em contexto de sala de aula pelos reclusos. As gravações são efetuadas no Estabelecimento Prisional, bem como toda a edição do programa, em *software* compatível com a rádio local, que os emitirá posteriormente em diferido. Até à presente data, já foram abordados diversos temas (ex: a importância das atividades socioculturais junto da população prisional, a reintegração socioprofissional dos reclusos, o papel do voluntariado no tratamento prisional, entre outros...) e entrevistados vários profissionais, bem como alguns responsáveis por entidades externas, que colaboram direta ou indiretamente com este EP (designadamente: Os Presidentes das Autarquias de Almeirim e Vila Nova da Barquinha, a Diretora do Centro de Emprego de Torres Novas, docentes e voluntários, etc).

Resultados

O impacto que este programa tem tido junto da comunidade local, tem sido bastante positivo. Contribuindo para uma maior recetividade e apoio, em particular a nível do aumento de ofertas de trabalho que têm surgido, bem como de diversas solicitações que se têm recebido de escolas concelhias, no sentido da participação com alguns reclusos (em RAI e RAE) no auditório da biblioteca municipal, em sessões de prevenção de comportamentos de risco, associados ao consumo de substâncias psicoativas, destinadas a jovens alunos, alguns deles dos PIEF.



Promoção da leitura e línguas

Projeto de Línguas

Clube de Português

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Edição do Jornal '100 Palavras'

Estabelecimento Prisional de Carregueira

Promoção da Leitura

Apresentação do Livro 'Reintegr'arte'

Estabelecimento Prisional de Lamego





Projeto de Línguas Clube de Português

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Finalidades

- Desenvolver a consciência da identidade cultural pela comparação com outras culturas;
 - Desenvolver a capacidade de comunicação, a criatividade, a iniciativa e a autonomia;
 - Estimular o gosto pelos livros e fomentar hábitos de leitura;
 - Promover o desenvolvimento pessoal e social dos formandos/reclusos, a autonomia, o espírito crítico e a participação ativa e organizada;
 - Fomentar a capacidade de pesquisa em registos biográficos;
 - Contribuir para uma atitude de tolerância face à diferença;
- Enriquecer o vocabulário.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos que não frequentaram o ensino formal/Escola no Estabelecimento Prisional e que pretendiam melhorar os níveis de compreensão de leitura e de expressão oral e escrita, ao nível das línguas inglesa e portuguesa, mas também reclusos de nacionalidade estrangeira, procurando-se assim esbater a barreira linguística e a exclusão sociocultural.

Descrição

Ao longo do projeto desenvolveram-se atividades conducentes com as seguintes metodologias:

- Audição de diálogos seguida de memorização, imitação e/ou repetição;
- Atividades de conversação em pares ou pequenos grupos com recurso a objetos reais: imagens, figuras, fotos, filmes, gestos.
- Exercícios de tradução e retroversão;
- Escrita guiada de textos e frases simples com base em modelos e exemplos;
- Audição de canções e sua tradução.

Resultados

Este projeto iniciou em 19 de outubro com 13 formandos inscritos no Clube de Inglês e 10 formandos no Clube de Português, com uma periodicidade de duas sessões semanais de 60 minutos para cada projeto. A adesão foi muito boa e rondou os 92%, chegando a haver listagem de espera para integrar os respetivos clubes, nomeadamente o de Inglês. Os formandos que entretanto iam saindo em liberdade ou foram transferidos para outro Estabelecimento Prisional eram automaticamente substituídos por outros.

Os grupos mantiveram-se muito motivados, desde o início do projeto até ao seu terminus. Os formandos revelaram-se muito participativos e empenhados nas tarefas propostas, sugerindo atividades a desenvolver conjuntamente nas várias sessões.

De salientar ainda a motivação que o projeto de português desencadeou para a leitura, uma vez que a partir de determinado momento, em todas as sessões eram solicitados os livros que se divulgavam.

Este projeto foi assegurado por dois docentes da Escola Associada Afonso de Paiva de Castelo Branco e que fora proposto no projeto educativo de 2014/2015.



Edição do Jornal '100 Palavras'

Estabelecimento Prisional de Carregueira

Finalidades

- Desenvolver e explorar recursos pessoais contribuindo para a progressiva melhoria de competências pessoais e sociais;
- Contribuir para a participação da comunidade prisional.

Destinatários/ beneficiários

População prisional.

Descrição

Promoção da leitura e escrita criativa: atividades de incentivo à leitura com edição do jornal interno.

Resultados

Edição do jornal "100 Palavras".

Nº de reclusos: 8.

Nº de edições do jornal: 6.



Promoção da Leitura Apresentação do Livro 'Reintegr'arte'

Estabelecimento Prisional de Lamego

Finalidades

Promoção da leitura e escrita, através da idealização, escrita, publicação e construção de uma peça de teatro (participação ativa de um grupo de reclusos).

Destinatários/ beneficiários

População reclusa e comunidade em geral.

Descrição

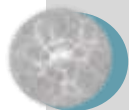
Apresentação do Livro "Reintegr'arte" da autoria do Prof. Fernando Marado e Amigos Detidos.

O livro "Reintegr'arte" surgiu no âmbito do protocolo estabelecido entre o Estabelecimento Prisional de Lamego, a Câmara Municipal de Lamego e a Biblioteca Municipal.

O Projeto foi desenvolvido durante o ano de 2014/15, com sessões semanais de leitura e escrita criativa. Este processo culminou com a elaboração de uma peça de teatro cuja apresentação à população reclusa e comunicação social decorreu no dia 20 de fevereiro de 2015, nas instalações do Estabelecimento Prisional de Lamego.

Resultados

Este projeto teve a participação de 10 reclusos, que são co-autores do livro.



Promoção da saúde e prevenção da doença

Projeto Revive +

Voluntariado no EPCB - 2015

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Intervenção Sistémica – Eliminação de Tuberculose em Meio Prisional

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Rastreio de Obesidade, Diabetes e Hipertensão Arterial

Estabelecimento Prisional de Évora

Projeto Vanguarda

Estabelecimento Prisional da Guarda

Saúde e Economia um Binómio Apetecível

Estabelecimento Prisional de Izeda

Unidade de Estabilização Emocional e Gestão do Risco - UGR

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença

Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Projeto de Prevenção de *Burnout* em Guardas Prisionais e Civis

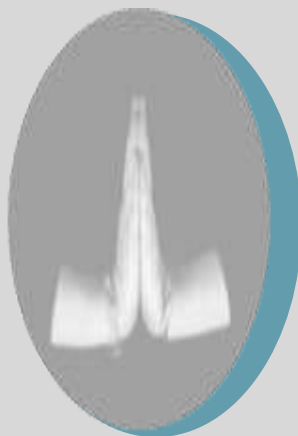
Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo

Projeto Para Além das Grades

Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo

Formação em Serviço na Área da Saúde

Hospital Prisional S. João de Deus





Projeto Revive + Voluntariado no EPCB - 2015

Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Finalidades

O objetivo geral dos projetos de voluntariado levados a cabo no EPCB converge na aproximação/interrelação com as instituições da comunidade envolvente, concretamente Cruz Vermelha (Delegação de Castelo Branco) e Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação e Escola Superior de Artes).

Neste sentido foram estabelecidos, com as instituições referidas, projetos que especificamente pretendiam promover o desporto e estilos de vida saudáveis (Projeto desportivo e Curso de Noções Básicas de Primeiros Socorros – Revive +, Colóquios e rastreios clínicos), bem como desenvolver atividades culturais e artísticas (Projeto de Música Eletrónica).

É de relevar que o esforço efetuado foi no sentido de incrementar novamente o voluntariado no EPCB, mediante intervenções concertadas com instituições socializadoras e comunitariamente interventivas.

Destinatários/ beneficiários

Os beneficiários foram toda a população reclusa, em geral.

Nos projetos (2) de “Cursos de Noções Básicas de Primeiros Socorros – Revive +”, dinamizados pela CVP Delegação de Castelo Branco, foram abertas inscrições a toda a população reclusa, para posteriormente formar um grupo de, no máximo 12 elementos.

Descrição

Curso de Noções Básicas de Primeiros Socorros - Foram levados a cabo dois projetos. O primeiro foi iniciado em Junho de 2015, contou com a presença de 11 formandos durante 7 sessões. O segundo foi iniciado em Novembro de 2015, decorreu em 6 sessões e foi integrado por 12 formandos. Cada sessão era dinamizada por dois voluntários da CVP e acompanhadas pelo TSR. As primeiras sessões eram de conteúdo mais teórico mas a maior incidência foi na componente prática.

Resultados

Os projetos de voluntariado levados a cabo em 2015 vieram novamente incrementar este domínio no EPCB. Foram dinamizados 6 projetos, em articulação com três instituições externas, o que denota a permeabilidade do meio prisional ao exterior. Todos os projetos decorreram sem incidentes. Os voluntários mantiveram relação salutar com técnicos e reclusos.

O aumento de reclusos integrados em projetos de voluntariado é expressivo. No Projeto Revive + participaram dois grupos, de 11 e 12 formandos respetivamente.

Para além dos números e da avaliação quantitativa refere-se ainda o agrado manifestado pelos reclusos pelos projetos dinamizados.



Intervenção Sistémica - Eliminação de Tuberculose em Meio Prisional

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Finalidades

1. Implementar o preconizado no âmbito do Programa Nacional da Tuberculose no relativo ao meio prisional;
2. Assumir como esforço institucional, transversal a todos os sectores e com monitorização e planeamento sistematizado centralizado nos Serviços Clínicos do EPC, a aplicação cabal dos procedimentos preconizados;
3. Conseguir um controlo efetivo e uma atuação não paliativa, numa estratégia concertada entre os Serviços Clínicos do EPC, o Centro Diagnóstico Pneumológico de Coimbra - ARS do Centro, e, os CHUC;
4. Estreitar os laços entre os Serviços Clínicos EPC e as estruturas comunitárias de saúde.

Destinatários/ beneficiários

Toda a população reclusa afeta;

Todos os funcionários e outros elementos em contacto (professores, formadores, funcionários de firmas adjudicatárias);

Todos os elementos externos em contacto com casos sinalizados (familiares de 1. e 2. /outros).

Descrição

Implementação do Protocolo entre a Direcção-Geral da Saúde e a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para a Definição dos Procedimentos de Detecção e Prevenção da Tuberculose nos Estabelecimentos Prisionais (assinado em 24.Set.2014).

1. Deslocação periódica da Unidade Móvel de Radiologia;
2. Avaliação Clínica à Entrada/Ingresso de todos os reclusos;
3. Efetuação de Teste Tuberculínico a todos os reclusos e funcionários - prova e leitura das provas;
4. Análises sanguíneas a casos sinalizados - Testes IGRA;
5. Consulta CDP - consulta médica individual de avaliação a todos os funcionários e reclusos sinalizados pelo CDP;
6. Tratamento e medicação de prevenção - aplicação dos padrões e tratamento da TB latente;
7. Condução dos entrados ao CDP - teste e consulta - obstando a franjas temporais de risco.

Resultados

O objetivo proposto exigiu uma intervenção sistémica por parte dos Serviços Clínicos do EPC, assim como uma envolvimento transversal a outras áreas de intervenção em meio prisional.

A sensibilização e informação acompanharam um processo que apelou à responsabilidade de todos, reclusos e funcionários, e que decorreu, desde a fase do rastreio, teste e prova tuberculínica, fase da análise sanguínea, consulta médica individual, e, tratamento de prevenção, de forma estruturada e continuada, numa interrelação com entidades externas e internas.

- Cada ingresso de recluso no EPC foi enquadrado de imediato neste esforço, sendo um desafio em continuidade, uma vez que se trata de um investimento na promoção da saúde individual e pública, com repercussão que ultrapassa o limite temporal de 2015. O nível de exigência que adveio das características do grupo alvo - população reclusa - enquanto portador de patologias que constituem fator de risco face à terapêutica em causa, da gestão de stocks, da informatização de dados, da TOD, da preparação e registo de terapêutica, da monitorização de controlos analíticos, do encaminhamento para consultas e exames diagnósticos, colheu a sensibilidade do CC para um reforço de carga horária nas valências Enfermagem e TDF que funcionou como facilitador.

- A transversalidade da intervenção também se traduziu num estreitamento de laços com as entidades de saúde locais, assim como, no envolvimento estruturante de todos os sectores internos a nível do incremento de qualidade na prestação e cuidados de saúde.

1. Deslocação da Unidade Móvel de Radiologia: 978 reclusos abrangidos
2. Reclusos entrados em 2015 - 167
3. Efetuação de Teste Tuberculínico a reclusos: 627 reclusos abrangidos (não inclui testes efetuados no CDP)
4. Efetuação de Teste Tuberculínico /funcionários
5. Análises sanguíneas a casos sinalizados: 213 Reclusos abrangidos (Serviços de Patologia Clínica dos CHUC)
6. Consultas individuais: 16 civis e 46 elementos SV.
7. Tratamento e medicação de prevenção - aplicação dos padrões e tratamento da TB latente: 167 reclusos abrangidos.



Rastreio de Obesidade, Diabetes e Hipertensão Arterial

Estabelecimento Prisional de Évora

Finalidades

Atividade que se destina a verificar a incidência da obesidade, diabetes e hipertensão arterial na população reclusa.

Destinatários/ beneficiários

População reclusa do EP.

Descrição

Atividade implementada pelo EP de Évora com a colaboração da Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade de Évora, com os seguintes objetivos:

- Avaliação do índice de massa corporal;
- Rastreio de diabetes;
- Avaliação da tensão arterial.

Resultados

Participaram no rastreio 33 reclusos.



Saúde e Economia um Binómio Apetecível

Estabelecimento Prisional de Izeda

Finalidades

Este projeto objetiva a educação para uma alimentação mais saudável e preferencialmente económica. Torna-se cada vez mais necessário educar para uma alimentação que promova níveis mais elevados de saúde e de bem-estar.

Destinatários/ beneficiários

Participaram neste projeto 10 reclusos.

Descrição

O projeto tinha 2 linhas de ação. A linha de ação A – Cozinhando Saúde – procurou promover a educação para a saúde, através do desenvolvimento de atividades que promovessem hábitos de alimentação saudáveis, autonomia dos sujeitos na confeção de refeições ligeiras e planeamento de refeições. Na linha de ação B promoveu-se competências de gestão económica e estabeleceu-se prioridades numa “ida às compras”.

Foi elaborado um livro de receitas pelos participantes, recorrendo à evocação de receitas de refeições de infância.

Resultados

O programa foi considerado por todos os participantes como muito útil. Referiram que o programa contribuiu para a aquisição de conhecimentos sobre a alimentação saudável e sobre como cozinhar.

O desenvolvimento do projeto trouxe aos reclusos memórias antigas e desenvolveu, igualmente, competências na gestão económica.



Projeto Vanguarda

Estabelecimento Prisional da Guarda

Finalidades

O projeto visa uma intervenção com a população reclusa, numa perspetiva de promoção da saúde, prevenção da doença, incentivos à adoção de estilos de vida saudáveis, redução de riscos e minimização de danos.

Destinatários/ beneficiários

População Prisional afeta ao EP da Guarda.

Descrição

Projeto Vanguarda (subdividido em: Projeto Prevenção e Projeto Reinserção), candidatura conjunta EP/Guarda/CRI, a APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento, efetuada ao abrigo do Plano Nacional de Luta Contra a Droga.

Terceira aplicação (anos 2014/2016) do Projeto Vanguarda que assentou na implementação de 6 ações distintas:

1. Formação de Educadores de Pares para Promoção da Saúde em Contexto Prisional. Constituição e intervenção de grupo de Educadores de Pares para a promoção da saúde, que com o auxílio da equipa técnica, desenvolveu ações de sensibilização nas diversas temáticas propostas (ex: toxicod dependência, utilização abusiva de substâncias, doenças infecciosas, comportamentos de risco...), promovendo assim um importante trabalho de educação dos seus pares (reclusos) nos diversos espaços e contextos prisionais – formação certificada.).
2. Educação de Pares para Promoção da Saúde em Contexto Prisional.
3. Dinâmicas & Debates Entre Pares: Ações de Informação e Sensibilização.
4. Via Verde para a Saúde.
5. Atividades Lúdicas e Culturais.
6. Manual de Educação de Pares em Contexto Prisional.

Esta aplicação terminou com a realização de um Seminário “Prisão Participada”, suportado pelo projeto, organizado pelo estabelecimento prisional e pela APDES. Tratou-se sobretudo de um espaço de debate e reflexão das problemáticas da reclusão, orientado para áreas da Saúde e Reinserção, colocando em destaque os aspetos subjacentes ao papel dos diferentes atores presentes neste contexto.

Realizado no auditório da Câmara Municipal da Guarda, contou com cerca de 200 participantes, uma assistência diversificada, que permitiu colocar em diálogo a sociedade civil, as estruturas de saúde e os serviços prisionais e de reinserção.

Esta parceria, dado que os resultados da intervenção resultante do projeto foram muito positivos, solicitou autorização para recandidatar o projeto à nova fase o que mereceu concordância do Sr. Diretor Geral em Novembro de 2015.

Resultados

A primeira candidatura ocorreu em 2007. De salientar que o projeto Vanguarda, foi planeado para ser desenvolvido durante o período de 24 meses, sendo que a presente aplicação resulta da aprovação da 3.ª candidatura que o EP/CRI apresentaram no âmbito do Plano Nacional de Luta Contra a Droga. Assim, e só porque os resultados obtidos foram reconhecidos como francamente positivos e que a intervenção efetuada trouxe à população reclusa saberes e desenvolvimento de competências que se traduziram numa mais-valia, justificando o reconhecimento por parte do Plano Operacional de Respostas Integradas para haver novas aprovações e se manter o projeto em vigor.

Nº de reclusos abrangidos: 332.

Valores monetários envolvidos (2 anos):

Prevenção - 38.545.00 €

Reinserção - 61.710.00 €



Unidade de Estabilização Emocional e Gestão do Risco - UGR

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Finalidades

- Criação de um ambiente seguro através da partilha do alojamento, evitando o isolamento e facilitando o apoio entre os reclusos;
- Proporcionar um espaço de alojamento com vigilância acrescida para reclusos com risco de suicídio, nomeadamente os sujeitos ao meio especial de segurança de observação no período noturno (previsto na alínea b) do nº. 3 do Artº. 88º do CEP);
- Facilitar a integração à entrada de reclusos especialmente vulneráveis, prevenindo o isolamento e a vitimização.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos do EP:

- Sinalizados pelo PIPS, à entrada no EP;
- Que tenham praticado uma tentativa de suicídio e/ou comportamentos auto-lesivos graves;
- Com avaliação de risco de suicídio após situações traumáticas (Ex: perdas recentes, morte de familiares, agressões graves, condenações pesadas e inesperadas, negações de alteração da medida de coação);
- Com síndrome de abstinência de drogas;
- Especialmente vulneráveis por motivos de saúde mental;

Entrados sujeitos a vitimização frequente.

Descrição

Criação de uma Unidade de Estabilização Emocional e Gestão do Risco (UGR), na dependência do Programa Integrado de Prevenção do Suicídio-PIPS.

A UGR é constituída por 2 pequenas camaratas de 4 lugares, num total de 8 vagas. Funciona no Pavilhão da admissão dos novos reclusos. Foi submetida a apreciação superior e aprovada pelo Sr. Diretor-Geral em 19/11/2015 e recebeu os primeiros reclusos em 26/11/2015.

A UGR não é um espaço de internamento de saúde nem uma unidade terapêutica.

Resultados

No final do ano, já 8 reclusos tinham beneficiado do regime especialmente protegido da UGR.



Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença

Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Finalidades

- Informação e/ou educação para a saúde, com ênfase na prevenção VIH/SIDA e outras IST;
- Contribuir para a promoção da saúde mental positiva;
- Melhorar as competências de comunicação.

Destinatários/ beneficiários

Aberto a toda a população reclusa.

Descrição

A implementação do projeto foi da responsabilidade do CAPS - GAF de Viana do Castelo. Na sua exposição foram utilizados os seguintes métodos: exposição oral, dinâmica de grupos, visualização de filmes, brainstorming e debate de ideias. Foram abordadas/trabalhadas as seguintes temáticas: Norma/Desvio/Perigo/Risco; Educação/Valores; Estilos de Comunicação; Resolução de Problemas/Gestão de Conflitos; Gestão das Emoções; Estilos de Vida Saudáveis, e VIH/Sida e outras IST.

Resultados

Este projeto foi constituído por 7 sessões, cada uma com a duração de 60 minutos, e em média, em cada sessão, estiveram presentes 23 reclusos.

Teve resultados bastantes positivos junto da população reclusa, esclarecendo dúvidas e capacitando-os para uma autonomia e responsabilização pela sua própria saúde.



Projeto de Prevenção do *Burnout* em Guardas Prisionais e Cíveis

Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo

Finalidades

- Identificação dos fatores ameaçadores e protetores em contexto profissional;
- Promoção da regulação emocional;
- Promoção das relações de suporte social e redução do isolamento;
- Adoção de estratégias de *coping* para prevenir/diminuir.

Destinatários/ beneficiários

Profissionais do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo (guardas prisionais e funcionários cíveis).

Não existiram critérios de exclusão grupal.

Descrição

Projeto de Prevenção de *Burnout* em Guardas Prisionais e Cíveis do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo – Projeto da ULS Alto Minho.

Foi apresentado um estudo científico em que os guardas e funcionários prisionais surgem como um grupo de risco para desenvolver sintomas de *burnout*.

A metodologia utilizada foi de cariz expositiva e participativa, tendo sido realizadas apresentações multimédia e *em powerpoint*.

Foi incentivada a participação dos elementos, de modo a promover a partilha de experiências e coesão grupal.

Estas sessões tiveram uma duração de 6 horas e foram ministradas por uma psicóloga da Unidade de Saúde Pública da ULS do Alto Minho e decorreram nesta unidade orgânica.

Resultados

Foram realizadas 4 sessões, para 4 grupos, num total de 33 funcionários. Foi clara a adesão e motivação de todos os intervenientes, sendo certo que muitos deles se deslocaram ao Estabelecimento Prisional em dia de folga/descanso. De salientar que num universo de 41 funcionários, 33 frequentaram a formação. No final da formação, o Coordenador da Unidade de Saúde do Alto Minho, emitiu o competente Certificado a todos os formandos.

Nº de pessoas abrangidas: 33



Projeto Para Além das Grades

Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo

Finalidades

- Informação e/ou educação para a saúde, com ênfase na prevenção VIH/SIDA e outras IST;
- Contribuir para a promoção da saúde mental positiva;
- Melhorar as competências de comunicação.

Destinatários/ beneficiários

Aberto a toda a população reclusa.

Descrição

A implementação do projeto foi da responsabilidade do CAPS - GAF de Viana do Castelo. Na sua exposição foram utilizados os seguintes métodos: exposição oral, dinâmica de grupos, visualização de filmes, brainstorming e debate de ideias. Foram abordadas/trabalhadas as seguintes temáticas: Norma/Desvio/Perigo/Risco; Educação/Valores; Estilos de Comunicação; Resolução de Problemas/Gestão de Conflitos; Gestão das Emoções; Estilos de Vida Saudáveis, e VIH/Sida e outras IST.

Resultados

Este projeto foi constituído por 7 sessões, cada uma com a duração de 60 minutos, e em média, em cada sessão, estiveram presentes 23 reclusos.

Teve resultados bastantes positivos junto da população reclusa, esclarecendo dúvidas e capacitando-os para uma autonomia e responsabilização pela sua própria saúde.



Formação em Serviço na Área da Saúde

Hospital Prisional S. João de Deus

Finalidades

Promover e melhorar a prestação de cuidados, dotando os diversos grupos profissionais em presença de informação relevante para o seu desempenho.

Destinatários/ beneficiários

Profissionais de saúde, Serviço de Vigilância, técnicos.

Descrição

A formação em serviço ocorreu regularmente entre os meses de Maio a Dezembro 2015. Realizaram-se ações no âmbito da saúde mental; gestão de sintomas psicóticos, avaliação do estado mental/identificação de problemas e intervenções, discussão de casos, sinais e sintomas da esquizofrenia.

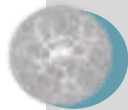
As ações foram dirigidas aos profissionais de saúde, técnicos e Serviço de Vigilância.

Resultados

As ações foram avaliadas de forma muito positiva, tendo muito interesse para os profissionais, sendo o seu conteúdo muito adequado à realidade dos reclusos/doentes internados.

Muitas destas ações contaram com a participação dos alunos de enfermagem, que ao longo do ano realizaram os seus estágios neste Hospital.

Estiveram envolvidos mais de 100 profissionais nas sessões levadas cabo neste Hospital.



Modernização da gestão e qualificação de instalações

Realização de obras estruturantes e com forte impacto na dinâmica do EP

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Promoção da atividade laboral

Estabelecimento Prisional de Sintra

Reestruturação do Funcionamento da Tesouraria e Contabilidade de Reclusos

Estabelecimento Prisional de Tires





Realização de obras estruturantes e com forte impacto na dinâmica do EP

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Finalidades

Recuperação de zona disciplinar inativa há um longo período de tempo, com construção e apetrechamento de 6 celas disciplinares.

Aproveitamento de águas provenientes de uma captação de água existente no EP – furo artesiano, desde há dezenas de anos. Rentabilização dessas águas para diversos fins (regas, sector oficial, limpezas, obras, etc.)

Destinatários/ beneficiários

EP de Coimbra e Serviços Centrais.

Descrição

Realização de obras estruturantes e com forte impacto na dinâmica do EP: Requalificação e entrada em funcionamento de Zona Disciplinar e Recuperação de águas de furo artesiano existente.

1. Requalificação da zona disciplinar, através da recuperação de 6 celas: Instalação de wc, instalação de canalização, esgotos, equipamento, conserto de paredes, tetos e janelas. Intervenção no sistema elétrico e de alarme.

2. Recuperação de águas provenientes de furo artesiano, em estreita articulação com DIE, que acompanhou a execução técnica do projeto, desenvolvendo os procedimentos com vista às adjudicações de materiais e serviços:

- Em articulação com empresa do exterior, a quem foram adjudicados pela DIE a aquisição e instalação de bombas, efetuaram-se as infraestruturas de canalização.
- Colocação de tubagens para ligações
- Remoção de antigo depósito e atulhamento
- Construção de casa de máquinas para instalação das máquinas
- Preparação do terreno para colocação de depósito de água, com capacidade para 20.000 l.
- Instalação de bombas e máquinas (Processo de concurso e adjudicação conduzido pela DIE)

3. Realização periódica de análise à qualidade de águas.

Resultados

Recuperação e entrada em funcionamento de zona disciplinar, com 6 celas, dotadas de condições sanitárias e requalificadas para a função, o que permitiu maior celeridade no cumprimento de sanções disciplinares, evitando atrasos de meses nesse cumprimento.

Excelente articulação com DIE, que fez o acompanhamento técnico da obra de aproveitamento do furo artesiano, após apresentação de projeto fundamentado, propostas de instalação e orçamentos.

Mobilização e empenhamento de numerosa equipa de trabalho do EP, com redução de custos significativa, desde a data da sua implementação em Outubro de 2015.

Entrada em funcionamento da zona disciplinar permite imediato cumprimento de sanções, sem períodos de espera.

Desde a implementação do aproveitamento de águas, verificou-se uma redução superior a 1/3 dos consumos de águas da rede pública, com o consequente impacto na redução de despesas na rubrica correspondente.



Promoção da atividade laboral

Estabelecimento Prisional de Sintra

Finalidades

1. Renovação da rede de canalização de água;
2. Reparação da maquinaria agrícola, serralharia e carpintaria e corte de madeiras e aquisição de novas máquinas de corte;
3. Limpeza e reparação de equipamentos na cozinha;
4. Em 2014 foi adquirido um novo *software* para gestão da cantina com cartão de débito, tendo deixado de circular dinheiro nas Alas, Bares e Cantinas em Fevereiro;
5. Reparação e manutenção dos alojamentos na zona prisional, bem como zonas recreativas (bares e salas de convívio).

Destinatários/ beneficiários

Os projetos acima referidos possibilitaram novos postos de trabalho para os reclusos, beneficiando o EP das diversas obras em curso.

Descrição

1. Renovação da rede de canalização de água - com mão de obra prisional – 2 anos - Está concluída a obra, que se iniciou em Outubro de 2014, com o abastecimento a ser feito pela nova infra-estrutura, desde o início do corrente ano. Falta instalar os contadores nas casas do Bairro pelo SMAS Sintra;
2. Reparação da maquinaria agrícola, serralharia e carpintaria e corte de madeiras e aquisição de novas máquinas de corte;
3. Limpeza e reparação de equipamentos na cozinha, com a instalação de cubas novas e torneiras (que fez reduzir o consumo de água) e ainda a fim de aumentar a capacidade na cozinha (só tem duas marmitas a funcionar) procedemos à aquisição de um fogão, uma fritadeira basculante e uma máquina de lavar loiça (média capacidade);
4. Em 2014 foi adquirido um novo *software* para gestão da cantina com cartão de débito, tendo deixado de circular dinheiro nas Alas, Bares e Cantinas em Fevereiro.
5. Reparação e manutenção dos alojamentos na zona prisional, bem como zonas recreativas (bares e salas de convívio).

Resultados

- 1 – Redução de custos no fornecimento de água ao EP e estabilização da despesa.
- 2 – Melhoria do desempenho laboral dos reclusos com a ajuda de equipamento que permitiu aumentar a qualidade do trabalho realizado e aumentar a receita própria.
- 3 – Aquisição de equipamento que possibilitou maior eficácia no desempenho da atividade laboral na cozinha e redução de custos.
- 4 – Maior eficácia e eficiência na gestão da conta corrente dos reclusos
- 5 – A melhoria dos espaços físicos, quer individuais, quer dos espaços comuns, são condições favorecedoras ao estabelecimento de relacionamentos interpessoais salutar, bem como no desenvolvimento de atividades lúdicas, desportivas e culturais.



Reestruturação do Funcionamento da Tesouraria e Contabilidade de Reclusos

Estabelecimento Prisional de Tires

Finalidades

- Regularização da escrituração desde 2004;
- Regularização de históricos em SIP, dando cumprimento ao regulamentado nos termos do RGEP;
- Caracterização e disciplina de conteúdos funcionais.

-

Destinatários/ beneficiários

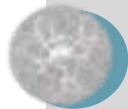
- Trabalhadores afetos à área financeira (tesoureiros e assistentes técnicos da contabilidade de reclusos);
- Reclusos do E.P. Tires.
- Ex reclusos detentores de verbas na conta do EP. que foram ressarcidos.
- IGCP que recebeu cerca de 44.000.00€, valor correspondente a pecúlio não reclamado de ex reclusos.

Descrição

- Avaliação pormenorizada do SIP na vertente tesouraria e razões de existência de histórico acumulado;
- Instrução do processo e submissão ao TEP para decisão e fecho de contas de reclusos em liberdade;
- Atualização dos registos SIP tesouraria e Caixa dos anos de 2004 a 2016. Elaboração mensal de reconciliação bancária. Reorganização de dinâmicas funcionais e calendarização na articulação com a atividade cantina e a informação conta reclusos, de modo a obter, pela otimização de recursos disponíveis, maior transparência e celeridade na informação solicitada pela população reclusa.

Resultados

- Entrega ao Estado de pecúlio não reclamado no valor de 44.000.00€.
- Transparência na gestão das contas de reclusos e cantina.
- Melhoria da informação à população reclusa e consequente reflexo na estabilidade institucional.
- Otimização e polivalência dos recursos humanos.



Serviço à comunidade

Ligação à Comunidade - Intervenções de Requalificação de Espaços e Equipamentos

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Projeto Parceria para a Produção de Hortícolas nos Terrenos do EP

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Parceria com a Atlanticelebration

Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Limpeza da Praia da Raposa

Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Brigada de Trabalho

Estabelecimento Prisional de Viseu





Ligação à Comunidade Intervenções de Requalificação de Espaços e Equipamentos

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Finalidades

- Promover a reinserção social dos reclusos.
- Prestar colaboração a instituições exteriores, órgãos de soberania e unidades orgânicas da DGRSP, através da prestação de serviços com significativa diminuição de custos para essas entidades.
- Dinamização dos sectores oficiais, aumentando o número de colocações laborais, para além do envolvimento das equipas em projetos específicos, com objetivos e prazos determinados.
- Aumento de receita na FF 123, permitindo-nos investimentos naquele sector.
- Promover a imagem do EP, através do destaque dado ao trabalho prisional, através de agradecimentos e notícias divulgadas na comunicação social.

Destinatários/ beneficiários

Cerca de 30 reclusos envolvidos nas equipas. Instituições exteriores, órgãos de soberania e unidades orgânicas da DGRSP.

Descrição

Colaboração com instituições e organismos, através da realização de Intervenções de requalificação de Espaços e Equipamentos.

- Supremo Tribunal de Justiça – Recuperação de bancos e cadeiras do Salão Nobre, Sala de Reuniões e armários do arquivo.
- Tribunal Judicial de Coimbra e IGFEJ- 3 fases: 1ª – Intervenção e Pintura de paredes e telhados em 4 gabinetes e uma sala de Audiências; 2ª fase: Pintura e recuperação de Sala Nobre de Audiências para mega-julgamentos; 3ª fase: Recuperação e conserto de todo o mobiliário da sala de audiências e prolongamento das bancadas daquele espaço.
- Tribunal da Relação de Coimbra – Construção de Estantes em madeira para o arquivo do Tribunal.
- Câmara Municipal de Coimbra – Recuperação de 28 conjuntos de janelas do edifício da DRCC.

Resultados

1. Mobilização e empenhamento de equipa de trabalho significativa, no sector de marcenaria e consertos do EP.
 2. Encaixe financeiro significativo.
 3. Publicidade à qualidade do trabalho desenvolvido no nosso sector oficial (destaque na Imprensa regional).
 4. Nota de Reconhecimento e Agradecimento lavrada pela Sr.ª Dr.ª Juiz Presidente do Tribunal Judicial de Coimbra, endereçada ao Sr. Diretor do Estabelecimento e Nota de Reconhecimento e Agradecimento lavrada pelo Sr. Dr. Juiz Presidente do STJ, endereçada ao Sr. Diretor Geral.
- Já pedidos novos orçamentos para realização de novos trabalhos, a que ainda não foi possível dar resposta.

Enquadramento laboral de cerca de 30 reclusos, para além dos existentes anteriormente.

Receita auferida na Fonte de Financiamento 123 (Receitas Próprias): 10.000€ com possibilidade de retorno e investimento no sector oficial.



Projeto Parceria para a Produção de Hortícolas nos Terrenos do EP

Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens

Finalidades

- Dinamizar as explorações económicas, área agrícola.
- Ocupar mão-de-obra reclusa.
- Incrementar a receita própria.
- Potenciar a economia social.

Destinatários/ beneficiários

Utentes de IPPSs e reclusos do EPLJ.

Descrição

Parceria com instituições particulares de solidariedade social (IPPSS) para a produção de hortícolas nos terrenos do EPLJ e fornecimento àquelas instituições.

A parceria teve na sua génese o Projeto Horta Solidária, decorrente do Acordo de Colaboração entre a DGRSP e a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, atualmente implementado em diversos EPs.

Apesar de o EP já ter como clientes algumas IPPSS, promoveu-se um evento específico que visasse não só a divulgação da produção de hortícolas como também a sensibilização de outras instituições congéneres para a importância da economia social e o contributo que poderiam dar para a reinserção social dos reclusos.

O evento, presidido pelo Sr. Diretor-Geral, decorreu a 17 de Junho de 2015 na adega do EP e contou com a participação das seguintes IPPSSs:

- Associação e Bem-Estar dos Parceiros;
- Associação de Desenvolvimento e Bem Estar da Barreira;
- Centro Social Batista de Leiria;
- Centro Social e Paroquial Paulo VI;
- Lar de idosos da APIFA., em Amor;
- Lar Emanuel;
- Santa Casa da Misericórdia de Leiria.

Resultados

Em 2015, o EP assegurou o fornecimento de 3.161,50 kg de hortícolas a IPPSS (total de 29.274,14 kg, incluindo a produção para a Horta Solidária), correspondentes a receita de 1.831,77 € e ocupou, em média, 4 reclusos e 2 trabalhadores do EP.



Parceria com a Atlanticelebration

Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Finalidades

Trabalho interinstitucional visando política ativa de solidariedade social com o objetivo de integração de reclusos no mercado de trabalho. Este projeto envolve a colaboração da *Atlanticelebration* - Associação Cultural permitindo que um grupo de 10 reclusos, devidamente custodiados, executem tarefas variadas nos terrenos daquela associação.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos a beneficiarem de RAI.

Descrição

Tarefas de limpeza de mato, plantação de árvores e trabalhos de construção civil executadas por um grupo de 10 reclusos, devidamente custodiados por 1 guarda prisional, nos terrenos da *Atlanticelebration* - Associação Cultural que se situam próximo do EPPC.

Resultados

O grupo de reclusos iniciou os trabalhos no dia 19 de Março 2015, mantendo atividade constante ao longo do ano.

Este projeto envolve um grupo de 10 reclusos. Os elementos foram sendo substituídos sempre que se verificou a saída de um deles (libertação, por ex.).



Limpeza da Praia da Raposa

Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Finalidades

Limpeza da praia da Raposa em colaboração com a equipa de voluntários da Associação Brigada do Mar.

Destinatários/ beneficiários

Reclusos a beneficiarem de RAI – regime aberto no interior.

Descrição

Participação de 4 reclusos na equipa de voluntários da Associação Brigada do Mar que tem como objetivo a limpeza das praias da costa entre Melides e Troia.

A colaboração do EPPC na iniciativa traduz-se no trabalho realizado por 4 reclusos na limpeza da orla costeira que confina com os terrenos do EP. Esta atividade conta com o apoio da Câmara Municipal, Junta de Freguesia e com o Alto Patrocínio da Presidência da República.

Resultados

Limpeza da praia da Raposa realizada nos dias 14 e 15 de Maio 2015.

Nº de reclusos envolvidos - 4 a beneficiar de RAI – regime aberto no interior.



Brigada de Trabalho

Estabelecimento Prisional de Viseu

Finalidades

Mudanças das instalações da Equipa Dão Lafões.
Plantação de um campo de cardo para a produção de queijo da Serra da Estrela.
Descarga e transporte de equipamento informático para as diversas secções do Tribunal de Viseu.

Destinatários/ beneficiários

Equipa Dão Lafões da Delegação Regional de Reinserção do Centro.
Casa da Ínsua em Penalva do Castelo.
Descarga e transporte para as diversas secções, de equipamento informático.

Descrição

Mudança de instalações da Equipa Dão Lafões - Apoio com 4 reclusos e viatura para a mudança de instalações da equipa Dão Lafões, evitando assim recurso a contratação de empresa de mudanças.
CASA DA ÍNSUA - Apoio com 4 reclusos para a plantação de um campo de cardo, no âmbito do projeto CARDOP em que o EP está incluído, uma vez que dispõe nas suas instalações em Vila Nova do Campo - Viseu de um campo de cardo certificado.

Descarregamento de computadores no Tribunal de Viseu - Apoio com 4 reclusos para a descarga e colocação nas diversas secções, de equipamento informático, no Tribunal de Viseu, evitando assim recurso a contratação de pessoal para o efeito.

Resultados

Mudança de instalações da Equipa Dão Lafões - Maximização dos reclusos em prol do serviço quer a nível interno, Unidade Orgânica – EP Viseu quer nas outras Unidades Orgânicas pertencentes à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.
Casa da Ínsua - Pretendeu-se valorizar o trabalho dos reclusos no exterior como forma de valorização do trabalho prisional com vista a disporem de oportunidade de trabalho após a saída em liberdade.

Descarregamento de computadores no Tribunal de Viseu - Maximização dos reclusos em prol do serviço quer a nível interno, unidade orgânica – EP Viseu quer nas outras unidades orgânicas pertencentes ao Ministério da Justiça.

1.3 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS NA COMUNIDADE

As medidas e sanções penais executadas na comunidade constituem, no enquadramento jurídico atual, alternativas, quer à própria prossecução do processo penal, quer à aplicação de penas de prisão de curta duração ou à continuidade da execução de penas de prisão mais longas. O chamado princípio da preferência no critério de escolha da pena encontra-se previsto no Código Penal: “Se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e pena não privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição (art. 70º), situando-se o crescimento do cumprimento da sanção penal em meio comunitário na evolução de um paradigma punitivo, que caracteriza, historicamente, a justiça penal, para um paradigma ressocializador.

A intervenção da DGRSP concretiza-se no apoio psicossocial aos indivíduos alvo das penas e medidas e no controlo do cumprimento das condições judicialmente impostas para a sua concretização, tendo também as estruturas e recursos da comunidade um papel crucial na execução de penas e medidas, através da implicação direta na sua execução ou na disponibilização de recursos que permitam a concretização dessas condições, constituindo, assim, parceiros na realização da justiça.

Identifica-se, no conjunto das penas e medidas de execução na comunidade, um núcleo referido legitimamente como o das penas e medidas probatórias, composto pela suspensão de execução da pena de prisão, pela liberdade condicional, pela suspensão da execução do internamento de inimputáveis, pela liberdade para prova e pela suspensão provisória do processo. Um segundo núcleo ou categoria de sanções caracteriza-se pela ideia de trabalho a favor da comunidade ou do Estado: prestação de trabalho a favor da comunidade e substituição de multa por trabalho, em cuja execução a intervenção dos serviços de reinserção social assume igualmente importância.

Constituem penas e medidas de execução na comunidade:

- Suspensão de execução da pena de prisão (artigos 50º a 57º do Código Penal)

Uma vez determinada a culpa do agente e encontrada a medida concreta da pena de prisão (não superior a 5 anos), o Tribunal suspende a sua execução se concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão são suficientes para satisfazer as necessidades de reprobção e prevenir a prática de futuros crimes. O Código Penal prevê três modalidades de suspensão:

- Suspensão simples.
- Suspensão subordinada ao cumprimento de deveres ou regras de conduta.
- Suspensão com regime de prova.

A intervenção dos serviços pode ocorrer no quadro das duas últimas modalidades da sanção sendo que na suspensão com regime de prova a vigilância e o apoio dos serviços assenta num plano individual de reinserção social que é dado a conhecer ao condenado e para o qual se deve obter, sempre que possível, o seu acordo.

- Prestação de trabalho a favor da comunidade (artigos 58º do Código Penal e 496º do Código de Processo Penal)

Trata-se de uma pena de substituição da prisão até 2 anos e necessita do consentimento do arguido para ser aplicada. Consiste na prestação de serviços gratuitos ao Estado, a outras pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas cujos fins o tribunal considere de interesse para a comunidade. A quantidade de trabalho é fixada até 480 horas. O trabalho pode ser executado em dias úteis, aos sábados, domingos e feriado, não podendo cada período de trabalho prejudicar a jornada normal de trabalho de quem possui um emprego.

- Substituição de multa por trabalho

A multa consiste numa sanção pecuniária, aplicável segundo o regime de dias-multa e fixada até um limite máximo de 480 horas, correspondendo a cada dia-multa um montante a fixar entre 5 e 500 euros. Pode ser total ou parcialmente substituída por dias de trabalho, modalidade de execução cujo regime segue de perto o da prestação de trabalho a favor da comunidade.

- Substituição da execução do internamento

Consiste na suspensão condicional do internamento de imputável. Pode ser aplicada antes do internamento ou após o cumprimento de um período mínimo de internamento, de 3 anos, conforme a gravidade e natureza do crime. Trata-se de uma substituição total ou parcial da privação de liberdade por um regime de tratamento probatório executado na comunidade. Segue um regime de execução semelhante ao da suspensão da execução da pena de prisão.

- Liberdade para prova (artigos 94º e 95º do Código Penal)

Funciona para a medida de segurança de internamento de inimputáveis como a liberdade condicional para a pena de prisão. O tribunal, posta a questão da cessação do estado de perigosidade do inimputável, se entender não ser possível alcançar um juízo de prognose definitivo, coloca o inimputável em regime probatório. Destina-se a garantir que a

liberdade definitiva de um inimputável seja precedida de um período de reintegração na comunidade, com controlo e em meio livre.

- Liberdade condicional (artigos 61º a 64º do Código Penal)

Consiste na substituição parcial de um certo período detentivo por outro não detentivo. Concretamente consiste na antecipação da liberdade de um condenado a pena de prisão durante um período não superior a 5 anos, depois de aquele haver cumprido um período mínimo legal de reclusão e mediante o seu consentimento. Tal como a suspensão de execução da pena de prisão, pode ser aplicada nas seguintes modalidades:

- Liberdade condicional simples;
- Liberdade condicional subordinada ao cumprimento de regras de conduta;
- Liberdade condicional com regime de prova.

O condenado em prisão superior a seis meses pode vir a beneficiar da liberdade condicional em três etapas: do cumprimento da pena: a meio da pena (1/2), a dois terços da pena (2/3) ou a cinco sextos do termo da pena (5/6) conforme a natureza e gravidade dos crimes e se razões de prevenção geral e especial o não desaconselharem. Esta medida é aplicada em processo judicial próprio por um tribunal de competência especializada, o Tribunal de Execução das Penas.

- Suspensão provisória do processo (artigos 281º e 282º do Código do Processo Penal)

Trata-se de uma medida pré-sentencial que visa evitar o prosseguimento do processo penal até à fase de julgamento, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta. É aplicada por iniciativa do Ministério Público, com a concordância do Juiz de Instrução Criminal, verificados, entre outros, os seguintes pressupostos: o crime ser punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão; ausência de condenação anterior por crime da mesma natureza; ausência de aplicação anterior de suspensão provisória do processo por crime da mesma natureza; concordância do arguido e da vítima; carácter diminuto da culpa. Pode ser determinada pelo Tribunal a intervenção dos serviços para vigiar e apoiar o arguido. Findo o período de suspensão (regra geral até 2 anos e excecionalmente até 5 anos para os crimes de violência doméstica e contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor), e desde que não tenham ocorrido anomalias, o processo judicial será definitivamente arquivado.

A medida não privativa de liberdade, em dados acumulados, com maior expressão em 2015 é a suspensão da execução da pena de prisão, seguindo-se o trabalho a favor da comunidade e a suspensão provisória do processo.

Quadro 17
Penas e medidas em execução na comunidade em 2015 no âmbito penal

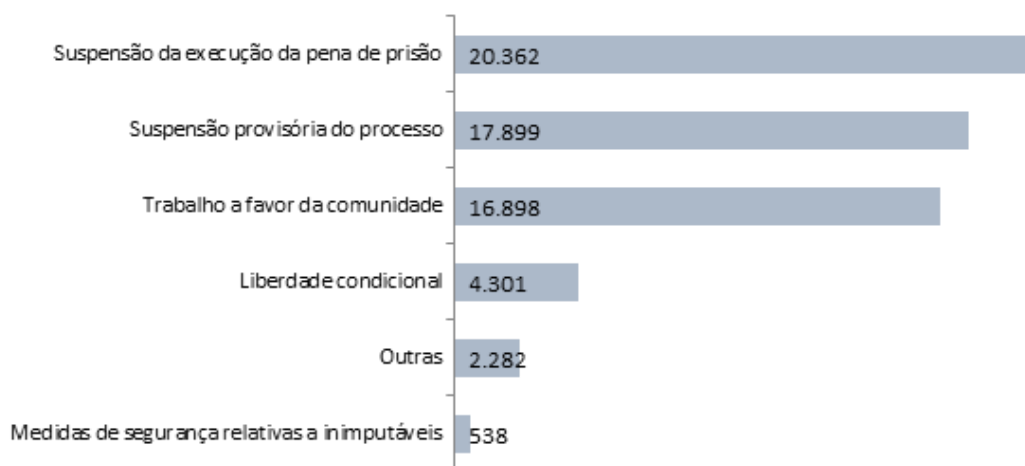
Penas e medidas	Nº de pedidos Valor acumulado ¹	Nº de penas e medidas em execução a 31-dez
Suspensão provisória do processo	17.899	6.511
Trabalho a favor da comunidade	16.898	6.934
Suspensão da execução da pena de prisão	20.362	13.523
Liberdade condicional	4.301	2.907
Medidas de segurança relativas a inimputáveis	538	431
Outras	2.282	1.123
Total	62.280	31.429

Fonte: SIRS.

¹ Os números referem-se a todas as penas e medidas que estiveram em execução durante o ano de 2015.

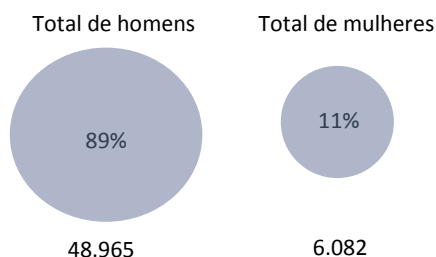
Tendo por referência a data de 31-12-2015, verifica-se que a predominância da suspensão da execução da pena de prisão se mantem.

Gráfico 14
Penas e medidas em execução na comunidade no âmbito penal a 31-12-2015



As 62.280²⁰ penas e medidas de execução na comunidade em 2015²¹ corresponderam a um total de 55.053 pessoas, 89% das quais do género masculino e 11% do sexo feminino.

Gráfico 15
Distribuição por sexo – Penas e medidas de execução na comunidade

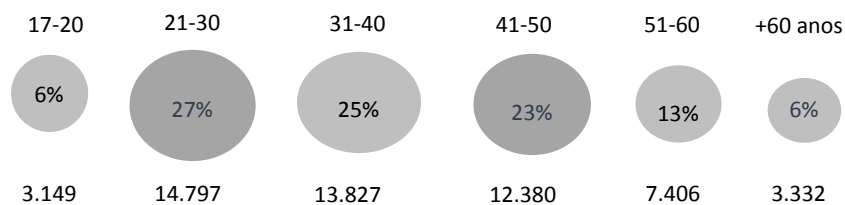


²⁰ Valor acumulado no ano de 2015.

²¹ Segundo dados disponibilizados pela DSOPRE, a partir do SIRS. Com 6 casos omissos, no caso da distribuição por sexo e 162 no caso da idade.

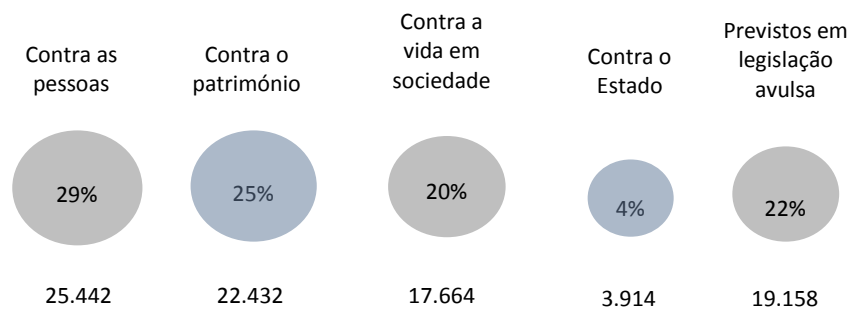
No que se refere às idades, no total de 55.053 pessoas, o grupo maioritário é o dos 21-30 anos com 14.797 pessoas, correspondente a 27%. Níveis etários de baixa expressão são os dos 17-20 anos (6%) e com mais de 60 anos (6%).

Gráfico 16
Distribuição por nível etário – Penas e medidas de execução na comunidade



Ao total das 55.053 pessoas com penas e medidas em execução na comunidade no âmbito penal corresponde um total de 88.614 tipos de crimes registados. Destacam-se as grandes categorias dos crimes contra as pessoas (ofensas à integridade física simples e grave e violência doméstica), representam 29% e dos crimes contra o património (outros roubos e outros furtos), com uma expressão de 25%.

Gráfico 17
Distribuição por tipologia de crimes – Penas e medidas de execução na comunidade



De entre os 10 tipos de crime mais registados nos processos que originaram os pedidos de apoio à execução das penas e medidas são predominantes os designados “crimes estradais” (17.176), seguindo-se o crime de violência doméstica contra conjugue ou análogos (7.328) e o tráfico de estupefacientes (5.999).

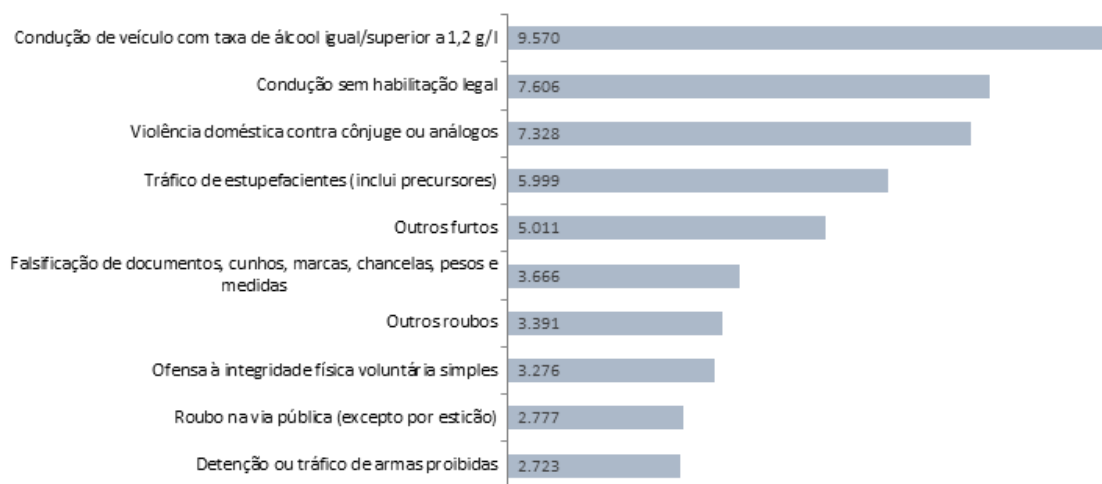
Quadro 18
Predominância de crimes- Penas e medidas em execução na comunidade em 2015
no âmbito penal - Valor acumulado

Crimes	Nº
Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2 g/l	9.570
Condução sem habilitação legal	7.606
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	7.328
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	5.999
Outros furtos	5.011
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, chancelas, pesos e medidas	3.666
Outros roubos	3.391
Ofensa à integridade física voluntária simples	3.276
Roubo na via pública (excepto por esticção)	2.777
Detenção ou tráfico de armas proibidas	2.723

Fonte: SIRS.

Nota: Os números referem-se a todas as penas e medidas que estiveram em execução durante o ano de 2015.

Gráfico 18
Predominância de crimes– Penas e medidas em execução na comunidade em 2015
no âmbito penal – Valor acumulado



No âmbito da execução de penas e medidas na comunidade, foram recebidos 40.796 pedidos de relatórios e audições, na fase pós-sentencial, dos quais, 12.177 (29,8%) relatórios para aplicação da medida de substituição de multa por trabalho e 8.055 (19,7%) planos de reinserção social para aplicação da medida de suspensão da execução da pena de prisão com regime de prova.



Sistema de Gestão de Entidades Beneficiárias de Trabalho (SGEBT)

Finalidades

O Sistema de Gestão de Entidades Beneficiárias de Trabalho (SGEBT) permite a gestão nacional dos registos de Entidades Beneficiárias de Trabalho (EBT) que cooperam com a DGRSP e das respetivas vagas, inventariando as reservas efetuadas pelas Equipas de Reinserção Social.

O SGEBT tem como principal objetivo manter o registo atualizado da vertente operativa do cumprimento das medidas de trabalho comunitário e a disponibilização de parâmetros de adequação e exequibilidade das medidas aplicadas na áreas penal, contribuindo para o ajustamento às tarefas a realizar, aos horários a cumprir e a localização das EBT, informações relevantes na colocação de indivíduos fora da área de residência e/ou da área de intervenção da equipa.

Destinatários

Equipas de reinserção social com competências no acompanhamento de medidas de trabalho a favor da comunidade.

Entidades beneficiárias de trabalho.

Arguidos/condenados em penas e medidas de trabalho a favor da comunidade.

Descrição

Em 2015, o SGEBT entrou em funcionamento experimental, alargando-se à Equipa de Reinserção Social da Beira Sul e, por último, à Equipa de Reinserção Social do Porto Penal 1. Para o efeito realizou-se em Lisboa, com cada uma das três equipas, um dia de formação, no qual foi apresentada a ferramenta, explicado o seu funcionamento e efetuado o seu manuseamento.

Após esta ação as equipas deram início à sua utilização a título experimental. A DSATEPC solicitou àquelas uma avaliação do seu funcionamento/vantagens e a apresentação de propostas de adequação à realidade, o que foi concretizado.

Resultados em 2015

Nesta fase experimental, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Maior exequibilidade da pena/medida de trabalho comunitário.
- Respostas mais céleres.
- Maior eficiência dos serviços.
- Melhor racionalização dos recursos mediante a especialização de funções dos técnicos superiores e profissionais de reinserção social afetos à equipa.
- Maior motivação no trabalho da e em equipa mediante a seleção de profissionais vocacionados para esta área de intervenção específica.
- Formulação, por parte das equipas de reinserção social envolvidas, de proposta de alteração/melhoria para da aplicação.

1.3.1 ■ RECURSO AO LS-CMI NO PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DE MEDIDAS

Uma vez que o LS-CMI é usado como ferramenta de avaliação e gestão do risco, ou seja, sendo também um recurso de trabalho no quadro da execução das penas e medidas de execução na comunidade, as atividades de monitorização da sua utilização no contexto da elaboração de planos de reinserção social são referidas no ponto relativo a esta área de intervenção da DGRSP.

A utilização do instrumento foi implementada, experimentalmente (biénio 2013/2015), nos termos da Circular n.º 3/DGRSP/2013, de 30 de maio, consubstanciando uma introdução gradual e sustentada na atividade técnico-operativa da área penal, tendente a uma adaptação progressiva aos procedimentos introduzidos. Dela constam critérios de utilização do instrumento e aprova o correspondente plano de monitorização e avaliação da eficácia e impacto da sua utilização, nomeadamente no contexto da execução de penas e medidas na comunidade.

O plano de reinserção social (PRS), elaborado no contexto da suspensão da pena de prisão com regime de prova, deve conter (artº 54º do Código Penal) os objectivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as actividades que este deve desenvolver, o respectivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a adoptar pelos serviços de reinserção social.

Em 2015, foi avaliada, por amostragem, através de um processo de supervisão - prévia ao envio dos documentos para os tribunais, efetuada pelos Núcleos de Apoio Técnico, e à posterior, pela DSCT - e com base em *checklist* de controlo da qualidade, a conformidade das avaliações efetuadas com o LS-CMI como suporte à elaboração dos planos de reinserção social (PRS), verificando-se a conformidade das aplicações com um conjunto de critérios formais, de consistência interna e coerência técnica.

A supervisão foi realizada com recurso aos parâmetros da “Checklist para controlo da qualidade da cotação do LS/CMI” e da “Grelha de Análise para Supervisão dos Planos de Reinserção Social”, já utilizadas em processos semelhantes, em anos anteriores.



Nº de técnicos que elaboram PRS abrangidos por supervisão prévia pelos NAT das DRR

224
(83,3%)

Nº de ERS abrangidas por supervisão dos PRS em 2015

41

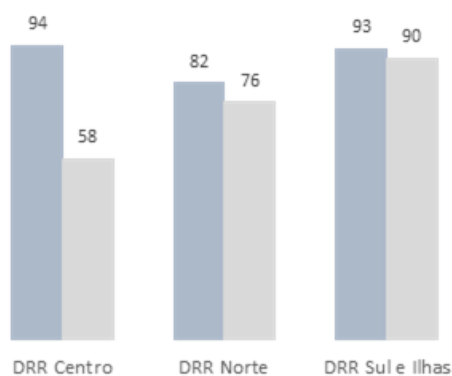
Assim, verificou-se a qualidade da cotação do LS/CMI, a correspondência dos conteúdos dos planos de reinserção social com o LS-CMI e a conformidade daqueles com as orientações do Manual de Procedimentos – Planeamento e Execução de Penas e Medidas na Comunidade.

Quadro 19
% de técnicos de equipa de reinserção social com planos de reinserção social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente em 2015

Delegação Regional de Reinserção	Nº técnicos que elaboram PRS com LS-CMI alvo de supervisão prévia	Universo elegível de técnicos	% de técnicos com PRS elaborados com recurso ao LS/CMI supervisionados previamente
DRR do Norte	76	82	92,7
DRR do Centro	58	94	61,7
DRR do Sul e Ilhas	90	93	96,8
Total	224	269	83,3

Fonte: DSATEPC-DCST com a colaboração das DRRs.

Gráfico 19
% de técnicos de equipa de reinserção social com planos de reinserção social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente em 2015



Tendo por referência o total de aplicações de LC-CMI, verifica-se que 76% destas ocorreram no contexto da elaboração de planos de reinserção social. No que se refere ao total de planos de reinserção social elaborados, cerca de 61% das solicitações judiciais foram concretizadas com recurso ao LS/CMI.



1.3.2 ■ PROGRAMAS DIRIGIDOS A NECESSIDADES CRIMINÓGENAS ESPECÍFICAS

A evidência científica e a *praxis* na área da justiça tem vindo a demonstrar que as sanções penais meramente retributivas não se afiguram eficazes na alteração do comportamento criminal, surgindo antes, nomeadamente no contexto do chamado movimento *what works*, que as intervenções que se revelam eficazes se focam, entre outros aspetos, nas necessidades criminógenas dos agentes de crime.

A intervenção focada nas necessidades criminógenas – entendidas como aquelas que se encontram diretamente associadas com o comportamento criminal - assume um carácter mais ressocializador que punitivo, orientando-se para a prevenção da recidiva no crime.

Outras características que a evidência científica considera que as intervenções eficazes devem apresentar são o cariz cognitivo-comportamental – entende-se que um comportamento não desejado, no caso o comportamento delituoso, pode ser substituído por outras formas de agir, que podem ser aprendidas - a natureza grupal e a sua estruturação modelar e sequencial. É neste contexto que os serviços de *probation* têm vindo a investir no desenvolvimento de programas destinados a ofensores a cumprir penas e medidas de execução na comunidade.

Este investimento tem-se focado, principalmente, em programas e intervenções estruturadas relativas à condução em estado de embriaguez e à violência doméstica. Em 2015, 1.489 arguidos/condenados beneficiaram, na área geográfica de competência das três Delegações Regionais de Reinserção, de:

- Programa STOP – Responsabilidade e Segurança,
- Programa para Agressores de Violência Doméstica – PAVD,
- Programa Contigo, direcionado para a violência doméstica.



Nº total de arguidos/condenados que frequentaram programas de execução na comunidade em 2015

1489

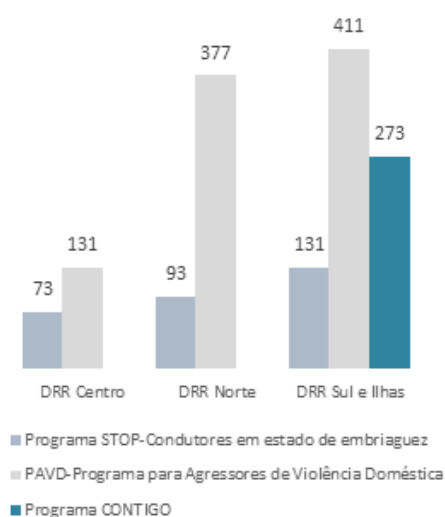
Quadro 20
Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas
aplicados em contexto comunitário em 2015

Delegação Regional de Reinserção	Condução em estado de embriaguez Programa STOP	Violência doméstica		Total de arguidos/condenados por Delegação
		PAVD	Programa Contigo	
DRR do Norte	93	377	-	470
DRR do Centro	73	131	-	204
DRR do Sul e Ilhas	131	411	273	815
Total	297	919	273	1489

Fonte: CCGPP, com base em dados recebidos das DRRs.

O programa mais aplicado é o STOP, dirigido a condutores em estado de embriaguez. O facto dois programas com foco na violência doméstica, PAVD e Contigo, terem uma expressão muito diversa no que se refere ao total de arguidos/condenados abrangidos, deve-se ao facto do último apenas ser aplicado nos Açores e em áreas específicas no Continente.

Gráfico 20
Programas dirigidos a necessidade criminógenas específicas
aplicados em contexto comunitário em 2015



Apresenta-se, de modo sintético, uma descrição destes três programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas.



Finalidades

Prevenção da reincidência no âmbito dos delitos estradais.

Destinatários

É dirigido a arguidos/condenados pelo crime de condução de veículos em estado de embriaguez (pp. pelo art.º 292.º do Código Penal), podendo ser aplicado em qualquer medida de natureza probatória, quer seja como injunção na suspensão provisória do processo/suspensão da pena de prisão ou como obrigação na liberdade condicional.

Descrição

Com a duração de um ano, o programa é constituído por quatro componentes indissociáveis e complementares, sendo elas as seguintes:

- Gestão de caso: assegurada por técnicos de reinserção social e com base na Entrevista Motivacional, visa apoiar a execução do Programa e reforçar a aquisição das competências treinadas nos referidos cursos e/ou adquiriram nas consultas.
- Sujeição a consultas de alcoologia - da competência do Ministério da Saúde que intervém no despiste de problemas de alcoolismo, na avaliação de necessidades de tratamento médico e no posterior tratamento dos infratores.
- Frequência do curso “Condução de Veículo Em Estado de Embriaguez – Estratégias de Prevenção da Reincidência” - ministrado por técnicos de reinserção social (especialmente habilitados para tal), é aplicado em dinâmicas de grupo (4 sessões, num total de 12 horas) e visa a capacitação dos indivíduos para a adoção de comportamentos alternativos à condução de veículos em estado de embriaguez.
- Frequência do curso “Prevenção e Segurança Rodoviária” – num total de 12 horas é aplicado pela Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) e Prevenção Rodoviária Açoriana (PRA) e visa a consciencialização da dimensão social da tarefa de condução e a promoção de atitudes de segurança. A sua frequência implica o pagamento antecipado de 220€, montante que é suportado pelos arguidos/condenados.

Resultados em 2015

O Programa STOP-Responsabilidade e Segurança é gerador de mudança nas atitudes e comportamentos dos seus beneficiários, sendo um instrumento válido como alternativa à pena de prisão, com potencial na prevenção da reincidência deste tipo de conduta - condução de veículo em estado de embriaguez.

Em 2015, foram realizados a nível nacional 19 cursos “Condução de Veículo em Estado de Embriaguez - Estratégias de Prevenção da Reincidência”, que incorporaram um total de 151 arguidos/condenados; 102 sujeitos frequentaram os 19 Cursos “Prevenção e Segurança Rodoviária”, assegurados pela PRP/PRA.



Finalidades

Visa promover a consciência e assunção da responsabilidade do comportamento violento e a utilização de estratégias alternativas ao mesmo, com vista à diminuição da reincidência.

Destinatários

Destina-se a acusados/condenados pelo artigo 152.º do Código Penal - Violência Doméstica sempre que o agressor (do sexo masculino) mantem ou tenha mantido relação de intimidade com a vítima do sexo feminino. Pode ser aplicado no âmbito de qualquer pena ou medida judicial de execução na comunidade, com duração mínima de 18 meses, em medida de coação, suspensão provisória do processo, suspensão de execução da pena, como pena acessória ou agregado ao sistema de vigilância eletrónica.

Descrição

O PAVD é uma intervenção estruturada, de orientação cognitivo-comportamental.

A integração de arguidos/condenados no PAVD pressupõe uma fase prévia de avaliação do risco (Fase 0), essencial para se determinar se os mesmos reúnem condições pessoais para serem alvo desta intervenção.

A execução concreta do Programa obriga ao cumprimento das seguintes fases:

- Fase 1 - Estabilização – gestão individual do caso com recurso a técnicas motivacionais.
- Fase 2 – Abordagem Psicoeducacional – Intervenção grupal (20 sessões estruturadas) em que se trabalham temas associados à violência conjugal.
- Fase 3 - Prevenção da Recaída – Acompanhamento individual dirigido à consolidação das aprendizagens realizadas com vista à prevenção da reincidência criminal.

O PAVD é assim um programa multimodal que funciona como um todo e de forma sequencial, não sendo viável que o arguido/condenado passe de fase sem o cumprimento da sua antecedente.

O Programa integra ainda procedimentos de intervenção junto de vítimas/companheiras com o objetivo duplo de avaliar o risco de reincidência do agressor e proporcionar às vítimas o enquadramento por entidade de apoio à vítima.

Transversal a todas as fases do programa, decorre o acompanhamento judicial da medida (com envio de relatórios periódicos ao tribunal), um trabalho articulado com a rede comunitária (órgãos de polícia criminal, entidade de apoio à vítima, outros serviços da comunidade) e a aplicação, mediante consentimento voluntário, de protocolos de avaliação do impacto do programa a sujeitos com obrigação judicial de frequência do PAVD (grupo experimental) e a sujeitos acusados/condenados pelo crime de “violência contra cônjuge ou análogos” a quem não foi aplicado o programa (grupo de comparação).

Resultados em 2015

Iniciaram ou mantiveram-se no programa um total de 919 sujeitos.



Programa Contigo

Finalidades

Visa desenvolver dispositivos flexíveis e integrados vocacionados para a prevenção e combate à violência conjugal/género, através de um forte trabalho cooperado/em rede, de âmbito sistémico.

Destinatários

Destina-se a vítimas e agressores de violência conjugal (estes últimos, alvo da intervenção do sistema de justiça) e os respetivos contextos familiares e comunitários - estruturas organizacionais com intervenção regular sobre a problemática da violência conjugal e a comunidade em geral (de forma indireta).

Descrição

O programa CONTIGO agrega a implementação articulada de ações quer sobre a realidade vítima quer sobre a realidade agressor, a partir de um modelo “teórico” próprio. Na prática, o processo inicia-se aquando da deteção pela Polícia de Segurança Pública/organizações de apoio a vítimas de uma situação de violência conjugal, seguindo-se então uma intervenção especializada de proteção/suporte à vítima e o eventual encaminhamento do agressor para um processo de reinserção social, mediante uma decisão judicial. A verificar-se uma efetiva adesão dos candidatos ao programa (as vítimas de forma, naturalmente, voluntária e o agressor mediante decisão judicial), seguir-se-á, para cada um, um percurso autónomo que implicará, eventualmente, os seguintes domínios:

- um processo de pré estabilização emocional e de ‘combate’ a problemáticas aditivas quando tal se revele necessário (exemplo: consumo exagerado de bebidas alcoólicas perpetrado pelo agressor);
- a frequência de um módulo psicoeducacional e,
- por último, a manter-se eventualmente um processo de coabitação entre vítima e agressor, ambos poderão usufruir/participar em sessões de terapia familiar conjunta, que deverão envolver os eventuais descendentes do casal, face ao impacto negativo gerado, por ocorrências de violência conjugal. Paralelamente, há lugar a uma forte monitorização da conduta do agressor.

Resultados em 2015

Número total de agressores que beneficiaram do programa em 2015: 273.

Número total de agressores integrados no programa a 31.12.2014: 143.

Com o fim de reforçar a formação dos profissionais a operar nas equipas de reinserção social foram realizadas, a nível nacional, 14 ações de formação, envolvendo 232 profissionais, com incidência em:

- Intervenção Psicoeducacional no PAVD, componente específica do programa;
- SARA - Spousal Assault Risk Assessment, instrumento de avaliação do risco;
- Entrevista Motivacional, que corresponde a método de motivação para a mudança.

O aumento de profissionais capacitados para avaliar necessidades crimógenas específicas e intervir sobre elas reverte a favor da qualificação de uma intervenção que se pretende orientada para a prevenção da reincidência.

O quadro seguinte ilustra a formação realizada.

Quadro 21
Ações de formação para equipas de reinserção social relacionadas com intervenção dirigida a necessidades crimínógenas específicas em 2015

Nº de Ações	Programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas	Região	Destinatários
6	Intervenção Psicoeducacional no PAVD	Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve	92
5	SARA - Spousal Assault Risk Assessment	Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve	102
3	Entrevista Motivacional	Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve	38
14	Total		232

Fonte: CCGPP

1.3.3 ■ DESTAQUE DE PROJETOS E AÇÕES ESTRUTURADAS NO ÂMBITO DE PENAS E MEDIDAS DE EXECUÇÃO NA COMUNIDADE: LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

A execução de penas e medidas na comunidade pressupõe o envolvimento das estruturas da comunidade que constituem recursos imprescindíveis no cumprimento das decisões judiciais.

São disto exemplo a suspensão de execução da pena de prisão com regime de prova - incluindo o plano de individual de reinserção social, tendencialmente, obrigações que incluem a intervenção das organizações com fins de apoio social e ou de apoio à integração laboral -, a liberdade para prova e a liberdade condicional com regime de prova, que, através de regime probatório, consistem num período de reintegração na comunidade antes da liberdade definitiva, tendo as estruturas comunitárias, num grupo populacional vulnerável social e economicamente que constituem os ex-reclusos, um papel essencial. Também a suspensão provisória do processo, medida pré-sentencial que visa evitar o prosseguimento do processo penal até à fase de julgamento, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, solicita a intervenção da comunidade, nomeadamente no que se refere a programas de tratamento na área da saúde, como os comportamentos aditivos ou programas focados na violência no contexto da conjugalidade.

As sanções penais que se traduzem em trabalho comunitário, aqui se incluindo a pena de prestação de trabalho a favor da comunidade propriamente dita e a substituição de multa por trabalho, não podem desenvolver-se, por natureza, sem a colaboração de organizações da comunidade, identificadas, no âmbito em causa, como entidades beneficiárias de trabalho. Serviços públicos e instituições sociais sem fins lucrativos se podem retirar benefícios do acolhimento de prestadores de trabalho a cumprir decisão judicial, prestam também um serviço relevante ao sistema de justiça e à sociedade, contribuindo para as finalidades ressocializadoras desta sanção, que colhe insperação na justiça restaurativa.

A rede social é fundamental numa intervenção focada nos factores de risco pessoais ou sociais associados ao comportamento delinquente, sendo, portanto, essencial numa ação orientada para prevenção da reincidência

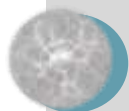
Os projetos que se apresentam destacam o investimento dos serviços da DGRSP responsáveis pela execução de penas e medidas na ligação com a comunidade, investimento este que traduz também em reconhecimento da sua mais valia no envolvimento em projetos promovidos pelas estruturas da comunidade.

Ligação com a comunidade

Ligação com a comunidade

Ligação com a comunidade

Ligação com a comunidade



Ligação com a comunidade

Terra de Pão - Iniciativa Solidária

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores

Projeto 'Renascer Nogueira'

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo da Madeira

Captação/ Reativação de Entidades Beneficiárias de Trabalho

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo de Lisboa

Rede Interinstitucional

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo de Lisboa





Terra de Pão - Iniciativa Solidária

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores

Finalidades

Cobertura de necessidades alimentares de famílias em situação de carência grave.

Implementação de um processo de agregação de indivíduos intervencionados pelo sistema de justiça (em cumprimento de prestação de trabalho a favor da comunidade) à produção de bens alimentares com fins sociais e a processos de aprendizagem de atividades relacionadas com o mundo rural.

Reforço da capacidade interventiva das organizações envolvidas.

Destinatários/ beneficiários

Famílias residentes nas áreas geográficas abrangidas pela Iniciativa Solidária (Ilhas de S. Miguel, Graciosa e Faial na Região Açores), em situação de grave carência sócio económica.

Indivíduos em cumprimento de trabalho a favor da comunidade, residentes nas áreas acima referenciadas.

Estruturas organizacionais com intervenção na temática: Sistema de Solidariedade Social e Agricultura e Ambiente (Governo dos Açores), Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, autarquias locais identificadas nas áreas de ação da Iniciativa e diferentes IPPSSs.

Comunidade em geral.

Descrição

A Iniciativa pretende conjugar uma forte articulação entre diferentes vetores da sociedade açoriana:

- Sistema de Solidariedade Social (Governo dos Açores), pela capacidade que demonstra para identificar situações de carência sócio económica e apoiar tecnicamente o funcionamento das IPSSs envolvidas na Iniciativa;
- Sistema de Agricultura e Ambiente (Governo dos Açores), pela cedência de meios técnicos e materiais, supervisão de processos de produção agrícola/enquadramento técnico de prestadores de trabalho;
- Autarquias locais: pela cedência de meios e espaços de produção agrícola;
- Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: pela atividade desenvolvida em suporte a decisões judiciais que contemplem o cumprimento de trabalho a favor da comunidade;
- IPSSs: pela capacidade que demonstram de efetivar um seguimento psicossocial das famílias recetoras da produção alimentar e assegurar suporte técnico, quando necessário, à monitorização da execução da medida judicial.

Resultados

A Iniciativa é recente e o apuramento de informação relativa à população abrangida situa em cerca de 30 os indivíduos abrangidos em 2015 pelo sistema de justiça que cumpriram/cumprem trabalho a favor da comunidade em estruturas - Terra de Pão.

O valor relativo à população carenciada objeto da intervenção da Iniciativa não foi apurado com rigor já que a produção de bens tem dois tipos de destinatários:

- Famílias em situação de precariedade e que usufruem de uma forma direta dos bens alimentares;
- Crianças, jovens e adultos que usufruem de alimentação confeccionada com os bens hortícolas produzidos, em diferentes valências das IPSSs.



Projeto 'Renascer Nogueira'

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo da Madeira

Finalidades

Aprovação e implementação do projecto "Renascer @Nogueira" no Bairro Social da Nogueira na freguesia da Camacha.

Destinatários/ beneficiários

Habitantes do bairro social e da freguesia com idades até aos 30 anos e respetivas familiares. Entre os destinatários incluem-se os utentes dos serviços de reinserção social em cumprimento de medidas de execução na comunidade ou medidas tutelares educativas.

Descrição

Participação no consócio de candidatura ao Programa Escolhas com a designação 'Renascer @Nogueira' liderado pela Investimentos habitacionais da Madeira.

O projeto "Renascer@Nogueira" possui diversas valências relacionadas com o desenvolvimento de competências e formação profissional certificada.

Resultados

A candidatura foi aprovada e o projeto tem implementação prevista para 2016.



Captação/ Reativação de Entidades Beneficiárias de Trabalho

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo de Lisboa

Finalidades

- Apresentação da organização atual da DRRSI, após criação da equipa de trabalho comunitário.
- Sensibilização para a especificidade e benefícios da medida de trabalho comunitário.
- Recolha dos perfis de prestadores de trabalho comunitário adequados.

Identificação de interlocutores da entidade beneficiária de trabalho (EBT) para articulação no domínio do trabalho a favor da comunidade.

Destinatários/ beneficiários

Entidades beneficiárias de trabalho sedeadas no concelho de Lisboa.

Descrição

Análise intra-equipa das EBT que reduziram a intensidade de participação com a DGRSP, não conhecem o trabalho a favor da comunidade, ou apresentam potencial de melhoria na integração de prestadores de trabalho a favor da comunidade.

Contacto para agendamento de reunião, a realizar preferencialmente nas instalações da EBT com vista a conhecer os postos de trabalho.

Deslocação em grupo à EBT – elementos da equipa com intervenção na área geográfica em que esta se integra, mais coordenador de equipa.

Realização da reunião (finalidades descritas acima).

Envio posterior à EBT dos contactos dos técnicos da equipa de trabalho comunitário que solicitarão com maior predominância colaboração para integração de prestadores.

Divulgação interna da informação recolhida, extensiva a outras equipas de reinserção sempre que a EBT intervenha em âmbito territorial supra-concelhio.

Resultados

Número de entidades contactadas: 40 entidades.

Número de lugares para prestadores de trabalho a favor da comunidade criados/reactivados: aproximadamente 120 lugares.



Rede Interinstitucional

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo de Lisboa

Finalidades

- Desenvolver/potenciar uma estrutura facilitadora do acesso por parte dos utentes da DGRSP ao trabalho, à saúde (adições) e a respostas terapêuticas em áreas específicas.
- Desenvolver/potenciar uma estrutura facilitadora de acesso à informação sobre os utentes, por parte dos técnicos das equipas de reinserção social, em áreas como o emprego/formação, saúde/adições e segurança/comportamento criminal.

Destinatários/ beneficiários

Equipas de reinserção social do NAT Sul no Algarve (ERS Algarve 1 e Algarve 2).

Utentes da DGRSP (jurisdições penal e tutelar educativa).

Descrição

Rede interinstitucional potenciadora da missão da DGRSP.

Criação de um circuito de conhecimento, acesso e partilha de informação entre as equipas de reinserção social da DGRSP e os serviços regionais/locais do IEFP, ARS/DICAD, PSP, GNR e EPMECs.

Resultados

Definição/avaliação/ajustamento de interlocutores e circuitos de acesso entre serviços.

Foram realizados 15 momentos de encontro/discussão interinstitucional:

EPMECs: 2

ARS: 2

CM : 4

APAV: 2

OPCs – 2

MP: 2

IEFP: 1

1.4 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS FISCALIZADAS POR VIGILÂNCIA ELETRÓNICA

Situando-se no quadro do desenvolvimento de penas e medidas alternativas à prisão, a vigilância eletrónica apresenta-se como uma solução com vantagens face ao recurso a medidas privativas da liberdade, em situações determinadas, sendo menos onerosa do ponto de vista económico e permitindo ao arguido ou condenado a preservação ou retoma da liberdade e dos seus laços familiares e sociais.

O sistema de vigilância eletrónica²² consiste num conjunto de meios de controlo e fiscalização à distância, ao dispor da justiça portuguesa desde 2002. Regulada na Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro²³, atualmente pode ser usada:

- Na fiscalização da medida de coação de obrigação de permanência na habitação, aplicada como alternativa à prisão preventiva.
- Na execução da pena de prisão em regime de obrigação de permanência na habitação.
- Na execução da adaptação à liberdade condicional, que corresponde à antecipação da colocação em liberdade condicional por um período máximo de um ano.
- Na fiscalização da proibição de contactos entre vítima e agressor no âmbito do crime de violência doméstica.

O total acumulado de penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrónica em 2015 foi de 1.917²⁴. Predominam a medida de coação de vigilância eletrónica em contexto de violência doméstica (proibição de contactos por geo-localização) (45,8%), e a medida de coação de obrigação de permanência na habitação (41,5%). O número médio de indivíduos sujeitos a vigilância eletrónica em contexto penal alternativo à prisão (obrigação de permanência na habitação, pena de prisão na habitação, adaptação à liberdade condicional e modificação da pena de prisão) foi de 446.

Quadro 22
Penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrónica - 2015

Penas e medidas	Nº de penas e medidas Valor acumulado	Nº de penas e medidas em execução a 31-dez
Medida coação obrigação permanência habitação	796	348
Pena de prisão na habitação	182	74
Adaptação à liberdade condicional	51	11
Violência doméstica/proibição de contactos	877	486
Modificação da pena de prisão	11	7
Total	1.917	926

Fonte: DSOPRE/DSVE.

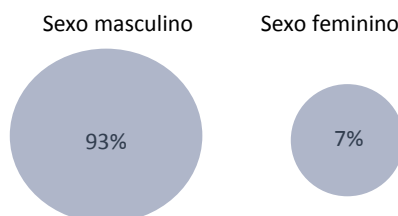
²² A Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto veio regular a utilização da vigilância eletrónica, numa fase experimental circunscrita a algumas comarcas e posteriormente alargada a nível nacional.

²³ Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica) e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, que regula a vigilância eletrónica prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal.

²⁴ Dados disponibilizados pela DSOPRE e pela DSVE.

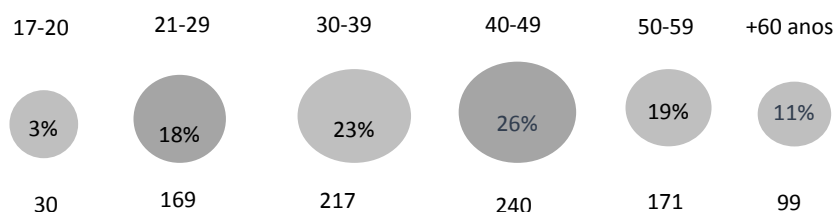
Das 926 pessoas com penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica em execução a 31 de dezembro de 2015, 862 (93%) eram do gênero masculino.

Gráfico 21
Nº de pessoas com aplicação de penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica



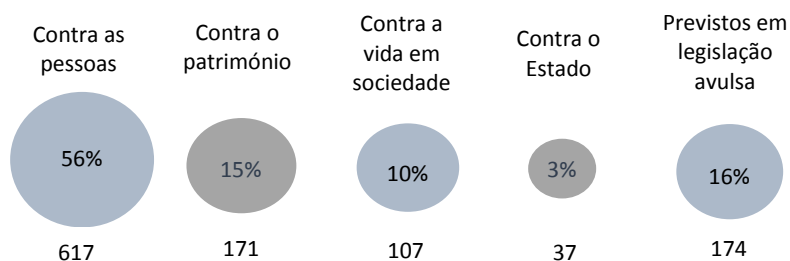
Relativamente à distribuição por idade, apresentou maior saliência o grupo dos 40-49 anos, com uma expressão de 26%.

Gráfico 22
Distribuição por nível etário – Penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica



Às 926 pessoas com penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica em execução a 31 de dezembro correspondeu um total de 1106 crimes registrados. Destacaram-se os crimes contra as pessoas (617) com uma expressão de 55,79%, designadamente a subcategoria crimes contra a integridade física (503), na qual se incluem os crimes de violência doméstica.

Gráfico 23
Distribuição por tipologia de crimes – Penas e medidas fiscalizadas por vigilância eletrônica



Sinal de consolidação e eficácia do sistema de vigilância eletrônica é a baixa taxa anual de revogações, obtida cruzando o número de casos que têm o seu desfecho normal e os casos revogados por incumprimento. Em 2015, o número de casos executados, de janeiro a 31 de dezembro foi 959, correspondendo a 30 o número de revogações por incumprimento neste período. A taxa de revogação por incumprimento em 2015 corresponde, assim, a 3,1%.



Projeto Vigilância Eletrónica por Geo-Localização para Violência Doméstica

Finalidades

Garantir a fiscalização efectiva do cumprimento das penas e medidas judiciais de proibição de contactos entre agressor e vítima do crime de violência doméstica.

Aumentar a protecção das vítimas do crime de violência doméstica.

Destinatários

Destina-se a vítimas e agressores de violência conjugal (estes últimos, alvo da intervenção do sistema de justiça) e os respetivos contextos familiares e comunitários - estruturas organizacionais com intervenção regular sobre a problemática da violência conjugal e a comunidade em geral (de forma indireta).

Descrição

Co-financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), pela tipologia Projetos de Intervenção no combate à violência de género, o projeto foi implementado regionalmente: regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve. Teve início a 28 de Dezembro de 2012 e termo a 31 de Março de 2015. Em 2015, realizaram-se as seguintes atividades:

- Experiência piloto da fiscalização da proibição de contactos entre agressor e vítima de VD por geo-localização”: 1352 beneficiários (676 agressores e 676 vítimas).
- Ações de sensibilização e divulgação: 353 destinatários (magistrados e órgãos de polícia criminal).

Resultados em 2015

Em 2015, encontraram-se com proibição de contactos com a vítima por com fiscalização por geo-localização 877 agressores. A 31 de dezembro de 2014, o número de agressores abrangidos pelo sistema de geo-localização correspondia a 486.

Indicadores de resultado:

- Tecnologia de geo-localização (GPS-Assistido) como resposta adequada à fiscalização da proibição de contactos agressor-vítima, que se revelou eficaz.
- Taxa de incumprimento da decisão judicial por parte dos agressores inferior a 8%, superado em todas as zonas operacionais, com excepção do Alentejo.

1.4.1 ■ PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA ELETRÓNICA ENQUANTO ALTERNATIVA À PRISÃO

A DGRSP tem vindo a investir, ao longo dos anos, na promoção da vigilância eletrónica como recurso como alternativo à pena de prisão vantajoso, através da realização de um conjunto de sessões/ações de sensibilização.

Em 2015, foi desenvolvido um conjunto de sessões/ações de sensibilização sobre vigilância eletrónica junto da Ordem dos Advogados e das equipas técnicas dos estabelecimentos prisionais, sessões estas, num total de 26, focadas na obrigação de permanência na habitação e na adaptação à liberdade condicional, com entrega, neste caso, de panfletos informativos relativos à obrigação de permanência na habitação para consulta da população reclusa.

As seis sessões com a Ordem dos Advogados abrangeram as seguintes estruturas:

- Delegação da Ordem dos Advogados de Olhão
- Delegação da Ordem dos Advogados de Vila Real
- Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Évora
- Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Viseu
- Conselho Regional da Ordem dos Advogados de Almada
- Conselho Regional da Ordem dos Advogados da Madeira

Vinte foram as sessões realizadas com equipas de estabelecimentos prisionais, a saber:

- Estabelecimento Prisional de Beja
- Estabelecimento Prisional de Silves
- Estabelecimento Prisional de Olhão
- Estabelecimento Prisional de Faro
- Estabelecimento Prisional de Odemira
- Estabelecimento Prisional de Chaves
- Estabelecimento Prisional de Aveiro
- Estabelecimento Prisional de Vila Real
- EP Funchal
- EP Pinheiro da Cruz

Nas sessões, avaliadas como muito participadas, abordaram-se conteúdos de natureza informativa (jurídico, tecnológico e procedimental) e bem como situações concretas, como circuitos entre estabelecimento prisional e equipas de vigilância eletrónica.



Nº total de ações de sensibilização sobre vigilância eletrónica realizadas

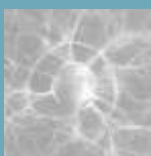
26

Nº de sessões com as estruturas da Ordem dos Advogados

6

Nº de sessões de sensibilização em estabelecimentos prisionais com presos preventivos

20



2 Intervenção no âmbito da justiça juvenil

2.1 ■ ASSESSORIA À TOMADA DE DECISÃO EM FASE DE PRÉ-DECISÃO JUDICIAL

A intervenção da DGRSP na área da justiça juvenil é enquadrada pela Lei Tutelar Educativa, que abrange os menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado facto qualificado pela lei penal como crime (Lei nº 166/99, de 14 de setembro, atualizada na Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro).

Com vista a auxiliar as autoridades judiciárias na avaliação da necessidade de intervenção sobre os jovens acusados da prática de factos qualificados pela lei como crime - com 12 anos e menores de 16 anos à data das práticas atribuídas - e na determinação da medida adequada, a intervenção da DGRSP no âmbito do apoio à decisão na fase de inquérito concretiza-se na elaboração de relatórios ou informações sociais, avaliações psicológicas e perícias à personalidade.

No âmbito do apoio à decisão na fase de inquérito dos processos tutelares educativos, a DGRSP registou, em 2015, 5.130 pedidos de assessoria de apoio à tomada de decisão. Dos documentos solicitados, 76,5% consistiam em relatórios sociais na fase pré decisão, 4,3% dos quais com avaliação psicológica.

Os pedidos na fase de apoio à decisão judicial relativamente a processos na fase de inquérito dizem, pois, respeito, de forma significativa, a elaboração de relatórios sociais, os quais, assim como a informação social, têm por finalidade auxiliar a autoridade judiciária no conhecimento da personalidade do menor, incluída a sua conduta e inserção socioeconómica, educativa e familiar (cf. artº 71º da Lei Tutelar Educativa).

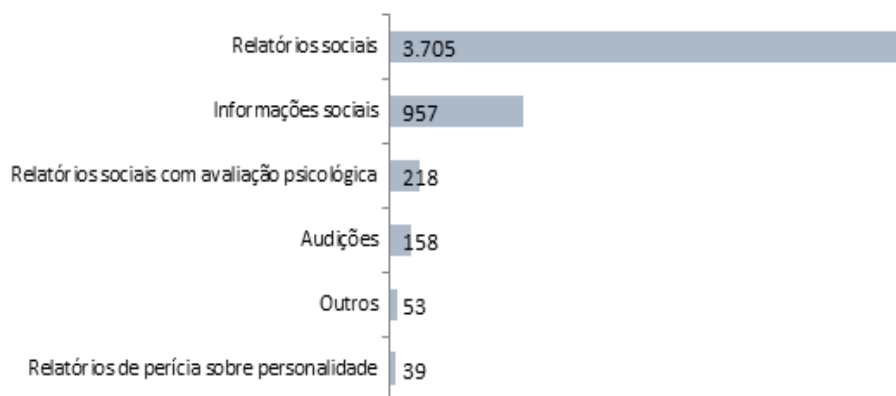
A elaboração de relatório social com avaliação psicológica é obrigatória quando for de aplicar medida de internamento em regime aberto ou semiaberto (artº 71º da Lei Tutelar Educativa, nº 5).

Quadro 23
Pedidos de relatórios e outros documentos no âmbito
do apoio à tomada de decisão na fase de pré-decisão judicial recebidos em 2015

Tipo de documento	Nº de pedidos	%
Relatórios sociais	3.705	72,2
Relatórios sociais com avaliação psicológica	218	4,2
Relatórios de perícia sobre personalidade	39	0,8
Informações sociais	957	18,7
Audições	158	3,1
Outros	53	1,0
Total	5.130	100,0

Fonte: SIRS

Gráfico 24
Pedidos de relatórios e outros documentos no âmbito
do apoio à tomada de decisão na fase de pré-decisão judicial recebidos em 2015



2.2 ■ EXECUÇÃO DE MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS

A Lei Tutelar Educativa, segundo a qual se rege a intervenção da DGRSP na área da justiça juvenil, preconiza a adoção de um conjunto de medidas, que podem ser aplicadas a menores que tenham praticado facto qualificado como crimes com, à data da prática dos factos, 12 anos e menos de 16 anos.

As finalidades²⁵ das medidas tutelares educativas são:

- a educação do menor para o direito e
- a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

Constituem medidas tutelares educativas²⁶:

- Admoestação.

Consiste na advertência solene feita pelo juiz ao menor, exprimindo o carácter ilícito da conduta e o seu desvalor e consequências e exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de uma forma digna e responsável, na vida em comunidade.

- Privação do direito de conduzir ou de obter permissão para conduzir ciclomotores.

Consiste na cassação ou na proibição de obtenção da licença, por período entre um mês e um ano.

- Reparação ao ofendido.

Consiste em o menor: apresentar desculpas ao ofendido; compensar economicamente o ofendido, no todo ou em parte, pelo dano patrimonial, exclusivamente através de bens ou verbas que estejam na disponibilidade do menor; exercer, em benefício do ofendido, atividade que se conexe com o dano, sempre que for possível e adequado.

- Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade.

Consiste em o menor entregar uma determinada quantia ou exercer atividade em benefício de entidade, pública ou privada, de fim não lucrativo.

²⁵ cf. artº 2º da Lei Tutelar Educativa, Lei nº 166/99, de 14 de setembro, atualizada na Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro.

²⁶ cf. artº 4º e artsº 9º a 17º da Lei Tutelar Educativa, Lei nº 166/99, de 14 de setembro, atualizada na Lei nº 4/2015, de 15 de janeiro.

- Imposição de regras de conduta.

Tem por objetivo criar ou fortalecer condições para que o comportamento do menor se adequa às normas e valores jurídicos essenciais da vida em sociedade, podendo ser impostas, entre outras, as seguintes regras de conduta com a obrigação de: não frequentar certos meios, locais ou espetáculos; não acompanhar determinadas pessoas; não consumir bebidas alcoólicas; não frequentar certos grupos ou associações; não ter em seu poder certos objetos.

- Imposição de obrigações.

Tem por objetivo contribuir para o melhor aproveitamento na escolaridade ou na formação profissional e para o fortalecimento de condições psicobiológicas necessárias ao desenvolvimento da personalidade do menor, podendo consistir na obrigação de o menor: frequentar um estabelecimento de ensino com sujeição a controlo de assiduidade e aproveitamento; frequentar um centro de formação profissional ou seguir uma formação profissional, ainda que não certificada; frequentar sessões de orientação em instituição psicopedagógica e seguir as diretrizes que lhe forem fixadas; frequentar atividades de clubes ou associações juvenis; submeter-se a programas de tratamento médico, médico-psiquiátrico, médico-psicológico ou equiparado junto de entidade ou de instituição oficial ou particular, em regime de internamento ou em regime ambulatorio.

- Frequência de programas formativos.

Consiste na participação em: programas de ocupação de tempos livres; programas de educação sexual; programas de educação rodoviária; programas de orientação psicopedagógica; programas de despiste e orientação profissional; programas de aquisição de competências pessoais e sociais; programas desportivos.

- Acompanhamento educativo.

Consiste na execução de um projeto educativo pessoal que abranja as áreas de intervenção fixadas pelo tribunal, podendo este impor ao menor regras de conduta ou obrigações, bem como a frequência de programas formativos.

- Internamento.

Visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável. A medida de internamento, em regime aberto, em regime semiaberto e em regime fechado é executada em centro

educativo classificado com o correspondente regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior.

A medida de internamento em regime fechado é aplicável quando se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos: (a) ter o menor cometido facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos ou ter cometido dois ou mais factos contra as pessoas qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a três anos, e (b) ter o menor idade igual ou superior a 14 anos à data da aplicação da medida.

A Lei Tutelar Educativa permite, em fase de inquérito, nos casos em que se verifica a necessidade de medida tutelar e sendo o facto qualificado como crime punível com pena de prisão de máximo não superior a cinco anos, o recurso à suspensão do processo, mediante a apresentação, pelo menor, de um plano de conduta (artº 84º). Prevê também o recurso, para realização das finalidades do processo, a mediação, com a cooperação de entidades públicas ou privadas (artº 42º).

Em 2015, o total acumulado de medidas tutelares educativas em execução foi de 2.826, tendo-se destacado a medida de acompanhamento educativo e frequência de programas formativos (35,7%). As medidas de internamento em Centro Educativo representaram 14,7% do total. O número de medidas em execução a 31 de dezembro de 2015 corresponde a um total de 1.330 medidas, das quais 181 (13,6%) de internamento em centro educativo.

Quadro 24
Pedidos relativos a execução de medidas tutelares educativas
e outra intervenção em 2015 – Justiça juvenil

Medidas tutelares educativas	Nº de pedidos Valor acumulado ¹	Nº de medidas em execução a 31-dez
Suspensão do processo com e sem mediação	350	143
Realização de tarefas e prestações económicas favor comunidade	485	163
Imposição de regras de conduta e obrigações	559	289
Acompanhamento educativo e programas formativos	1.011	552
Internamento em Centro Educativo	415	181
Outras	6	2
Total	2.826	1.330

Fonte: SIRS.

¹ Os números referem-se a todas as medidas que estiveram em execução durante o ano de 2015.

Gráfico 25
Pedidos de execução de medidas tutelares educativas e outra intervenção recebidos em 2015

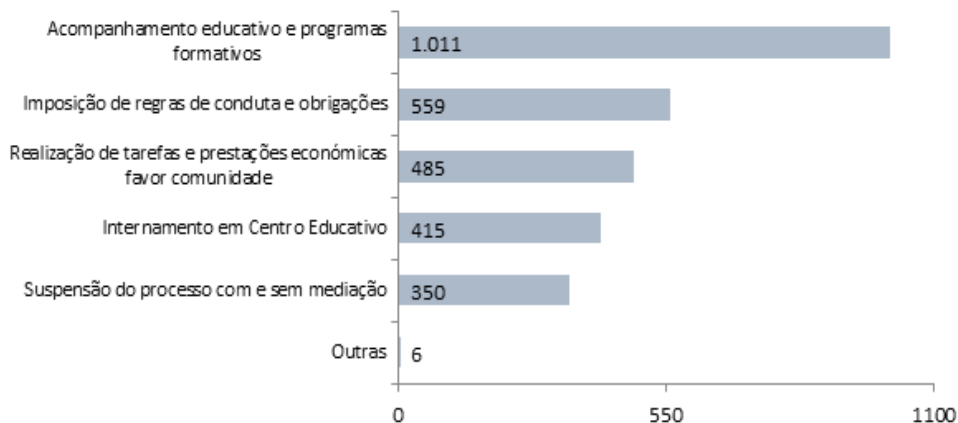
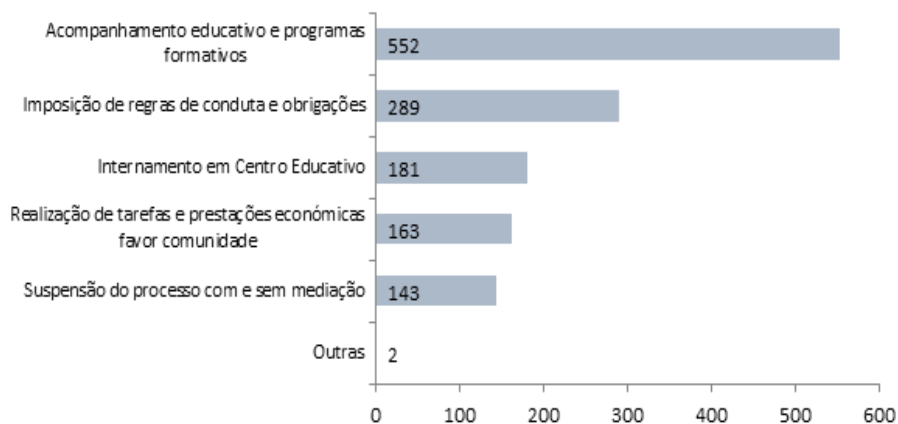
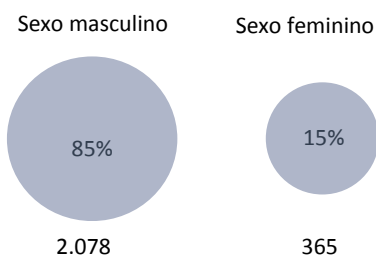


Gráfico 26
Medidas tutelares educativas e outra intervenção em execução a 31-12- 2015



O total das 2.826 medidas em execução em 2015 correspondeu a um total de 2.443 jovens, dos quais 2.078 (85%) do género masculino.

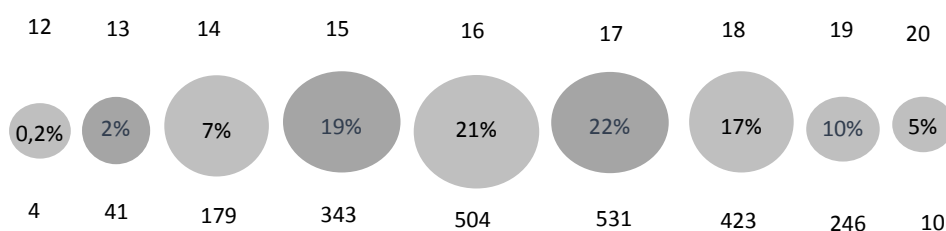
Gráfico 27
Distribuição por sexo – Medidas tutelares educativas



Relativamente às idades²⁷, destacou-se o grupo dos 17 anos (531), com uma expressão de 22%, salientando-se que cerca de 56% dos jovens tinha mais de 16 anos.

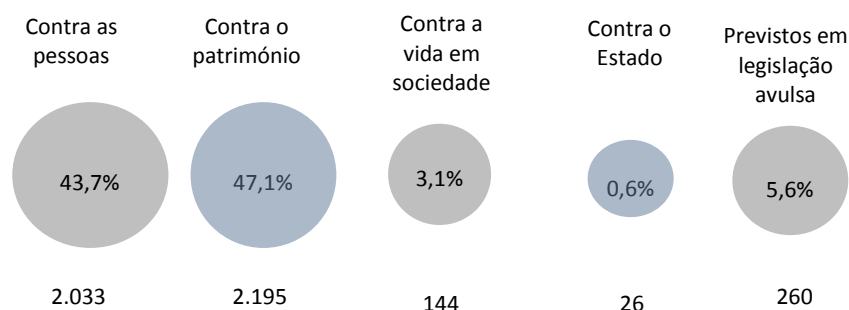
²⁷ 22 casos com valores omissos.

Gráfico 28
Distribuição por idade – Medidas tutelares educativas



Ao total dos 2.443 jovens com medidas em execução no âmbito tutelar educativo em 2015 corresponde um total de 4.658 tipos de crime registados. Destacam-se os crimes contra as pessoas (ofensas à integridade física simples e grave) e contra o património (outros roubos e outros furtos).

Gráfico 29
Distribuição por tipologia de crimes – Medidas tutelares educativas



De entre os 10 tipos de crime mais registados nos processos que originaram os pedidos de apoio à execução de medidas tutelares educativas, destacaram-se os crimes classificados como ‘outros furtos’ e ‘outros roubos’ (1.419).

Quadro 25
Predominância de crimes e ocorrências por ordem decrescente – Medidas tutelares educativas em 2015

Crimes	Nº
Outros roubos	822
Outros furtos	597
Ofensa à integridade física voluntária simples	558
Ameaça e coacção	360
Ofensa à integridade física voluntária grave	260
Difamação, calúnia e injúria	239
Outro dano	229
Outros crimes contra a integridade física	158
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes	135
Roubo na via pública (excepto por esticção)	133

Fonte: SIRS.

¹ Os números referem-se as medidas que estiveram em execução durante o ano de 2015.

Gráfico 30
Predominância de crimes e ocorrências - medidas tutelares educativas em 2015



Em 31 de dezembro de 2015, encontravam-se afetos a centro educativo 181 jovens. Destes, 140 (92,7%) cumpriam medida de internamento e 11 (7,3%) encontravam-se em medida cautelar de guarda. Para além destes, nesta data, 30 jovens cumpriam internamento em regime de fins-de-semana.

Quadro 26
Distribuição de jovens afetos a centros educativos.
Valores acumulados e a 31 de dezembro 2015

Jovens em internamento	Nº de jovens Valores acumulados em 2015 ¹	Nº de jovens com medida em execução a 31- dez
Medida cautelar de guarda	42	11
Internamento para realização de perícia à personalidade	5	0
Medida de internamento	285	140
Internamento em fins de semana	79	30
Total	411	181

Fonte: SIRS.

¹ Os números referem-se aos pedidos que estiveram em execução durante o ano de 2015, sendo valores acumulados.

Gráfico 31
Nº jovens com medida tutelar educativa de internamento em 2015

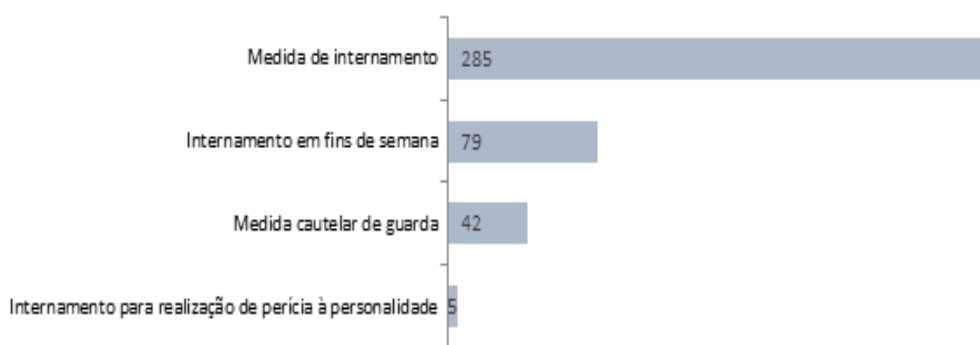
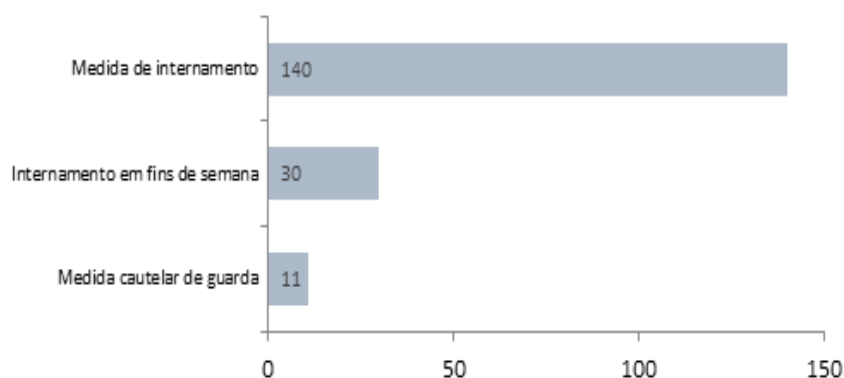


Gráfico 32
Nº jovens com medida tutelar educativa de internamento em 31-12-2015



O quadro seguinte refere-se à distribuição de jovens por regime de internamento e por centro educativo, ilustrando os gráficos que se seguem, de forma isolada, a distribuição por centro educativo e por regime.

Quadro 27
Jovens internados em centro educativo por regime e situação jurídica a 31 dez 2015

Centro Educativo	Total de jovens		Medida cautelar de guarda		Medida de internamento		
			Regime semiaberto	Regime fechado	Regime		
					Regime aberto	Regime semiaberto	Regime fechado
Navarro de Paiva	F-10	31			4	6	
	M-21		1		4	16	
Bela Vista	F-9	31	2			7	
	M-22				10	12	
P. António Oliveira		15		2			13
Olivais		23	1	2	3	14	3
Mondego		24	1		1	22	
Santo António		27	1	1	5	16	4
Subtotal Masculino		132	4	5	23	13	20
Subtotal Feminino		19	2		4	80	
Total		151	6	5	27	93	20
%			7,3		92,7		

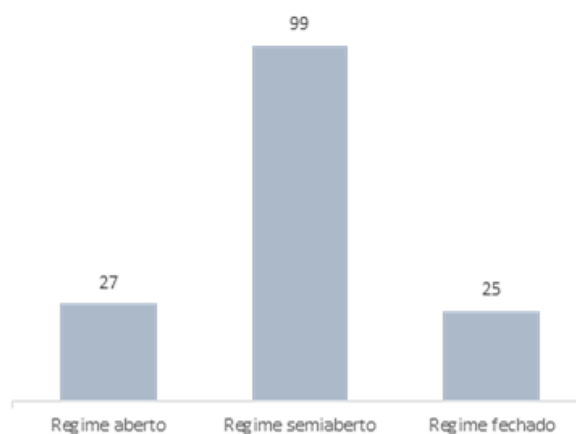
Gráfico 33

Nº de jovens em cumprimento de internamento por centro educativo em 31-12-2015



Gráfico 34

Nº de jovens em cumprimento de internamento em centro educativo por regime em 31-12-2015



2.2.1 ■ CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAMENTO COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS EM VIGOR

A avaliação da conformidade com procedimentos padronizados, que constitui um dos meios de avaliação da qualidade, constitui uma das áreas de investimento da DGRSP, também no âmbito da justiça juvenil. Neste contexto, procedeu-se, em 2015, à avaliação da conformidade com as orientações técnicas em vigor do internamento em centro educativo, a medida tutelar educativa mais gravosa e que pressupõe uma intervenção técnica consistente e tecnicamente bem suportada e planeada, integrando o cumprimento, pelo jovem, de um Projeto Educativo Pessoal. Foi usada *checklist*, previamente divulgada aos centros educativos, com incidência nos procedimentos do conselho pedagógico, apresentação/discussão dos casos e verificação de questões-chave em matéria de segurança, ordem e organização.



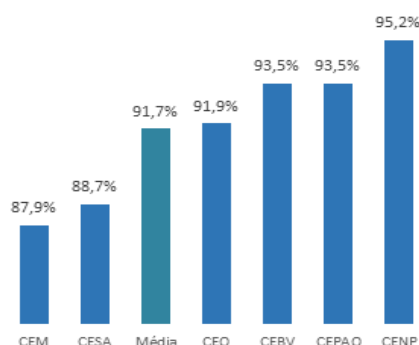
Apresentam-se dados relativos aos elevados níveis de conformidade encontrados, com dados por Centro Educativo.

Quadro 28
% de conformidade com orientações técnicas em vigor – internamentos em 2015

Centros Educativos	% de conformidade
Centro Educativo da Bela Vista	93,5
Centro Educativo Navarro de Paiva	95,2
Centro Educativo Padre António Oliveira	93,5
Centro Educativo do Mondego	87,9
Centro Educativo dos Olivais	91,9
Centro Educativo de Santo António	88,7
Média nacional	91,7

Fonte: DSJJ com a colaboração dos CEs.
Datas da avaliação: CEM 17-jul-2015, CENP 09-set-2015, CEPAP 23-set-2015, CEO 06-out-2015, CESA 21-out-2015 e CEBV 14-dez-2015.

Gráfico 35
% de conformidade com orientações técnicas em vigor por centro educativo - Internamentos em 2015



% de conformidade com orientações técnicas em vigor – centros educativos em 2015

91,7%



Projeto de Intervenção em Centro Educativo Medida de Internamento

O Projeto de Intervenção Educativa (PIE), consignado no art.º 162º da Lei Tutelar Educativa e no art. 17º do Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE), constitui um instrumento fundamental que estrutura e organiza a intervenção educativa em Centro Educativo.

A intervenção educativa em Centro Educativo assenta em quatro princípios-chave:

- A responsabilização do jovem

O jovem deve ser considerado como um sujeito responsável de acordo com a sua idade e desenvolvimento, constituindo-se como o principal interlocutor/ator na execução do seu projeto educativo pessoal. O jovem deve compreender a natureza da sua infração, o que pressupõe que o mesmo efetue um reconhecimento apropriado do impacto dos seus actos nos lesados e se disponibilize para a reparação do dano causado.

- O internamento como oportunidade de mudança

A intervenção deve ser percebida pelo jovem como uma oportunidade. É dirigida para ativar no jovem processos de reestruturação cognitiva e a reorganização de aspetos afetivos e relacionais, facilitadores da sua inserção social, consciencializando-o de que ele é o “sujeito da sua própria história”, permitindo-lhe o confronto consigo próprio, a compreensão do seu presente e a perspetivação do seu futuro, e ensinando-o a responder assertivamente aos estímulos sociais, pela aprendizagem de novos comportamentos.

- Modelo sistémico

A intervenção, ainda que centrada no jovem, tem necessariamente que compreender uma estratégia que envolva o seu contexto familiar e social, nomeadamente no que concerne às competências parentais de supervisão e acompanhamento, e os recursos existentes na comunidade que vão permitir a sua (re)inserção no meio de origem.

- A relação como motor da mudança

A intervenção deve ocorrer num clima afetivo-relacional compreensivo, firme e regulado, assente na relação pedagógica entre agentes educativos e jovens, potencializado pelo aconselhamento e tutoria.

O Projeto de Intervenção Educativa de cada Centro Educativo define, nomeadamente:

- Sistema de faseamento e progressividade
- Programas educativos e terapêuticos disponibilizados
- Desenvolvimento da tutoria e aconselhamento
- Sistema de articulação funcional interna
- Processos avaliativos

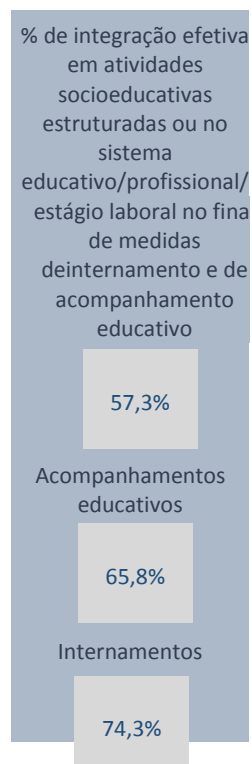
2.2.2 ■ INTEGRAÇÃO DE JOVENS EM ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS OU FORMATIVAS PÓS TERMO DA MEDIDA DE ACOMPANHAMENTO EDUCATIVO E DE INTERNAMENTO

O impacto das medidas tutelares educativas nos jovens ofensores constitui um importante indicador da eficácia da intervenção do sistema de justiça juvenil, sobretudo quando se trata de fatores que o conhecimento empírico avalia como estando associados à reincidência. Em 2015 procedeu-se à averiguação do nível de integração em atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral de jovens alvo da medida de acompanhamento educativo (avaliação no final da medida) e de internamento (avaliação efetuada três meses após o termo da medida). Os resultados encontrados, de nível satisfatório, remetem para a importância de se manter e desenvolverem medidas do impacto da intervenção e de reforço de um trabalho em rede com a comunidade.



No caso dos acompanhamentos educativos, foram consideradas diversas áreas de integração na recolha de informação efetuada: integração em escola, curso de formação profissional ou trabalho, integração em estrutura/projeto ocupação tempos livres, manutenção de encaminhamentos especializados (relacionados com necessidades específicas com relevância no comportamento delinvente, conforme consta do quadro seguinte). No entanto, para facilitação do cálculo percentual, privilegiou-se a integração, à data da cessação da medida de acompanhamento educativo, em escola, curso de formação profissional ou trabalho, no pressuposto de que, tratando-se de adolescentes ou jovens adultos, está será a dimensão mais relacionada com o desenvolvimento de sentido de responsabilidade e com a integração social. O nível de integração a nível nacional encontrado corresponde a 65,8%.

Dos 75 jovens com medida de internamento terminada, consideraram-se em situação de integração comprovada no sistema educativo/profissional ou atividade laboral 43 jovens (57,3%). Dos restantes 32 jovens, 27 estavam à saída do Centro Educativo em situação de pré-integração, isto é, inscritos ou pré-inscritos em estruturas com oferta formativa, apenas se identificando 5 jovens em situação de não integração (6,6% do total), ou seja, sem que se identificassem diligências efetuadas visando a sua integração no final da medida de internamento.



Quadro 29

% de jovens integrados em atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final (3 meses subsequentes) da medida de acompanhamento educativo

Equipas de de Reinserção Social	Nº de medidas de acomp. educativo cessadas	Jovens integrados no final da medida das medidas AE						% jovens integrados	
		Integração a nível escolar		Integração a nível formativo/ocupacional		Integração a nível laboral ¹			
		Nº casos	% casos	Nº casos	% casos	Nº casos	% casos		
Delegação Regional de Reinserção do Norte									
Porto Tutelar Educativo	10	6	60,0	7	70,0	0	0,0	72,0	
Alto Trás-os-Montes	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Cávado	3	1	33,3	2	66,6	0	0,0		
Minho-Lima	4	0	0,0	3	75,0	0	0,0		
Ave	2	1	50,0	0	0,0	0	0,0		
Tâmega 1	4	1	25,0	0	0,0	2	50,0		
Douro	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0		
Subtotal	25								
Delegação Regional de Reinserção do Centro									
Baixo Vouga	3	0	0,0	2	66,6	1	33,3	77,8	
Beira Sul	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0		
Dão Lafões	2	0	0,0	0	0,0	1	50,0		
Entre Douro e Vouga	1	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Lezíria do Tejo	4	0	0,0	2	50,0	2	50,0		
Oeste 1	4	2	50,0	0	0,0	0	0,0		
Pinhal Litoral	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0		
Subtotal	18								
Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas									
Lisboa Tutelar Educativo 1	37	15	40,5	9	24,3	7	18,9	73,2	
Lisboa Tutelar Educativo 2	46	19	41,3	13	28,3	10	21,7		
Lisboa 1	9	3	33,3	2	22,2	1	11,1		
Lisboa 2	14	3	21,4	2	14,3	3	21,4		
Setúbal 1	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0		
Setúbal 2	18	12	66,6	2	11,1	2	11,1		
Setúbal 3	13	4	30,8	1	7,7	1	7,7		
Açores	3	1	33,3	0	0,0	0	0,0		
Madeira	4	3	75,0	0	0,0	1	25,0		
Algarve 1	3	2	66,6	1	33,3	0	0,0		
Algarve 2	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0		
Alto Alentejo	13	6	46,2	2	15,4	1	7,7		
Baixo Alentejo	2	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Subtotal	164								
Total	207	83		51		32			74,3

Fonte: DSJJ com a colaboração das DRRs - Período avaliado: 15 de abril a 31 de dezembro de 2015.

Nota 1: Foram excluídas do conceito de integração comprovada as situações em que apenas se verificava(m), à data: encaminhamento para estruturas de apoio na comunidade; diligências em curso; pré-inscrições a carecerem de validação no meio; inscrições no IEFP, mas sem processo de seleção concluído, nem início de curso assegurado; inscrição em escola, sem garantia de vaga; candidatura ou inscrição para trabalho sem garantia de seleção e início de atividade.

Para aferição dos níveis de integração obtido – 57,3% relativamente aos internamentos foi efetuada a análise a informação constante nos relatórios finais de execução da medida, com base em tipologia de níveis previamente dada a conhecer aos Centros Educativos.

Quadro 30
% de jovens integrados no sistema educativo/profissional ou atividade laboral no final da medida de internamento

Delegações Regionais de Reinserção	Nº de jovens	Integração efetiva ¹	Pré-integrado ²	Não integrado	% jovens integrados
Centro Educativo da Bela Vista	13	7	6	0	53,8
Centro Educativo Navarro de Paiva	16	11	5	0	68,7
Centro Educativo Padre António Oliveira	7	6	1	0	85,7
Centro Educativo do Mondego	9	6	3	0	57,1
Centro Educativo dos Olivais	14	8	5	1	66,6
Centro Educativo de Santo António	16	5	7	4	31,2
Total	75	43	27	5	57,3

Fonte: DSJJ com a colaboração dos CEs. Período avaliado (relatórios finais de execução da medida de internamento elaborados): 15 de abril a 31 de dezembro de 2015.

Nota 1: Integração comprovada e documentada em escola, curso de formação profissional ou trabalho no momento da saída ou nos 3 meses subsequentes da saída do Centro Educativo e em estrutura/projeto ocupação tempos livres. Considerou-se também um caso de acompanhamento institucional e outro acolhido por familiar no estrangeiro, pelo investimento do centro educativo para assegurar a sua integração.

Nota 2: Inscrito/matriculado para formação ou atividade laboral ou pré-inscrito ou sinalizado para formação/escola.

Gráfico 36
% de jovens integrados em atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final (3 meses subsequentes) da medida de acompanhamento educativo, por delegação regional em 2015

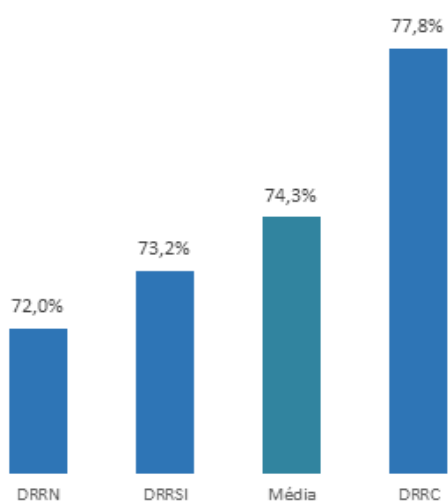
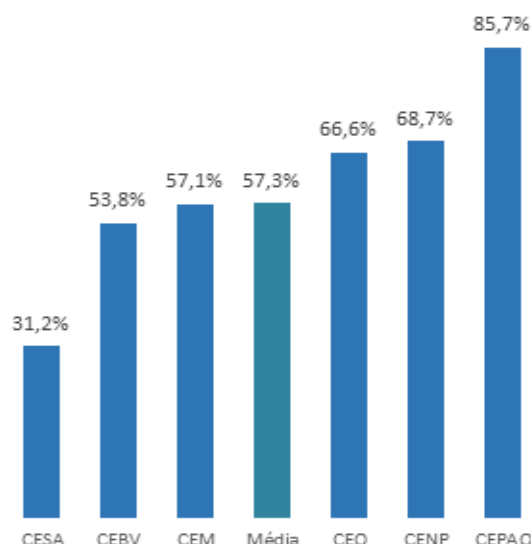


Gráfico 37
% de jovens integrados no sistema educativo/profissional ou atividade laboral no final da medida de internamento, por centro educativo em 2015



Quadro 31

Integração efetiva no sistema educativo/profissional ou atividade laboral dos jovens que terminaram medida de internamento em Centro Educativo – período 15 de abril a 31 de dezembro de 2015

Nº jovens por Centro Educativo	Tipo de integração
Centro Educativo da Bela Vista 7	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso de Técnico de Mecatrónica Eletrónica 1 trabalho como cabeleireira <i>freelancer</i> 1 curso de Técnico de Informação e Animação Turística 1 curso de Eletrónica, Automação e Comando 1 curso de Informática de Gestão de Redes 1 trabalho de ajudante de cozinha em restaurante 1 curso de Cozinha
Centro Educativo Navarro de Paiva 11	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso de Aprendizagem de Técnico de Cozinha/Pastelaria 1 estágio profissional com a duração de 320 horas, através do CPJ CQEP, na área da jardinagem 1 estágio profissional em centro de cópias (impressão) 1 estágio profissional em lar de idosos (admitido também em curso vocacional de técnico de ação educativa) 1 trabalho em restaurante-bar 1 estágio profissional como jardineiro/calçeteiro 1 trabalho com contrato em empresa no ramo turístico 1 curso de cozinha 1 curso de Técnico de Turismo 1 curso vocacional de Turismo e Restauração 1 acompanha a mãe no trabalho/integrado nos cursos de fim de tarde no Chapitô (inscrito e a aguardar provas de acesso ao curso de Artes do Espetáculo/Interpretação no Chapitô)
Centro Educativo Padre António Oliveira 6	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso de Eletrónica e Telecomunicações 1 curso de Despiste Vocacional de Turismo Ambiental, Rural e Equestre (com residência incluída) 1 curso de Cozinha e Pastelaria 1 curso vocacional de Animador 1 curso vacacional básico 1 curso profissional de Técnico de Ótica Ocular
Centro Educativo do Mondego 6	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso de aprendizagem de Técnico de Soldadura 1 curso de Técnico de Instalações Eléctricas 1 curso vocacional de Eletricidade 2 cursos de aprendizagem – Técnico instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos, Eletricidade e Energia 1 Técnico de Mecatrónica
Centro Educativo dos Olivais 8	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso profissional de Informática de Gestão 1 estágio profissional de Jardinagem 1 curso CEF de Mecânico de Automóvel 1 curso profissional de Técnico de Restaurante-bar 1 curso de Produção Agrária (alojamento incluído) 1 curso vocacional de Informática 1 trabalho como auxiliar de armazém 1 curso vocacional de Serviço de Mesa
Centro Educativo de Santo António 6	<ul style="list-style-type: none"> 1 curso de Técnico de Eletrónica, Automação e Comando 1 curso vocacional 1 curso de Eletricidade 1 curso vocacional de Tecnologias da Empresa, Mecatrónica, Gestão e Qualidade Alimentar 1 curso de educação e formação de Técnico de Restauração, Cozinha e Pastelaria

2.2.3 ■ MODELO DE GESTÃO DE CASO

A proposta de modelo de gestão de caso corresponde a necessidade da DGRSP de desenvolver, no âmbito da justiça juvenil, metodologias técnico-científicas a adotar no tratamento do comportamento delinquente, numa perspetiva de prevenção da reincidência criminal e de promoção do ajustamento social, metodologias a privilegiar na abordagem dos jovens de risco mais elevado, em cumprimento de medidas de acompanhamento educativo, na comunidade, e de internamento em Centro Educativo.

O modelo de intervenção com jovens ofensores desenhado tem por base uma conceção sistémica do jovem, enquanto sujeito integrado em diferentes contextos de socialização, com os quais interage em permanência.

Para o modelo de intervenção proposto concorrem, essencialmente, duas abordagens complementares:

- A avaliação de risco e necessidades – orienta para o nível de intensidade da intervenção e para as áreas que interferem com a probabilidade de reincidência criminal, para as quais a intervenção do sistema de justiça deve ser direcionada e assenta na aplicação do instrumento Youth Level Service/Case Management Inventory (YLS-CMI) adotado pela DGRSP.
- A gestão de caso – metodologia de trabalho orientada para a redução do crime e para o maior ajustamento social, que implica delinear um plano de ação, com formulação conjunta de objetivos - traduzidos por ações e/ou comportamentos que visam certos resultados, que o jovem, família e técnico se propõem alcançar -, os quais deverão ser regularmente avaliados e, se necessário, ajustados. Na maioria dos casos, implica para o jovem a frequência de determinados programas ou atividades direcionados para áreas críticas, em função das suas necessidades mais relevantes e relacionadas com a probabilidade de reincidência.



Nº de sessões de discussão de casos realizadas

11



Discussão de casos com base no Guião de Gestão de Caso

Finalidades

Promover a qualificação dos técnicos da área tutelar educativa em metodologias de planificação, sistematização e gestão da intervenção, tendo por referência sustentação técnico-científica e que estejam direcionadas à redução do risco de reincidência criminal.

Destinatários

Centros educativos.

Equipas de reinserção social especializadas na intervenção tutelar educativa.

Descrição

- Recolha e integração na primeira versão do guião de contributos dos supervisores.
- Divulgação junto das Núcleos de Apoio Técnico das Delegações Regionais de Reinserção Social, Equipas, Centros Educativos do Guião de Gestão de Caso;
- Reuniões junto dos Centros Educativos e das Equipas de Reinserção Social com competência específica na área tutelar educativa (com a presença de Técnico do Núcleo de Apoio Técnico das respetivas Delegações Regionais de Reinserção) para apresentação e discussão de casos, tendo por referência o Guião de Gestão de Caso, com 3 casos apresentados em cada reunião, conforme calendário abaixo;
- Revisão e elaboração da versão final do Guião de Gestão de Caso para a Intervenção Tutelar Educativa, com respetivas orientações de utilização.

Equipas de Reinserção Social especializadas na intervenção tutelar educativa (LTE Isboa 1 e 2 e LTE Porto).

Descrição

Atividades desenvolvidas durante o ano de 2015:

Resultados em 2015

11 sessões de discussão com os 6 centros educativos e as equipas especializadas na intervenção tutelar educativa.

Versão final do Guião de Gestão de Caso para a Intervenção Tutelar Educativa.

2.2.4 ■ PROJETO REINCIDÊNCIAS – AVALIAÇÃO DA REINCIDÊNCIA DOS JOVENS OFENSORES E PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA

O Projeto Reincidências – Avaliação da Reincidência dos Jovens Ofensores e Prevenção da Delinquência é financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa *Prevention of and Fight Against Crime*, estando calendarizado para o triénio 2013-2015. Tem como finalidade geral o estudo da reincidência dos jovens ofensores com ligação ao sistema de justiça, numa perspetiva de avaliação da intervenção e de prevenção da delinquência.

Em 2013, finalizaram-se os instrumentos de avaliação da reincidência, sendo 2014 o ano da recolha de dados (com prolongamento até 31 de março de 2015).

Com vista a concretizar os dois estudos desenhados definiram-se como critérios para inclusão na amostra:

- Estudo da reincidência geral dos jovens com ligação ao sistema de justiça - jovens objeto de pedido de relatório social em 2014 residente (a) nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (conotadas como zonas de concentração da delinquência dos jovens, (b) nas áreas de competência geográfica das equipas com maior número de processos tutelares educativos e (c) internados em Centro Educativo (com indícios ou comprovação de práticas delinquentes graves).
- Estudo da eficácia das medidas – jovens com medidas de internamento e de acompanhamento educativo iniciadas em 2014 (foram selecionadas as medidas mais gravosas previstas na lei portuguesa para os menores agentes de crime, a Lei Tutelar Educativa, e que implicam um intervenção planeada com os jovens ofensores).

Em 2015, produziram-se, em colaboração com a Universidade do Minho, as primeiras versões dos estudos sobre reincidência geral e eficácia das medidas.

Em complemento a estes dois estudos, desenvolveu-se uma terceira linha de estudo, de natureza qualitativa, centrado nas percepções de jovens com percursos de delinquência grave.

Equipa alargada de recolha de dados



Centros Educativos

Centro Educativo da Bela Vista

Centro Educativo do Mondego

Centro Educativo Navarro de Paiva

Centro Educativo dos Olivais

Centro Educativo Padre António Oliveira

Centro Educativo de Santo António



Equipas de Reinserção Social

Equipa Algarve 1

Equipa do Ave

Equipa do Baixo Mondego

Equipa do Cávado

Equipa Lezíria do Tejo

Equipa Lisboa 2

Equipa Lisboa Tutelar Educativo 1

Equipa Lisboa Tutelar Educativo 2

Equipa do Médio Tejo

Equipa do Oeste 1

Equipa do Porto Tutelar Educativo

Equipa Setúbal 1

Equipa Setúbal 2

Equipa Setúbal 3

Nº questionários recolhidos estudo da reincidência dos jovens com ligação ao sistema de justiça (a 31-março-2015)

1403

Nº questionários recolhidos estudo da eficácia das medidas (a 31-março-2015)

420



Projeto Reincidências - Avaliação da Reincidência dos jovens ofensores e prevenção da delinquência

Finalidades

O Projeto Reincidências – Avaliação da Reincidência dos Jovens Ofensores e Prevenção da Delinquência tem como finalidade geral o estudo da reincidência de jovens ofensores com ligação ao sistema de justiça, numa perspetiva de avaliação da intervenção e de prevenção da delinquência. Constituem seus objetivos específicos: (1) Identificar índices de reincidência dos jovens objeto de processo tutelar educativo; (2) Avaliar a eficácia das medidas tutelares educativas; (3) Implementar um sistema de recolha regular de dados sobre reincidência integrado no sistema estatístico informatizado da DGRSP.

Metodologia

O Projeto assenta numa metodologia científica de pesquisa, articulando contributos de criminólogos internacionalmente reconhecidos - James McGuire e David Farrington - com a experiência na área da reincidência de serviços europeus congéneres, sendo parceiros: Probation Service-YPP Irlanda, o Centre d'Estudis Jurídics i Formació Especialitzada - Departament de Justícia Generalitat de Catalunya e o IJJO- International Juvenile Justice Observatory.

Foi criado e aplicado um instrumento de medida da reincidência dos jovens ofensores, contendo variáveis que permitem correlacionar fatores associados à produção social da delinquência e continuidade de trajetórias delinquentes – relacionados com as instâncias de socialização formais, a família e a escola, e informais, salientando-se a relação com os grupos de pares, e a orientação pro-social – com a reincidência. A reincidência é operacionalizada em indicadores de frequência, diversidade, gravidade e incidência no tempo.

O instrumento criado é usado para avaliar, de forma retrospectiva, a reincidência dos jovens com ligação ao sistema de justiça e para estudar o impacto das medidas tutelares educativas, concretamente das medidas de internamento e de acompanhamento educativo, prevendo-se três momentos de avaliação: início da medida, termo da medida e 2 anos pós termo das medidas, numa perspetiva de *follow-up*.

Dispositivo de recolha de dados



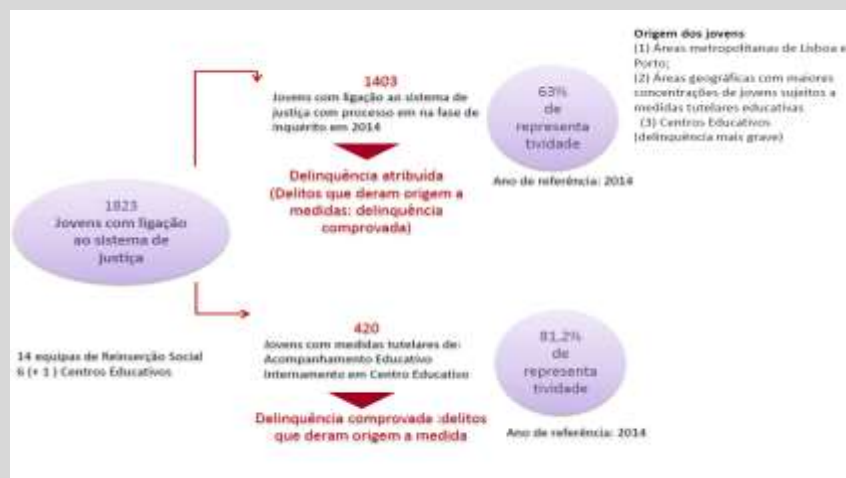
Projeto Reincidências - Resultados

- a ● Estudo da reincidência geral dos jovens com ligação ao sistema de justiça: Práticas delinquentes e reincidência de jovens com ligação ao sistema de justiça.

Dados sobre 1403 jovens, correspondentes a 63% dos jovens com processos tutelares educativos em fase de inquérito que foram objeto de pedido de relatório social em 2014.

- b ● Estudo da eficácia das medidas: Impacto das medidas de internamento e de acompanhamento educativo na reincidência e ajustamento social de jovens ofensores

Dados sobre 420 jovens que iniciaram medida de internamento ou acompanhamento educativo, correspondentes a 81,2% relativamente ao total de medidas iniciadas, e também sobre aqueles que terminaram as medidas, com corte a 31 de março de 2015.



- c ● Estudo qualitativo: narrativas de jovens sobre processos de desistência

Procurou-se compreender, a partir do sentido que lhes é atribuído pelos próprios jovens, processos de desistência da atividade delinvente e qual o papel do laço social nos processos de mudança individual, com recurso ao método das histórias de vida (guião de entrevista de MacAdams, 2008). Das 21 entrevistas realizadas, 15 jovens apresentavam narrativas da evolução do seu percurso de vida que permitiram a sua categorização como ‘desistentes’, sendo estas que constituem a base do estudo qualitativo, de carácter exploratório, desenvolvido.

- d ● Seminário Internacional Delinquência Juvenil: Processos de Desistência, Identidade e Laço Social

Realizado a pretexto da apresentação pública e disseminação dos resultados do Projeto Reincidências, teve lugar, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2015. Permitiu dar a conhecer e colocar em debate, por um painel de investigadores de renome internacional, as principais abordagens teóricas que procuram explicar porquê e como as pessoas se afastam da prática repetida de comportamentos delituosos.



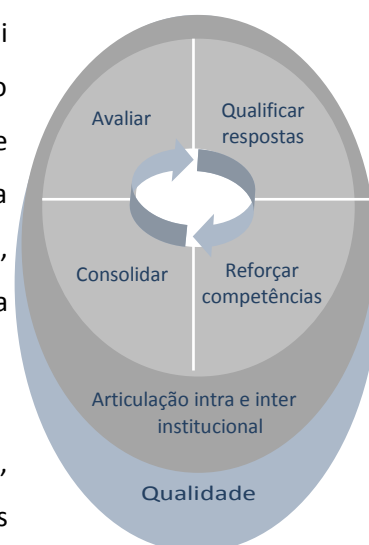
2.3 GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNRR – PLANO NACIONAL DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO JUSTIÇA JUVENIL

O Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção – Justiça Juvenil 2013-2015 foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2013 e publicada no Diário da República, 1ª série, nº 140, de 23 de julho de 2013. Ainda que principalmente focado no processo de reabilitação e reinserção social da população alvo da intervenção do sistema de justiça a cumprir pena de prisão, inclui uma componente específica dedicada aos jovens ofensores alvo da intervenção do sistema de justiça.

O PNRR para a área da justiça juvenil integra três áreas estratégicas, desdobradas num total de 16 medidas, que se articulam em torno de três princípios estruturantes:

- Princípio da qualificação da avaliação e da intervenção direcionada ao comportamento delituoso, integrando as seguintes áreas estratégicas: Qualificação da assessoria pré-sentencial; Qualificação da intervenção, implementação e consolidação de um modelo de gestão de caso com fundamentação técnico-científica; Avaliação de resultados.
- Princípio da consolidação de respostas de qualidade, integrando duas áreas estratégicas: Monitorização e supervisão do funcionamento das unidades operativas - equipas de reinserção social e centros educativos; Qualificação dos técnicos a nível das competências pessoais e profissionais com relevância para o desempenho da função.
- Princípio da articulação intra e interinstitucional, correspondente a duas áreas estratégicas: Potenciar a complementaridade de intervenção com o sistema de promoção e proteção; Consolidar e promover parcerias interinstitucionais.

Das 16 medidas do PNRR – Justiça Juvenil previstas, 11 foram integralmente concluídas (medidas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12), a medida 3 foi parcialmente concluída e 4 foram adiadas por motivos não imputáveis à DGRSP (medidas 13, 14, 15 e 16). Das 12 medidas exequíveis, 11 foram integralmente concluídas, o que corresponde a taxa de 91,6% de medidas finalizadas²⁸.



²⁸ Informação disponibilizada pela DSJJ.



PNNR – Plano de Reinscrição e Reabilitação para a Justiça Juvenil Medidas implementadas

Medidas avaliadas como integralmente concluídas

- Realizar sessões de supervisão da aplicação da Escala YLS/CMI e de abordagem das dimensões e parâmetros de avaliação do novo modelo de relatório social, aferindo o seu grau de conformidade.
- Monitorizar a aplicação do MAPPP, garantindo a supervisão dos documentos produzidos e a realização de sessões de trabalho com os grupos de peritos (perícia sobre a personalidade/avaliação psicológica).
- Consolidar o processo de avaliação de problemáticas específicas: jovens agressores sexuais, comportamento violento, violência doméstica.
- Implementar e operacionalizar uma metodologia de gestão de caso de base técnico-científica.
- Desenvolver ações de formação e de dupla certificação (área da formação escolar-profissional).
- Desenvolver metodologias de intervenção terapêutica e de prevenção do suicídio no âmbito do PAIPA.
- Desenvolver e implementar um programa de prevenção dos comportamentos violentos, designadamente as agressões sexuais.
- Realizar um estudo de avaliação dos níveis de ajustamento social três meses após a cessação da medida de internamento.
- Consolidar a metodologia de avaliação dos índices de reincidência e de integração formativa/laboral, familiar e social de jovens sujeitos a medidas tutelares educativas.
- Desenvolver um projeto de estudo da reincidência dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça.
- Monitorizar o trabalho de articulação entre os centros educativos e as famílias dos jovens internados.
- Realizar ações internas e externas de treino, formação e *coaching* para os técnicos dos centros educativos.

Medidas avaliadas como parcialmente concluídas

- Consolidar o processo de avaliação de problemáticas específicas: jovens agressores sexuais, comportamento violento, violência doméstica.

Finalizado o processo de avaliação de jovens ofensores sexuais.

Não se reuniram condições a nível financeiro para a consolidação da problemática específica do comportamento violento.

Medidas de concretização adiada

- Promover a articulação com o ISS, para a ativação dos vários mecanismos de articulação prática, previstos na LPP e na LTE (2 medidas).

Assinatura de protocolo com CNCJR dependente de factores externos.

- Desenvolver estratégias de inserção laboral através de estágios e empregabilidade direta.
Estabelecimento de protocolos registou dificuldades a nível financeiro relacionadas com seguros (responsabilidade civil e acidentes pessoais) para as situações de enquadramento de formação em contexto de trabalho e estágios laborais.
- Desenvolver protocolos já existentes com outras entidades com relevância em matéria de infância e juventude e alargamento a outras entidades públicas e privadas.
Assinatura de protocolos dependente de factores externos.

2.4 ■ DESTAQUE DE PROJETOS ESPECÍFICOS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA JUVENIL: INTERVENÇÃO EM CENTRO EDUCATIVO E LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

As finalidades da intervenção tutelar educativa constituem a educação para o direito e a integração dos jovens na sociedade. A intervenção no âmbito da medida de internamento obedece a estas finalidades, privilegiando-se o desenvolvimento de ações com favorecedoras da integração de normas, mas também que promovam o desenvolvimento dos jovens no sentido de se integrarem de forma pacífica e construtiva na sociedade.

Os jovens internados em centro educativo encontram-se, naturalmente, abrangidos pela escolaridade obrigatória, devendo ser incentivados a prosseguir ou a completar os estudos e, sempre que possível, e de acordo com o regime e a fase de progresso em que se encontram, podem ser autorizados a frequentar um estabelecimento de formação no exterior. A frequência escolar ou profissional é assegurada a todos os jovens, no exterior ou internamente, através da formação de dupla certificação, formação de base e formação tecnológica, através dos cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA e formação modular certificada.

Para além dos programas escolares/formação profissional, os jovens beneficiam de um conjunto de projetos ou programas com carácter educativo, alguns dos quais de carácter obrigatório, sendo implementados em todos os Centros Educativos, desenvolvendo cada Centro Educativo programas e projetos específicos, associados às suas dinâmicas próprias. Constituem programas obrigatórios para todos os Centros Educativos: Programa GPS 25 - Gerar Percursos Sociais: Prevenção e Reabilitação para Jovens com Comportamento Desviante ; Programa de Treino de Competências da Vida Diária; Programa de Prevenção do Suicídio; Programa de Despiste do Consumo de Drogas.

Apresenta-se em seguida um destaque dos programas e projetos em desenvolvimento em cada Centro Educativo em 2015, de carácter obrigatório ou específicos de cada. A seleção de programas e projetos a destacar foi do critério de cada Centro Educativo. Promover a inclusão social dos jovens, o seu desenvolvimento enquanto pessoas e o sentido de cidadania na dupla vertente dos direitos e deveres, valorizando capacidades de participação ativa e construtiva na sociedade são finalidades transversais ao conjunto de projetos que se apresentam.

Dá-se também destaque a dois projetos em que se encontram envolvido o Núcleo dos Açores da Madeira, os quais dão relevo ao reconhecimento do tecido social de que a DGRSP enquanto parceira traz mais valias em intervenções associadas com situações de risco de desenvolvimento de comportamentos delinquentes e a proteção de crianças em situação de vulnerabilidade.

Aquisição de competências pessoais e sociais ● Educação para a cidadania ● Educação para a gestão financeira ● Educação para a saúde/ sexualidade ● Formação escolar e profissional ● Identidade e espaço envolvente ● Intervenção com as famílias ● Mentoria e aconselhamento ● Novas tecnologias e construção de projeto ● Prática desportiva ● Prevenção e controlo do comportamento violento ● Promoção da leitura e da escrita ● Valorização da integração social ● Projetos comunitários de proteção de crianças



Aquisição de competências pessoais e sociais

Programa de Aquisição de Competências Pessoais e Sociais Gerar Percursos Sociais - GPS

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego
Centro Educativo Navarro de Paiva
Centro Educativo dos Olivais
Centro Educativo Padre António Oliveira
Centro Educativo de Santo António

Programa de Aquisição de Competências de Vida Diária

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego
Centro Educativo dos Olivais
Centro Educativo Padre António Oliveira
Centro Educativo de Santo António





Programa de Aquisição de Competências Pessoais e Sociais Gerar Percursos Sociais - GPS

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego
Centro Educativo Navarro de Paiva
Centro Educativo dos Olivais
Centro Educativo Padre António Oliveira
Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Desenvolvimento de competências pessoais e sociais, promovendo a prevenção do comportamento anti-social e a reabilitação de indivíduos com comportamento desviante.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento.

Descrição

O Programa é constituído por 25 sessões e 5 módulos I – Comunicação; II - Relações interpessoais; III - Distorções cognitivas, IV – Emoções, V - Armadilhas do passado.

Procura-se modificar as crenças a partir de diversas estratégias e atuando a vários níveis: análise e modificação de padrões comunicacionais, promoção de estilos interpessoais mais adaptativos, identificação e correção de distorções no processamento de informação, conhecimento da natureza e função das emoções primárias e, por fim, várias sessões focadas directamente nas crenças disfuncionais. O objectivo último do GPS é pois a reestruturação dessas mesmas crenças.

As sessões, com periodicidade semanal, têm a duração de, aproximadamente, 1h30.

Resultados

Centro Educativo da Bela Vista

Trabalhou-se dificuldades comunicacionais para que os jovens utilizem um discurso mais assertivo;

Permitiu flexibilizar o comportamento do jovem em contextos de relacionamento interpessoal;

Permitiu que os jovens reconhecessem pensamentos e emoções relacionadas com determinados comportamentos;

Permitiu trabalhar auto-conceito e identidade pessoal.

15 jovens envolvidos.

Centro Educativo do Mondego

Todos os jovens aderiram de forma positiva e todos foram avaliados como tendo adquirido e interiorizado os diferentes conteúdos das sessões.

Centro Educativo dos Olivais

7 jovens envolvidos.

Centro Educativo Padre António Oliveira

O programa foi cumprido na íntegra. Foram atingidos os objetivos pretendidos.

8 jovens envolvidos.

Centro Educativo de Santo António

De aplicação obrigatória a jovens em cumprimento de medida de internamento em centro educativo, é um programa que serve de base para toda a intervenção a desenvolver neste contexto e, como tal, de primordial importância;

Avaliação científica externa a realizar, com base no preenchimento de diversos instrumentos de avaliação psicológica, pré e pós-aplicação.

15 jovens envolvidos.



Programa de Aquisição de Competências de Vida Diária

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego
Centro Educativo dos Olivais
Centro Educativo Padre António Oliveira
Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Programa de treino de competências de vida diária que visa dar resposta à necessidade de dotar os jovens, que cumprem medida de internamento em centro educativo, com capacidades práticas e de planeamento a nível da vida diária. Trata-se de promover uma autonomia que permita o crescimento e entrada na vida adulta de forma independente, capaz de suprir as suas necessidades ou permitir ser colaborante e auto-suficiente na sua reintegração familiar e social.

Destinatários/ beneficiários

CEBV: Jovens a cumprir medida de internamento.

CEM: Todos os jovens do centro educativo.

CEO: Todos os jovens em execução de medida tutelar de internamento (excluindo-se, assim, a medida cautelar de guarda, internamento para perícia e internamento em fim-de-semana).

CEPAO: Jovens do regime fechado e jovens da Unidade Residencial de Progressão.

CESA: Aplicado a jovens em fase final de cumprimento da medida de internamento.

Descrição

Programa que consiste na realização de sessões regulares onde se desenvolvem bases de autonomia relacionadas com a confeção de alimentos, preparação de vestuário e pequenos consertos e reparação de objetos necessários ao quotidiano. É, concretamente, constituído por: 6 sessões práticas de vestuário (tratamento básico da roupa ao nível da limpeza, arranjos, dobragem, etc.); 6 sessões práticas de alimentação (confeção de refeições básicas, equilibradas e económicas, princípios de higiene e conservação dos alimentos).

Resultados

Centro Educativo da Bela Vista

Aquisição de competências que permitem uma maior autonomia a nível da confeção de uma alimentação equilibrada

Aquisição de competências que permitam a autonomia no tratamento do vestuário pessoal.

19 jovens envolvidos (12 rapazes e 7 raparigas).

Centro Educativo do Mondego

Todos os jovens aderiram de forma positiva e todos foram avaliados como tendo adquirido e interiorizado os diferentes conteúdos das sessões.

Centro Educativo dos Olivais

Os jovens conseguiram atingir os objetivos propostos pelo programa de forma muito satisfatória, adquirindo as competências necessárias para uma autonomização nas áreas contempladas pelo mesmo.

Centro Educativo Padre António Oliveira

Todos os jovens da UP.

Centro Educativo de Santo António

Aplicado a 26 jovens em fase final de cumprimento da medida de internamento em 4 grupos: Grupo 1- 7 jovens (regimes aberto, semiaberto e fechado), Grupo 2 - 7 jovens (regimes aberto, semiaberto e fechado), Grupo 3: 6 jovens (regimes aberto, semiaberto e fechado) e Grupo 4 - 6 jovens (regimes aberto, semiaberto e fechado).



Formação escolar e profissional

Cursos EFA – Equivalência 9º ano de Escolaridade
Centro Educativo Navarro de Paiva

Cursos de Educação e Formação de Adultos
Centro Educativo Padre António Oliveira

Programa Extra-Escolar
Centro Educativo Padre António Oliveira

Programa Exploração Vocacional
Centro Educativo Padre António Oliveira





Cursos EFA – Equivalência 9º ano de Escolaridade

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

Capacitar e qualificar os jovens do ponto de vista formativo.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento, em regime fechado.

Descrição

Três cursos EFA com equivalência ao 9º ano de escolaridade: cursos de Instalação e Reparação de Computadores, Cozinha e Operador de manutenção Hoteleira e um com equivalência ao 6º ano (Operador de Jardinagem).

Resultados

Todos os jovens.



Cursos de Educação e Formação de Adultos

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Alcançar, consoante a escolaridade à entrada, o tempo de medida e o seu percurso formativo, a dupla certificação, com equivalência ao 2º ou 3º ciclo do ensino básico, num ou em mais do que um dos cursos adiante assinalados.

Adquirir hábitos de estudo e trabalho e regularizar a situação escolar, uma vez que a maioria dos jovens tem um percurso pautado por insucesso, instabilidade e dificuldades na aprendizagem.

Desenvolvimento de competências e saberes (estar, ser e fazer) aos mais diversos níveis e recuperar a auto-estima através de experiências de sucesso conseguidas com base no empenhamento e bom comportamento.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento com diferentes escolaridades.

Descrição

Curso EFA B2 de Operador de Jardinagem (OJ);
Curso EFA B3 de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário (OAMM);
Curso EFA B3 de Operador de Pré – Impressão Digital (OPID).

Resultados

Concluíram a dupla certificação:

- Dos 12 jovens do curso EFA B2 de OPID 4 jovens;
 - Dos 9 jovens do curso EFA B3 de OAMM 4 jovens;
 - Dos 10 jovens do curso EFA B3 OPID 4 jovens.
- Os restantes jovens não concluíram a dupla certificação por questões de mobilidade inerentes às próprias medidas ou porque ainda estão com o processo em curso. De realçar que efetuaram, regra geral, todas as unidades curriculares que frequentaram.

30 jovens envolvidos.

12 jovens com dupla certificação.



Programa Extra-Escolar

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Complementar a oferta dos cursos EFAs com atividades importantes para a formação/desenvolvimento dos jovens, nas áreas do desporto (que se reveste de maior importância por os jovens estarem em regime fechado), da música e do jornalismo.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento, em regime fechado.

Descrição

Aulas de educação física por professor colocado pelo Ministério de Educação.

Aulas de música por professor colocado pelo Ministério de Educação.

Jornal *A Rambóia* efetuado pelos jovens, professores e formadores.

Resultados

As aulas de educação física foram essenciais ao bem-estar físico e psíquico dos jovens permitindo desenvolver competências pessoais e interpessoais.

As aulas de música, apesar de não terem tido continuidade no presente ano letivo, também tiveram uma avaliação positiva.

O jornal permitiu divulgar as atividades desenvolvidas e efetuadas pelos jovens à restante comunidade educativa e aos seus familiares.

30 jovens envolvidos (em pelo menos 2 das atividades).



Programa Exploração Vocacional

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

O programa teve por base as conceções teóricas da exploração vocacional, das competências pessoais e sociais, condicionantes sociais na procura de emprego e a importância da comunidade.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento, em regime fechado.

Foram desenvolvidas 12 sessões para cada uma das turmas: B2 de Operador de Jardinagem (OJ); B3 de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário (OAMM); B3 de Operador de Pré – Impressão Digital (OPID).

Descrição

Programa promovido pela Divisão de Ação Social, Saúde e Juventude, Núcleo de Juventude do Município de Oeiras

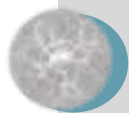
Foram desenvolvidas sessões dirigidas à descoberta das competências de cada jovem, com a construção de um caderno de vida. Foram convidados jovens, assistentes sociais e artistas a falar sobre percursos similares aos dos jovens, alguns vividos na primeira pessoa, e de como conseguiram toronar os obstáculos e alcançar uma vida pró-social.

Os jovens descobriram os seus interesses profissionais e de tempos livres, deram passos em frente no delinear de um Projeto de Vida. Os jovens exploraram também as profissões que lhes interessaram e a oferta das respetivas áreas de residência. Decorreram sessões sobre segurança social, IRS, contratos de trabalho, recibos verdes, elaboração de curriculum e pesquisa de empregos.

Resultados

Foram efetuados questionários de avaliação aos jovens e alcançados os objetivos a que o Projeto se propôs.

24 jovens envolvidos (9 jovens de OJ, 8 jovens de OAMM e 7 jovens OPID).



Educação para a cidadania

Projeto Justiça para Tod@s

Centro Educativo da Bela Vista

Centro Educativo do Mondego

Ações de Voluntariado Formação Tecnológica de Cabeleireiro

Centro Educativo da Bela Vista

Programa Trabalho Cívico

Centro Educativo do Mondego

Projeto Educar para a Cidadania

Centro Educativo Padre António Oliveira

Em Tempo de Saída Educar para a Vida

Centro Educativo dos Olivais

Lipor Geração +

Centro Educativo de Santo António





Projeto Justiça para Tod@s

Centro Educativo da Bela Vista

Centro Educativo do Mondego

Finalidades

- Reforçar o valor da participação cívica ativa, informada e responsável;
- Criar canais eficientes de aproximação que proporcionem uma comunicação saudável entre jovens e o sistema judicial;
- Despertar a consciência para a importância de analisar e compreender vários pontos de vista e promover soluções comprometidas com os Direitos Humanos;
- Permitir, através de uma fórmula alternativa, introduzir no portfolio de aprendizagens básicas, a educação para a Justiça e os Direitos Humanos;
- Ajudar a perceber como a lei pode promover a coesão social e provocar mudança social.

Destinatários/ beneficiários

CEBV: Jovens a cumprir medida de internamento - turma de nível secundário.

CEM: Jovens a cumprir medida de internamento.

Descrição

Centro Educativo da Bela Vista

O projeto desenrolou-se em parceria com dois atores do Teatro IBISCO, os quais dinamizaram sessões de simulação de situações fictícias relacionadas com o caso a apresentar em tribunal – *bullying* nas escolas.

Centro Educativo do Mondego

Projeto de promoção dos valores democráticos colocando a Educação para a Justiça e o Direito (em especial os Direitos Humanos, direitos das minorias e não discriminação) como ferramenta cívica fundamental num Estado de Direito.

Programa que consiste na realização de sessões regulares em grupos pequenos, em que se debatem vários temas relacionados com a justiça e o papel dos tribunais. Por fim realiza-se uma sessão onde os jovens assumem os vários protagonistas do sistema de justiça. Consciencialização do papel da justiça e dos seus intervenientes, nomeadamente, o papel do Juiz, do ministério público e dos advogados. Consciencialização de como funciona um Tribunal.

Resultados

Centro Educativo da Bela Vista

Contribuiu para a compreensão do processo legislativo e do papel dos tribunais como órgãos de soberania; dos dilemas da justiça, do risco de erro e da procura da verdade. Promoveu a capacidade de comunicar as suas ideias, convicções e opiniões sobre a Lei e os Direitos Humanos. Desenvolveu a capacidade de entendimento quando e como a lei se aplica a factos específicos. Desenvolveu a capacidade de análise de um problema, argumentação e defesa de um ponto de vista. Construiu consenso sobre deliberação, negociação, compromisso e resolução de conflitos. Promoveu o espírito de participação.

9 jovens envolvidos.

Centro Educativo do Mondego

Todos os jovens aderiram de forma positiva e mostraram entusiasmo pela atividade.
20 jovens envolvidos.



Ações de Voluntariado Formação Tecnológica de Cabeleireiro

Centro Educativo da Bela Vista

Finalidades

Aplicar as competências adquiridas na formação tecnológica de cabeleireiro em contexto real de trabalho.

Promover parcerias com entidades/ iniciativas de cariz/intervenção social, promover a interação de jovens e idosos com a troca de saberes.

Promover e incentivar o espírito de trabalho de equipa entre as formandas.

Destinatários/ beneficiários

Utentes de entidades com intervenção social, nomeadamente, Lares de 3ª idade; Centros de Dia, Iniciativas para os sem-abrigo, etc.

Descrição

Organização de ações de voluntariado nas entidades referidas, com a participação das formandas de cabeleireiro. O objetivo é atender os utentes das entidades de forma gratuita, homens e mulheres, cortando e arranjando o cabelo, com intervenção na área de estética (mãos e unhas). As formandas trabalham sob supervisão da formadora Arminda Belém e utilizam os equipamentos disponibilizados para a formação. Os trabalhos são realizados nas entidades, mediante as condições de espaço disponibilizadas.

Resultados

As jovens adquiriram competências de trabalho técnico, organização e trabalho em equipa em contexto real.

As entidades beneficiárias obtiveram atendimento gratuito dos utentes, com níveis de satisfação elevados, de acordo com feedback obtido. Estabelecimento de parcerias entre o Centro Educativo da Bela Vista e entidades de cariz social, potenciando mais ações de intervenção ao nível de cabeleireiro ou mesmo outras áreas de formação.

Nº de formandas que participaram: 6.

Nº de utentes atendidos nas ações de voluntariado: aproximadamente 180.



Programa Trabalho Cívico

Centro Educativo do Mondego

Finalidades

Contacto do jovem com o mundo laboral e consciencialização da responsabilidade social para com a sociedade em geral.

Destinatários/ beneficiários

Utentes de entidades com intervenção social, nomeadamente, Lares de 3ª idade; Centros de Dia, Iniciativas para os sem-abrigo, etc.

Descrição

Programa que consiste colocação do jovem em prestação de trabalho cívico numa das entidades externas, nomeadamente, juntas de freguesia, coletividades, etc.

Resultados

Da avaliação efetuada junto das entidades externas e junto dos jovens o resultado tem sido avaliado como positivo, notando-se uma maior disponibilidade do jovem para ser sensível ao outro, bem como uma maior valorização de si próprio perante a sociedade.

5 jovens envolvidos.



Projeto Educar para a Cidadania

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Trata-se de um conjunto de sessões destinadas a chamar a atenção para a importância de valores universais na educação, de forma a tornar os jovens cidadãos mais responsáveis e empenhados na sociedade em que vivem.

Sensibilizar para a influência “que os outros têm em mim e eu nos outros – efeito borboleta - Círculos viciosos e virtuosos”. São colocados em destaque valores como a verdade, a promoção da justiça, a partilha e a solidariedade, o respeito pela natureza, pela dignidade do homem, direitos humanos, concórdia e intervenção cívica.

Destinatários/ beneficiários

Jovens de regime fechado. Grupo de jovens da Unidade Residencial de Progressão e grupo de jovens da Unidade Residencial de Acolhimento.

Descrição

Programa de desenvolvimento pelo Banco Alimentar Contra a Fome. Foram desenvolvidas 8 sessões com cada uma das unidades residenciais. Cada sessão pretendeu de modo original e criativo (através de debates temáticos, de visionamento de filmes de vídeo e de extratos de uma exposição sobre histórias de vida de todo o mundo, que esteve no Museu da Electricidade) transmitir aos alunos elementos básicos de convivência, promotores de relações construtivas intra e interpessoais. Os participantes são levados, de forma ativa, a repensar atitudes e preconceitos, a refletir sobre si próprios e sobre a sua relação com os outros.

Resultados

Os objetivos foram alcançados e as sessões foram desenvolvidas com grande adesão e participação por parte dos jovens. No final, através da parceria com a companhia de teatro espelho, os jovens relataram histórias (para toda a comunidade educativa) que foram representadas em tempo real pelos atores, indo de encontro aos resultados desejados.

24 jovens envolvidos (12 jovens da Unidade Residencial de Acolhimento e 12 jovens da Unidade Residencial de Progressão).



Em Tempo de Saída Educar para a Vida

Centro Educativo dos Olivais

Finalidades

Desenvolver competências pessoais e sociais que contribuam para a reinserção social dos jovens. Promover atitudes positivas face à saúde individual e coletiva.

Aprofundar saberes sobre sexualidade, género e direitos humanos.

Prevenir o consumo de substâncias psicoativas.

Promover relacionamentos saudáveis no quadro da família, em grupo de pares e nos relacionamentos amorosos.

Refletir, criticamente, sobre situações e comportamentos associados a experiências de violência.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento.

Descrição

6 sessões desenvolvidas pelo Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens de Coimbra (CAOJ):

1ª Sessão – Relacionamentos e afetos;

2ª Sessão – Dinâmica de ação e violência familiar;

3ª Sessão – Consumo de substâncias psicoativas e a sua reação com comportamentos agressivos e dependências;

4ª Sessão – Sociabilidades juvenis e violência entre pares;

5ª Sessão – Sexualidade traída: violência sexual e violência de géneros;

6ª Sessão – Prevenção da saúde sexual e produtiva: prevenção do VIH/SIDA.

Resultados

Com base num conjunto de frases alusivas aos temas desenvolvidos nas sessões pelos jovens, foi desenvolvida uma escultura da cidadania. Constituída por 6 cubos de cores diferentes a estátua foi depois construída na vertente tecnológica dos cursos de OMH e OAMM e colocada num dos jardins do CEO a 17 de junho de 2015. Cubo – Direitos e Liberdades Individuais - Cor: vermelho - Força e Energia, Cubo - Direitos Sexuais - Cor: Laranja – Equilíbrio; Cubo – Prevenção Da Infecção VIH/SIDA - Cor: amarelo - Otimismo e Saúde, Cubo – Diz Não À Violência - Cor: verde – Esperança; Cubo – Igualdade de Género - Cor: azul – Harmonia; Cubo – Relacionamentos e Afetos - Cor: Violeta – Espiritualidade.

Cerca de 30 jovens envolvidos.



Lipor Geração

Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Criar uma oferta educativa que promova o compromisso dos cidadãos com boas práticas ambientais, facilitando a aquisição de competências promotoras de maior intervenção cívica, capazes de alimentar o crescimento e a consolidação de processos ambientalmente responsáveis e sustentáveis.

Obter a atribuição do certificado “Coração Verde” ao Centro Educativo.

Destinatários/ beneficiários

Jovens do Centro Educativo (regimes aberto, semiaberto e fechado).

Funcionários e colaboradores do Centro Educativo.

Descrição

Implementado em articulação com a LIPOR, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

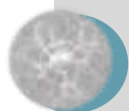
Palestras dinamizadas pela Lipor com informação sobre diversas temáticas com vista à elevação da consciência ambiental, otimização da gestão de processos, equilíbrio na gestão dos recursos e consolidação de boas práticas, entre outros. Separação dos detritos a realizar com o apoio de Kits de Reciclagem fornecidos pela Lipor e distribuídos por todas as áreas do Centro Educativo. Recolha, pela LIPOR, dos detritos separados, com periodicidade quinzenal. Colocação de contentor para detritos orgânicos, com recolha quinzenal pela SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente;

Participação de toda a população do CESA na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR), de 21 a 29 de novembro - Palestras; *Workshops*; Exposição; Reciclagem de Papel e Reu2art- decoração de Natal.

Resultados

Projeto a decorrer, com vista à certificação ambiental do Centro Educativo.

A avaliação em curso aponta para um aumento significativo na separação de detritos produzidos no Centro Educativo, quer pelos jovens quer pelos funcionários, que tem por base uma crescente sensibilidade para o equilíbrio ambiental com vista à sustentabilidade do planeta.



Educação para a gestão financeira

Programa de Educação Financeira
“Ajudar a Poupar, Poupar para Ajudar”
Centro Educativo dos Olivais





Programa de Educação Financeira 'Ajudar a Poupar, Poupar para Ajudar'

Centro Educativo dos Olivais

Finalidades

Formar e educar para a poupança, jovens e comunidade do Centro Educativo dos Olivais.
Ajudar os jovens a gerir os seus recursos.
Mobilizar os jovens para as ações sociais e o apoio aos outros mais necessitados.
Sensibilizar os jovens para a solidariedade, para a tolerância e para os problemas sociais.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento e toda a comunidade educativa e comunidade exterior.

Descrição

É um programa de educação financeira.

O aspeto mais individual deste projeto ("Ajudar a poupar..."), ou seja, educar para a poupança, é pertinente, uma vez que muitos destes jovens são oriundos de famílias com lacunas ao nível da educação e gestão financeira, e em que se torna essencial mudar padrões de funcionamento que, se não alterados, irão inevitavelmente se perpetuar. Estes jovens informados e formados poderão ser agentes de mudança nos ambientes e meios de origem.

A vertente social ("...poupar para ajudar") é justificada pelo facto de que, ao se ensinar a poupar e a gerir melhor os recursos (pessoais, sociais e ambientais), estar-se-á a formar cidadãos mais preocupados com o próximo (mais solidários, mais tolerantes) e com o meio ambiente.

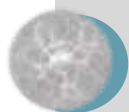
O projeto contempla ações na área social, passando pela divulgação e formação junto da comunidade interior/exterior (notícias para o jornal de parede e para o digital, folhetos informativos, marcadores de livros com slogans alusivos à poupança, exposição final do trabalho) e a mobilização dos jovens e da comunidade para a recolha e doação de bens essenciais a serem entregues aos mais desfavorecidos (opção preferencial) ou a instituições.

Resultados

Conseguiu-se envolver todos os jovens e toda a comunidade educativa do Centro Educativo dos Olivais, bem como instituições na comunidade que articulam como o Centro Educativo.

Entrega de bens alimentares e roupa ao Centro Social da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais e bens alimentares à Cozinha Solidária - Associação Integrar.

O projeto foi considerado pelo Plano Nacional de Educação Financeira – Programa Todos Contam – Como o melhor projeto de Educação financeira a nível do 2º ciclo de escolaridade



Educação para a saúde/ sexualidade

Programa de Apoio Psicológico, Médico e Saúde Mental
Centro Educativo Navarro de Paiva

Programa de Saúde e Educação Sexual
Centro Educativo Navarro de Paiva

Programa Eu e os Outros
Centro Educativo de Santo António





Programa de Apoio Psicológico, Médico e Saúde Mental

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

Assegurar apoio psicológico e pedo ou psiquiátrico a todos os jovens que dele careçam.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em execução de medida tutelar de internamento.

Descrição

Os jovens recebem este apoio através de especialistas da área:

- Apoio Psicológico no Centro Educativo e fora.
- Apoio Médico no Centro de Saúde de Sete Rios, através do Projeto “APARECER”, Equipa multidisciplinar (Médica, Psicóloga, Enfermeira...) que responde através de consultas na sua sede e em domicílios ao Centro Educativo, uma ou duas vezes por mês. Urgências com resposta no mesmo dia, entre as 9 e as 17h;
- Saúde mental - Psiquiatria e Pedopsiquiatria (resposta para as 1^{as} vezes no prazo de 15 dias) – Hospital Sta. Maria.

Resultados

Muitos dos jovens carecem de ajuda química e outros de apoio emocional, o que lhes é garantido com êxito por esta via.

56 jovens beneficiaram de apoio psicológico.

39 jovens beneficiaram de apoio pedo ou psiquiátrico.



Programa de Saúde e Educação Sexual

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

O programa procura aferir das necessidades específicas sentidas pelos jovens na área específica da educação sexual, promovendo um estilo de vida saudável e respeitador, de si mesmo e dos outros.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em execução de medida tutelar de internamento.

Descrição

Todos os jovens têm que concluir este programa, modelar, assegurado por especialistas da Fundação Portuguesa de Luta Contra a Sida e da Associação Portuguesa de Planeamento Familiar.

O programa, concebido na sua génese na forma modular, recorre a conceitos e técnicas pedagógicas e formativas diversas, procurando aferir das necessidades específicas sentidas pelos jovens, na área específica, passando informação de forma clara e promovendo um estilo de vida saudável e respeitador, de si mesmo e dos outros. Porque a educação sexual desempenha um papel importante na socialização dos jovens, tendo um papel importante na construção da sua identidade pessoal e social e nesse sentido também é fundamental perceber o "eu" e respeitar o "outro", reduzir comportamentos de risco e desenvolver comportamentos preventivos e assertivos.

Resultados

Boa capacitação dos jovens nas áreas abordadas.



Programa Eu e os Outros

Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, procurando-se trabalhar, especificamente, o tema das substâncias psicoativas e das dependências, fazendo a ligação a diferentes áreas com importância central no desenvolvimento dos jovens: as questões ligadas ao desenvolvimento/ crescimento as relações com os pares; as relações familiares; as relações amorosas; as questões escolares; as questões ligadas aos contextos recreativos e as expectativas (suas e dos outros) quanto ao futuro.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento, regime semiaberto e regime fechado.

Descrição

Implementado pela Administração Regional de Saúde (ARS) - Norte / Centro de Respostas Integradas (CRI) Porto Central.

Abordados 8 temas, fazendo uma aproximação à temática das drogas e dependência, exigindo uma reflexão e tomada de decisão: Crescer (os desafios de saber bem crescer); Amizade (as relações com os pares); Escola (a escola enquanto espaço de descoberta); Família (o adolescente e a família); Amores e paixões (as novas descobertas do corpo e da sexualidade); Lei e Drogas (os consumos, a justiça e a lei); Contexto recreativo (crescer, sentir, partilhar e refletir); Futuro (o futuro enquanto espaço de expectativas do adolescente);

Grupo 1: 10 sessões, de 1h30 aproximadamente, com periodicidade semanal; período de implementação - 09/março/2015 a 25/maio/2015;

Grupo 2: 10 sessões, de 1h30 aproximadamente, com periodicidade semanal; período de implementação - 06/julho/2015 a 10/agosto/2015.

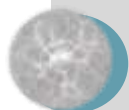
Resultados

Avaliação científica da responsabilidade da entidade que implementou o programa.

Avaliação qualitativa da equipa técnica do CESA remete para níveis de adesão/participação no programa muito favoráveis.

Avaliação qualitativa dos jovens participantes é muito favorável.

16 jovens envolvidos.



Intervenção com as famílias

Programa Famílias ao Centro
Centro Educativo do Mondego

Programa Nós e a Família
Centro Educativo do Mondego





Programa Famílias ao Centro

Centro Educativo do Mondego

Finalidades

Aproximação do centro educativo e do jovem às famílias.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em execução de medida tutelar de internamento.

Descrição

Programa que consiste na permissão da família mais próxima do jovem puder almoçar com o jovem dentro do centro educativo e participar em algumas atividades programadas para o jovem. O projecto permite a confeção de refeição pelo jovem e pela família para eles. Posteriormente desenvolve-se trabalho técnico com o jovem e com a família no sentido da valorização do percurso institucional do jovem, bem como da aquisição de competências pessoais, sociais e afetivas.

Resultados

Quer as famílias, quer os jovens, quer a equipa técnica sempre mostraram boa adesão ao projecto e reconhecem-no como uma mais-valia na aproximação de centro às famílias, ultrapassando algum estado de críspação ou de desconfiança.



Programa Nós e a Família

Centro Educativo do Mondego

Finalidades

Aproximação do centro educativo e do Jovem às famílias.

Destinatários/ beneficiários

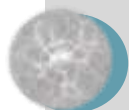
Jovens em execução de medida tutelar de internamento.

Descrição

Programa que consiste na realização de sessões regulares onde as famílias dos jovens são convidadas a vir ao centro educativo, conhecer o centro educativo e o trabalho técnico que se realiza com o jovem internado. As famílias almoçam no centro educativo com os familiares internados e com os técnicos e de seguida é apresentado um documentário sobre o centro educativo, as regras, as normas e os objectivos a alcançar para cada um dos jovens.

Resultados

Quer as famílias, quer os jovens, quer a equipa técnica sempre mostraram boa adesão ao projecto e reconhecem-no como uma mais-valia na aproximação de centro às famílias, ultrapassando algum estado de críspação ou de desconfiança.



Mentoria e aconselhamento

Tutoria e Aconselhamento

Centro Educativo Navarro de Paiva

Projeto Transformers

Centro Educativo Padre António Oliveira





Projeto Transformers

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

O Projeto Transformers é um programa de voluntariado que mobiliza mentores para ajudar os jovens a encontrar, naquilo que mais gostam de fazer (nesta caso na área das artes) uma forma de exprimirem e intervirem positivamente na sua comunidade.

A missão do projeto é “transformar jovens em transformers”. Tem como base a crença que cada um tem um super-poder, que cada um tem em si um super-herói.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento em regime fechado.

Oficina de Graffiti – Jovens da Unidade de progressão (UP).

Oficina de Desenho de Animação – Turma do curso EFA B3 de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário (OAMM).

Descrição

Ao longo do projeto os alunos recebem influências através da utilização de linguagem própria da juventude, mas adequada ao contexto institucional, abrir caminhos sobre si próprios e os outros através de atividades que vão ao encontro dos interesses dos jovens.

Os jovens da UP, com o mentor Tiago Pacheco, tiveram ao longo do ano uma atividade semanal de Graffiti.

Os jovens da OAMM, com a mentora Carina, tiveram ao longo do ano uma oficina semanal de desenho de animação.

Resultados

Foram alcançados os objetivos do programa (payback à comunidade). Os jovens para além de desenvolverem as suas capacidades, efetuaram através da oficina de *Graffiti* trabalhos no CEPAO, para benefício de toda a comunidade e através do desenho de animação efetuaram um cartaz de sensibilização contra a violência doméstica que integrou uma exposição, subordinada a esse tema, da responsabilidade da Junta de Freguesia local.

29 jovens participantes (20 jovens UP e 9 jovens OAMM).



Tutoria e Aconselhamento

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

Assegurar aos jovens um ambiente contentor e securizante através da confrontação e reformulação de situações concretas.

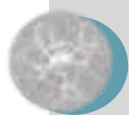
Destinatários/ beneficiários

Jovens em execução de medida tutelar de internamento.

Descrição

Os jovens são apoiados em todas as situações da sua vida diária em contexto formal pelo técnico gestor de caso.

Neste tipo de apoio os jovens são confrontados com o seu percurso passado, presente e futuro, de modo a que sejam capazes de ir definindo objetivos concretos e individuais para si próprios e mais tarde serem capazes de exercitarem as aprendizagens feitas.



Novas tecnologias e construção de projeto

Desafio 4x4 in School
Concurso Nacional
Centro Educativo dos Olivais

Desafio F1 in School
Concurso Regional
Centro Educativo dos Olivais





Desafio 4x4 in School Concurso Nacional

Centro Educativo dos Olivais

Finalidades

Mobilizar os jovens para as áreas ligadas à indústria e à tecnologia;

Inspirar os jovens para a utilização das novas tecnologias para a aprendizagem de técnicas de engenharia, conceitos de física, novos materiais, modelação 3D, protipagem, etc.

Estimular os jovens para o desenvolvimento de marcas, identidade cooperativa, *design*, procura de patrocínios, marketing, trabalho de equipa e liderança e competências de comunicação.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento.

Descrição

Pretende-se a construção de um veículo todo terreno telecomandado, respeitando especificidades técnicas constantes num regulamento, que navegue com sucesso e ultrapasse obstáculos uma pista que simula as exigências que se esperam de um jipe todo o terreno real.

O concurso nacional do desafio4x4 in school está inserido no projeto Pense Industria que é desenvolvido pelo Centro Tecnológico da cerâmica e do Vidro.

Resultados

Envolveu um grupo de seis jovens que frequentavam o curso EFA B3 de Instalador e Reparador de Computadores (regime fechado) e foi defendido por três jovens do regime semi aberto.

Em termos de resultados os jovens conseguiram competir com 14 escolas de todo o país, acabando por obter o prémio de Inovação (pelos materiais utilizados, reciclagem e peças de computadores)

9 jovens participantes



Desafio F1 in School Concurso Regional

Centro Educativo dos Olivais

Finalidades

Mobilizar os jovens para as áreas ligadas à indústria e à tecnologia;

Inspirar os jovens para a utilização das novas tecnologias para a aprendizagem de técnicas de engenharia, conceitos de física, novos materiais, modelação 3D, protipagem, etc.

A aprendizagem pelos jovens da utilização de *software* de desenho tridimensional, maquinação por computador, desenvolvimento de marcas, identidade cooperativa, design, procura de patrocínios, marketing, trabalho de equipa e liderança, competências de comunicação e estratégias financeiras.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento.

Descrição

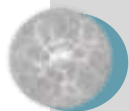
Pretende-se o desenvolvimento de um projeto que inclua todas as fases de desenvolvimento de um carro de Formula 1 num modelo em miniatura propulsionado com uma botija de CO2.

O concurso regional do desafio F1 in Scholl está inserido no projeto Pense Industria, que é desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro.

Resultados

Envolveu um grupo de seis jovens que frequentavam o curso EFA B3 de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário.

Em termos de resultados os jovens conseguiram competir com 14 escolas da região Centro, acabando por obter o prémio de Identidade (desenvolvimento de espírito de equipa).



Identidade e espaço envolvente

Movimento Expressão Fotográfica

Centro Educativo dos Olivais

Centro Educativo do Mondego

Centro Educativo Padre António Oliveira

Projeto Maio Cultural

Centro Educativo Padre António Oliveira





Movimento Expressão Fotográfica

Centro Educativo dos Olivais
Centro Educativo do Mondego
Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Pretende-se que os jovens explorem a cidade onde, temporariamente, habitam partindo do seu registo gráfico (mapa) para localizações reais de onde através da fotografia se promove uma apreensão desse real, levando os jovens a revivê-lo de uma nova forma – refletida e estruturada. Partindo de uma base técnica fotográfica pretende-se que os jovens desenvolvam uma procura/descoberta da sua identidade e do espaço que os envolve.

Destinatários/ beneficiários

CEO: Jovens em execução de medida tutelar de internamento.
CEM: Jovens em execução de medida tutelar de internamento.
CEPAO: Jovens do regime fechado (jovens da Unidade Residencial de Acolhimento e da Unidade Residencial de Progressão).

Descrição

Projeto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Ao longo do projeto os alunos recebem influências fotográficas de várias correntes estéticas e de autor de forma a influenciar e educar o seu olhar fotográfico. Na utilização da fotografia pinhole, de fácil aprendizagem e proporcionadora de diversas descobertas, com a facilidade estética inerente ao processo, pretendemos que de forma associada às memórias fotográficas, os jovens consigam também produzir reflexões, recolher elementos físicos do e referentes ao próprio espaço, criando assim um "diário de bordo" que vai sendo afixado no mapa/planta, formando-se assim de uma forma visual um registo de viagem associado aos locais - tornando múltipla a experiência de exploração/apreensão do real, facilitando, assim, a sua posterior generalização. Transversalmente a todo o projeto decorrerá uma avaliação dos impactos a nível psicopedagógico dos alunos envolvidos por parte do psicólogo do MEF. Programa que consiste na realização de sessões regulares em grupos pequenos, onde se constrói uma máquina fotográfica e posteriormente se procede à tiragem de fotografia de espaços exteriores, dentro e fora do centro educativo.

Resultados

Centro Educativo dos Olivais

Todos os jovens que participaram na atividade, concluíram-na com êxito e demonstraram maior capacidade reflexiva, adquirindo competências nas áreas de observação e na relação consigo e com os outros, para além de algumas técnicas na área da fotografia.

Centro Educativo do Mondego

As fotografias tiradas foram expostas numa das salas de exposição no Município da Guarda. Todos os jovens aderiram de forma positiva e mostraram entusiasmo pela atividade e pela exposição no Município da Guarda.

Centro Educativo Padre António Oliveira

Avaliação em todas as fases do projeto, efetuada pelo MEF, com base na reflexão de cada técnico e de cada jovem numa avaliação de 0 a 5 em parâmetros diversos onde se incluem a disponibilidade e o empenho. A avaliação média é de 3-4 havendo jovens com avaliação 2-3 e outros 4-5.

CEO: 24 jovens envolvidos.

CEM: 20 jovens envolvidos.

CEPAO: 18 jovens envolvidos (11 jovens UA e 7 jovens UP).



Projeto Maio Cultural

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Complementar, diversificar, e intensificar as atividades formativas e pedagógicas apresentadas o longo do ano letivo, nas áreas de desporto e saúde; profissões; ciências, tecnologias e religião e solidariedade.

Sensibilizar os jovens para uma visão de relativização de si mesmos face à diversidade global; contribuir para um ambiente motivacional, aberto e propício à expressão individual e coletiva; promover atitudes positivas face à escola e às novas aprendizagens; promover o desenvolvimento cognitivo e emocional dos jovens, contribuir para a prossecução da valorização pessoal dos jovens.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento em regime fechado e jovens de ambas as unidades residenciais.

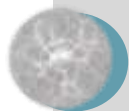
Descrição

O projeto desenvolveu-se em 4 semanas temáticas que partiram do tema de vida anual – *Liberta a tua energia - Ano Internacional da Luz “Para que as luzes do outro sejam percebidas por mim, devo, por bem, apagar as minhas (...)”* (Mia Couto) - e que culminaram na festa de aniversário do Centro Educativo, no dia 31 de maio. Estas atividades decorreram diariamente com o envolvimento de entidades externas, dos agentes educativos e dos jovens.

As 4 semanas temáticas foram: *Semana do Desporto e da Saúde – Equilibra a tua energia; Semana do trilho -Ilumina o teu caminho; Semana das Ciências, Tecnologia e Religião – Encontra-te no Mundo, no Universo e mais além; e Semana da Solidariedade – Não saltes no vazio.*

Resultados

Projeto com avaliação muito positiva por parte de todos os intervenientes, porque atingiu os objetivos propostos, permitiu o envolvimento de diversas entidades externas (abrindo portas à comunidade) e contou com a participação ativa de diversos agentes educativos e dos jovens.



Prática desportiva

Promoção de Competências pelo Desporto
Centro Educativo da Bela Vista

Rugby no Centro Educativo
Centro Educativo Navarro de Paiva





Programa de Competências pelo Desporto

Centro Educativo da Bela Vista

Finalidades

Ajudar os jovens a desenvolverem-se como pessoas, aprendendo a ser responsáveis pelos seus próprios comportamentos e pela forma como se relacionam com os outros, assentando nos seguintes níveis de responsabilidade:

- Respeito pelos direitos e sentimentos dos outros;
- Auto motivação;
- Autonomia;
- Altruísmo;
- Transferência de competências para lá da sessão de treinos.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento no Centro Educativo da Bela Vista.

Descrição

Atividade dinamizada por professores da faculdade de Motricidade Humana e por TPRS do Centro Educativo da Bela Vista que através da atividade física (futebol) desenvolveram as competências acima referidas. O programa teve um total de 28 sessões de 1h30 (3 vezes por semana) e durou entre outubro e dezembro de 2015.



Rugby no Centro Educativo

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

Realizar atividade de grupo com autocontrolo
Destinatários/ beneficiários
Jovens em cumprimento de medida tutelar de internamento.

Destinatários/ beneficiários

Resposta que enquadra todos os jovens que dela queiram beneficiar após a cessação da medida.

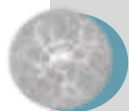
Descrição

O Centro Educativo tem um acordo com o Sporting/Rugby e Câmara Municipal de Lisboa que permite ter ao longo de todo o ano letivo um treinador da modalidade a dar aula/treino de 1h30m, uma vez por semana, a todos os jovens.

Às 4^{as}feiras à noite vão alguns jovens treinar com os sub – 18 do Sporting ao Estádio Universitário (18:40h / 20:40h).

Resultados

Tem sido uma grande mais-valia para controlo dos impulsos de cada um dos jovens.



Promoção da leitura e da escrita

Leitura Furiosa

Centro Educativo de Santo António

Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Câmara Municipal de Lisboa

Centro Educativo da Bela Vista





Leitura Furiosa

Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Do encontro «singular» entre os que escrevem e os que não gostam de ler, resultam textos que são «ilustrados» enquanto os seus primeiros destinatários os descobrem. Espera-se que esses cruzamentos de órbitas, saberes e dizeres se transformem em textos e desenhos de risco.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento.

Descrição

Desenvolvido no âmbito de uma parceria com a Associação *Le Cardan* e o Museu de Serralves, tendo a escritora Regina Guimarães como principal dinamizadora.

Recolha de elementos escritos produzidos pelos jovens, criação de um texto a partir da recolha efetuada. Discussão em grupo e ilustração dos textos. Visita guiada com escritores e ilustradores às livrarias mais emblemáticas da cidade do Porto. Sessões de leitura pública e musicada dos textos produzidos, no Museu de Serralves.

Período de implementação: 21 a 24/05/2015.

2 sessões no CESA, cada uma com duração aproximada de 2h, visita a livrarias da cidade do Porto (uma manhã) e uma sessão (uma tarde) de apresentação pública na Biblioteca do Museu de Serralves.

Resultados

Avaliação da responsabilidade da entidade que implementou o programa.

Em termos qualitativos, a avaliação do Centro Educativo é muito favorável, com base em elevada adesão e interesse por parte dos jovens, bem como na criação de hábitos de leitura e de escrita.

18 jovens envolvidos (10 de regime semiaberto e 8 de regime fechado).



Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Câmara Municipal de Lisboa

Centro Educativo da Bela Vista

Finalidades

Realizar ações de leitura em grupo com os jovens em medida de internamento no Centro Educativo da Bela Vista.

Promover a leitura entre os jovens do CEBV, permitindo o empréstimo de obras pertencentes à Biblioteca Itinerante aos jovens e à biblioteca do CEBV.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento no Centro Educativo da Bela Vista.

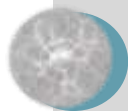
Descrição

A Biblioteca Itinerante deslocou-se ao Centro Educativo da Bela Vista durante o ano de 2015 em 4 ocasiões, com uma equipa de 2 técnicas e um motorista. A carrinha da biblioteca trouxe livros e materiais didáticos (filmes, documentários, revistas, etc.), que foram disponibilizados aos jovens e funcionários do Centro Educativo da Bela Vista (160 livros e 40 filmes). Organizou sessões de leitura em grupo com os jovens no exterior, onde cada jovem, professor e técnicos liam um excerto de uma obra selecionada pelas técnicas da biblioteca ou mesmo pelos jovens.

Resultados

Aumento dos níveis de leitura por parte dos jovens, demonstração de maior interesse em livros, filmes, revistas, etc, e satisfação dos jovens e funcionários com as atividades de leitura em grupo, com níveis de participação dos jovens muito satisfatórios.

45 jovens envolvidos (todos os jovens do CEBV a cumprir medida de internamento durante o ano de 2015)



Valorização da integração social

Projeto Vidas Ubuntu

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego

Projeto Academia Johnson

Centro Educativo Padre António Oliveira

Projeto Jovens Arte e Movimento

Centro Educativo Padre António Oliveira

Projeto Batoto Yeto

Artes Manuais e Empreendedorismo
Centro Educativo Padre António Oliveira





Projeto Vidas Ubuntu

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo do Mondego

Finalidades

Consciencialização do percurso de vida e de alternativas futuras como projecto de reinserção social. Promover e valorizar as raízes sociais e culturais de cada jovem participante e dar um sentido à sua identidade, reforçando a sua autoestima e autoconfiança.

Projetar o futuro, a partir da sua experiência de vida.

Capacitar para comunicação - oral e em suporte multimédia - através do domínio básico de técnicas de comunicação e de tecnologias digitais.

Promover a capacidade de conceber e desenvolver um projeto (a apresentação da sua história de vida) que exige conceção, planeamento, desenvolvimento, apresentação e avaliação.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento.

Descrição

Centro Educativo da Bela Vista

O projeto Vidas Ubuntu tem por base numa metodologia inovadora do *personal storytelling* aliada à filosofia Ubuntu "Eu sou porque tu és". Foram realizados 2 ações com 5 sessões cada, com o objetivo de desafiar os jovens a contar a sua história de vida num formato digital. Cada jovem criou um vídeo com base num banco de imagens disponibilizado pela equipa de projeto e associou um texto relacionado com a sua história de vida. No final das sessões, todos os vídeos foram apresentados à equipa técnica do CEBV.

Centro Educativo do Mondego

Programa que consiste na realização de sessões regulares em grupos pequenos, onde se analisa o percurso de vida de cada jovem e onde cada um procura delinear um novo projeto de vida para si próprio. O trabalho finaliza com a gravação de um cd onde cada jovem expõe o seu percurso de vida, as suas dificuldades e as soluções que cada um encontrou para o seu projeto futuro.

Resultados

Centro Educativo da Bela Vista

Aquisição de competências de conceção e desenvolvimento de projetos, comunicação oral e multimédia, a comunicação interpessoal e a gestão do tempo, do ritmo e do sentido estético.

Todos os jovens aderiram de forma positiva e mostraram entusiasmo pela atividade.

13 jovens envolvidos
(6 rapazes e 7 raparigas)

Centro Educativo do Mondego

Todos os jovens aderiram de forma positiva e mostraram entusiasmo pela atividade.

25 jovens envolvidos



Projeto Academia Johnson

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Pretende-se que os jovens com medidas tutelares educativas, oriundos da denominada linha de Sintra – Amadora, sejam acompanhados pela Academia do Johnson Semedo, que está sediada no Bairro do Zambujal, desde a sua entrada no Centro Educativo, até atingirem uma autonomia ajustada no exterior e que possam beneficiar do apoio e das atividades desenvolvidas por esta entidade, nos bairros Cova da Moura, 6 de Maio, Zambujal e Boavista, com o objetivo de promover a prevenção criminal e a diminuição da reincidência.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento em regime fechado.

Descrição

Programa de Competências Pessoais e Sociais.

Treino de FUTSAL com o Johnson Semedo.

Atelier artístico viola/cavaquinho (apoio na produção de cavaquinhos na Oficina de Operador de Acabamentos de Madeira e Mobiliário).

Narrativas pessoais com portfolio.

Resultados

Avaliação intermédia positiva – projeto ainda em curso.

17 jovens participantes no futsal.

10 jovens da linha de Sintra-Amadora participantes em outras atividades.



Projeto Jovens Arte e Movimento

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

Reinserção pela arte. Promover a arte como instrumento de integração social de jovens em centros educativos.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento em regime fechado.

Descrição

Projeto desenvolvido com a Associação Juvenil Par e com a EKA Unity com as seguintes atividades:

- Programa de competências pessoais e sociais (35 sessões).
- Narrativas individuais.
- *Ateliers* artísticos: Expressão corporal (20 horas para cada unidade residencial); Áudio (20 horas para cada unidade residencial); Vídeo (20 horas para cada unidade residencial); Fotografia (20 horas para cada unidade residencial).
- Estágios profissionais.

Resultados

Avaliação muito positiva realizada por entidade avaliadora externa. Os resultados foram apresentados no final do Projeto na Fundação Calouste Gulbenkian, com indicadores muito positivos aos mais diversos níveis (produtos artísticos realizados pelos jovens, narrativas individuais - projetos de vida, portfolio, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, entre outros).

Narrativas individuais: 24 jovens participantes.

Ateliers artísticos: 24 jovens participantes.

Programa de competências pessoais e sociais: 12 jovens participantes.



Projeto Batoto Yeto Artes Manuais e Empreendedorismo

Centro Educativo Padre António Oliveira

Finalidades

O projeto teve como finalidade promover a integração pela arte e pela cultura, a interculturalidade e o empreendedorismo.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento em regime fechado e jovens da Unidade Residencial de Acolhimento.

Descrição

Batoto Yeto é uma associação cultural e juvenil. A sua filosofia assenta na ideia de que independentemente das condições económicas e sociais de cada pessoa, o reconhecimento e valorização das suas raízes culturais constitui um factor fundamental para a consolidação da sua auto-estima, sentimento de pertença e inclusão social.

Ao longo do ano, com periodicidade semanal, foi desenvolvida a oficina de artes plásticas com o animador João Graça, onde foram construídas máscaras – *mukishi* e outros adereços, a partir de madeira de agave americana (piteira), um recurso naturalmente disponível, ecológico e fácil de trabalhar.

No último trimestre, com uma periodicidade semanal, foram desenvolvidas, com o GRIOT, 20 sessões de teatro.

Foram ainda desenvolvidas diversas atividades pontuais ao longo do ano como animação de festas do CEPAO (espetáculo de bailarinas africanas), atividades de Dj, com o animador Tony, formação em suporte básico de vida, com a enfermeira Mariza, salto em cumprimento com o atleta Carlos Veiga e certificação de competências, na ótica do utilizador, em TIC.

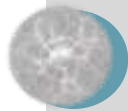
Resultados

Os jovens apresentaram (à comunidade educativa, local e famílias), na festa de maio, uma peça de teatro com as máscaras *mukishi* que efetuaram na oficina de artes manuais com textos de Fernando Pessoa.

Os jovens apresentaram (à comunidade educativa, local e famílias), na festa de dezembro, uma peça de teatro com textos da *Tempestade de Shakespeare* com o Teatro Griot.

26 jovens participantes (oficina artes manuais.

17 jovens; Teatro GRIOT: 9 jovens.



Prevenção e controlo do comportamento violento

Programa Art – Treino de Substituição de Agressividade

Centro Educativo da Bela Vista

Centro Educativo de Santo António

Biodanza no Centro Educativo

Centro Educativo Navarro de Paiva

Artways – Políticas educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil

Centro Educativo de Santo António





Programa Art – Treino de Substituição de Agressividade

Centro Educativo da Bela Vista
Centro Educativo de Santo António

Finalidades

O *Aggression Replacement Training* (ART) [Arnold Goldstein e Barry Glick (1987)] é uma intervenção psicoeducativa multimodal desenhada para promover comportamentos pró-sociais em adolescentes cronicamente agressivos.

Destinatários/ beneficiários

Jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento.

Descrição

Centro Educativo da Bela Vista

Forma sistematizada de intervenção com jovens cronicamente agressivos, em cujo leque de emoções surgem como dominantes a raiva ou a cólera.

Composto por três componentes, cada um com 10 sessões de uma hora cada:

- Treino de competências sociais;
- Treino do controlo da raiva;
- Treino de raciocínio moral.

O treino de competências sociais é um conjunto de procedimentos destinados a melhorar o nível de competências pró-sociais. O treino do controlo ensina aos jovens o que não fazer, promovendo alternativas ao comportamento agressivo. O seu objectivo é melhorar o autocontrolo e reduzir a utilização da raiva e agressão.

O treino de raciocínio moral tem como finalidade criar conflito cognitivo cuja resolução vai permitir o desenvolvimento do raciocínio moral desse jovem para o nível mais elevado presente no grupo.

Resultados

Centro Educativo da Bela Vista

Aumento do repertório de competências sociais demonstradas pelos jovens.

Aumento do nível de autocontrolo face a situações que despoletam comportamentos agressivos.

Aumento de empatia e auto-descentração.

13 jovens envolvidos (6 rapazes e 7 raparigas).

Centro Educativo de Santo António

Um dos grandes desafios foi conseguir incentivar aqueles jovens que se mostravam mais retraídos e mais defensivos. Durante a dinamização do programa fomos desafiados a resolver situações de passividade e embotamento por parte de alguns elementos, devido ao grau de exposição, principalmente face aos delitos cometidos e ao estilo de vida anterior ao internamento. Em contrapartida, também verificamos interesse, motivação e, principalmente, a consolidação de comportamentos pró-sociais.

21 jovens envolvidos



Biodanza no Centro Educativo

Centro Educativo Navarro de Paiva

Finalidades

As ferramentas e ensinamentos oferecidos permitem às jovens controlarem o *stress* e as emoções negativas, como frustração, raiva e ansiedade.

O curso também cultiva valores humanos, como responsabilidade, compromisso e respeito.

O resultado é uma melhoria no rendimento escolar e nos relacionamentos sociais e familiares. Confiança, clareza mental, foco, disposição e determinação despertam naturalmente nos participantes.

Destinatários/ beneficiários

Jovens raparigas em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento em regime fechado.

Descrição

Consiste em aula semanal de biodanza de 1.30h. Por meio de processos em equipa, debates, yoga, técnicas de respiração e de meditação, o curso prepara os jovens para uma melhor qualidade de vida futura.

Resultados

Boa capacitação das jovens.



Artways – Políticas educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil

Centro Educativo de Santo António

Finalidades

Intervir nas seguintes áreas: prevenção da violência igualdade de género; prevenção da violência no namoro; violência doméstica e da violência, através da dinamização de aulas formativas para educar os jovens para a não-violência. Aborda, entre outros, os temas: Direitos Humano; Direitos das Mulheres; Igualdade de Género; Estereótipos e Preconceitos; Violência no Namoro; Violência entre Pares.

Destinatários/ beneficiários

Jovens a cumprir medida de internamento em regimes semiaberto e fechado.

Descrição

Intervenção de natureza grupal, com sessões expositivas, jogos didáticos, desenho, fotografia, pintura em tela e azulejo que tem como objetivos principais o empoderamento de jovens para a mudança comportamental e atitudinal, a prevenção da violência e fornecer conhecimentos consistentes com a adoção de uma política educativa mais coerente no que diz respeito à igualdade de género e à cidadania.

Participação na Exposição Fotográfica “CENAS.LOVE# e em “CENAS.CIDADANIA – Mostra Artística do Projeto Artways”.

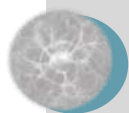
21 sessões, de 1h00 aprox., com periodicidade quinzenal.

Período de implementação: dezembro/2014 a dezembro/2015.

Resultados

No Relatório Final elaborado pela UMAR é referido: “Os resultados obtidos com este grupo foram muito positivos, uma vez que houve uma mudança acima dos 20%. Existem respostas em que a diferença entre o pré e pós teste apresenta valores na ordem dos 40%”.

Nº de jovens envolvidos: 13 jovens.



Projetos comunitários de proteção de crianças

Projeto Trajeto Seguro

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores

ERSCJ – Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Jovens

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores





Projeto Trajeto Seguro

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores

Finalidades

Combate ao insucesso escolar na Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe e promoção de iniciativas de prevenção da violência em contexto escolar.

Destinatários/ beneficiários

Alunos da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe;
Operadores profissionais agregados ao estabelecimento de ensino.

Realidade familiar e comunitária dos alunos alvo do Projeto.

Estruturas institucionais externas com intervenção regular sobre o espaço – Escola.

Outras organizações extra comunitárias.

Comunidade em geral.

Descrição

O Trajeto Seguro agrega, sob coordenação da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe, as seguintes áreas nucleares de ação:

- a. Uma aposta ao nível da adaptação curricular e da introdução de novas estratégias de ensino/aprendizagem, incluindo a implementação de ações de estimulação cognitiva/atenção.
- b. Uma aposta ao nível da formação/supervisão permanente de operadores, nomeadamente ao nível das estratégias de aprendizagem, competências pessoais e sociais e na ligação à família.
- c. Uma aposta a nível da articulação entre a realidade tempos livres na comunidade e o espaço escolar.
- d. Uma aposta na avaliação precoce dos alunos ao nível da Saúde, com a procura efetiva de soluções clínicas quando tal se revele necessário.
- e. Uma aposta ao nível da interação parental e da orientação familiar.

Resultados

A implementação prática do Projeto Trajeto Seguro, efetivada em setembro de 2015, uma iniciativa na qual a DGRSP assume um estatuto de “observador ativo”, permitiu atingir os seguintes resultados:

1. Há registo de uma alteração positiva nos resultados escolares dos alunos intervencionados de forma prioritária, aguardando-se pela conclusão do presente ano letivo para um apuramento efetivo de informação.
2. Os pais/encarregados de educação dos alunos objeto da intervenção estão a aderir ao processo de Interação Parental de forma efetiva, demonstrando agora uma maior capacidade de intervenção no processo educativo dos respectivos “descendentes”.
3. Há uma articulação interventiva entre os domínios de Tempos Livres e o Sistema de Ensino – nesse âmbito, revela-se possível um reforço das aprendizagens dos alunos e uma maior adequação comportamental dos mesmos, com registo de menores eventos disciplinares.
4. O Projeto “cativa” e impõe positivamente a implementação de outras estratégias, nomeadamente na área da educação de adultos.



ERSCJ – Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Jovens

Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
Núcleo dos Açores

Finalidades

- Prevenção primária de abusos sexuais sobre crianças e jovens.
- Suporte reabilitador a vítimas de abuso sexual, numa lógica agregadora da respetiva realidade familiar (quando viável).
- Implementação de um processo de acompanhamento/reabilitação de agressores sexuais.
- Reforço da capacidade interventiva das organizações envolvidas, numa lógica de intervenção sistémica.

Destinatários/ beneficiários

Comunidade em geral.

Crianças/jovens vítimas de abuso sexual e contextos familiares.

Agressores sexuais de crianças e jovens e os respetivos contextos familiares, quando operacionalizável.

Estruturas organizacionais com intervenção na temática: Ministério Público, Sistema de Solidariedade Social e de Saúde (Governo dos Açores), Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica, APF Açores.

Descrição

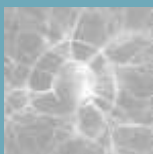
A ERSCJ – Estratégia Regional de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Jovens, sob coordenação do Governo dos Açores e de forma cooperante com o Ministério Público, DGRSP, e diferentes IPSSs, agrega quatro áreas nucleares:

- a. Desenvolvimento de um processo que permita prevenir a ocorrência de abusos sexuais.
- b. Desenvolvimento de boas práticas para negociar/implementar protocolos interventivos com o sistema de promoção e proteção, saúde e justiça, para uma melhor ação articulada entre cada um destes sectores;
- c. Implementação de programa de reabilitação de vítimas/realidades familiares.
- d. Construção e aplicação experimental de um programa de reabilitação para agressores sexuais de crianças e jovens, numa lógica que agregue naturalmente uma estratégia concertada entre os sistemas de saúde e justiça.

Resultados

No âmbito da implementação experimental da ERSCJ, apuram-se de forma breve, os seguintes resultados:

- Está ser efetivado um processo de abordagem regular a nível da prevenção primária com todos os alunos do 3º ano de escolaridade da ilha de S. Miguel.
- Está em execução, um programa de reabilitação para crianças e jovens vítimas de abuso sexual, sob supervisão regular da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Coimbra (FPCE UC).
Número total de vítimas alvo de intervenção em 2015: 25.
- É efetivada uma abordagem/reabilitação de agressores sexuais de crianças e jovens, também via FPCE UC.
- Número total de agressores alvo de intervenção em 2015: 10
- Identifica-se, atualmente, um novo modelo de articulação em cada uma das organizações cooptadas.



3 Prestação de cuidados de saúde: em estabelecimento prisionais e centros educativos

Compete à DGRSP assegurar que as pessoas a cumprir medidas de privação de liberdade, no âmbito de processos penais, portanto, em estabelecimento prisional, ou de processos tutelares educativos, no caso, em centro educativo, tenham acesso à prestação de cuidados de saúde adequados às suas necessidades e condições de saúde.

As empresas prestadoras de serviços têm um papel expressivo neste plano, cabendo à DGRSP assegurar a monitorização da sua atividade e o controlo das respostas efetivamente asseguradas, bem como criar e disseminar orientações técnicas que favoreçam a qualidade da ação desenvolvida.

Em 2015, procedeu-se à elaboração do Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Enfermagem em Centro Educativo, o qual se afigura como um importante contributo para padronização da prestação de cuidados de enfermagem aos jovens internados, nomeadamente porque foram contratualizadas horas de enfermagem para os centros educativos.

Um conjunto alargado de ações de promoção de comportamento saudáveis e prevenção da saúde foi desenvolvido em 2015, nomeadamente no quadro dos obrigatórios Planos de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença de cada estabelecimento prisional (artº 55º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais), algumas das quais são destacadas no ponto referente a projetos específicos dos estabelecimentos prisionais, ocorrendo destaque similar no caso dos centros educativos.

Os comportamentos aditivos são alvo de particular atenção, destacando-se em 2015:

- A aplicação de inquérito nacional sobre comportamentos aditivos em contexto tutelar educativo, em parceria com o SICAD.
- A 31 de dezembro de 2015, encontram-se em programas farmacológicos (Metadona, Subutex, Antagonistas) 1041 reclusos e em programas orientados para a abstinência, nomeadamente Unidades Livres de Droga, encontravam-se 90 reclusos.



- 1 ● **Alteração dos horários referentes à prestação dos cuidados de saúde nos EP e CE**
Processamento, avaliação e autorização dos pedidos de alteração dos horários previamente contratados entre empresas prestadoras de serviços e a DGRSP relativamente à prestação de cuidados de saúde nos estabelecimentos prisionais e centros educativos, incluindo acréscimos, ajustamentos e reduções da carga horária contratada.

Em 2015, foram analisados 314 alterações de horário.

- 2 ● **Pedidos de medicamentos, dispositivos médicos e suplementos alimentares extra-formulário**

Os medicamentos, dispositivos médicos e suplementos alimentares prescritos e que não pertençam aos formulários existentes na DGRSP são sujeitos a avaliação pelo coordenador médico/nutricionista e indicada a via de aquisição pelos serviços farmacêuticos do HPSJD. A receção, encaminhamento, recolha dos diferentes pareceres e emissão da respetiva decisão é da responsabilidade do CCGCS.

Foram, em 2015, analisados e terminados 2.856 pedidos.

- 3 ● **Auditoria/ formação Gesfarma**

Acompanhamento e monitorização permanente do desempenho do sistema de informação GESFARMA e formação dos novos elementos dos serviços clínicos fornecidos pelas empresas prestadoras de serviços.

Em 2015, foram efetuadas 24 auditorias.

- 4 ● **Verificação dos registos de assiduidade/Conformidade da faturação**

Verificação da execução do contrato celebrado com as empresas fornecedoras de profissionais de saúde.

Foram verificadas 1.102 faturas, 114 notas de crédito e aplicadas penalidades no valor de 52.048.61€.

- 5 ● **Registo dos profissionais de saúde**

Registo dos profissionais de saúde que exercem funções nos estabelecimentos prisionais, ao abrigo dos contratos celebrados entre empresas prestadoras de serviços e a DGRSP, no âmbito da prestação de cuidados de saúde.

Foram registados 94 médicos, 132 enfermeiros, 15 psicólogos, 15 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 26 auxiliares de ação médica.



Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Enfermagem em Centro Educativo

Finalidades

Implementado, na decorrência do processo de fusão entre DGSP e DGRS, um circuito centralizado de medicamentos e agilizada a articulação com as estruturas do Serviço Nacional de Saúde de referência para centro educativo, importava padronizar práticas de prestação de cuidados de enfermagem na sequência da contratualização de horas de enfermagem para os centros educativos.

Conteúdos

Prestação de cuidados de enfermagem em CE

Processo clínico

Consulta de enfermagem de admissão

Registos de enfermagem

Cardex

Farmácia

Preparação e administração de terapêutica

Recusa de medicação/ cuidados de saúde

Vacinação

Educação para a saúde

Transferências para outro CE/ Cessação do internamento

Contacto com a família do menor

Despiste de consumo de substâncias

Articulação com o DICAD

Agressões/ Automutilações

Isolamento cautelar

Lixos infetados

Rastreio de tuberculose

Contacto com enfermeiro coordenador/Linha Saúde 24/112

Caixa primeiros socorros

Urgência/ Emergência

Registo de atividades





Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos

Finalidades

Caracterizar os jovens em geral quanto a variáveis que se relacionam com o uso/abuso de drogas e álcool e envolvimento em crimes.

Caracterizar o envolvimento em práticas criminais.

Caracterizar os comportamentos aditivos (bebidas alcoólicas, drogas e jogo).

Explorar a relação entre variáveis caracterizadoras do consumo de substâncias psicoativas e envolvimento em crimes.

Abordagem por processos

- Assenta no pressuposto de que um resultado desejado é alcançado mais eficientemente e com maior eficácia quando as atividades e os recursos relacionados são geridos como um processo. Corresponde à aplicação, numa organização, de um sistema de processos, incluindo a identificação dos processos e da interação entre estes e a sua gestão orientada para a produção do resultado desejado.

- O foco, horizontal, coloca-se, mais do que na abordagem vertical ou hierárquica, na compreensão das expectativas dos “clientes” e nos produtos e serviços que esperam da organização, no pressuposto de que qualquer processo deve agregar valor, no sentido em que as suas saídas, ou *outputs*, devem ser superiores ou mais valorizadas do que as entradas ou *inputs*. Nesta perspetiva, procura-se definir, documentar e tornar normativos os passos do processo que permitem a resposta a um certo tipo ou conjunto de “clientes” e especificar diferentes contribuições neste processo.

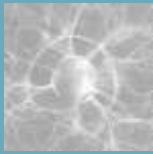
Estudo em parceria SICAD/DGRSP

O Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos é um projeto do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências - SICAD, desenvolvido em parceria com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, com o objetivo de atualizar o conhecimento sobre os comportamentos aditivos destes jovens, sua relação com a criminalidade e identificação de fatores subjacentes.

A DGRSP colaborou na discussão e preparação do questionário a aplicar, no acesso à amostra e na preparação da aplicação do respetivo questionário com todas as direções dos Centros Educativos e com a equipa de investigação.

Resultados obtidos

O inquérito foi aplicado à população de jovens presentes nos 6 Centros Educativos, em junho de 2015, através de um questionário de autoquestionário, tendo participado 142 jovens (93% dos jovens em centro educativo).



4 Área instrumental – Projetos em destaque

4.1 REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS - ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais regulamenta o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, concretizando os princípios fundamentais neste definidos (Decreto-Lei nº 51/2011 de 11 de Abril).

Aplicável a todos os estabelecimentos prisionais, representa a importante vantagem garantir uniformidade e igualdade nos procedimentos aplicáveis ao conjunto do sistema prisional, reúne e sistematiza num só documento matérias dispersas por numerosos regulamentos, circulares e despachos.

Entre os aspetos nele contemplados, situam-se os que se referem à manutenção da ordem e disciplina, e também da segurança, em estabelecimento prisional.

Tal não impede a necessidade de regulamentar aspetos específicos. Em 2015, foram elaborados e aprovados superiormente ²⁹ normativos que se dirigem sobre a população reclusa e que abrangem também a atuação do Corpo da Guarda Prisional:

- Reavaliação dos despachos de 2013 relativos ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.
- Circular 4/DGRSP/2013, de 12/09/2013 foram aprovados oito despachos ordenadores de várias matérias do quotidiano penitenciário.
- Colocação de recluso em cela de separação e medida cautelar cautelar na pendência de processo disciplinar de recluso.
- Cartão de utente do recluso: saldo máximo do cartão de utente de recluso e valor máximo quinzenal de aquisições na cantina.
- Remessa à Polícia Judiciária de produto estupefaciente, armas e/ou outros objetos apreendidos.

²⁹ Informação disponibilizada pelo SAI Sul.



1

Reavaliação dos despachos RGEP/2013

Pela Circular 4/DGRSP/2013, de 12/09/2013 foram aprovados oito despachos ordenadores de várias matérias do quotidiano penitenciário, na sequência de expressa remissão legislativa, nos termos do disposto pelo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Na mesma circular, foi previsto que tais despachos deveriam ser alvo de uma reavaliação, num prazo de 12 meses, por força, nomeadamente, das consequências de ordem prática na sua implementação.

Proposta de Circular 01/DGRSP/2015 apresentada e aprovada superiormente.

2

Colocação de recluso em cela de separação e medida cautelar

Com a finalidade de implementar procedimento de controlo de decisões de colocação de recluso em cela de separação e de aplicação de medida cautelar na pendência de processo disciplinar de recluso, foi elaborada proposta de circular para comunicação ao SAI dos despachos de colocação de recluso em cela de separação e de aplicação de medida cautelar na pendência de processo disciplinar.

Proposta de Circular 02/DGRSP/2015 apresentada e aprovada superiormente.

3

Cartão de utente do recluso

Tendo em vista o cumprimento do disposto no art.º 50.º, n.º 7, do RGEP, foi elaborada proposta de circular para comunicação fixação de saldo máximo do cartão de utente de recluso e valor máximo quinzenal de aquisições na cantina.

Proposta de Circular 03/DGRSP/2015 apresentada e aprovada superiormente.

4

Remessa de produtos e objetos apreendidos

De modo a providenciar pela preservação e entrega de objetos a órgão de polícia criminal competente, a fim de ser a sua existência tida em conta para efeitos de prova e de investigação criminal, foi elaborada a proposta de circular para determinar a remessa à Polícia Judiciária de produto estupefaciente, armas e/ou outros objetos apreendidos concomitantemente em estabelecimento prisional.

Proposta de Circular 04/DGRSP/2015 apresentada e aprovada superiormente.

4.2 SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE: MANUAL DOS PROCESSOS CHAVE

Com a finalidade de:

- reforçar padrões de boas práticas e da qualidade na execução de penas e medidas, penais e tutelares educativas, e da assessoria técnica às instâncias judiciais na fase de tomada de decisão, estabelecendo normas transversais e /ou dando visibilidade ao conjunto de normativos existentes;
- reforçar a coesão organizacional , definindo regras de atuação padrão, transversais a toda a organização, e fazendo emergir os normativos ou orientações técnicas existentes para áreas específicas de intervenção.

a DGRSP iniciou a produção de um conjunto de documentos, concretamente, o Manual de Normas e Boas Práticas, em 2014 , e em 2015, o Manual de Normalização de Documentos e o Manual de Processos Chave - Apoio à tomada de decisão judicial e execução de penas e medidas.

O Manual de Processos Chave situa concetualmente a abordagem por processos e disponibiliza indicações metodológicas para a sua implementação nos processos de realização de serviços - os processos chave ou críticos - da DGRSP-, nomeadamente para o desenvolvimento do mapeamento de processos. Incide sobre, ou tem como objeto, os processos fundamentais no desenvolvimento da missão da DGRSP e com impacto significativo na realização de serviço e satisfação das partes interessadas, processos que se desenvolvem, portanto, no âmbito do apoio aos tribunais na fase de tomada e decisão e na execução de penas e medidas, e, por isso, designados de processos críticos ou chave.

Qualificação da intervenção técnica, controlo e melhoria dos processos são essenciais para o desenvolvimento de uma gestão orientada para resultados, os quais devem ser passíveis de medição e de aferição do seu impacto, tendo em conta a missão e estratégia de atuação da DGRSP, junto das partes interessadas, instâncias judiciais e sociedade em geral. A orientação para a satisfação de necessidades e expetativas manifesta a capacidade de uma organização promover a sustentabilidade e melhoria dos seus resultados.

O *Manual de Processos Chave* apresenta-se, assim, como um instrumento de trabalho para a avaliação dos processos de trabalho, introdução de melhorias e redesenho de processos.



Processo

Conjunto de atividades inter-relacionadas ou inter-atuantes que transformam entradas (*inputs*) em produtos ou serviços (saídas ou *outputs*), constituindo um produto, por definição, o resultado de um processo. As entradas de um processo são, geralmente, produtos de outros processos, verificando-se, habitualmente, um encadeamento de processos até que o produto chegue ao “cliente”, sendo os processos considerados no seu conjunto que permitem a gestão da organização como um todo, numa perspetiva sistémica.

Abordagem por processos

- Assenta no pressuposto de que um resultado desejado é alcançado mais eficientemente e com maior eficácia quando as atividades e os recursos relacionados são geridos como um processo. Corresponde à aplicação, numa organização, de um sistema de processos, incluindo a identificação dos processos e da interação entre estes e a sua gestão orientada para a produção do resultado desejado.
- O foco, horizontal, coloca-se, mais do que na abordagem vertical ou hierárquica, na compreensão das expectativas dos “clientes” e nos produtos e serviços que esperam da organização, no pressuposto de que qualquer processo deve agregar valor, no sentido em que as suas saídas, ou *outputs*, devem ser superiores ou mais valorizadas do que as entradas ou *inputs*. Nesta perspetiva, procura-se definir, documentar e tornar normativos os passos do processo que permitem a resposta a um certo tipo ou conjunto de “clientes” e especificar diferentes contribuições neste processo.

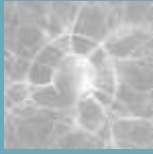
Principais conteúdos

- Missão, valores e principais atribuições da DGRSP, política da qualidade.
- Abordagem por processos: acrescentar valor e promover uma intervenção integrada.

Modelo de gestão de casos *end to end*.

- Processos chave da DGRSP: Modelo de gestão do sistema da qualidade baseado em processos. Termos e definições básicos. Tipos de processos: realização de serviço, suporte, gestão da organização, medição, análise e melhoria. Hierarquia de processos: macroprocesso, processo, subprocesso, atividade e tarefa. Macro processos e mapa de processos chave da DGRSP. Macro processos de realização de serviço. Partes interessadas: parceiros e beneficiários da intervenção da DGRSP.
- Implementação da abordagem por processos. Etapas da abordagem por processos. Orientações para o mapeamento de processos. Mapeamento de processos com recurso aos fluxogramas: estrutura base de fluxograma e breve glossário.





5 Formação interna

A formação contínua tem um papel fundamental na atualização dos profissionais dos serviços públicos, sendo crucial para a sua modernização, e, no caso dos que têm intervenção direta na intervenção de avaliação de suporte à decisão judicial e, de forma mais direta, na execução de penas e medidas, no âmbito da justiça criminal e juvenil, propriamente dita constitui um elemento fundamental para a capacitação dos técnicos face à evolução do conhecimento que é apanágio dos tempos modernos. Investir na formação dos profissionais é investir na qualidade dos serviços desenvolvidos.

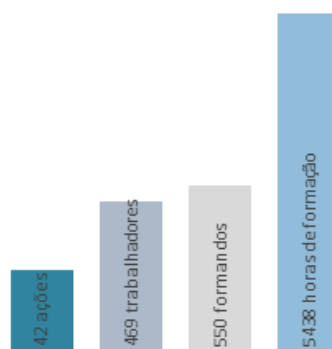
Em 2015, foi efetuado, o levantamento de necessidades de formação junto de todas as unidades orgânicas e respetivos trabalhadores (com exceção do Corpo da Guarda Prisional), com a finalidade de definir prioridades de programação da atividade formativa da DGRSP, referenciar áreas funcionais de intervenção, alinhadas e traduzidas em áreas temáticas específicas de formação, identificar ações de formação ou temas de formação considerados essenciais na prossecução dos objetivos das unidades orgânicas e definir grupos alvo.

Para o Corpo da Guarda Prisional o levantamento de necessidades de formação já fora elaborado para o biénio 2014/15³⁰. Este levantamento deu origem ao Plano de Formação contínua do Corpo da Guarda Prisional, para o biénio 2014/15, concretizado em colaboração com a Divisão de Formação da Direção de Serviços dos Recursos Humanos.

Deste levantamento resultou o Plano Anual de Formação da DGRSP.

³⁰ Proposto, com aprovação superior subsequente, pela Direção de Serviços de Segurança, Divisão de Vigilância, Segurança e Análise da Informação. Atribuição e competência nos termos das alíneas k) e l) do ponto 3.1 do Despacho nº 4454/2013 do Senhor Diretor-Geral, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 145, de 30 de julho de 2013.

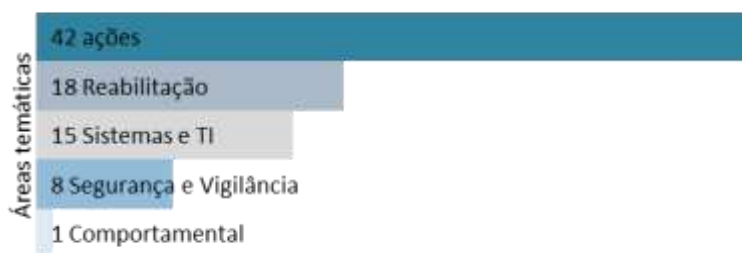
Decorreram, em 2015, 42 ações de formação interna, nas quais participaram 550 formandos (469 trabalhadores), no total de 5438 horas de formação.



As 42 ações de formação distribuíram-se pelas seguintes 4 grandes áreas temáticas, como ilustra o gráfico abaixo.

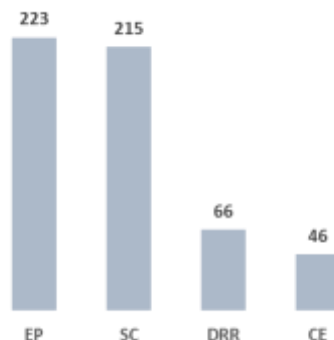
- Reabilitação , com 18 ações, representa 43% das realizadas;
- Sistemas e Tecnologias de Informação, com 15 ações, cerca de 36%;
- Segurança e Vigilância, com 8 ações, corresponde a 19%;
- Comportamental, com 1 ação, cerca de 2%.

Gráfico 38
Nº de ações de formação interna por área temática



A maioria dos formandos provem dos estabelecimentos prisionais (EP) com 223 formandos e dos serviços centrais (SC) com 215 participantes. Em menor número, das Delegações Regionais de Reinserção (DRR) 66 trabalhadores frequentaram ações de formação e, com afetação aos centros educativos (CE), 46 formandos, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 39
Nº de formandos em formação interna por área orgânica de atividade



Da análise do número de horas de formação resulta maior volume para os estabelecimentos prisionais (3045 horas) e serviços centrais (2066 horas). Este grande volume de horas para os trabalhadores dos serviços centrais encontra justificação pelo início da implementação da nova solução de gestão documental, *Edoclink*, que obrigou à execução de um elevado número de ações, de forma a permitir o contacto e familiarização dos trabalhadores com o novo sistema.

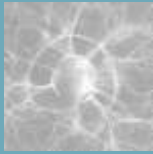
Gráfico 40
Nº de horas de formação interna por área orgânica de atividade



Com menor expressão, os trabalhadores das Delegações Regionais de Reinserção frequentaram 272 horas de formação e os dos Centros Educativos 54 horas de formação.

Também foi aprovado no ano de 2015 um modelo de avaliação da formação





6 Ação de cooperação institucional nacional e internacional

■ Relações internacionais

Compete à Direção-Geral de Política de Justiça coordenar a atividade de relações internacionais do Ministério da Justiça português. Salienta-se a principal atividade desenvolvida pela DGRSP em articulação com a DGPI, designadamente em resposta a solicitações desta.

1 • Receção de representação dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social de Timor Leste

Procedeu-se à organização de programa formativo de representação dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social de Timor Leste, constituída Diretor Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social e pelo Chefe de Departamento de Reinserção Social de Timor Leste. O programa incluiu deslocações e conhecimento das atividades de estabelecimentos prisionais, GISP e serviços de vigilância eletrónica.

2 • Deslocação a Cabo Verde

A DGRSP participou em missão interministerial em Cabo Verde centrada na avaliação das condições de segurança.

3 • Visita de delegação americana

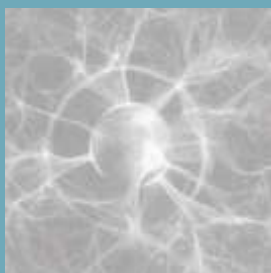
Acolheu-se visita de delegação americana, à qual foi feita, a pedido do SICAD, uma apresentação dos programas de combate e tratamento à toxicodependência.

■ Investigação académica

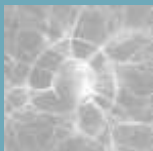
Em 2015, foi autorizada a colaboração da DGRSP na recolha de dados em unidades orgânicas da DGRSP (estabelecimentos prisionais, centros educativos, equipas de reinserção social) para realização de 110 trabalhos (+92.9% do que em 2014) de investigação académica (mestrados, doutoramentos ou licenciaturas).

■ Estágios académicos

No decurso do ano de 2015, foram autorizados 152 vagas de estágio (+ 12,6% do que em 2014) a realizar em unidades orgânicas da DGRSP (estabelecimentos prisionais, centros educativos, equipas de reinserção social, serviços das delegações regionais, serviços centrais).



III AUTOAVALIAÇÃO 2015



1 Quadro de Avaliação e Responsabilização-QUAR

QUAR – Resultados alcançados

No cumprimento do estatuído no artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento do Estado 2013, Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, o presente ponto reproduz a autoavaliação do desempenho da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de acordo com os objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), evidenciando-se os resultados alcançados em comparação com as metas contratualizadas e os desvios verificados. Os resultados são suportados em sistema de informação, destinado a assegurar um bom controlo interno da monitorização dos resultados alcançados ao longo do exercício de gestão.

1.1 RESULTADOS DO QUAR 2015

O QUAR da DGRSP para 2015 foi validado, com parecer favorável, pela Direção-Geral da Política de Justiça, serviço do Ministério da Justiça, à qual incumbem atribuições e responsabilidades relativamente ao desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços e organismos no âmbito do Ministério da Justiça, nomeadamente as enunciadas no artigo 13º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, e aprovado por despacho de 22 de setembro de 2015 de Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça.

Os objetivos constantes do QUAR, intimamente ligados com objetivos de criação de valor público, dividem-se em³¹: objetivos de eficácia - Medida em que um serviço atinge os seus objectivos e obtém ou ultrapassa os resultados esperados; objetivos de eficiência - Relação entre os bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados; objetivos de qualidade - Conjunto de propriedades e características de bens ou serviços, que lhes conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas dos utilizadores.

Apresenta-se, a seguir, o QUAR da DGRSP de 2015 devidamente preenchido com os resultados obtidos face às diferentes metas de desempenho, taxas de realização respetivas, classificação e desvios percentuais, por indicador, bem como a avaliação final quantitativa do serviço: 94,3 %.

³¹ Ver artigo 13º da Lei nº 66-B/2007.

QUAR 2015 com resultados, taxa de realização, classificação e desvios

Objetivos Estratégicos											
OE 01	Promover e consolidar o processo de mudança organizacional da nova Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, racionalizando meios técnicos e humanos e modernizando e uniformizando respostas.									Objetivos operacionais 8 e 10	
OE 02	Reforçar as condições para execução de medidas privativas de liberdade, melhorando condições de segurança e modernizando e ampliando as infraestruturas prisionais.									Objetivo operacionais 1 e 4	
OE 03	Aumentar a eficiência e qualidade da prestação de cuidados de saúde em meio prisional, reforçando a qualidade e promovendo condições de equidade face aos cidadãos em meio livre.									Objetivos operacionais 9 e 11	
OE 04	Reforçar a orientação da intervenção para a prevenção da reincidência dos adultos a cumprir medidas privativas de liberdade ou de execução na comunidade, avaliando o risco e promovendo respostas estruturadas com enfoque nas necessidades criminógenas e de reinserção social.									Objetivos operacionais 2, 3, 5 e 6	
OE 05	Reforçar a abordagem sistémica na intervenção tutelar educativa, investindo simultaneamente na educação para o direito e no desenvolvimento de condições favorecedoras da integração social dos jovens alvo de medidas tutelares educativas.									Objetivo operacional 7	
Objetivos Operacionais											
Eficácia										60,0%	
Obj. 01 Aumentar a capacidade de alojamento do sistema prisional										14,0%	
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 01	Nº de novos lugares criados no sistema prisional	182	148 EP Caxias	164	10	205	100%	-	0%	Não atingiu	-100%
Obj. 02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos										15,0%	
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 02	Nº de ofensores adultos com medidas de execução na comunidade integrados em respostas estruturadas para problemáticas criminais específicas	556	1 101	1 200	60	1 500	50%	1 489	124,1%	Superou	+24,1%
Ind 03	Nº de reclusos integrados em programas para problemáticas criminais específicas	1 528	1 738	1 800	85	2 250	50%	1 874	100%	Atingiu	-

Objetivos Operacionais

Obj. 03 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos 14,0%

INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 04 Nº de reclusos com atividade laboral	4 626	5 047	5 233	260	6 541	100%	5 442	100%	Atingiu	-

Obj. 04 Aumentar o controlo sobre a circulação de substâncias e bens ilícitos nos estabelecimentos prisionais, através da intervenção preventiva com recurso ao GISP e GOC 14,0%

INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 05 Nº de intervenções preventivas em estabelecimentos prisionais com recurso ao GISP e GOC	na	na	2	1	-	100%	47	123,9%	Superou	+23,9%

Obj. 05 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica no âmbito do tratamento prisional 14,0%

INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 06 % de reclusos condenados com Plano Individual de Readaptação (PIR) aprovado em CTI	80%	80%	85%	4%	100%	100%	85%	100%	Atingiu	-

Obj. 06 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias 15,0%

INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 07 % de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	na	na	80%	14%	100%	50%	83,3%	100%	Atingiu	-
Ind 08 % de equipas de reinserção social com penas/medidas probatórias supervisionadas	na	na	90%	4%	100%	50%	100%	125%	Superou	+25%

Obj. 07 Medir a reincidência de jovens e adultos alvo de processos judiciais 14,0%

INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 09 Estudo sobre avaliação da reincidência geral, de matriz retrospectiva, dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça – Projeto Reincidências	na	na	1 relatório preliminar com resultados estatísticos 50 semanas	2 semanas	38 semanas	100%	52 semanas	100%	Atingiu	-

Objetivos Operacionais

Eficiência											20,0%
Obj. 08	Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, agilizando, simplificando, desmaterializando procedimentos e reduzindo tempos e custos										50,0%
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 10	% de unidades orgânicas/ serviços desconcentrados com tecnologia Foip	20%	45%	60 %	5%	75%	100%	65%	100%	Atingiu	+5%
Obj. 09	Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre										50,0%
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 11	Proposta de implementação de sistema de informação que permita a desmaterialização do Processo Clínico Individual e a integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde	na	na	50 semanas	2 semanas	38 semanas	100%	36,9 semanas	127,3%	Superou	+27,3%
Qualidade											20,0%
Obj. 10	Promover a implementação de um sistema de gestão da qualidade na DGRSP										50,0%
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 12	Manual dos processos chave – Intervenção técnico-operativa na execução de penas e medidas: apoio à tomada de decisão, tratamento prisional e reinserção social, execução de medidas na comunidade e justiça juvenil	na	1 Manual	50 semanas	2 semanas	38 semanas	100%	52 semanas	100%	Atingiu	-
Obj. 11	Melhorar os documentos de trabalho disponíveis para a uniformização de procedimentos na prestação de cuidados de saúde na DGRSP										50,0%
	INDICADORES	2013	2014	2015	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESVIO
Ind 13	Proposta de Manual de Procedimentos para a prestação de Cuidados de saúde em Centros Educativos	na	na	50 semanas	2 semanas	38 semanas	100%	22,4 Semanas	157,5%	Superou	+57,5%

Avaliação quantitativa final do serviço
Grau de realização global

104,3%

1.2 ANÁLISE DE RESULTADOS E DESVIOS DO QUAR 2015

O QUAR 2015 da DGRSP foi elaborado seguindo as linhas de orientação gerais da avaliação dos serviços, documento técnico nº 1/2010, de 4 de Março de 2010, da autoria do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS).

Assim, cada meta foi definida com um grau de tolerância, que se traduz em estabelecer um intervalo para a meta [M1;M2], dentro do qual o resultado obtido leva ao cumprimento do indicador e a uma taxa de realização associada de 100%. Para os indicadores de polaridade positiva (quanto maior o resultado melhor), se o resultado do indicador se situar abaixo de M1 (limite inferior), significa que o objetivo não foi atingido e a taxa de realização associada é inferior a 100%; se o resultado alcançado se situar acima de M2 (limite superior), significa que o objetivo foi superado, tendo associado uma taxa de realização superior a 100%. Para os indicadores de polaridade negativa (quanto menor o resultado melhor) é o inverso, isto é, se o resultado do indicador se situar abaixo de M1, significa que o objetivo foi superado e a taxa de realização associada é superior a 100%; se o resultado alcançado se situar acima de M2, significa que o objetivo não foi atingido, tendo associado uma taxa de realização inferior a 100%.

Considera, ainda, aquela orientação técnica nº 1/2010 que *“na generalidade dos casos a taxa de superação deverá situar-se entre 100% e 125% assinalando este último valor a taxa de realização que, por convenção, está associada ao valor crítico (VC). O VC deverá corresponder a um resultado almejado pelo serviço e que normalmente está associado a um benchmark (referencial de excelência, em termos nacionais e/ou internacionais, na área de atuação do serviço para o qual se pretende convergir ou até mesmo superar). Se este VC for alcançado ou mesmo ultrapassado, na conjuntura perspectivada e com os meios planeados, significa que o serviço alcançou um resultado considerado excelente. Caso seja difícil encontrar um benchmark, este valor deverá corresponder ao melhor desempenho que se aspira alcançar, tendo em conta o comportamento histórico do indicador.”*

A taxa de realização dos indicadores é calculada através da fórmula seguinte:

$$Tr = 100 + | \text{Resultado} - \text{Meta} | \times 25 / | \text{Valor crítico} - \text{Meta} |$$

Da observação do quadro seguinte, conclui-se, relativamente à concretização dos objetivos operacionais que 5 alcançam o nível de graduação de “Superou”, 5 de “Atingiu” e 1 de “Não atingiu”, ou seja, 10 objetivos operacionais foram concretizados e 1 não foi concretizado. Já os indicadores de medida, 5 alcançam a classificação de “Superou”, 7 de “Atingiu” e 1 de “Não atingiu”, ou seja, 12 atingem ou

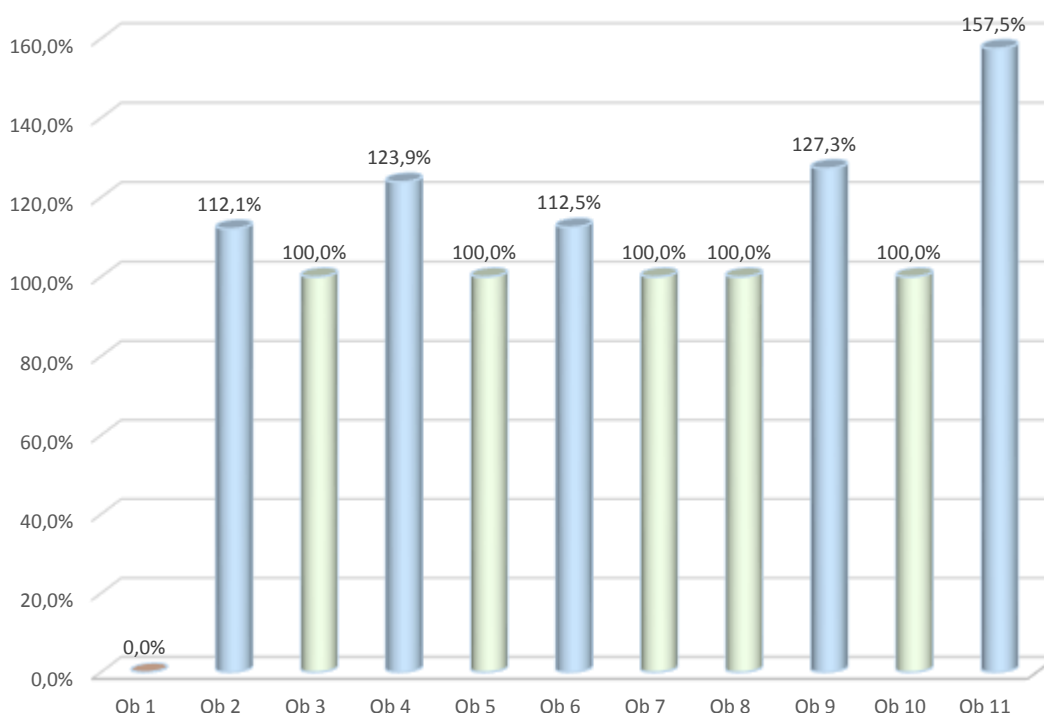
superam a meta e 1 indicador fica aquém da meta, precisamente o que mede o grau de realização do objetivo 1 não atingido.

Quadro 32
Avaliação dos objetivos e indicadores

Classificação	Objetivos	Total	Indicadores	Total
Superou	02, 04, 06, 09 e 11	5	02, 05, 08, 11 e 13	5
Atingiu	03, 05, 07, 08 e 10	5	03, 04, 06, 07, 09, 10 e 12	7
Não Atingiu	01	1	01	1

O gráfico seguinte ilustra a taxa de realização dos objetivos do QUAR 2015, tendo em consideração os pesos relativos de cada indicador. A cor azul indica a superação, a cor verde o atingiu e a cor rosa o não atingiu.

Gráfico 41
Taxa de realização dos objetivos em 2015



A DGRSP assumiu, como meta para o ano de 2015, através do seu QUAR, a concretização de um total de 11 objetivos, suportados por 13 indicadores. Atenta a avaliação dos serviços com base nos parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade (art.º 11º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro), o total de 11 objetivos foram distribuídos, segundo a sua natureza, por 7 objetivos de eficácia, 2 objetivos de eficiência e 2 objetivos de qualidade. Para o parâmetro da Eficácia, com uma ponderação global de 60%, os 7 objetivos propostos, Objetivos 1 a 7, medidos por 9 indicadores, atingiram um grau de realização de

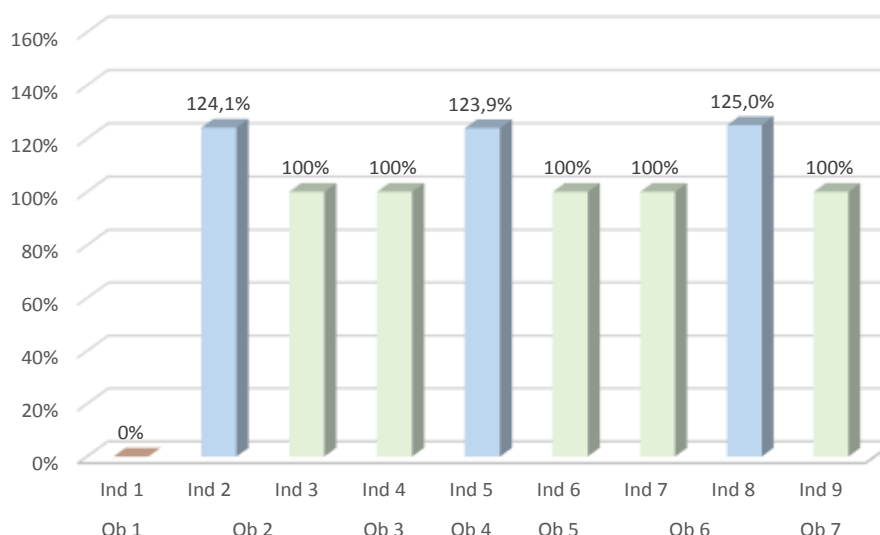
55,8%. Para o parâmetro da eficiência, com uma ponderação global de 20%, os 2 objetivos propostos, os objetivos 8 e 9, medidos por 2 indicadores atingiram um grau de realização de 22,7% e para o parâmetro da qualidade, com uma ponderação global de 20%, os 2 objetivos propostos, os objetivos 10 e 11, medidos por 2 indicadores, atingiram um grau de realização de 25,8% (ver quadro seguinte).

Quadro 33
Grau de realização dos parâmetros de avaliação

Parâmetro	Eficácia	Eficiência	Qualidade	Avaliação global
Peso	60%	20%	20%	100%
Grau de realização	55,8%	22,7%	25,8%	104,3%
Diferencial	△ -4,2%	△ +2,7%	△ +5,8%	△ +4,3%

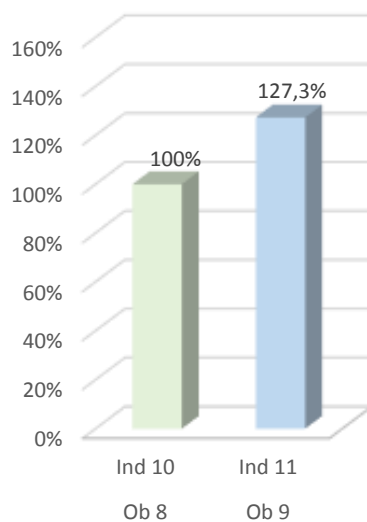
O gráfico que se segue ilustra o grau de realização dos indicadores de eficácia. Da sua análise, resulta que, dos 9 indicadores propostos, 3 foram superados com taxas de realização superiores a 100%, 5 foram atingidos com taxas de realização de 100% e 1 não foi atingido, tendo uma taxa de realização nula.

Gráfico 42
Taxa de realização dos indicadores de eficácia



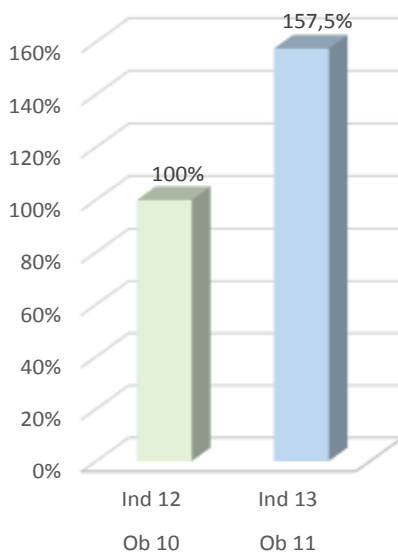
O gráfico que se apresenta a seguir ilustra o grau de realização dos indicadores de eficiência. A sua observação permite verificar que dos 2 indicadores propostos, o indicador 11 foi superado com uma taxa de realização de 127,3% e o indicador 10 foi atingido, com uma taxa de realização de 100%.

Gráfico 43
Taxa de realização dos indicadores de eficiência



Apresenta-se de seguida gráfico que ilustra o grau de realização dos indicadores de qualidade. Observa-se neste gráfico que, dos 2 indicadores propostos, o indicador 13 foi superado com uma taxa de realização de 157,5% e o indicador 12 foi atingido com uma taxa de realização de 100%.

Gráfico 44
Taxa de realização dos indicadores de qualidade



O quadro seguinte evidencia o peso de cada objetivo na avaliação final.

1.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RESULTADOS DO QUAR 2015

A Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro estatui no seu artigo 18º, nº 1, que a avaliação final dos serviços é expressa qualitativamente pelas seguintes menções:

- a. Desempenho bom, atingiu todos os objetivos superando alguns;
- b. Desempenho satisfatório, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c. Desempenho insuficiente, não atingiu os objetivos mais relevantes.

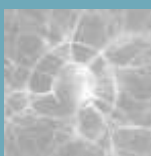
Os objetivos mais relevantes no QUAR 2015, como se pode ver no quadro seguinte, são os objetivos 8, 9, 10 e 11, dado que são os que concorrem com maior peso relativo na avaliação final, 10% cada um.

Assim, tendo em conta que dos 11 objetivos propostos no QUAR 2015, 10 objetivos foram superados ou atingidos, tendo sido atingidos os objetivos 8, 9, 10 e 11 que são os mais relevantes, a avaliação qualitativa final do desempenho da DGRSP em 2015 enquadra-se na alínea b) - Desempenho satisfatório.

Quadro 34
Peso dos objetivos na avaliação final

Objetivos	Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso do objetivo no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final
Eficácia		60%	
Objetivo 1		14%	8,4%
Objetivo 2		15%	9,0%
Objetivo 3		14%	8,4%
Objetivo 4		14%	8,4%
Objetivo 5		14%	8,4%
Objetivo 6		15%	9,0%
Objetivo 7		14%	8,4%
Eficiência		20%	
Objetivo 8		50%	10%
Objetivo 9		50%	10%
Qualidade		20%	
Objetivo 10		50%	10%
Objetivo 11		50%	10%
Avaliação final	100%		100,0%
Peso dos objetivos concretizados			91,6%

Nota: objetivos concretizados sombreados a cor verde.



2 Avaliação global da realização do Plano de Atividades 2015

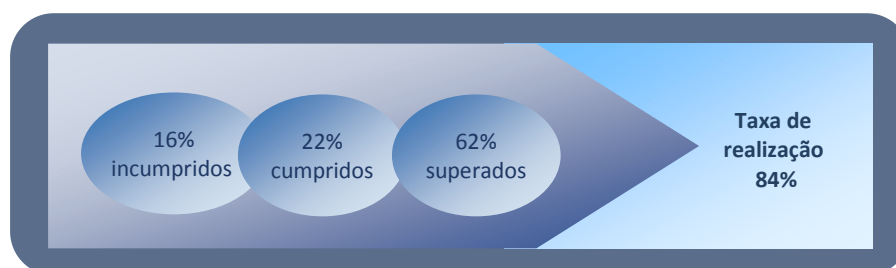
2.1 NÍVEL DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PLANEADOS

Ao longo do ciclo de monitorização das atividades foi efetuado o acompanhamento dos níveis de desempenho de cada unidade orgânica, favorecendo o controlo sobre a efetiva concretização dos objetivos.

No Plano de Atividades 2015, estavam previstos inicialmente 511 objetivos medidos por 846 indicadores. Por motivos não imputáveis às respetivas unidades orgânicas, e por decisão superior, 6 objetivos foram anulados para efeitos de avaliação de resultados, representando 1% do total.

Tendo sido salientados os principais resultados obtidos nos pontos anteriores, e podendo consultar-se informação mais detalhada (resultados por objetivo e respetivos indicadores por unidade orgânica) no Anexo 3 – Mapa de Avaliação de Resultados por Unidade Orgânica, apresenta-se, neste ponto, uma avaliação quantitativa da concretização do Plano de Atividades, em função dos objetivos e indicadores planeados, excluindo os objetivos anulados.

Quanto ao grau de realização destes objetivos (ver esquema abaixo), dos 505 objetivos, 423 (84%) foram concretizados, 312 (62%) superados e 111 (22%) atingidos e 82 (16%) não foram concretizados ficando com insuficiente cumprimento.



A taxa de execução global dos objetivos, aferida pelo rácio entre o número de objetivos concretizados e o número de objetivos previstos, foi de 84%, o que representa o nível de execução global do Plano de Atividades superior a % do total, conforme evidencia o quadro síntese por unidade orgânica que se apresenta de seguida e ilustra o gráfico seguinte.

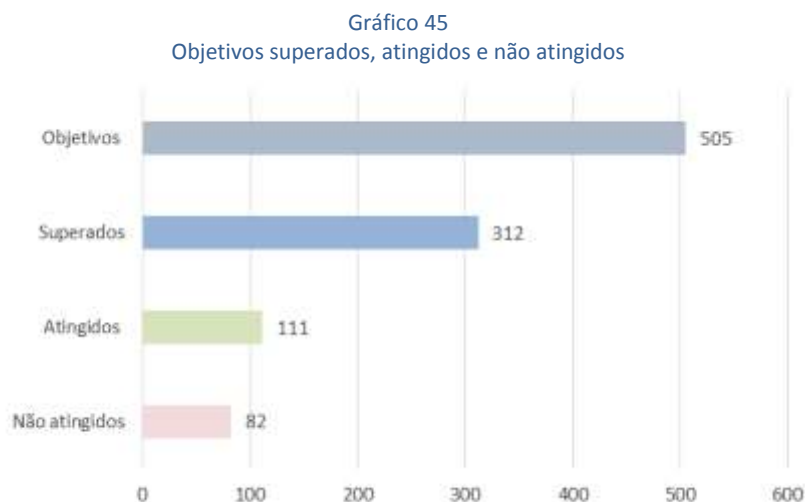
Quadro 35
Objetivos superados, atingidos e não atingidos

Unidades orgânicas	Objetivos ¹		Superados		Atingidos		Não atingidos	
	nº	nº	%	nº	%	nº	%	
Área operativa - Serviços Centrais								
DSS	1	1	100					
DLSTS	2	2	100					
DOGPP	3	1	33	2	67			
DCIR	4	4	100					
DSVE	3	1	33	2	67			
DSATEPC	5	4	80	1	20			
DCST	4	4	100					
DSJJ	9	6	67	2	22	1	11	
CCGCS	5	1	20	2	40	2	40	
CCGPATP	7			5	71	2	29	
CCGPP	10	1	10	1	10	8	80	
CCTDAE	7	5	72	1	14	1	14	
Subtotal	60	30	50	16	27	14	23	
Área operativa - Serviços desconcentrados - Delegações Regionais de Reinserção								
DRRN	6	3	50	3	50			
DRRC	5	3	60	1	20	1	20	
DRRSI	6	6	100					
Subtotal	17	12	71	4	23	1	6	
Área operativa - Serviços desconcentrados - Centros Educativos								
CEBV	5	2	40	3	60			
CEM	5	3	60	2	40			
CENP	5	4	80	1	20			
CEO	5	4	80	1	20			
CEPAO	5	5	100					
CESA	5	3	60	1	20	1	20	
Subtotal	30	21	70	8	27	1	3	
Área instrumental – Serviços centrais								
SAI Delegação Norte	4	3	75			1	25	
SAI Delegação Centro	4	4	100					
SAI Delegação Sul e Ilhas	4	3	75	1	25			
DGRH	6	2	33	2	33	2	33	
DF	7	7	100					
DAPPA	6	2	33	3	50	1	17	
DAFPCO	2	2	100					
DCP	3	1	33	2	67			
DP	3	3	100					
DSOPRE	5	2	40	2	40	1	20	
DPO	4	3	75	1	25			
DDAH	7	4	57	2	29	1	14	
DIE	4					4	100	
GTIC	4	1	25	1	25	2	50	
Subtotal	63	37	59	14	22	12	19	
Subtotais	170	100	59	42	25	28	16	

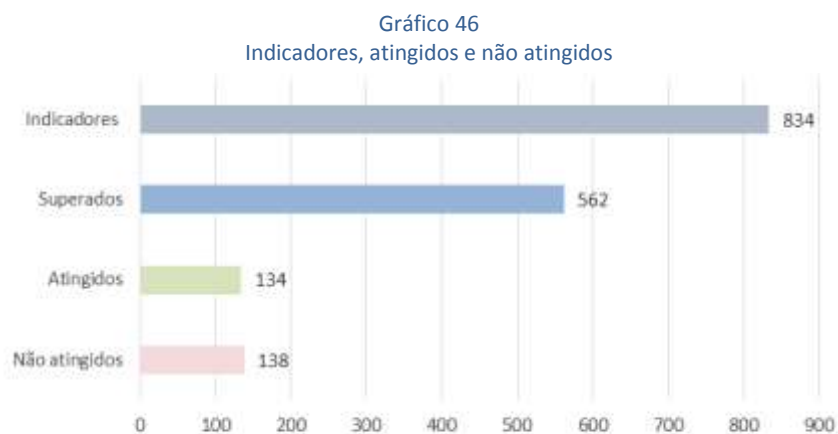
Unidades orgânicas	Objetivos ¹		Superados		Atingidos		Não atingidos	
	nº	nº	%	nº	%	nº	%	
Área operativa - Estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão elevado								
EP Alcoentre	7	7	100					
EP Carregueira	9	9	100					
EP Caxias	9	4	45	2	22	3	33	
EP Coimbra	7	7	100					
EP Funchal	7	3	43	2	28,5	2	28,5	
EP Izeda	7	7	100					
EP Leiria Jovens	7	6	86	1	14			
EP Linhó	9	6	67			3	33	
EP Lisboa	7	2	29			5	71	
EP Monsanto	4	3	75	1	25			
EP Paços de Ferreira	8	6	75	2	25			
EP Pinheiro da Cruz	6	1	17	2	33	3	50	
EP Porto	7	4	57	1	14	2	29	
EP Santa Cruz Bispo Fem	8	6	75	1	12,5	1	12,5	
EP Santa Cruz Bispo Masc	7	3	43	4	57			
EP Setúbal	9	5	56	2	22	2	22	
EP Sintra	7	4	57	1	14	2	29	
EP Tires	7	7	100					
EP Vale de Judeus	7	4	57	2	29	1	14	
EP Vale do Sousa	7	7	100					
HP S. João de Deus	4	2	50	1	25	1	25	
Área operativa - Estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão médio								
EP Angra Heroísmo	7	2	29			5	71	
EP Aveiro	7	2	28,5	3	43	2	28,5	
EP Beja	7	2	29	4	57	1	14	
EP Braga	7	7	100					
EP Bragança	7	5	71	2	29			
EP Caldas da Rainha	8	7	87,5			1	12,5	
EP Castelo Branco	7	3	43	2	28,5	2	28,5	
EP Chaves	7	4	57	2	29	1	14	
EP Covilhã	7	2	29	4	57	1	14	
EP Elvas	8			2	25	6	75	
EP Évora	5	2	40	3	60			
EP Faro	7	3	43	2	28,5	2	28,5	
EP Guarda	7	4	57	3	43			
EP Guimarães	7	7	100					
EP Lamego	7			5	71	2	29	
EP Leiria	7	6	86	1	14			
EP Montijo	7	2	29	4	57	1	14	
EP Odemira	7	6	86	1	14			
EP Olhão	7	7	100					
EP PJ Lisboa	5	2	40	1	20	2	40	
EP PJ Porto	5	3	60	2	40			
EP Ponta Delgada	7	5	71	2	29			
EP Silves	7	6	86	1	14			
EP Torres Novas	8	7	87,5			1	12,5	
EP Viana do Castelo	7	7	100					
EP Vila Real	7	5	71			2	29	
EP Viseu	6	3	50	3	50			
Subtotal	335	212	63	69	21	54	16	
Total	505	312	62	111	22	82	16	

¹ Não inclui os objetivos anulados

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos objetivos entre superados, atingidos e não atingidos.



Os 505 objetivos foram medidos por 834 indicadores. Numa análise mais detalhada, tendente a aferir o grau de realização dos indicadores, verifica-se que daqueles, 562 superaram a meta (67%), 134 atingiram a meta (16%) e 138 não a alcançaram (17%), conforme ilustra o gráfico que se apresenta e evidencia o quadro seguinte, com dados discriminados por unidade orgânica.



O rácio entre o número total de indicadores avaliados positivamente (696) e o número total de indicadores efetivamente aplicáveis ao longo do ano (834) atinge 83%.

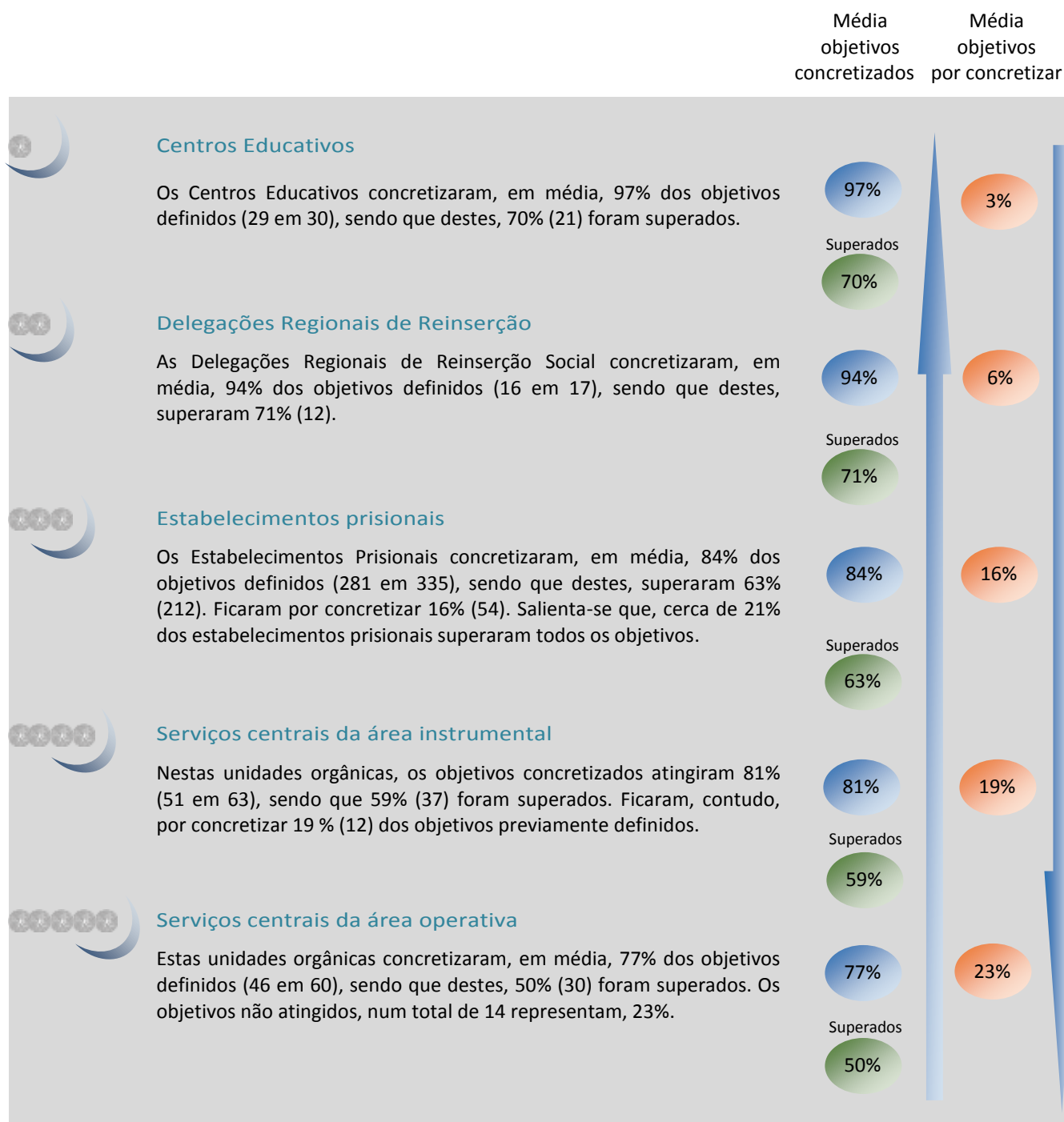
Quadro 36
Indicadores com avaliação superou, atingiu e não atingiu

Unidades orgânicas	Indicadores ¹		Superados		Atingidos		Não atingidos	
	nº	nº	%	nº	%	nº	%	
Área operativa - Serviços centrais								
DSS	1	1	100					
DLSTS	2	2	100					
DOGPP	5	2	40	3	60			
DCIR	5	5	100					
DSVE	8	3	37,5	3	37,5	2	25	
DSATEPC	5	4	80	1	20			
DCST	4	4	100					
DSJJ	11	7	64	3	27	1	9	
CCGCS	10	5	50	2	20	3	30	
CCGPATP	25	7	28	7	28	11	44	
CCGPP	17	4	23	3	18	10	59	
CCTDAE	12	10	84	1	8	1	8	
Subtotal	105	54	51	23	22	28	27	
Área operativa - Serviços desconcentrados - Delegações Regionais de Reinserção								
DRRN	9	6	67	3	33			
DRRC	8	6	75			2	25	
DRRSI	9	9	100					
Subtotal	26	21	80,8	3	11,5	2	7,7	
Área operativa - Serviços desconcentrados - Centros Educativos								
CEBV	7	4	57	3	43			
CEM	7	5	72	1	14	1	14	
CENP	7	6	86			1	14	
CEO	7	6	86	1	14			
CEPAO	7	7	100					
CESA	7	5	72	1	14	1	14	
Subtotal	42	33	79	6	14	3	7	
Área instrumental – Serviços centrais								
SAI Delegação Norte	7	6	86			1	14	
SAI Delegação Centro	7	7	100					
SAI Delegação Sul e Ilhas	7	6	86	1	14			
DGRH	8	3	37,5	2	25	3	37,5	
DF	8	8	100					
DAPPA	7	3	43	2	28	2	28	
DAFPCO	3	1	33	2	67			
DCP	5	3	60	2	40			
DP	3			3	100			
DSOPRE	9	4	44	4	44	1	12	
DPO	6	5	83	1	17			
DDAH	11	7	64	2	18	2	18	
DIE	13					13	100	
GTIC	8	3	37,5	1	12,5	4	50	
Subtotal	102	56	55	20	20	26	25	
Subtotais	275	164	60	52	19	59	21	

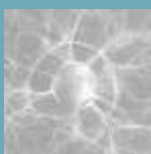
Unidades orgânicas	Indicadores		Superou		Atingiu		Não atingiu	
	nº	nº	%	nº	%	nº	%	
Estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão elevado								
EP Alcoentre	12	12	100					
EP Carregueira	12	12	100					
EP Caxias	12	6	50	2	17	4	33	
EP Coimbra	12	12	100					
EP Funchal	12	6	50	3	25	3	25	
EP Izeda	12	12	100					
EP Leiria Jovens	12	11	92	1	8			
EP Linhó	12	8	67	1	8	3	25	
EP Lisboa	12	2	17	4	33	6	50	
EP Monsanto	7	6	86	1	14			
EP Paços de Ferreira	13	11	85	2	15			
EP Pinheiro da Cruz	10	3	30	2	20	5	50	
EP Porto	12	9	75			3	25	
EP Santa Cruz Bispo Fem	14	11	79	1	7	2	14	
EP Santa Cruz Bispo Masc	12	7	58	5	42			
EP Setúbal	12	7	58	3	25	2	17	
EP Sintra	12	8	66,6	2	16,7	2	16,7	
EP Tires	12	12	100					
EP Vale de Judeus	12	7	58	3	25	2	17	
EP Vale do Sousa	12	12	100					
HP S. João de Deus	5	3	60	1	20	1	20	
Estabelecimentos prisionais de grau de complexidade de gestão médio								
EP Angra Heroísmo	12	2	17			10	83	
EP Aveiro	12	7	58	3	25	2	17	
EP Beja	12	5	41,7	5	41,7	2	16,6	
EP Braga	12	12	100					
EP Bragança	12	10	83	2	17			
EP Caldas da Rainha	14	12	86	1	7	1	7	
EP Castelo Branco	12	8	67	1	8	3	25	
EP Chaves	12	9	75			3	25	
EP Covilhã	12	7	58	3	25	2	17	
EP Elvas	14	2	14	3	22	9	64	
EP Évora	9	5	56	3	33	1	11	
EP Faro	12	7	58	3	25	2	17	
EP Guarda	12	9	75	3	25			
EP Guimarães	12	12	100					
EP Lamego	12	3	25	7	58	2	17	
EP Leiria	12	11	92	1	8			
EP Montijo	12	5	42	4	33	3	25	
EP Odemira	12	11	92	1	8			
EP Olhão	12	12	100					
EP PJ Lisboa	9	5	56	1	11	3	33	
EP PJ Porto	9	7	78	2	22			
EP Ponta Delgada	12	10	83	2	17			
EP Silves	12	11	92	1	8			
EP Torres Novas	13	11	84,6	1	7,7	1	7,7	
EP Viana do Castelo	12	12	100					
EP Vila Real	12	10	83			2	17	
EP Viseu	10	6	60	4	40			
Subtotal	559	398	71	82	15	79	14	
Total	834	562	67	134	16	138	17	

¹ Não inclui os indicadores anulados.

Agrupando as unidades orgânicas da DGRSP com funções/atribuições similares³², o seu desempenho médio pode sintetizar-se nos seguintes termos:



³² A Lei do SIADAP prevê mesmo a comparação de resultados entre unidades homogêneas (artº 16º), definindo unidades homogêneas como “os serviços desconcentrados ou periféricos da administração directa e indirecta do Estado que desenvolvem o mesmo tipo de actividades ou fornecem o mesmo tipo de bens e ou prestam o mesmo tipo de serviços” (artº 4º).



3 Audição dos dirigentes intermédios

3.1 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO

Com a finalidade de promover a autoavaliação do desempenho das diferentes unidades orgânicas, desenvolveu-se um processo de audição dos dirigentes intermédios³³, efetuada com base em questionário elaborado para o efeito. O questionário³⁴ incidiu sobre os seguintes aspetos: grau de satisfação dos dirigentes com o desempenho da atividade da unidade orgânica que dirigem; identificação de fatores endógenos e exógenos que dificultaram o desempenho; justificação e indicação das causas de incumprimento dos objetivos e indicadores do Plano de Atividades 2015; recolha de sugestões de melhoria.

Trata-se de uma avaliação de natureza qualitativa – ainda que se tenha procedido, pela quantificação, a uma tipificação das respostas possíveis – que permite aduzir, a uma avaliação de desempenho focada em indicadores quantificados, elementos de compreensão para os resultados obtidos, identificar constrangimentos e aspetos a desenvolver ou melhorar³⁵. Foram enviados questionários a 85 unidades orgânicas³⁶ e recebidos preenchidos 68, o que corresponde a taxa de adesão de 80%³⁷.

³³ Cf. artº 15º, nº 2, alínea f), da Lei nº66-B/2007, de 28 de dezembro.

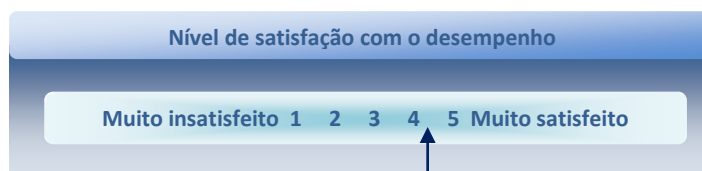
³⁴ Metodologia utilizada: Para aferir o grau de satisfação dos inquiridos foi concebido um questionário constituído por perguntas fechadas, semiabertas e abertas. Cada item apresenta sempre campos de resposta aberta complementares para permitir aos inquiridos a possibilidade de apresentar outros aspetos não contemplados nas respostas fechadas. Período de realização: A distribuição e recolha do questionário foram realizadas através de correio eletrónico, de 24 de março a 31 de agosto de 2016, visando o universo dos inquiridos, ou seja, dirigentes intermédios ou equiparados.

³⁵ Na leitura dos dados importa ter em consideração que o universo de respondentes (68 dirigentes intermédios ou equiparados) nem sempre avaliou todos os itens. Por outro lado, para além da possibilidade não explícita de não resposta, existia a hipótese de resposta neutra ‘Não concordo nem discordo’. Assim, em cada grupo de respostas teve-se em consideração o número de respostas obtidas nas demais categorias para uma interpretação mais rigorosa dos dados.

³⁶ Nas Delegações Regionais de Reinserção apenas se inquiriram os diretores regionais, não se tendo auscultado as unidades orgânicas que integram, Núcleos de Apoio Técnico e Equipas de Reinserção Social. Também não se auscultaram as Equipas de Vigilância Eletrónica.

³⁷ Não se obteve a colaboração de: Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança, Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade, Divisão de Organização e Gestão da População Prisional, Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes, Serviços de Auditoria e Inspeção Delegação do Norte, Direção de Serviços de Recursos Humanos, Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos, Divisão de Formação, Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais e respetivas 3 Divisões e o Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação. Dos estabelecimentos prisionais, apenas não se contou com a colaboração dos EPs de Alcoentre, Montijo e Santa Cruz do Bispo Masculino. Por não terem objetivos no Plano de Atividades de 2015, não foram remetidos questionários à Divisão de Vigilância, Segurança e Análise de Informação

Da audição realizada resulta que os dirigentes intermédios da DGRSP fazem uma avaliação positiva do seu desempenho em 2015, tendo-se obtido, na escala de satisfação com o desempenho (em que 1 correspondia a muito insatisfeito e 5 a muito satisfeito), um valor médio global de 4,2 valores, que corresponde a um grau de satisfação de 84%. Um dirigente intermédio declarou estar muito insatisfeito, 1 insatisfeito, 2 nem satisfeitos nem insatisfeitos, 42 satisfeitos, 19 muito satisfeitos e 3 não responderam³⁸.



No gráfico representam-se os resultados segundo o número de respostas correspondentes a muito insatisfeito, insatisfeito, nem satisfeito nem insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito e não respondeu.

Gráfico 47
Satisfação com o desempenho da unidade orgânica de pertença no ano de 2015



No esquema seguinte apresenta-se o nível de satisfação global por unidade orgânica e principais aspetos referidos (quando mencionados pelos respondentes) como estando associados com o nível de desempenho obtido, encontrando-se em anexo informação detalhada relativa aos comentários auto avaliativos das unidades orgânicas (ver anexo 4 - Fatores percebidos como associados com o nível de desempenho por unidade orgânica).

e ao Gabinete Jurídico e de Contencioso. O dirigente responsável pelo Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas saiu antes do exercício da autoavaliação e da designação de novo dirigente, o que impossibilitou realizar uma autoavaliação conjunta.

³⁸ Refere-se que se verificou ausência de resposta da Direção de Serviços de Segurança e dos Estabelecimentos Prisionais de Aveiro e da Guarda neste item do questionário.

Níveis de satisfação com o nível de desempenho por unidade orgânica e fatores percebidos como associados

Unidades orgânicas Área Operativa • Serviços Centrais						
Unidade orgânica	Muito Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	+ Fatores positivos	- Fatores negativos	
Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica		4		Concretização dos objetivos. Quantidade e qualidade do trabalho realizado, nomeadamente nas diversas atividades com entidades externas. Contributo para o bom desempenho da DGRSP.	Constrangimentos ao nível dos recursos humanos e de articulação funcional com os serviços financeiros. Meios humanos.	
Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade			5			
Divisão de Controlo e Supervisão Técnica			5			
Direção de Serviços de Justiça Juvenil			5			
Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde		4				
Centro de Competências p/ Gestão da Progr. e das Ativid. Tratam. Prisional			5			
Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos		4				
Unidades orgânicas Área Operativa • Serviços Desconcentrados • Delegações Regionais						
Unidade orgânica	Insatisfeito	Nem Satisf. Nem Insatisf.	Satisfeito	Muito Satisfeito	+ Fatores positivos	- Fatores negativos
Delegação Regional de Reinserção do Norte			4			
Delegação Regional de Reinserção do Centro			4			
Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas			4			
Unidades orgânicas Área Operativa • Serviços Desconcentrados • Centros Educativos						
Unidade orgânica	Muito Insatisfeito	Nem Satisf. Nem Insatisf.	Satisfeito	Muito Satisfeito	+ Fatores positivos	- Fatores negativos
Centro Educativo da Bela Vista			4		Empenho e esforço de toda a equipa do CE.	Constrangimentos, nomeadamente económicos e sociais.
Centro Educativo do Mondego			4			
Centro Educativo Navarro de Paiva				5		
Centro Educativo dos Olivais				5		
Centro Educativo Padre António Oliveira				5		
Centro Educativo de Santo António				5		

Unidade orgânica	Muito Insatisfeito	Nem Satisf. Nem Insatisf.	Muito Satisfeito		
EP Angra do Heroísmo	1				
EP Beja			5		
EP Braga			4		
EP Bragança			4	Empenho dos trabalhadores.	
EP Caldas da Rainha			4		
EP Carregueira			4	Grande esforço da Equipa Técnica de tratamento Prisional e Reinserção Social.	Falta de técnicos e de guardas para acompanhar os reclusos nas atividades.
EP Castelo Branco			4	O EP de Caxias evidenciou, no ano de 2015, uma atividade intensa alinhada com os objetivos estratégicos da DGRSP e de grande alcance para o Plano Nacional de Reinserção Social, assumindo projetos pioneiros na reorganização dos Serviços e comprometida largamente na melhoria das condições de habitabilidade quer dos reclusos quer dos trabalhadores, conseguindo ainda evitar que durante o ano não se registassem evasões, ausências ilegítimas, suicídios, para além da evidência dos bons resultados são ainda demonstração clara de um esforço e elevado empenhamento e espírito de comunidade de todos os colaboradores.	Constrangimentos internos e externos: - Aumento do número médio de reclusos de 398 para 500, não acompanhado das condições logísticas e técnicas; - A implementação do projeto da equipa única ETIPP com vista a reestruturar o tratamento prisional, com a implementação das Equipas Técnicas de Tratamento Prisional e Reinserção Social (ETTPRS) - projeto piloto, com uma série de alterações e mudanças significativas na dinâmica e operacionalidade da equipa; - A 3ª fase do projeto de requalificação total dos espaços de alojamento dos reclusos para uma capacidade de 70 lugares, bem como as obras de beneficiação dos serviços clínicos.
EP Caxias		4			
EP Chaves		4			
					Constrangimentos oriundos das características do meio social onde se encontra inserido o EP e da escassez de respostas nas várias áreas (cultural, laboral, desportiva entre outras) e, por outro lado, dos condicionalismos inerentes à estrutura do edifício (exiguidade de espaços).

Unidade orgânica	Nem Satisf. Nem Satisfeito		Muito Satisfeito	+ <i>Fatores positivos</i>	- <i>Fatores negativos</i>			
	Insatisfeito	Satisfeito						
EP Coimbra		4		Investimento em projetos estruturais, tratamento prisional. Identificação de áreas de melhoria.	Número insuficiente de elementos de vigilância, limitações orçamentais, sobrelotação e desadequação das instalações.			
EP Covilhã		4						
EP Elvas		4						
EP Évora	3					Exiguidade dos espaços para desenvolver as diversas atividades.		
EP Faro		4						
EP Funchal		4						
EP Guimarães		5						
EP Izeda		4					Falta de técnico superior de educação até agosto de 2015 e inexistência de técnico na área do desporto.	
EP junto da PJ Lisboa		4						
EP junto da PJ Porto		5						
EP Lamego		5						
EP Leiria		4						Carência de recursos humanos.
EP Leiria Jovens		4						
EP Linhó		4						
EP Lisboa	2					Constrangimentos internos, anteriormente assinalados e que persistem (sobrelotação do EP; degradação dos espaços; falta de recursos), a inoportunidade de realização de protocolos com as Escolas Associadas, perante as circunstâncias vivenciadas no decurso de um ano letivo particularmente conturbado pelo agravamento das condições do espaço escolar; a impossibilidade de ver aumentado o número de reclusos com atividade laboral, quer por questões orçamentais que se colocariam, quer pela falta de efetivos do corpo da guarda prisional em assegurar a vigilância/segurança no acompanhamento dos reclusos; a dificuldade em alcançar e estabilizar uma taxa de execução dos PIR, atendendo à forte volatilidade da população reclusa.		

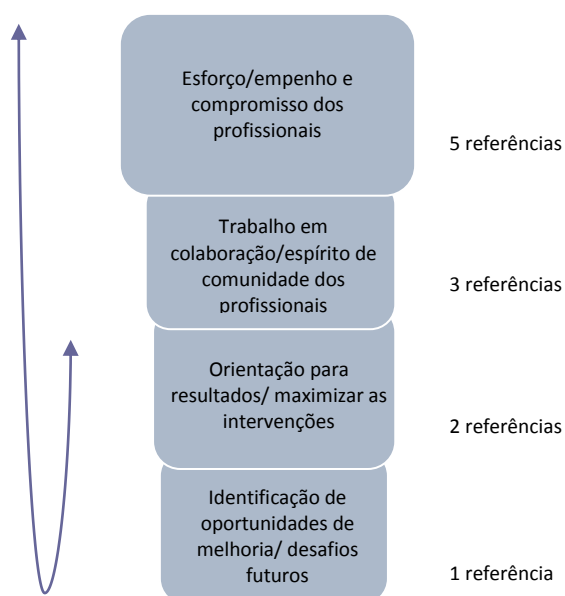
Unidade orgânica	Nem Satisf. Nem Satisfeito		Muito Satisfeito	+ Fatores positivos	- Fatores negativos
	Insatisfeito	Satisfeito			
EP Monsanto		4			
EP Odemira			5		Taxa de esforço efetuado para a concretização dos objetivos, uma vez que não existe pessoal técnico para o desenvolvimento e acompanhamento das várias ações.
EP Olhão			5		
EP Paços de Ferreira			5		O EP ter funcionou a maior parte do ano de 2015 com menos uma administrativa e sem técnico de reeducação.
EP Pinheiro da Cruz		4			
EP Ponta Delgada			5		Contexto de sobrelotação e diminuição de recursos humanos, em função de termo de requisição.
EP Porto		4			
EP Sta Cruz do Bispo Fem.		4			
EP Setúbal		4			Constrangimentos que ocorreram no EP no ano de 2015: consequências do Projeto Equipa Única, mobilidade de pessoal administrativo e técnico, escassez de espaço físico para desenvolvimento de atividades com reclusos também decorrente de intervenções na recuperação de espaços.
EP Silves		4			
EP Sintra	3				
EP Tires			5		
EP Torres Novas			5		O número de técnicos do Serviço do Tratamento Prisional (STP), anteriormente composto por 7 técnicos e um professor de Educação Física, encontra-se na atualidade reduzida a 5 elementos. Durante o ano de 2015 o técnico responsável pela atividade desportiva foi transferido para outro EP.
EP Vale de Judeus		4			
EP Vale do Sousa		4			
EP Viana do Castelo		4			O EP dispõe de 9 camaratas, 8 das quais com 9 reclusos e outra com 3 reclusos. Não tem sala de visitas, nem gabinete para os Srs. advogados falarem com os reclusos, nem sala de aulas / formação. Todas as atividades (advogados, distribuição de medicação, visitas, ações de sensibilização, etc.) são efetuadas no refeitório. Atendendo às características físicas do EP entende-se que o trabalho efetuado foi o possível e com o esforço elevado.
EP Vila Real		4			
EP Viseu		4			
Hospital Prisional S. João de Deus		4			

Unidade orgânica	Nem Satisf. Nem Satisf.		Muito Satisfeito		+ <i>Fatores positivos</i>	- <i>Fatores negativos</i>
	Insatisfeito	Insatisf.	Satisfeito	Satisfeito		
SAI-Delegação Centro				5	<p>Não obstante a escassez de meios (a UO continua sem viatura de serviço desde abril de 2013) e com o esforço e dedicação da assistente técnica foi possível superar todos os objetivos, incluindo a diminuição da pendência processual.</p> <p>O SAI Sul superou todos os indicadores dos objetivos traçados, à exceção de um deles, que atingiu. Em face do volume de serviço desenvolvido a nível de procedimento disciplinar e do número e área de competência técnica dos elementos de recursos humanos existentes, ocorre nem sempre restarem as oportunidades que se desejariam para, eficazmente, alocar esforços no cumprimento das demais competências atribuídas a esta unidade orgânica, designadamente a nível da fiscalização e acompanhamento regular do desempenho das unidades orgânicas desconcentradas, tendo em vista o seu bom funcionamento, articulação e aperfeiçoamento, e da avaliação da sua eficiência e eficácia de gestão.</p> <p>A DGRH teve um desempenho elevado, nomeadamente no que reporta ao recrutamento de trabalhadores de várias carreiras para diversas unidades orgânicas. A par da atividade corrente a DGRH esteve envolvida em diferentes grupos de trabalho e elaboração de diplomas o que inviabilizou o cumprimento/superação da totalidade dos objetivos.</p>	<p>A par da atividade corrente a DGRH esteve envolvida em diferentes grupos de trabalho e elaboração de diplomas o que inviabilizou o cumprimento/superação da totalidade dos objetivos.</p>
SAI Delegação Sul e Ilhas			4			
Divisão de Gestão de Recursos Humanos			4			
Direção de Serviços Organização, Planeamento e Relações Públicas			4			
Divisão de Planeamento e Organização			4			
Divisão de Documentação e Arquivo Histórico			4			

As referências das 22 unidades orgânicas que apresentaram contributos avaliativos, de natureza favorecedora ou de constrangimento do seu desempenho, apontam:

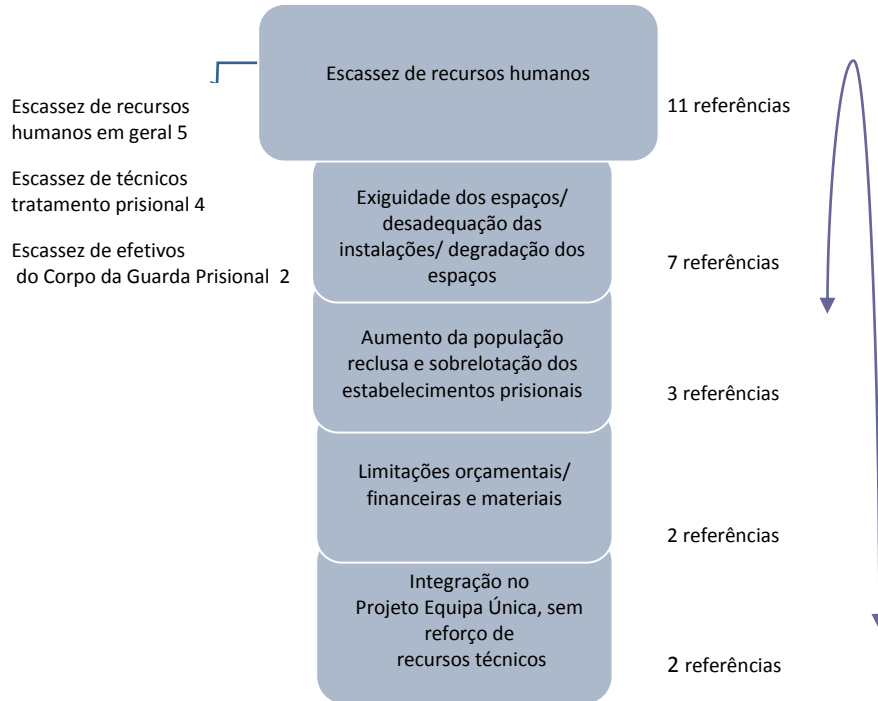
- Esforço/empenho e compromisso dos profissionais da DGRSP surge como o principal fator favorecedor do desempenho das unidades orgânicas agregando-se no esquema os principais aspetos mencionados.

Esquema síntese de fatores percebidos como favorecedores do desempenho



- Escassez de recursos humanos é percebido como o principal constrangimento que condiciona a capacidade de melhor desempenho, especificamente no que se refere a efetivos do Corpo da Guarda Prisional ou técnicos superiores para intervenção no âmbito do tratamento prisional. Surgem também com alguma expressão as referências a exiguidade dos espaços/ desadequação das instalações/ degradação dos espaços, aumento da população reclusa e sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, limitações orçamentais/financeiras e materiais.

Esquema síntese de fatores
percebidos como constrangimentos do desempenho



3.1.1 ■ FATORES SALIENTES FACILITADORES DO DESEMPENHO

Apresentam-se de seguida os resultados obtidos a partir do pedido de identificação de fatores endógenos e exógenos que dificultam o desempenho obtido, com apresentação prévia de listagem de possibilidades de resposta e campo aberto para eventual identificação de outros fatores e comentários.

É realizada uma interpretação dos resultados encontrados e recorre-se à representação gráfica para cada fator dificultador do desempenho, com a finalidade de dar uma ideia, a mais imediata possível das respostas dos inquiridos, permitindo chegar-se a conclusões rápidas sobre a identificação dos fatores que são percebidos como dificultando, ou não, o alcançar de melhores resultados.

■ FATORES ENDÓGENOS

Para 51 dirigentes intermédios (26 concordam e 25 concordam totalmente), os “Recursos humanos insuficientes” são o fator endógeno mais dificultador para atingir um nível de desempenho superior, o que é consonante com as referências associadas ao nível de satisfação com o desempenho auto-atribuído. Apenas 12 discordam, cerca de 18%, e 3 não têm opinião. Para $\frac{3}{4}$ de respondentes, uma maioria significativa, este fator é o que mais contribui para resultados aquém do desejado.

Elevam-se a 46 inquiridos (14 discordam totalmente e 32 discordam) que afastam o fator “Baixa motivação dos trabalhadores (unidade orgânica)” como fator que dificulta os resultados obtidos. Por outro lado, 14 dirigentes concordam que a “Baixa motivação dos trabalhadores” dificulta a obtenção dos

Gráfico 48
Recursos humanos insuficientes
(unidade orgânica)

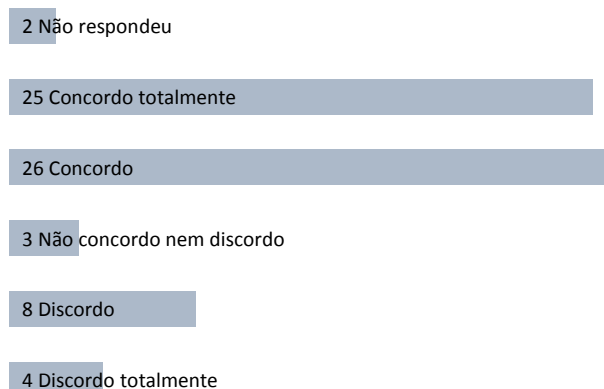
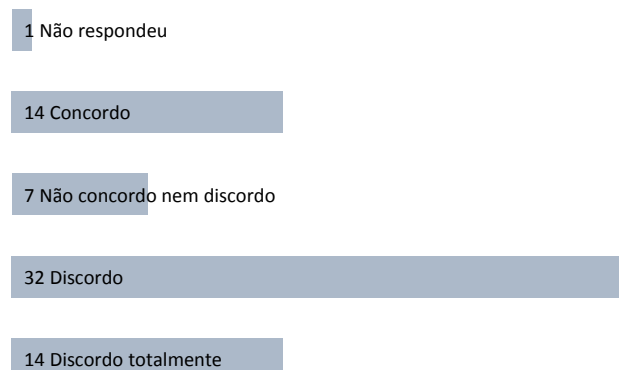


Gráfico 49
Baixa motivação dos trabalhadores
(unidade orgânica)



resultados desejados e 7 inquiridos não concordam nem discorda. De realçar que mais de $\frac{2}{3}$ dos inquiridos rejeita este fator como causa de resultados negativos.

Apenas quatro inquiridos considera o “Baixo empenho/esforço dos trabalhadores (unidade orgânica)” como dificultador do alcançar de melhores resultados; um não respondeu, 4 não têm opinião e uma significativa maioria de 59 dirigentes intermédios (20 discorda totalmente e 39 discorda), representando 87% dos respondentes, rejeita este fator como dificultador do desempenho.

Relativamente aos “Défices de preparação teórica/técnica dos trabalhadores (unidade orgânica)”, 35 inquiridos discordam ou discordam totalmente, 18 não concordam nem discordam e 14 concordam ou concordam totalmente, o que permite apreender de imediato que, para mais de metade dos dirigentes intermédios, este fator não afetou negativamente os resultados.

A “Insuficiência de ações de formação para os trabalhadores (unidade orgânica)” é assinalada por cerca de 43% dos respondentes (29) como fator que influencia negativamente os resultados; 21 inquiridos não concordam nem discordam e 17 discordam, ou seja, cerca de $\frac{1}{3}$ não tem opinião ou não respondeu, $\frac{1}{4}$ discordam e os restantes concordam ou concordam totalmente.

Gráfico 50
Baixo empenho/esforço dos trabalhadores (unidade orgânica)

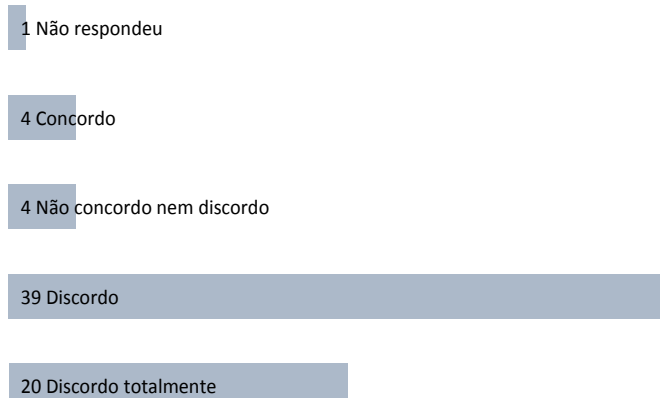


Gráfico 51
Défices de preparação teórica /técnica dos trabalhadores (unidade orgânica)

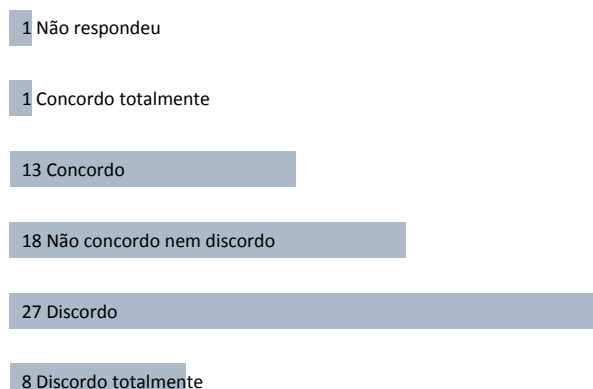
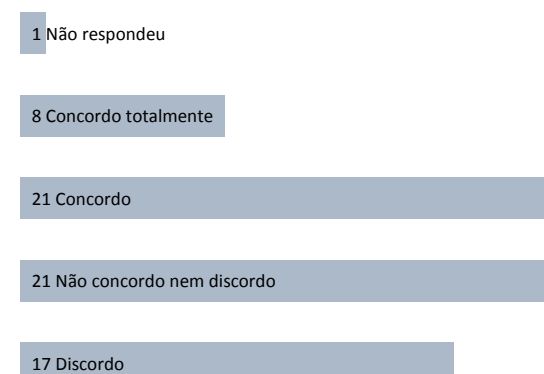


Gráfico 52
Insuficiência de ações de formação para os trabalhadores (unidade orgânica)



Cerca de metade dos dirigentes intermédios (35) assinala com concordo ou concordo totalmente o fator “Insuficiência de equipamentos informáticos disponíveis (unidade orgânica)” como causa para resultados insuficientes; dos restantes, 11 não concorda nem discorda, 16 discorda e apenas 5 discorda totalmente, ou seja, metade dos inquiridos assinala que afeta o desempenho e os restantes ou discorda ou não tem opinião.

A “Insuficiência/desadequação de instalações (unidade orgânica)” é assinalada por 29 dirigentes (25 concordam e 4 concordam totalmente) como fator que não permite melhores resultados. Oito discordam totalmente e 13 discorda, 16 não concordam nem discordam.

Para 53 respondentes, cerca de 78%, as “Dificuldades de comunicação interna (unidade orgânica)” não são fator explicativo para resultados insuficientes, apenas 3 concordam e 11 não concordam nem discordam.

Para 55 dirigentes intermédios, o “Estilo de liderança (unidade orgânica)” não concorre negativamente para o nível de desempenho, apenas 2 assinalam concordo totalmente 1 concordo e 1 não responde. Neste fator, são ainda significativos os 20 que assinalam não concordo nem discordo. Para cerca de ⅔ dos respondentes, este não será um fator decisivo para explicar resultados insuficientes.

Gráfico 53
Insuficiência de equipamentos informáticos disponíveis (unidade orgânica)

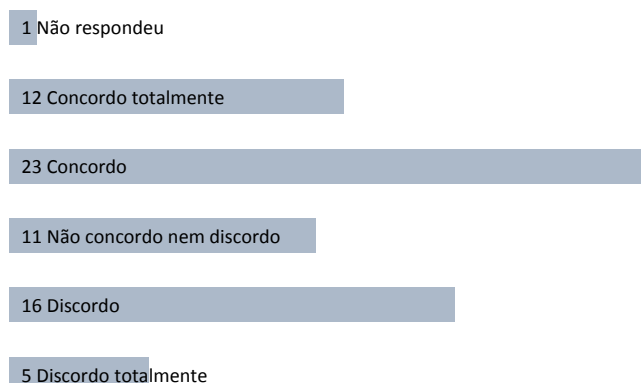


Gráfico 54
Insuficiência/desadequação de instalações (unidade orgânica)

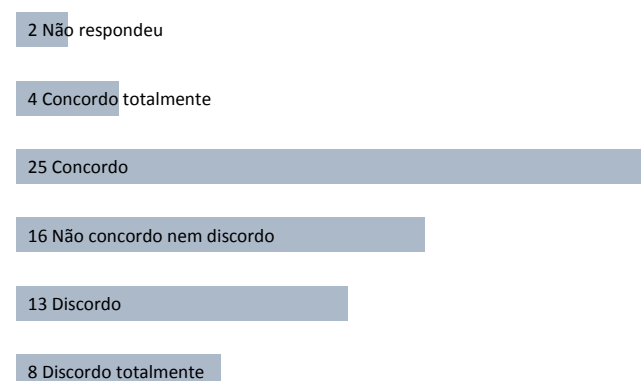


Gráfico 55
Dificuldades de comunicação interna (unidade orgânica)

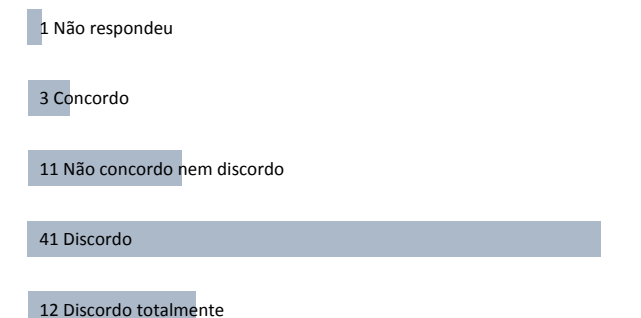
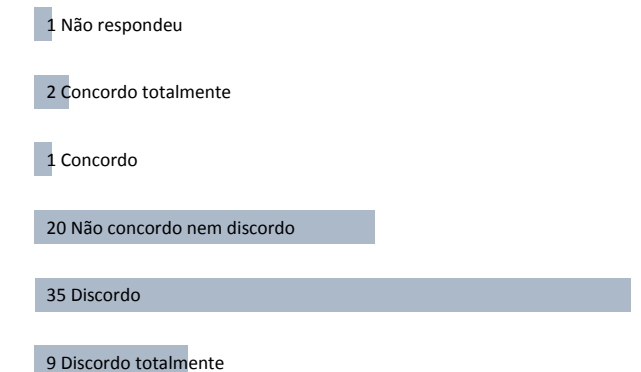


Gráfico 56
Estilo de liderança (unidade orgânica)



Para 48 dirigentes intermédios, cerca de 71%, não se verificam “Défices na orientação da organização para resultados (organização)”. Contrariamente, 11 assinalam a sua existência. Os restantes 8 não concordam nem discordam e 1 não responde. Para a grande maioria dos respondentes, este não será um fator decisivo para explicar resultados insuficientes.

Para cerca de $\frac{2}{3}$ dos inquiridos (36 discordam e 7 discordam totalmente) assinala que não se verifica “Insuficiente aprofundamento/ trabalho conjunto sobre objetivos/ indicadores na organização”, 7 não concordam nem discordam, 16 concordam e 1 concorda totalmente. Apenas 17 dirigentes intermédios assinalam a relação entre este fator e o nível de desempenho alcançado.

Para 24 respondentes, a “Deficiente definição/inapropriação de objetivos ou indicadores” influencia o desempenho, 24 discordam e 5 discordam totalmente. Os restantes 14 não concordam ou discordam e 1 não responde. Cerca de $\frac{1}{3}$ dos dirigentes intermédios assinala a relação entre este fator e o nível de desempenho alcançado.

Dos respondentes, 28 dirigentes intermédios discordam ou discordam totalmente de se verificarem “Défices na articulação/ cooperação entre unidades orgânicas” que afetem o nível de desempenho.

Gráfico 57
Défices na orientação da organização para resultados (organização)

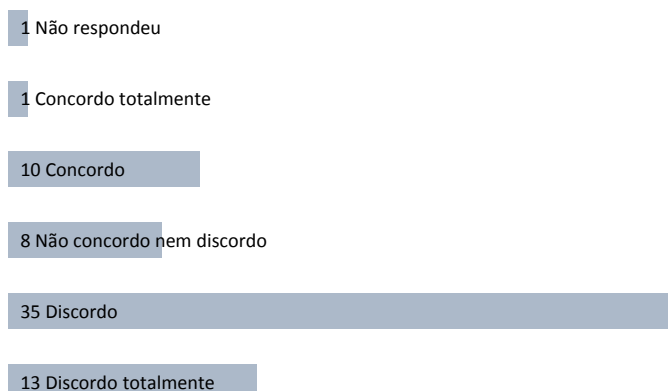


Gráfico 58
Insuficiente aprofundamento/ trabalho conjunto sobre objetivos/ indicadores na organização

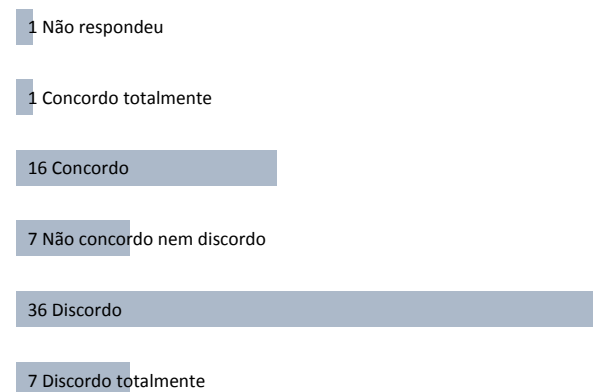
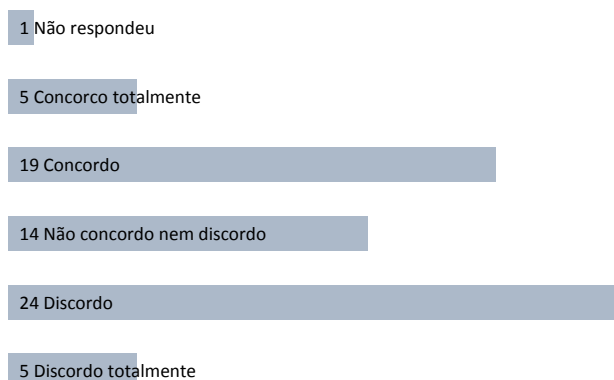


Gráfico 59
Deficiente definição/inapropriação dos objetivos ou indicadores



Contrariamente, 17 concordam ou concordam totalmente e um não respondeu. Neste fator, assume significado 22 dirigentes não concordarem nem discordarem desta influência. A última questão sobre fatores endógenos com influência no nível de desempenho, “Baixo investimento na motivação dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça na adesão à intervenção”, recebe 5 respostas de discordo totalmente e 36 de discordo, 19 não concordam nem discordam, 6 concordam e 2 não responderam.

Em síntese:

- Para a não concretização dos resultados previstos, 3/4 dos inquiridos considera o fator “Recursos humanos insuficientes”;
- Mais de metade dos dirigentes que expressam opinião assinala como fator dificultador a “Insuficiência de equipamentos informáticos disponíveis” (35);
- A “Insuficiência de ações de formação para os trabalhadores” (29) e a “Insuficiência/desadequação de instalações” (29), são fatores considerados por 43% dos inquiridos como fatores dificultadores para atingir objetivos.

Os restantes fatores endógenos explicativos propostos no questionário não são acolhidos pela maioria dos dirigentes, conforme ilustram os gráficos apresentados, tendo ainda sido indicados por algumas unidades orgânicas outros aspetos, sem expressão numérica.

O gráfico seguinte permite apreender e comparar como se distribui a resposta dos dirigentes intermédios por fator dificultador do nível de desempenho e apreender quais os fatores endógenos que mais influenciam o nível de desempenho.

Gráfico 60
Défices na articulação/cooperação entre unidades orgânicas

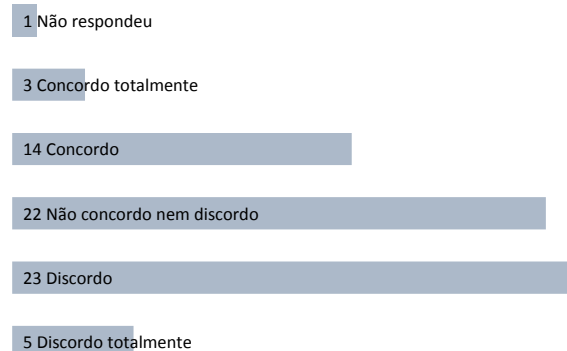


Gráfico 61
Baixo investimento na motivação dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça na adesão à intervenção

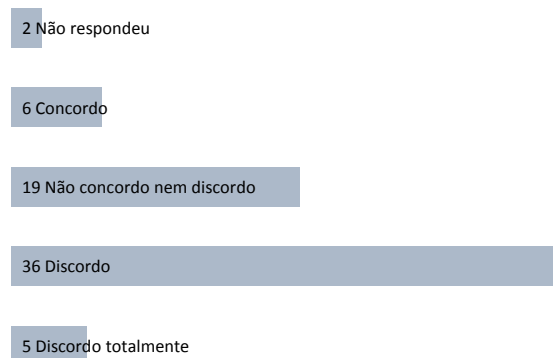
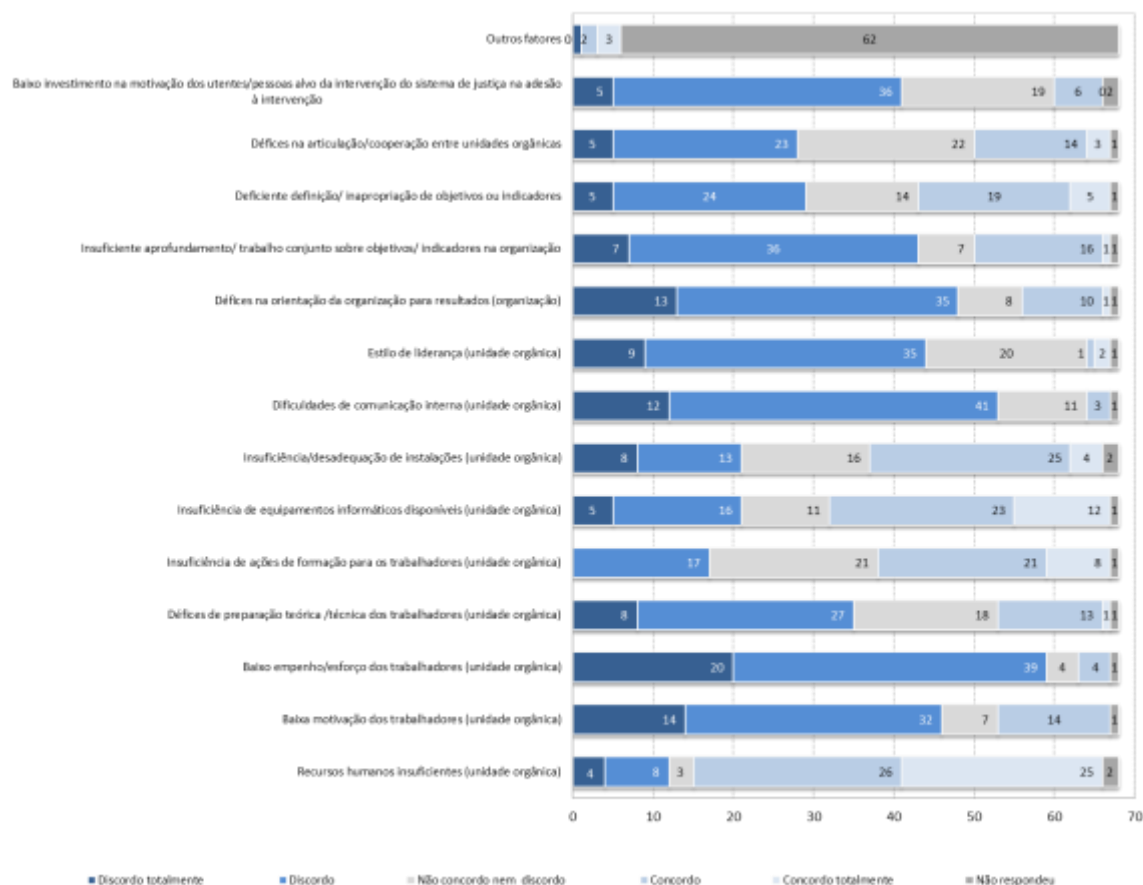


Gráfico 62
 Frequências absolutas acumuladas por fator endógeno dificultador do desempenho



■ FATORES EXÓGENOS À ORGANIZAÇÃO

Para 17 dirigentes intermédios a “Baixa adesão dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça” afeta o nível de desempenho, 27 discordam, 3 discordam totalmente, 4 não responderam e 17 não concordam nem discordam.

Mais de metade dos respondentes (38) assinalou concordância com o fator “Contexto socioeconómico (crise) dificultador de intervenção junto de população vulnerável” poder influenciar o nível de desempenho, 13 discordam, 2 discordam totalmente, 4 não respondem e 11 não concordam nem discordam.

Gráfico 63
 Baixa adesão dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça

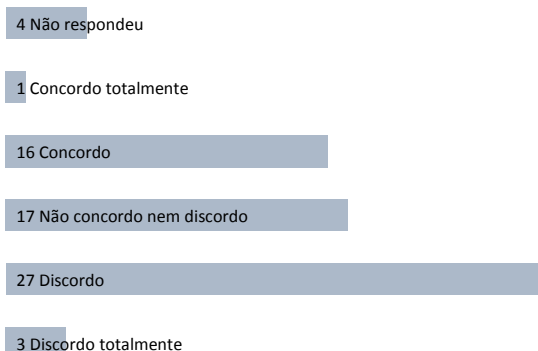
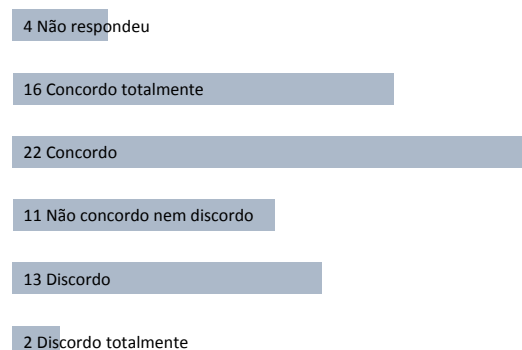


Gráfico 64
 Contexto socioeconómico (crise) dificultador de Intervenção junto de população vulnerável



Cerca de $\frac{2}{3}$ dos inquiridos (25), concorda (20) ou concorda totalmente (5), que as “Dificuldades de articulação por parte de serviços/estruturas comunitárias” afeta negativamente o nível de desempenho. Por outro lado, 19 discordam e 3 discordam totalmente. Quatro não respondem e 17 não concordam nem discordam.

Mais de metade dos respondentes (37) assinala que o fator “Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade” dificulta o nível de desempenho”, 11 discordam, 3 discordam totalmente, 12 não concordam nem discordam e 5 não respondem.

Uma significativa maioria, 50 dirigentes intermédios, correspondente a cerca de $\frac{3}{4}$ assinala que a “Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais dos serviços públicos” é o fator que mais afeta negativamente os resultados a atingir. Apenas 5 discordam, 1 discorda totalmente, 9 não concordam nem discordam e 3 não responderam.

No fator “Ausência de controlo sobre o número de pessoas (adultos/jovens) sobre os quais recai a intervenção da DGRSP”, a opção não concordo nem discordo é assinalado por 24 dirigentes intermédios, 4 não respondem, 25 discordam e 6 discordam totalmente. Por outro lado, apenas 4 concordam e 5 concordam totalmente. Assim, em termos gerais, este fator não parece ser dos acolhidos pelos respondentes como explicativo para dificuldades no desempenho.

Gráfico 65
Dificuldades de articulação
por parte dos serviços/estruturas comunitárias

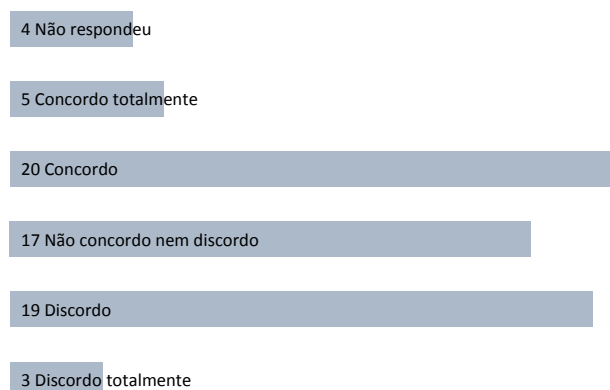


Gráfico 66
Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade

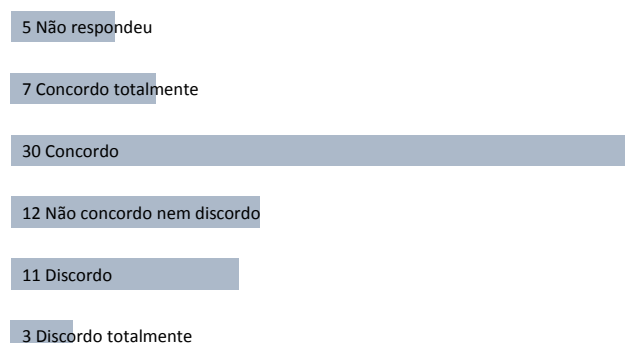


Gráfico 67
Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades
orçamentais dos serviços públicos

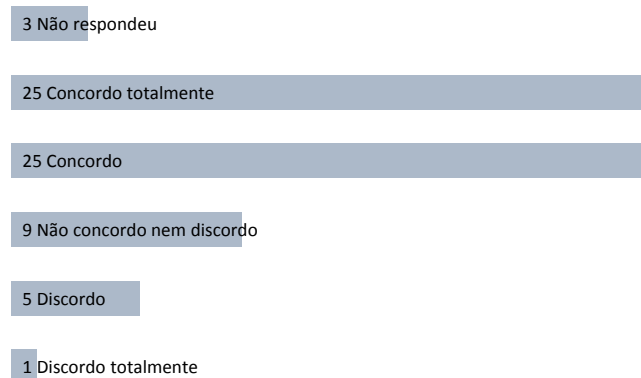
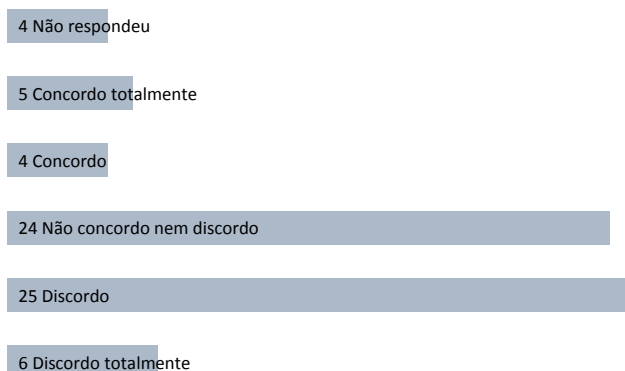


Gráfico 68
Ausência de controlo sobre o número de pessoas
(adultos/jovens) sobre os quais recai a intervenção da DGRSP



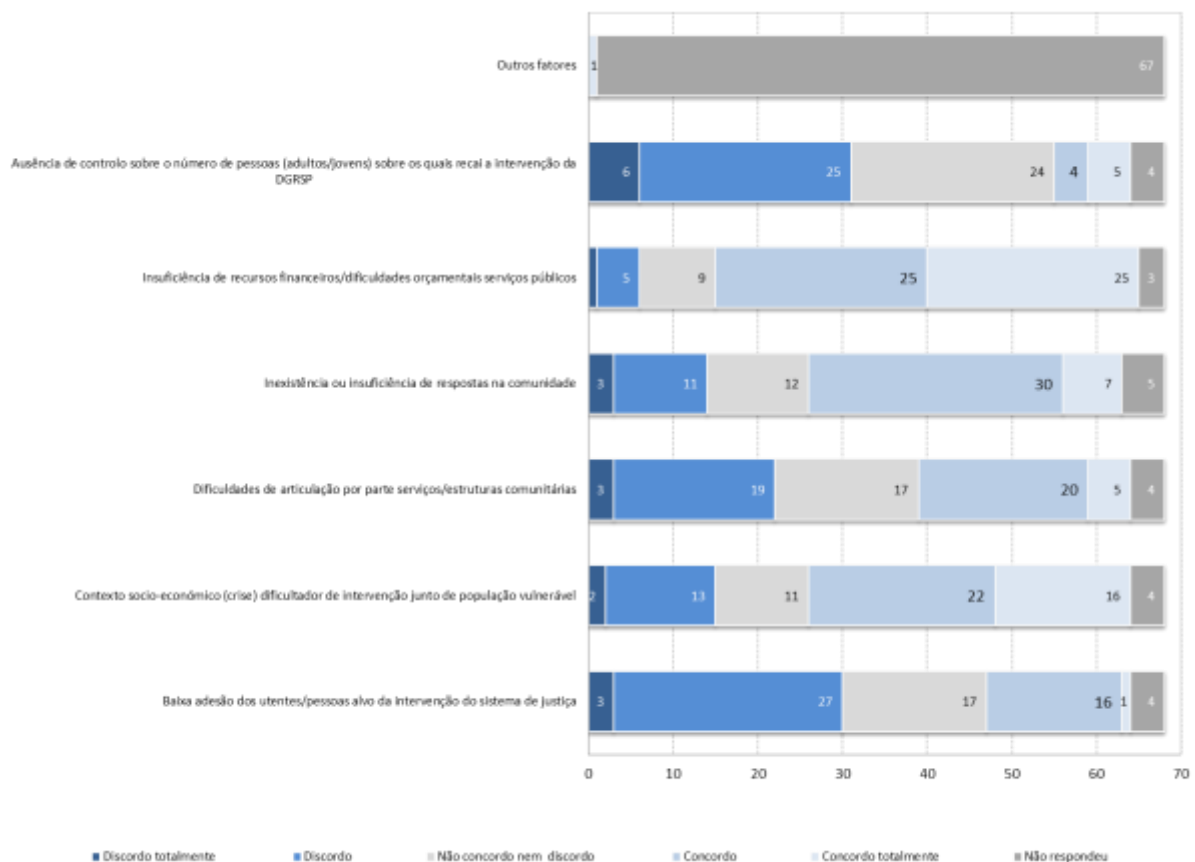
A análise dos seis fatores exógenos acima releva que:

- 74% dos respondentes apontam a “Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais dos serviços públicos” (50) como a principal causa dificultadora do desempenho.
- O “Contexto socioeconómico (crise) dificultador de intervenção junto de população vulnerável” (38), como segunda causa a afetar negativamente o desempenho.
- Com mais de 50% de respostas o fator “Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade” (37), surge como causa dificultadora do desempenho.

Os restantes três fatores exógenos explicativos propostos no questionário não são acolhidos pela maioria dos dirigentes, conforme ilustram os gráficos apresentados.

O gráfico seguinte permite apreender e comparar como se distribui a resposta dos dirigentes intermédios por fator dificultador do nível de desempenho e apreender quais os fatores exógenos que mais influenciam o nível de desempenho.

Gráfico 69
Frequências absolutas acumuladas por fator exógeno dificultador do desempenho



■ FATORES SALIENTES DIFICULTADORES DO DESEMPENHO

Os fatores percebidos (endógenos e exógenos), por ordem decrescente, de dificuldade do desempenho e que foram assinalados por mais de 50% dos dirigentes intermédios são:

- 1 Recursos humanos insuficientes (51)
- 2 Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais serviços públicos (50)
- 3 Contexto socioeconómico (crise) dificultador de intervenção junto de população vulnerável (38)
- 4 Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade (37)
- 5 Insuficiência de equipamentos informáticos disponíveis (35)

Os fatores assinalados por mais de ¼ e quase metade dos inquiridos são:

- 6 Insuficiência de ações de formação para os trabalhadores” (29)
- 7 Insuficiência/desadequação de instalações (29)

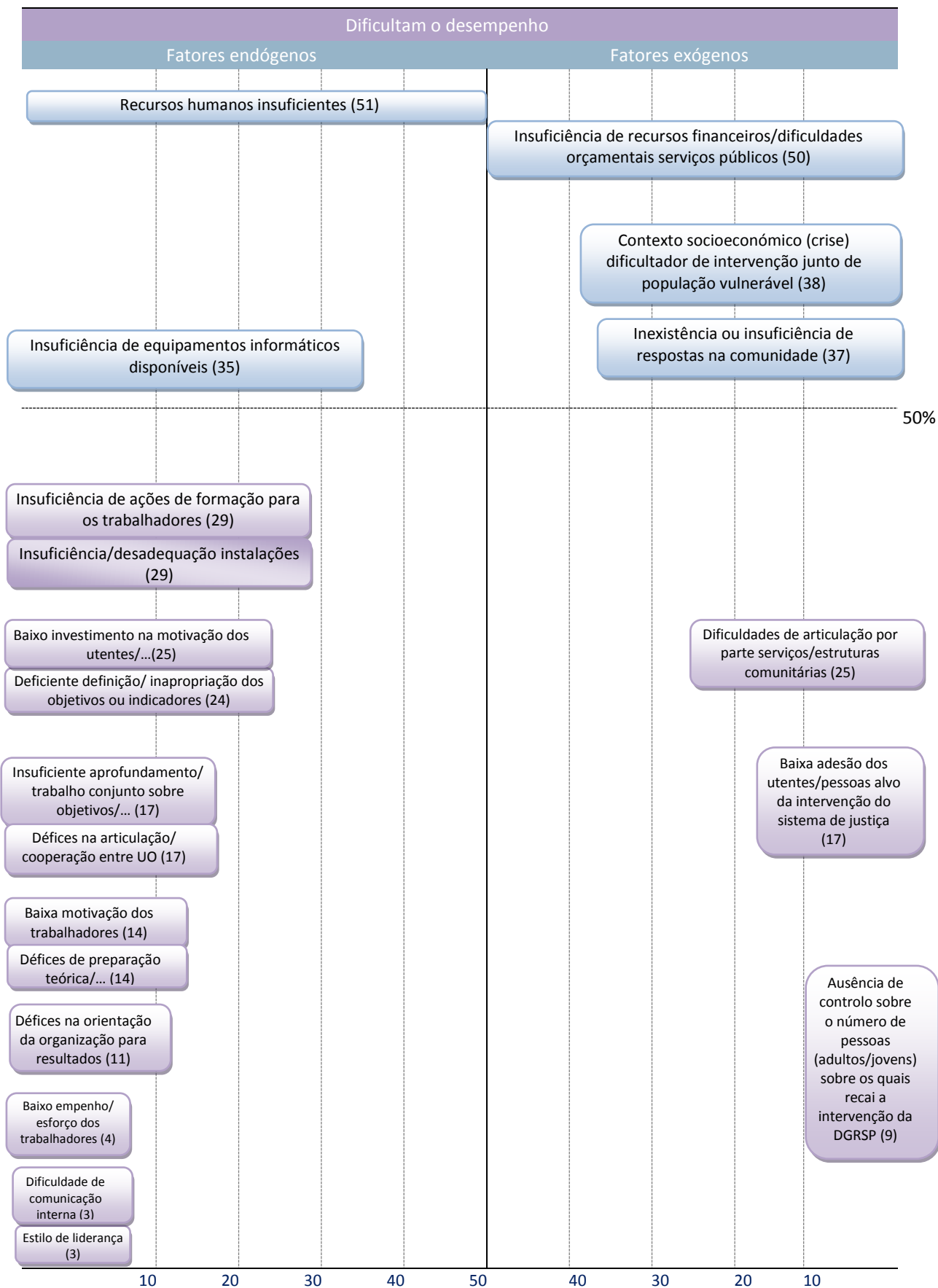
Contrariamente, os fatores percebidos (endógenos e exógenos), por ordem crescente, assinalados por mais de metade dos respondentes como não dificultadores (discordo ou discordo totalmente) do nível de desempenho são:

- 1 Défices de preparação teórica/técnica dos trabalhadores (35)
- 2 Baixo investimento na motivação dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça na adesão à intervenção (41)
- 3 Insuficiente aprofundamento/ trabalho conjunto sobre objetivos/ indicadores na organização (43)
- 4 Baixa motivação dos trabalhadores (46)
- 5 Défices na orientação da organização para resultados (48)
- 6 Dificuldades de comunicação interna (53)
- 7 Estilo de liderança (55)
- 8 Baixo empenho/esforço dos trabalhadores (59)

De salientar ainda que os fatores endógenos e exógenos, por ordem crescente, que foram assinalados por 25% ou mais dos dirigentes intermédios com “Nem concordo nem discordo”(frequência entre parêntesis a seguir ao fator) são:

1. Dificuldades de articulação por parte de serviços/estruturas comunitárias (17)
2. Baixa adesão dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça (17)
3. Défices de preparação teórica/técnica dos trabalhadores (18)
4. Baixo investimento na motivação dos utentes/pessoas alvo da intervenção do sistema de justiça na adesão à intervenção (19)
5. Estilo de liderança (20)
6. Insuficiência de ações de formação para os trabalhadores (21)
7. Défices na articulação/cooperação entre unidades orgânicas (22)
8. Ausência de controlo sobre o número de pessoas (adultos/jovens) sobre os quais recai a intervenção da DGRSP (24)

O pictograma seguinte, para além de sintetizar e identificar os fatores endógenos e exógenos mais dificultadores do nível de desempenho, indica entre parêntesis a respetiva frequência absoluta de concordância, ou seja, o número de respostas acumuladas de ‘concordo’ e ‘concordo totalmente’.



3.2 JUSTIFICAÇÃO PARA RESULTADOS NÃO OBTIDOS

Os dirigentes das unidades orgânicas identificaram as causas de incumprimento de indicadores não executados ou com resultados insuficientes. De seguida, apresenta-se a síntese dos aspetos indicados como justificativos do não cumprimento de objetivos/indicadores constantes no Plano de Atividades 2015 e os fatores endógenos e exógenos de causa do incumprimento identificados pelos dirigentes. Uma vez que um número significativo de objetivos e indicadores são partilhados, referem-se, de forma sintetizada, os aspetos referidos pelas unidades orgânicas como justificativos de não cumprimento ou dificultadores de melhor desempenho, como a superação, remetendo-se para anexo informação detalhada por unidade orgânica (ver anexo 5 - Justificação dos dirigentes intermédios para resultados não obtidos por objetivo e indicador). Indicaram fatores justificativos do incumprimento de indicadores ou de resultados insuficientes 42 unidades orgânicas da DGRSP, consistindo 29 em estabelecimentos prisionais. Do total das observações, 59% referem-se a fatores endógenos (à própria unidade orgânica ou relativos à capacidade da organização DGRSP de assegurar os meios necessários/respostas necessárias) para que se atinjam as metas fixadas) e 41% a fatores exógenos ou exteriores à organização.

Justificação dos dirigentes intermédios para resultados não obtidos por objetivo e indicador

Execução de medidas privativas de liberdade - Cuidados de saúde			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	Incapacidade financeira para a aquisição do <i>software</i> e infraestrutura tecnológica necessários à implementação do projeto piloto. <u>1 referência</u>	Atraso nas negociações com os parceiros externos (SPMS e IGFEJ) para disponibilização de <i>software</i> e infraestruturas necessárias. <u>2 referência</u>
Promover respostas de tratamento da toxicodependência em meio prisional	Novo modelo de tratamento de reclusos toxicodependentes	Contratualizado pelo SICAD um inquérito à população reclusa relativo aos comportamentos aditivos. Da análise do relatório preliminar não se afigura necessidade de implementar um novo modelo de tratamento. <u>1 referência</u>	

Execução de medidas privativas de liberdade - Programação e Avaliação do Tratamento Prisional

Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	% de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	Recursos humanos insuficientes. 3 referências	Aumento significativo da população reclusa condenados penas pequenas. Implementação de projeto da equipa única novas atribuições (a assessoria aos tribunais). 1 referência
		Desvio de recursos humanos para outros projetos. 1 referência	
		Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores. 1 referência	Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos.2 2 referências
	Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	Recursos humanos insuficientes. 1 referência	Aumento significativo da população reclusa condenados penas pequenas. Implementação de projeto da equipa única novas atribuições (a assessoria aos tribunais). 1 referência
Desvio de recursos humanos para outros projetos. 1 referência			

Execução de medidas privativas de liberdade – Integração de reclusos em programas

Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação	Recursos humanos insuficientes. 5 referências	Inexistência de condições para aplicação de programas, uma única técnica que faz a gestão de atividades e programas. A referida técnica apenas tem formação no programa de delitos estradais, único programa que a mesma pode aplicar sozinha, para além de que outros de aplicação mais complexa exigem a participação de dois técnicos. 1 referência
		Falta de formação e creditação dos técnicos. 4 referências	
		Questões logísticas, nomeadamente: falta de espaços físicos para o desenvolvimento dos diferentes programas/intervenções. 1 referência	
		Falta de espaços para aplicação dos programas. 1 referência	População reclusa sem condições de aplicação dos programas, falta de habilitações e situação jurídico-penal. 1 referência

Execução de medidas privativas de liberdade – Educação/formação de reclusos

Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	Recursos humanos insuficientes. 1 referência	Dificuldade de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias. 1 referência
	Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos Ind 24- % de reclusas inscritas/ e a frequentar o sistema de ensino inseridas nos projetos educativos aprovados com o M.E.	Recursos humanos insuficientes. 2 referências	Dificuldade de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias. 4 referências
		Não existe população prisional com tempo de afetação suficiente para garantir atuação de escolas ou centros de formação profissional. 1 referência	Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos. 1 referência
		Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores. 1 referência	
		As percentagens fixadas (75% - 85%) foram demasiado ambiciosas, apesar do resultado obtido (57,5%) certamente estar acima do padrão médio nacional no ensino de adultos. 1 referência	

Execução de medidas privativas de liberdade – Atividades de promoção da leitura e desportivas

Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Reforçar e qualificar a intervenção desportiva no quadro do tratamento prisional	Nº de propostas de protocolos com entidades externas para realização de atividades desportivas		Em 2014 foram apresentadas várias propostas que não foram assinadas, tendo em 2015 sido mantidos contactos com estas entidades com vista à manutenção da colaboração que as mesmas têm prestado. 1 referência
Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	Recursos humanos insuficientes. 2 referências	Dificuldades de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias. 2 referências
	Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Recursos humanos insuficientes. 3 referências	Dificuldades de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias. 1 referência
		Falta de motivação e disponibilidade do técnico de educação. 1 referência	Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade. Isolamento geográfico. 1 referência
		Deficiente definição / inapropriação dos objetivos ou indicadores. 1 referência	
Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	Recursos humanos insuficientes.2 2 referências	Dificuldades de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias. 1 referência	

Execução de medidas privativas de liberdade – Projetos de voluntariado			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	% de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	Défice da orientação da organização para resultados. 1 referência	Insuficientes respostas da comunidade por parte dos serviços/estruturas da comunidade. 2 referências
		Dificuldades infraestruturais (espaços adequados). 1 referência	
		Taxa de ocupação da população reclusa bastante elevada noutras atividades. 1 referência	
		Greves dos guardas prisionais. 1 referência	
	% de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	A ausência de espaços adequados para prática desportiva 1 referência	Inexistência de respostas comunitárias no âmbito do voluntariado. 5 referências
		Falta de técnico especializado. 1 referência	
Execução de medidas privativas de liberdade – Integração laboral			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	% de aumento de reclusos com atividade laboral	Falta de cabimento orçamental. 3 referências	Falta de resposta da comunidade. 4 referências
		Desadequação das instalações para acolher mais propostas. 2 referências	Falta de autonomia para aumentar o n.º de lugares de trabalho a nível interno. 1 referência
		Recursos humanos insuficientes. 2 referências	Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos. 1 referência
		Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores. 1 referência	
Execução de medidas privativas de liberdade – Reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Falta de espaço separado da restante população prisional para o alojamento de reclusos em regime aberto no exterior. 1 referência	Falta de resposta da comunidade/mundo empresarial/mercado de trabalho. 8 referências
		Características da população reclusa (perfil, situação jurídico-penal e outros). 4 referências	Foram solicitados pareceres imprescindíveis à Unidade de Tratamento da Toxicod dependência Estes não foram proferidos em tempo útil. 1 referência
		Concentração de esforços e recursos noutras propostas	Contexto socioeconómico do País (crise). 1 referência
			Ausência de controlo sobre o nº de pessoas sobre os quais recai a intervenção da DGRSP. 1 referência
		Pouca abertura do Tribunal de Execução de Penas para este regime de flexibilização. 1 referência	

Programas e Projetos			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Avaliar programas dirigidos a problemáticas criminais específicas	Nº de estudos de avaliação do impacto dos programas realizados		Este objetivo dependia em exclusivo da articulação com entidades externas e envolvia custos avultados, não tendo sido possível obter o esforço necessário para a execução da mesma. 1 referência
Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios	Objetivo dependia em exclusivo da articulação com outra UO, não tendo sido possível obter o esforço necessário para a execução da mesma. O EP tinha apenas a responsabilidade selecionar os reclusos formandos e de assegurar a frequência da formação e dar apoio logístico. 2 referências	
	Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios		
Alargar unidades especializadas no sistema prisional para pessoas com deficiência	Proposta de unidades especializadas reconvertidas	Medida foi partilhada com outras UO, não tendo sido possível a articulação necessária para a execução da mesma. 1 referência	
Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos	Projeto piloto iniciado	A priorização de outros indicadores que corresponderam a metas QUAR da DGRSP determinou a incapacidade de concluir este trabalho 1 referência	
Execução de penas e medidas fiscalizadas por Vigilância Eletrónica			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Reforçar a vigilância eletrónica como alternativa à prisão (contextos penais de permanência na habitação)	Nº de sessões de sensibilização junto das estruturas da Ordem dos Advogados	Alguma indisponibilidade dos coordenadores. 1 referência	Dificuldade de agendamento/ indisponibilidade por parte das estruturas da OA; algumas reuniões foram reagendadas para 2016. 1 referência
	% de relatórios de execução elaborados pelas Equipas de Vigilância Eletrónica dentro do prazo	As Equipas de Vigilância Eletrónica 02 PRT e 10 PDL não disponibilizaram dados por manifesta incapacidade de registo. No caso da Equipa de Vigilância Eletrónica 02 PRT é assumida a total incapacidade de elaboração de relatórios de execução, exceto a pedido expresso do tribunal. 1 referência	
Execução de penas e medidas na comunidade			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	% de técnicos de equipa de reinserção social com relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	Ausência de objetivos Siadap 3, articulados com o PA em 2015. Deficiências no parque automóvel e informático que geram dificuldades adicionais nas condições de trabalho. 1 referência	Excesso de pedidos e medidas em execução, face aos recursos humanos disponíveis na quase totalidade das equipas da DRRC (10 em 12). 1 referência

Execução de penas e medidas na comunidade			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias	% de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	<p>Ausência de objetivos Siadap 3, articulados com o PA em 2015.</p> <p>Deficiências no parque automóvel e informático que geram dificuldades adicionais nas condições de trabalho.</p> <p>1 referência</p>	<p>Excesso de pedidos e medidas em execução, face aos recursos humanos disponíveis na quase totalidade das equipas da DRRC (10 em 12).</p> <p>1 referência</p>

Execução da medida de internamento – Intervenção Tutelar Educativa			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Implementar o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção-Justiça Juvenil	% de medidas PNRR - Justiça Juvenil com exequibilidade financeira	<p>A concretização deste objetivo afigurou-se complexa, dado que, para além do facto do PNRR compreender 16 metas, estas exigiam uma maior dotação de recursos humanos ao nível da DSJJ.</p> <p>1 referência</p>	<p>Algumas das metas estabelecidas no PNRR dependiam da colaboração de outras entidades, designadamente das academias, no que respeita ao programa dos agressores sexuais, sendo que também a universidade, com quem se desenvolveu articulação se encontrava dependente da aprovação de projeto, a fim de obter financiamento da Fundação Ciência e Tecnologia. Também se verificaram dificuldades no estabelecimento de protocolos com a Segurança Social e CNCJR, decorrentes da alteração da LPPCJR e da ausência de resposta por parte desta última entidade.</p> <p>1 referência</p>
Avaliar e melhorar a qualidade de intervenção na execução da medida tutelar de acompanhamento educativo	<p>Estudo dos níveis de ajustamento social dos jovens</p> <p>3 meses após a cessação de medidas de acompanhamento educativo</p>	<p>Não se efetuou documento avaliativo das áreas críticas de ajustamento social dos jovens, uma vez que o relatório elaborado já procedia à análise das questões subjacentes, pelo que apenas por lapso não se autonomizou a informação que permitiria a superação.</p> <p>1 referência</p>	
Promover o desenvolvimento de práticas restaurativas na área tutelar educativa	Estudo e pesquisa atualizada sobre práticas no âmbito da justiça restaurativa	<p>A informação que propunha a constituição do grupo de trabalho não foi tempestivamente despachada, pelo que se verificou a necessidade de efetuar ponto de situação, propondo-se a revisão do indicador e da respetiva meta, conforme consta da Informação n.º 55/DSJJ/2015, de 30 de novembro, a qual mereceu despacho favorável do então Subdiretor Geral, de 13 de janeiro de 2016.</p> <p>1 referência</p>	
Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	% de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)		<p>Estrutura familiar débil.</p> <p>1 referência</p> <p>Perfil e imaturidade de alguns jovens.</p> <p>2 referências</p> <p>Respostas pouco consistente de estruturas comunitárias e sociais.</p> <p>2 referências</p>

Área Instrumental			
Objetivo	Indicador(es)	Justificação	
		Fatores endógenos	Fatores exógenos
Melhorar a celeridade processual nos processos do foro disciplinar (inquéritos e disciplinares) reduzindo a pendência processual em 10%, face à pendência processual verificada a 31.12.14	Nº de processos distribuídos entre 01.01.2015 e 31.12.2015	No ano de 2015, a pendência dos diversos processos foi reduzida de 33 para 12. 1 referência	
Consolidar o processo de reestruturação organizacional no domínio dos recursos humanos uniformizando e modernizando padrões de funcionamento	Documentos com informação técnica no âmbito dos recursos humanos, com vista à sua aplicação uniforme pelos serviços da DGRSP	O envolvimento dos Técnicos da DGRH no desenvolvimento e conclusão de elevado número de procedimentos concursais aos quais foi atribuído carácter prioritário inviabilizou a concretização deste objetivo. 1 referência	
Assegurar a simplificação administrativa e uniformização de procedimentos em diversos processos administrativos, adotando documentos-tipo para a formulação dos pedidos, bem como para a respetiva análise e proposta de decisão	Nº de formulários aprovados para análise/proposta de decisão	O envolvimento dos Técnicos da DGRH no desenvolvimento e conclusão de elevado número de procedimentos concursais aos quais foi atribuído carácter prioritário inviabilizou a concretização deste indicador. 1 referência	
Implementar a página da Intranet da DGRSP	Página da intranet disponível com conteúdos atualizados	A concretização deste indicador dependia de decisões sobre disponibilização de um servidor e sobre a formação do técnico que ultrapassam as competências desta UO. 1 referência	
Implementar newsletter de sensibilização e divulgação do património da instituição	Proposta de modelo de <i>newsletter</i> para sensibilizar e divulgar as atividades da DDAH	Dificuldades técnicas na montagem da <i>newsletter</i> que se refletiram nas datas da sua divulgação. 1 referência	
	Nºs da <i>newsletter</i> da DDAH disponibilizados na intranet/ internet	Falta de recursos humanos e financeiros dificulta a concretização dos objetivos e limitam as iniciativas. Muitos dos objetivos acabam por se concretizar com muito esforço pessoal dos trabalhadores da UO. 1 referência	

A maioria dos fatores percebidos como condicionadores da obtenção de melhores resultados, são, pois, de natureza interna, sendo os pontos comuns mais referidos:

- Escassez de recursos humanos, com formação técnica e para vigilância/acompanhamento de reclusos
- Insuficiência de espaço/desadequação das instalações para desenvolver atividades.
- Défices de adequação dos objetivos e indicadores à realidade concreta dos estabelecimentos prisionais.

No que se refere aos fatores exógenos apontados, o motivo mais referido para o não alcançar dos resultados esperados ou melhores resultados são a insuficiência de recursos financeiros e a insuficiência ou ausência de respostas na comunidade.

3.3 PROPOSTAS DE MELHORIA

Apresenta-se no quadro seguinte um resumo das sugestões de melhoria dos dirigentes intermédios ou equiparados, retiradas dos questionários de autoavaliação (itens “Áreas de melhoria/tipos de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento” e “Condicionantes que podem afetar resultados a atingir”), podendo as respostas detalhadas dos dirigentes que colaboraram serem consultadas no anexo 6 - Audição aos dirigentes intermédios - Propostas de melhoria. Responderam a esta componente do questionário 38 inquiridos, o que corresponde a 56% dos respondentes no processo de audição e identificaram condicionantes 34 inquiridos, exatamente metade.

Apresentam-se (ver esquema seguinte) as áreas de melhoria/tipos de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento. As sugestões apontadas refletem, fundamentalmente necessidades sentidas nas seguintes áreas:

- 1 Intervenção no âmbito do tratamento prisional nas diversas áreas que o integram, com saliência para a programação e avaliação no âmbito do tratamento prisional e também para os programas dirigidos a necessidades criminosas específicas.
- 2 Planeamento.
Salientam-se necessidades referidas de incidência dos objetivos, no que se refere a estabelecimentos prisionais, nas demais áreas de intervenção, para além do tratamento prisional e que estes tenham em conta e se adequem a características específicas dos mesmos, nomeadamente recursos, características e necessidades próprias da população prisional e constrangimentos do meio envolvente.
A necessidade de aprofundamento do envolvimento das unidades orgânicas e de definição atempada dos objetivos é também saliente.
- 3 Formação para os colaboradores da DGRSP.
- 4 Reforço quantitativo dos recursos humanos.

É também referida a necessidade de melhoria de: suporte informático; instalações, procedimentos, qualidade da intervenção e comunicação. Ainda são referidas, com menor expressão, outras áreas de melhoria como a motivação dos trabalhadores, os recursos financeiros e a frota automóvel.

Proposta de áreas de melhoria/ áreas de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento

Intervenção no âmbito do tratamento prisional	27
Orientações técnicas, programação e avaliação no âmbito do tratamento prisional.	4
Orientações técnicas - tratamento prisional.	1
Aumentar o número de reclusos com PIR.	1
STP - Regularização do trabalho técnico	1
Uniformização do Processo Individual do Recluso a nível de dados e separadores.	1
Reforçar a ligação do EP à comunidade; elaboração de protocolos de colaboração com entidades externas.	1
Celebração de protocolo com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA) com a finalidade de salvaguardar diferenciada e mais ativa ação da Rede de Apoio a População Reclusa aquando da restituição a liberdade.	1
Programas	7
Promoção de aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas para agressores adultos.	1
A aplicação de programas constitui uma área de melhorias.	2
Intervenção através do Programa para Agressores Sexuais.	1
Devem existir programas específicos para os reclusos em regime de segurança, no âmbito da agressividade, impulsividade, etc.	1
Reformulação da estrutura das entrevistas de seleção a aplicar ao grupo alvo, no Programa da Empregabilidade.	1
O conteúdo das sessões do Programa da Empregabilidade revelou-se muito extenso, nomeadamente a nível de alguns textos, que deveriam ser reavaliados.	1
Educação/Formação	2
Criação de espaços de formação, na atual zona reservada a funcionários (camarata do CGP e bar).	1
Valorizar a necessidade da abordagem do ensino no Estabelecimento Prisional e respeitar o grupo etário dos destinatários.	1
Saúde	2
Melhoria na prestação dos cuidados de saúde.	1
Reforçar a intervenção no âmbito da prevenção das recaídas.	1
Atividades económicas	3
Aumento da percentagem de reclusos em atividade laboral.	1
Insistir junto do IIEFP a viabilização de um protocolo que vise a operacionalização de sessões de informação/sensibilização na área do "Empreendedorismo como Estratégia de Desenvolvimento". "Informação sobre Técnicas Ativas de Emprego" "Programas de Apoio à Criação do Próprio emprego" que sejam ressocializadoras.	1
Área do Trabalho no interior e exterior dos EPs.	1
Atividades socioculturais, desportivas e outras	5
Biblioteca e organizações desportivas.	1
Reforçar e monitorizar a intervenção sociocultural e desportiva com entidades externas.	1
Melhoria na área de atividade desportiva.	1
Aplicação de atividades socioculturais.	1
Promoção da atividade desportiva.	1
Voluntariado	2
Voluntariado - dinamização e implementação de projetos.	1
Incentivar junto de privados e/ou entidades/instituições a elaboração de um novo projeto de voluntariado principalmente na área sociocultural.	1
RAEs	1
Aumento da percentagem de reclusos em regime aberto no exterior.	1

Vigilância eletrônica	1
Estudar aperfeiçoamento de procedimentos na área da violência doméstica.	1
Medidas na comunidade	1
Aumento da capacidade de resposta às solicitações do Tribunal.	1
Internamento em centro educativo	3
Intervenção junto das estruturas sociais e familiares dos jovens internados em Centro Educativo para promover a adequada reinserção social do jovem.	1
Investimento no acompanhamento/ supervisão dos jovens que terminam o cumprimento de medida de internamento em Centro Educativo.	1
Colocar os técnicos da DSJJ a dar apoio aos CE e a fazerem menos inspeções.	1
Planeamento	19
Identificação dos indicadores de gestão e criação de um sistema integrado e respetiva metodologia de implementação, monitorização e avaliação.	1
Definição de indicadores que valorizem/distingam a diferenciação das metas de desempenho entre UO	1
Harmonização entre o número de objetivos e respetivos indicadores entre as UO.	1
Valorização de metas que privilegiem a qualidade das propostas em detrimento das datas de apresentação das mesmas.	1
Maior participação e envolvimento dos responsáveis dos Estabelecimentos Prisionais na definição dos objetivos e dos instrumentos de planeamento.	1
Fixação dos objetivos durante o 1º trimestre do ano.	1
Os objetivos traçados para as Unidades Orgânicas deveriam contemplar outras áreas de serviço/setores para que todos os colaboradores contribuíssem de forma igualitária para a obtenção dos resultados pretendidos.	1
Definição de objetivos com maior antecedência.	1
Adequabilidade dos objetivos definidos à U.O de harmonia com localização geográfica da mesma.	1
Definição de objetivos de acordo com a população prisional residente.	1
Os objetivos deveriam abranger outras áreas e não estar concentrados no tratamento prisional.	3
Definição dos objetivos deverá adequar-se às características dos EPs, não devendo a mesma ficar circunscrita à tipologia de Gestão dos Estabelecimentos.	1
Não deverão ser traçados objetivos que dependam essencialmente de fatores exógenos.	1
Maior colaboração de algumas unidades orgânicas no trabalho de planeamento/definição de objetivos e indicadores.	1
Maior investimento na linha estratégica da DGRSP e opções daí decorrentes em termos de resultados desejados tendo por referência a missão da DGRSP.	1
Clarificação e definição dos limites e contornos dos documentos classificados como “evidências”.	1
Melhorar procedimentos de orientação da organização para resultados.	1
Formação	13
Dinamizar ações de formação para os trabalhadores da UO, para colmatar os défices de preparação teórica/técnica dos vários grupos profissionais.	2
Aumento da diversidade da formação da equipa técnica.	1
Maior investimento em formação para os diferentes grupos profissionais.	3
Reforçar a cooperação dos Serviços Centrais da DGRSP no que respeita a desenvolvimento de competências dos profissionais do Estabelecimento Prisional.	1
Formação dos trabalhadores para melhoria da qualidade de trabalho / desenvolvimento de competências.	1
Reforçar as ações de formação para todos os trabalhadores da UO.	1
Formação em temáticas específicas.	1
Apostar na formação dos Técnicos Profissionais de Reinserção Social.	1
Mais apoio técnico de proximidade e mais formação focada nas atribuições da UO.	1
Fundamental ações de formação na área das auditorias.	1

Recursos humanos	8
Recrutamento de técnicos superiores e técnicos profissionais	1
Aumento de recursos humanos na equipa técnica.	1
Reforço ao nível dos recursos humanos (técnicos superiores de reeducação, assistentes operacionais e assistentes técnicos).	2
Reposição de recursos humanos.	1
Investimento na valorização da carreira dos técnicos profissionais de reinserção social e maior rotatividade destes profissionais, de forma a permitir um menor desgaste, físico e psicológico, no exercício das suas funções.	1
Reforçar/renovar a equipa de técnicos profissionais de reinserção social urgentemente.	1
Criação de carreira específica para os técnicos profissionais de reinserção social.	1
Suporte informático	7
Substituição dos atuais equipamentos informáticos.	1
Melhoria do sistema informático.	1
A tipologia do material informático, a escassez deste e ainda a morosidade na resolução de situações nesta área, são um entrave significativo ao desenvolvimento do trabalho corrente no quotidiano institucional.	1
Reestruturação/melhoria do sistema informático.	1
Investimento em material informático, com software atual e adaptado às diferentes áreas de intervenção.	1
Melhoria do SIRS.	1
Renovar “parque informático”.	1
Instalações	6
Investir na requalificação geral dos espaços e das instalações.	1
Aumento e melhoria do espaço físico prisional.	1
Criação de um espaço específico para a formação e aplicação de programas.	1
Criação de melhores condições no edifício.	1
Escassez de espaço físico, limita as condições dos funcionários e o desenvolvimento de atividades com os reclusos.	1
Requalificação dos pátios para a prática desportiva.	1
Inspeções/Auditorias	2
Recomendável a realização de maior número de inspeções comuns às unidades orgânicas desconcentradas, designada e principalmente estabelecimentos prisionais e centros educativos.	2
Comunicação	4
Criação de grupos de trabalho multidisciplinares, envolvendo trabalhadores de diferentes unidades orgânicas, orientados para a partilha de experiências, reflexão conjunta, identificação de necessidades e áreas de intervenção prioritárias, maximizando as boas práticas.	1
Promover reuniões regulares de dirigentes das Unidades Orgânicas, por região, por tipologia de EP, etc., com os dirigentes dos “Serviços Centrais” e com a Direção Superior.	1
Interação entre diversos serviços da DGRSP.	1
Promover a realização de reuniões/encontros entre os serviços centrais e as unidades desconcentradas, dirigidos para a partilha/troca de experiências.	1
Motivação	1
Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos profissionais que exercem funções nos Centros Educativos.	1
Recursos Financeiros	1
Cabimento orçamental compatível.	1
Frota Automóvel	1
Aquisição de viaturas.	1

Em articulação com as sugestões de melhoria, como passíveis de afetar negativamente os resultados a atingir foram referidas condicionantes, sobretudo, as agrupadas na síntese seguinte. Informação mais detalhada, por unidade orgânica, pode ser consultada no anexo 6 - Audição aos dirigentes intermédios.

Propostas de melhoria.

Condicionantes que podem afetar resultados a atingir

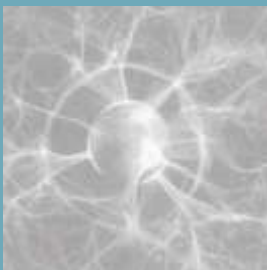
Recursos humanos		22
Falta de recursos humanos.		13
Decisão da tutela de recrutamento de Técnicos Superiores e Técnicos profissionais.		1
Inexistência de aplicadores do programa.		2
Maior fidelização dos profissionais que prestam serviço nas empresas prestadoras dos cuidados de saúde.		1
Necessidade de adequação de competências dos docentes.		1
Carência de recursos humanos na área da medicina.		1
Integração dos recursos humanos.		1
Envelhecimento dos trabalhadores, desmotivação e sobrecarga de trabalho.		1
Recursos humanos com outras áreas de competência e qualificação técnica.		1
Planeamento		10
Assimetrias no grau de esforço que é exigido para o cumprimento de objetivos pelas UO.		1
Dependência de fatores externos à UO condicionam a apresentação das evidências nos prazos definidos.		1
A sobrevalorização da importância dos documentos considerados como “evidências”, em detrimento dos dados oriundos da realidade das UOs, menosprezam o esforço das mesmas na sua realização.		1
As características de cada Estabelecimento Prisional devem ser tidas em conta na definição de objetivos.		1
Prazo curto para a realização de objetivos.		2
Apresentação tardia dos objetivos para as Unidades Orgânicas.		1
Contratualização de objetivos que não dependem diretamente do esforço da equipa da Unidade Orgânica.		1
Inexistência de monitorização quando existem objetivos partilhados.		1
Existência de outros Projetos desenvolvidos pelos STP que não estão contemplados nos objetivos podem condicionar o cumprimento dos mesmos.		1
Respostas na comunidade		9
Dificuldades de celebração de protocolos com entidades externas.		3
Dificuldades na acreditação de voluntários; exigência de pagamento de seguro voluntário; dificuldades na validação de projetos.		1
Falta de resposta por parte das entidades externas		4
Isolamento devido à localização geográfica do EP.		1
Recursos financeiros		9
Pagamento de seguro.		1
Restrições orçamentais.		2
Recursos económicos escassos.		1
Falta de apoios financeiros.		1
Constrangimentos financeiros.		3
Constrangimentos no processamento de ajudas de custo.		1

Formação	8
As ações deverão ser dinamizadas em <i>timings</i> diferenciados para abranger todos os trabalhadores e na zona Norte.	1
Recursos humanos qualificados insuficientes e ausência de formação para os existentes.	2
Ausência de formação e creditação para os técnicos existentes.	1
Escassez de formações mais próximas.	1
Formação de técnicos.	1
Reduzida formação no Norte do país.	1
Local da realização da Formação.	1
Condicionantes na Intervenção no âmbito do tratamento prisional	7
Atividades económicas	5
Dificuldades da empresa assegurar as comparticipações sociais correspondentes ao trabalho do recluso.	1
Escassez de respostas da comunidade para a integração laboral de reclusos.	2
Programa de empregabilidade - As entrevistas, afiguram-se muito extensas. A população alvo não percebe o tipo de questões e o técnico despende, grande parte do tempo a explicar o que se pretende.	1
Programa de empregabilidade - A interpretação dos textos, torna-se muito mais complexa, exigindo da parte do aplicador, uma maior disponibilidade para a interpretação conjunta, de forma a minimizar as dificuldades sentidas ao nível do alcance dos objetivos.	1
Atividades socioculturais	1
Falta de materiais de apoio às atividades.	1
Formação	1
A população reclusa, caracterizada pela elevada reincidência e longas penas de prisão condicionam a motivação para formação.	1
Instalações	4
Inexistência de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades desportivas.	1
Falta de espaço para desenvolvimento de várias atividades em simultâneo.	3
Suporte informático	3
Sistema informático prisional não permite a extração dos habituais indicadores na área do tratamento prisional.	1
Tráfego lento Internet/Intranet; Acesso difícil ao SIP; PC e programas desatualizados.	1
Falta de materiais informáticos.	1
Frota automóvel	1
Decisão da tutela de aquisição de viaturas.	1

As principais condicionantes que podem afetar os resultados a atingir identificados pelos dirigentes intermédios coincidem, em geral, com os assinalados nas perguntas fechadas, identificando-se como referidas com maior frequência:

- Recursos humanos, renovando-se as referências a insuficiência de recursos.
- Planeamento.
- Recursos financeiros, nomeadamente inexistência destes recursos e constrangimentos orçamentais.
- Respostas na comunidade e instituições.
- Formação.
- Condicionantes na intervenção no âmbito do tratamento prisional, nomeadamente atividades económicas, socioculturais e formação.

Foi feita referência ainda às seguintes condicionantes: instalações, suporte informático e frota automóvel.



IV RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS



1 Recursos humanos

O quadro seguinte apresenta o nº de trabalhadores planeados a 31-dezembro-14 e os efetivamente existentes em 31 de dezembro de 2015. Verifica-se que, inicialmente, estimava-se um total de trabalhadores de 6.306, identificando-se, no final do ano em avaliação, 6.251 trabalhadores, apenas menos 55 trabalhadores do que o previsto. O maior desvio acontece no grupo do Corpo da Guarda Prisional, com menos 60 guardas, seguindo-se o grupo técnico superior, com menos 28 técnicos.

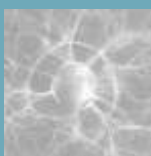
Quadro 37
Recursos humanos planeados e executados em 2015

Designação	Recursos humanos planeados	Recursos humanos concretizados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	4	3	-1
Dirigentes - Direção Intermédia, Chefes de equipa e Diretores de EP	88	83	-5
Inspetor-Coordenador (MMP)	2	3	1
Adjunto de Estabelecimento Prisional ¹	87	911	28
Coordenador de Equipa Vigilância Eletrónica ¹	8		
Coordenador de Equipa Centro Educativo ¹	7		
Coordenador de Equipa de Reinserção Social ¹	48		
Técnico superior de reeducação ¹	166		
Técnico superior de reinserção social ¹	371		
Técnico superior (inclui especialistas de informática) ¹	196		
Pessoal médico	22	20	-2
Pessoal de enfermagem	76	78	2
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	3	3	0
Docentes (educadores de infância)	2	2	0
Assistente religioso	4		-4
Responsável técnico profissional reinserção social ²	15	830	1
Técnico profissional de reinserção social ²	183		
Técnicos de orientação escolar e social ²	8		
Coordenador técnico ²	19		
Assistente técnico (inclui técnicos de informática) ²	604		
Assistente operacional	243	236	-7
Outros	8		-8
Corpo da Guarda Prisional	4.142	4.082	-60
Total	6.306	6.251	-55

Fonte: DSRH (Dados planeados: 31-dez-14. Dados concretizados:31-dez-15).

¹ Inclui todo o pessoal técnico superior, incluindo adjuntos de estabelecimento prisional e coordenadores de equipa.

² Inclui pessoal técnico de nível administrativo, coordenadores técnicos, técnicos profissionais de reinserção social, técnicos de orientação escolar e social e informáticos.



2 Recursos financeiros

Face ao orçamento inicial aprovado, corrigido dos efeitos da cativação imposta pela Lei do Orçamento de Estado 2015, a execução do orçamento de funcionamento da DGRSP, apresentada no quadro seguinte, revela um grau de realização de 92,9%, traduzindo-se numa despesa realizada de 244.838.935€, ficando aquém da despesa estimada em 18.705.838€.

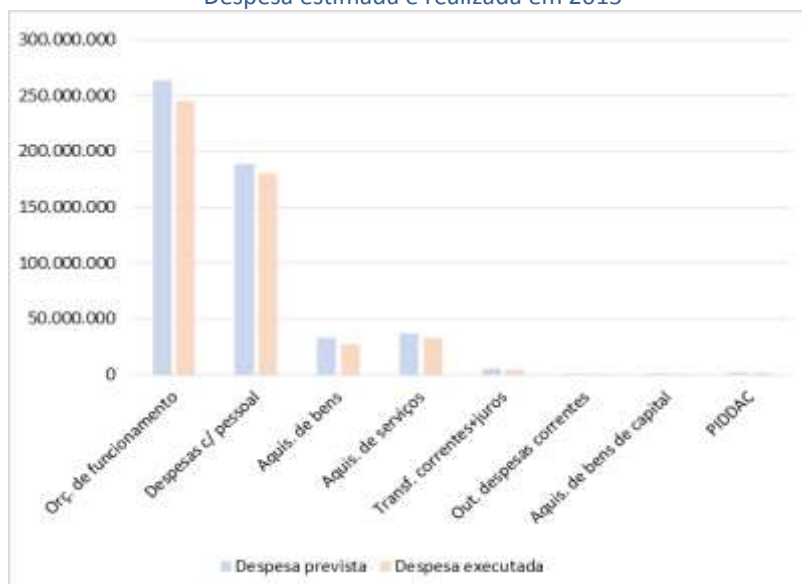
O orçamento do PIDDAC apresenta um grau de realização de 75,1%, traduzindo-se numa despesa de 1.165.061€, face à despesa estimada de 1.552.237€.

Quadro 38
Despesa estimada, realizada e grau de realização em 2015

Designação	Despesa estimada	Despesa realizada	Desvio	Grau de realização
Orçamento de funcionamento	263 544 773	244 838 935	-18 705 838	92,9%
Despesas c/ pessoal	188 708 047	179 827 867	-8 880 180	95,3%
Aquisições de bens	32 812 121	27 268 022	-5 544 099	83,1%
Aquisição de serviços	36 522 828	32 582 849	-3 939 979	89,2%
Transferências correntes+juros	4 864 093	4 599 457	-264 636	94,6%
Outras despesas correntes	361 589	294 065	-67 524	81,3%
Aquisição de bens de capital	276 096	266 675	-9 421	96,6%
PIDDAC	1 552 237	1 165 061	-387 176	75,1%
Total (OF+PIDDAC)	265 097 010	246 003 996	-19 093 014	92,8%

Fonte: DSRFP.

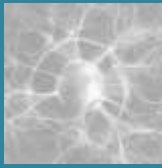
Gráfico 70
Despesa estimada e realizada em 2015





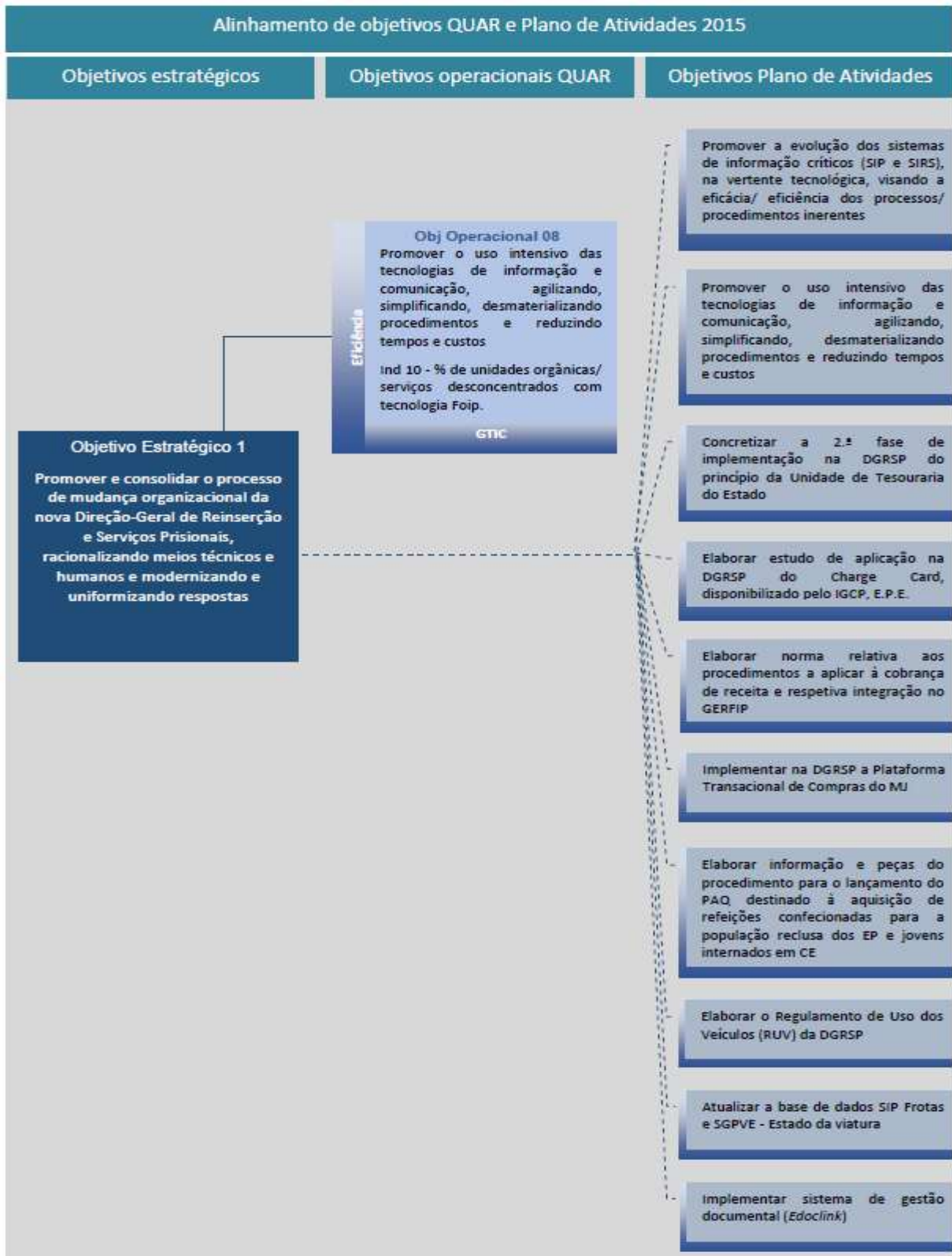
A n e x o s

- 1 - Organograma da DGRSP
- 2 – Alinhamento de objetivos QUAR e Plano de Atividades
- 3 – Mapas de avaliação de resultados por unidade orgânica- Plano de Atividades 2015
- 4 - Fatores percebidos como associados com o nível de desempenho por unidade orgânica
- 5 - Justificação dos dirigentes intermédios para resultados não obtidos por objetivo e indicador
- 6 - Audição aos dirigentes intermédios - Propostas de melhoria
- 7 - Lista de siglas usadas

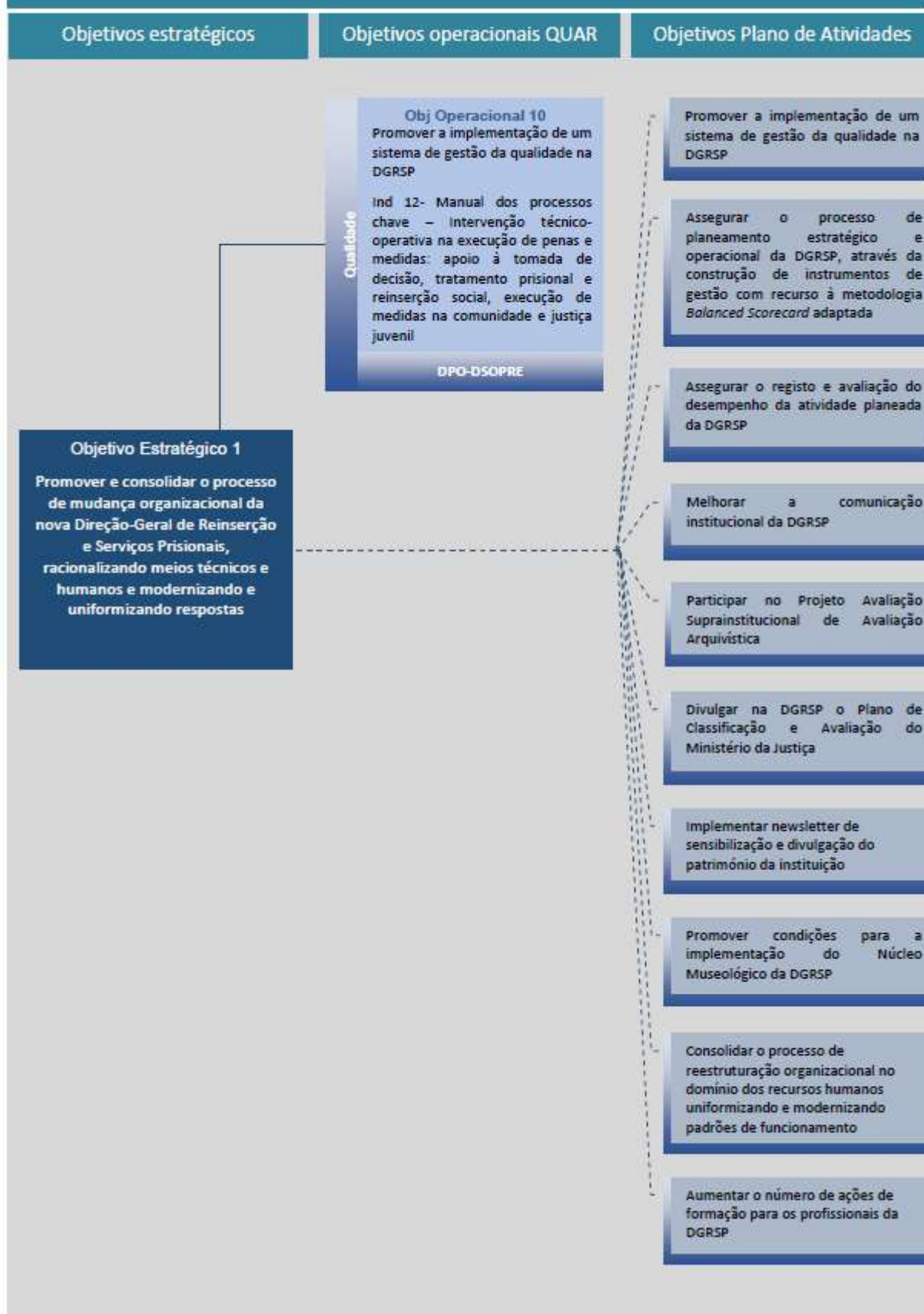


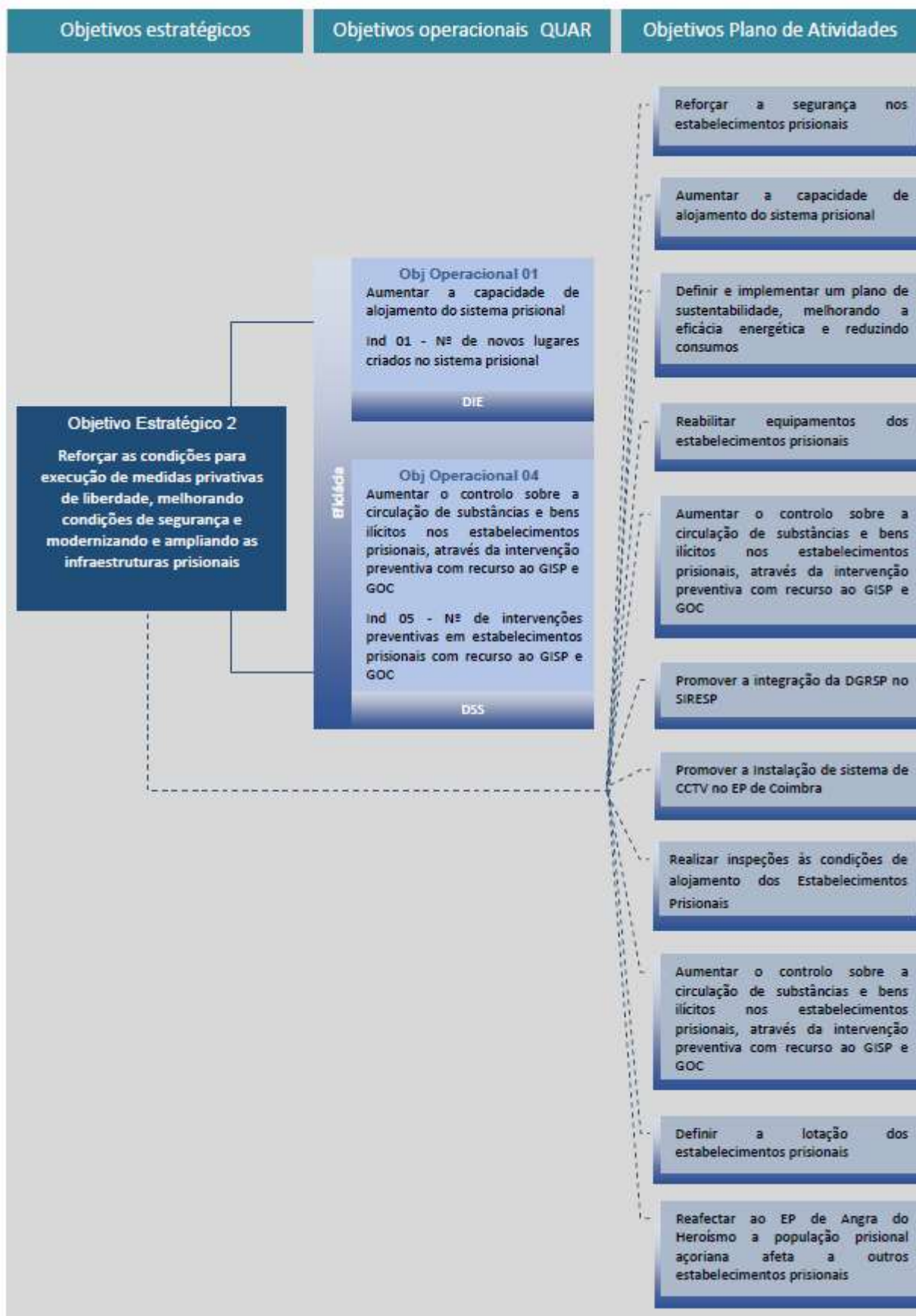
Anexo 2

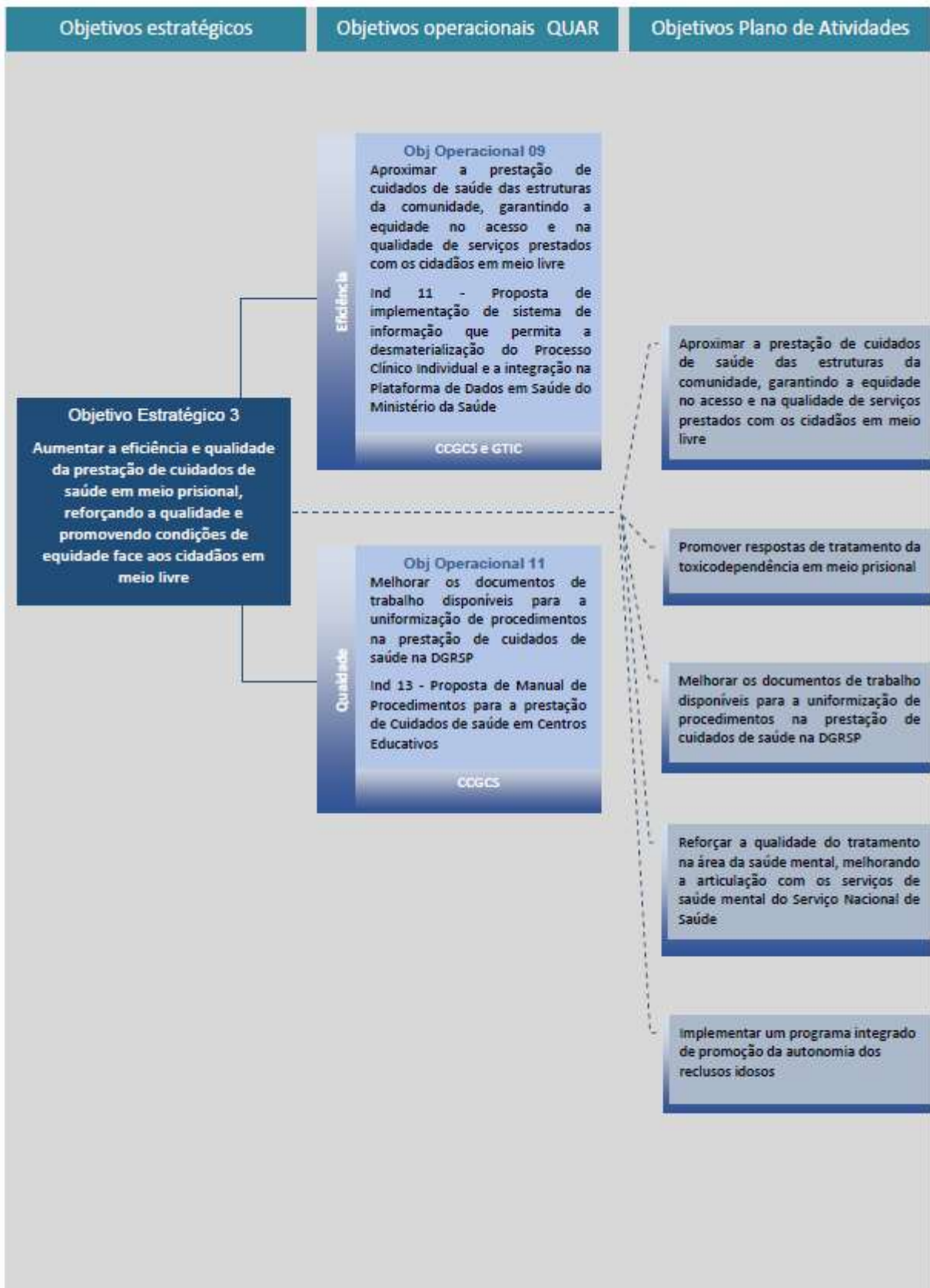
Alinhamento de objetivos QUAR e Plano de Atividades

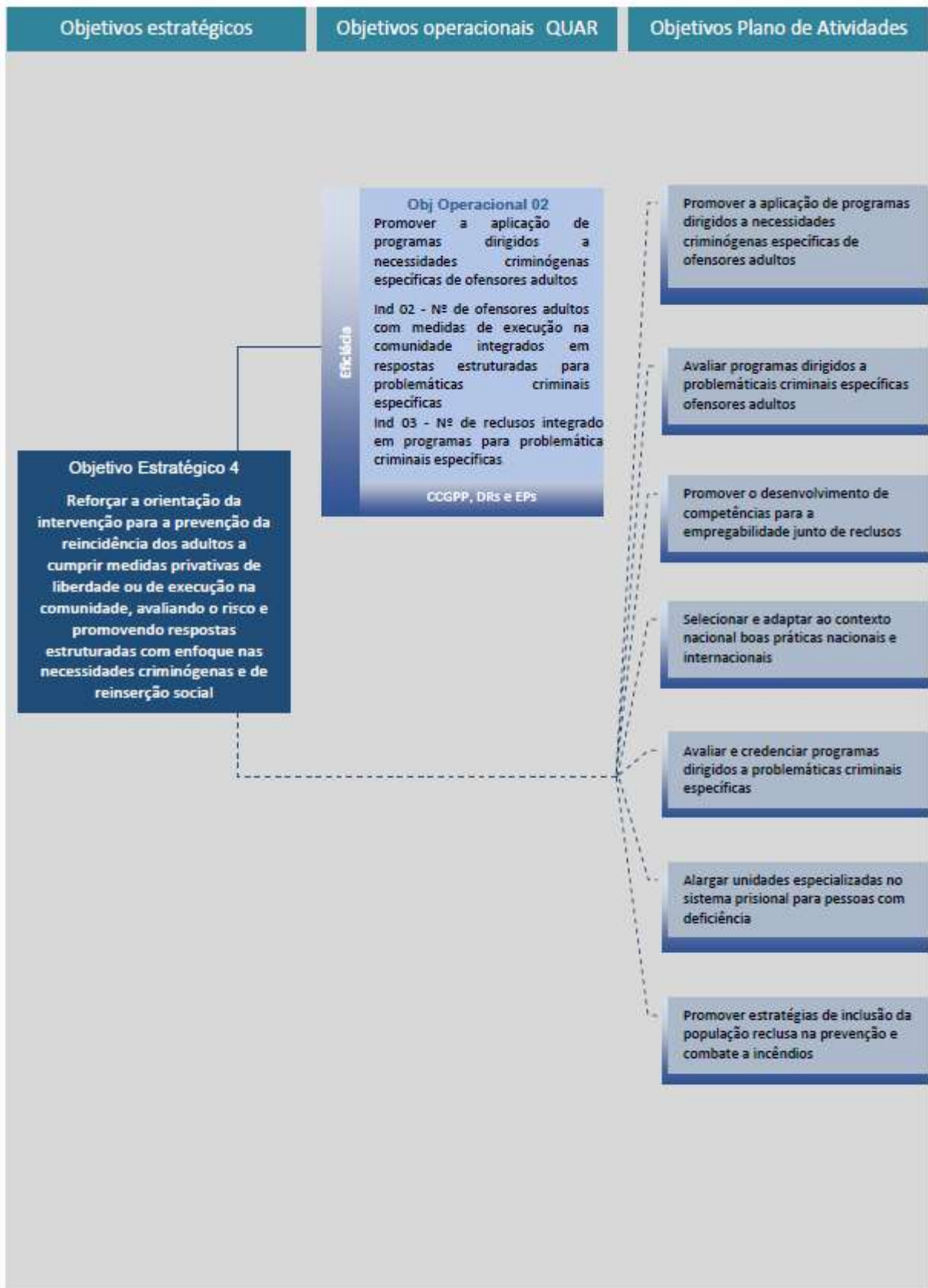


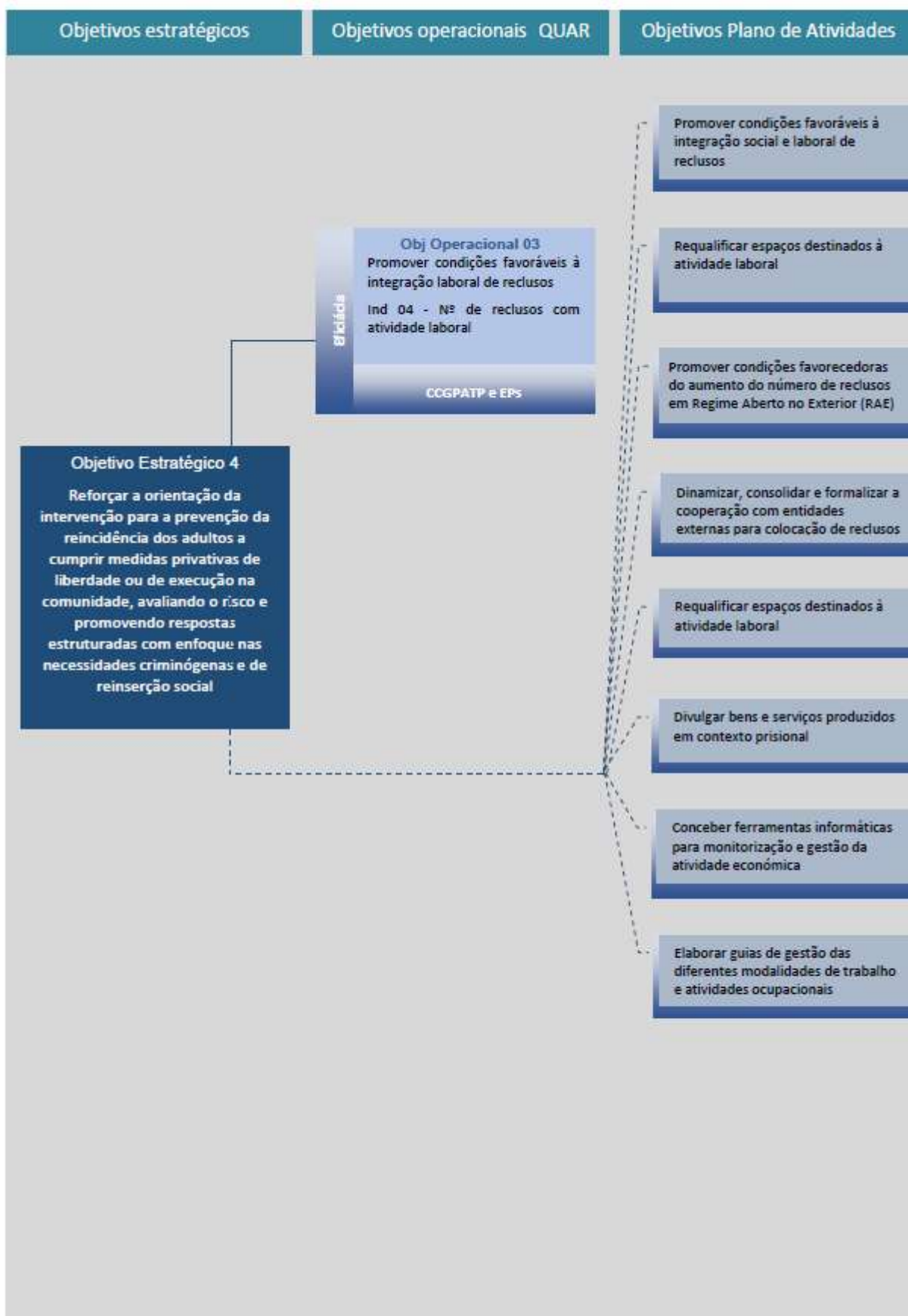
Alinhamento de objetivos QUAR e Plano de Atividades 2015

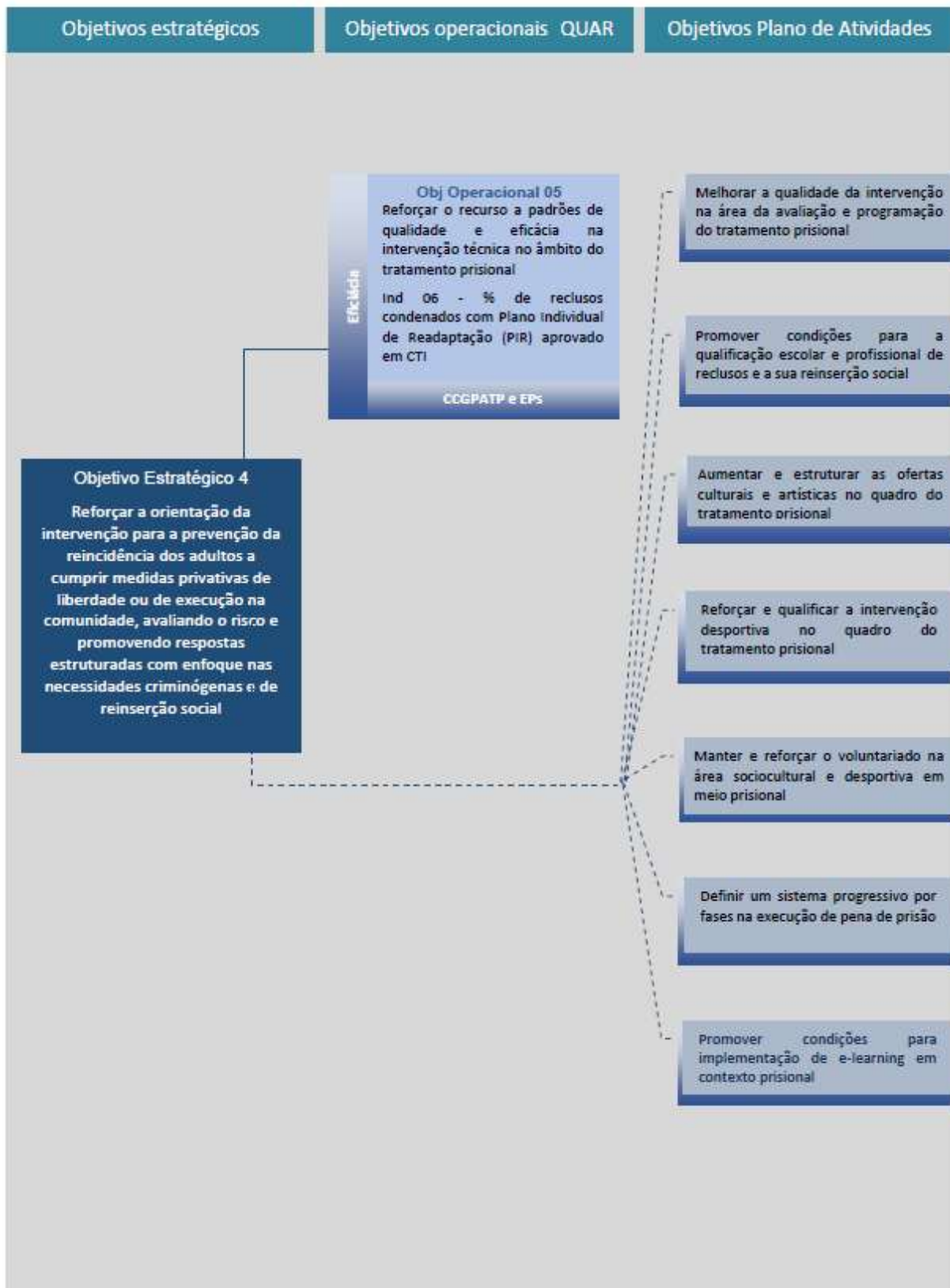


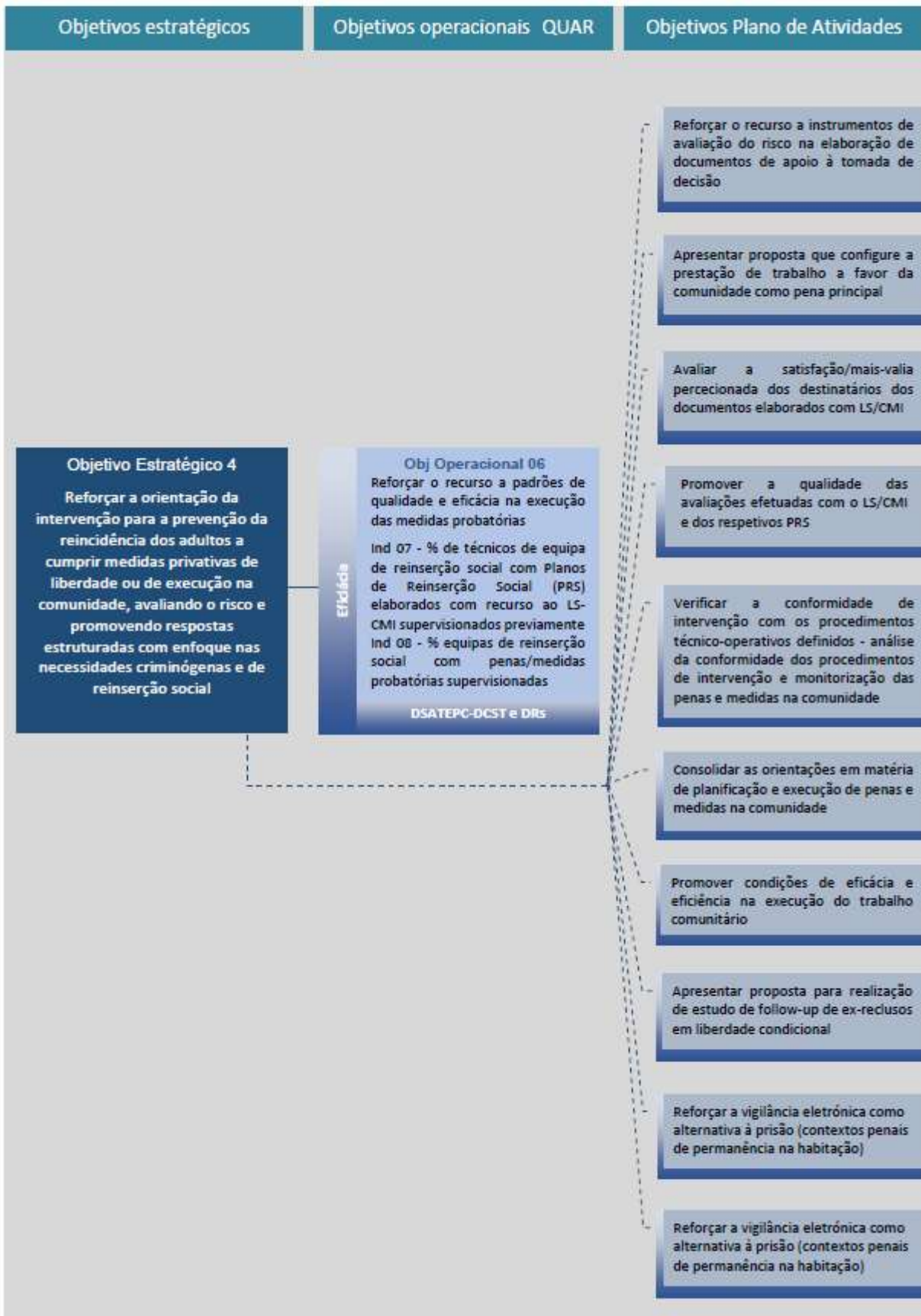


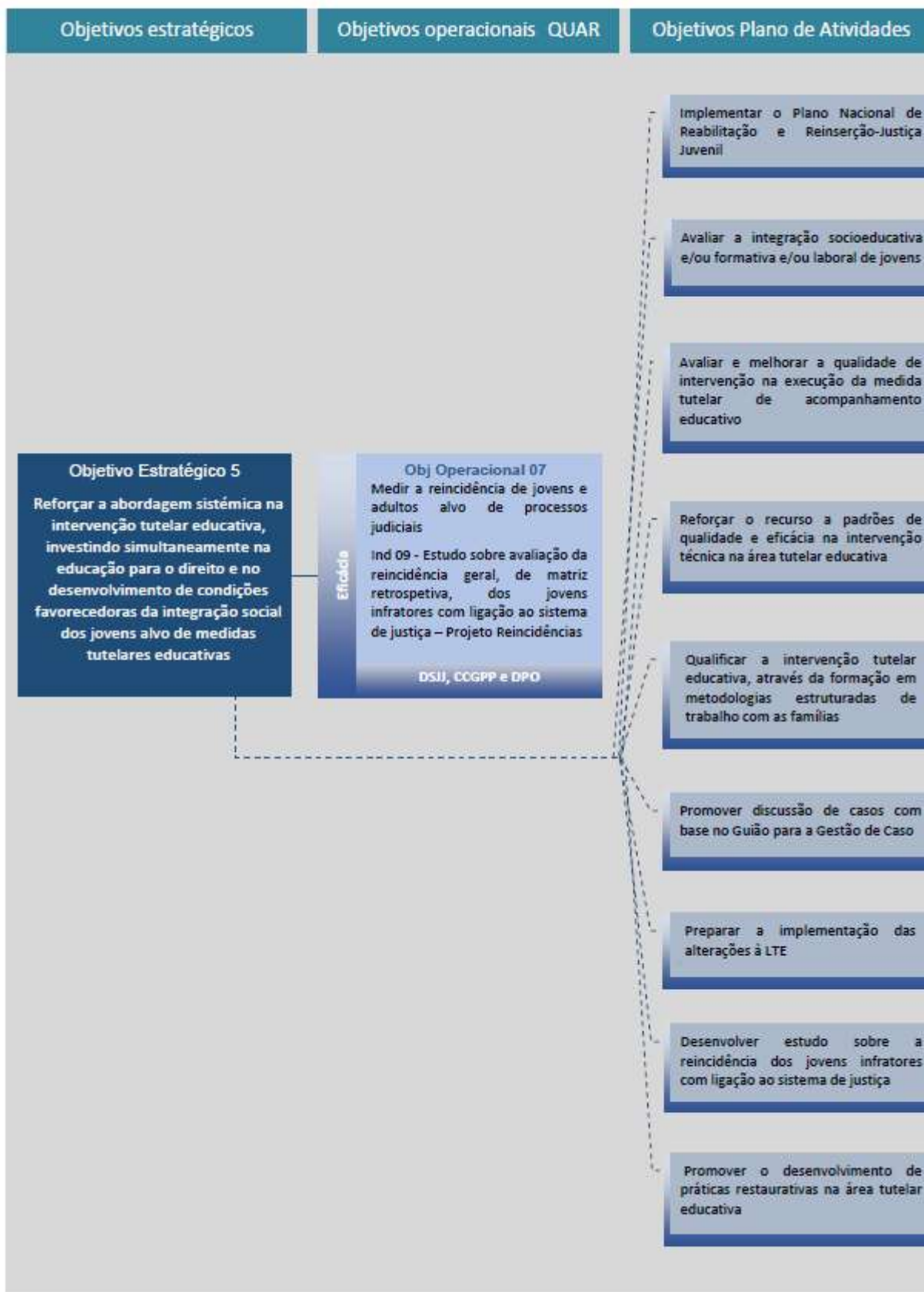














A n e x o 3

Mapas de avaliação de resultados por unidade orgânica - Plano de Atividades 2015



ÁREA OPERATIVA

Avaliação de resultados da Direção de Serviços de Segurança								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSS.01 Aumentar o controlo sobre a circulação de substâncias e bens ilícitos nos estabelecimentos prisionais, através da intervenção preventiva com recurso ao GISP e GOC	Ind 01- Nº de intervenções preventivas em estabelecimentos prisionais com recurso ao GISP e GOC	31-12-15	2	3	46 intervenções do GOC 1 intervenção do GISP	+ 45	Superou	Superou
	QUAR.04 Ind 05							
Avaliação dos resultados da Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DLSTS.01 Promover a integração da DGRSP no SIRESP	Ind 01- Proposta de aquisição dos equipamentos correspondentes à 2.ª fase de implementação	31-12-15	1 Proposta	30-10-15	1 proposta 7-08-15	-146 dias	Superou	Superou
	DLSTS.02 Promover a Instalação de sistema de CCTV no EP de Coimbra	Ind 02 - Proposta para a aquisição de bens e serviços	31-12-15	1 proposta	30-10-15	1 proposta 1-07-15	-183 dias	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

**Avaliação de resultados da
Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade**

Avaliação de resultados da Divisão de Organização e Gestão da População Prisional

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DOGPP.01 Definir a lotação dos estabelecimentos prisionais	Ind 01- Nº de relatórios para homologação da lotação de estabelecimentos prisionais	31-12-15	8	10	8 relatórios ¹ 28-12-15	-	Atingiu	Atingiu
DOGPP.02 Reafetar ao EP de Angra do Heroísmo a população prisional açoriana afeta a outros estabelecimentos prisionais	Ind 02- Levantamento da situação dos reclusos açorianos afetos aos EPs do Continente, EP Funchal e EP Ponta Delgada atualizado	31-05-15	1 levantamento	30-04-15	1 Levantamento 28-04-15	-33 dias	Superou	Superou
	Ind 03- Proposta de reafetação dos reclusos açorianos ao EP de Angra do Heroísmo	31-08-15	1 proposta	31-07-15	1 proposta 23-07-15	-39 dias	Superou	
DOGPP.03 Melhorar os procedimentos e processos da DOGPP	Ind 04- Guião sobre os procedimentos relativos à tramitação dos processos de reclusos condenados a pena de prisão a cumprir em regime de semidetenção, com vista à sua integração no Manual de Procedimentos da DSEMPPL	31-12-15	1 guião	30-11-15	1 Guião 10-12-15	-21 dias	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Guião sobre os procedimentos relativos à tramitação dos processos de reclusos que requereram a transferência para o país de origem, com vista à sua integração no Manual de Procedimentos da DSEMPPL	31-12-15	1 guião	30-11-15	1 Guião 7-12-15	-24 dias	Atingiu	

¹ Foram elaborados relatórios para o EP de Caxias, EP de Lisboa, EP de Torres Novas, EP de Coimbra, EP do Porto, EP de Leiria Jovens, EP de Monsanto e EP de Vale de Judeus.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados da Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DCIR.01 Aumentar o número de propostas de colocação de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 01- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-01-16	1 relatório nacional	10-01-16	1 relatório nacional 7-01-16	-8 dias	Superou	Superou
	PNRR-Medida 6							
DCIR.02 Assegurar a atualização do registo do mapa de reincidência	Ind 02 -Relatório preliminar sobre a reincidência no ano de 2015	15-01-16	1 relatório	10-01-16	1 relatório 8-01-16	-7 dias	Superou	Superou
DCIR.03 Reforçar a qualidade do tratamento na área da saúde mental, melhorando a articulação com os serviços de saúde mental do Serviço Nacional de Saúde	Ind 03- Proposta de medidas que visem reforçar a qualidade de tratamento junto dos reclusos inimputáveis	30-06-15	1 proposta	30-05-15	1 proposta 28-05-15	-33 dias	Superou	Superou
	Ind 04- Proposta de plano de operacionalização das medidas que visem reforçar a qualidade de tratamento junto dos reclusos inimputáveis	31-12-15	1 proposta	30-11-15	1 proposta 30-11-15	-31 dias	Superou	
DCIR.04 Melhorar procedimentos e processos da DCIR	Ind 05- Guião sobre os procedimentos relativos à gestão, afetação e avaliação de reclusos colocados em regime de segurança, tendo em vista a sua integração no Manual de Procedimentos da DSEMP	31-12-15	1 guião	30-11-15	1 Guião 30-11-15	-31 dias	Superou	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação dos resultados da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSVE.01 Reforçar a vigilância eletrónica como alternativa à prisão (contextos penais de permanência na habitação)	Ind 01- Nº de sessões de sensibilização junto das equipas técnicas de EPs focadas na OPH como possível alternativa à prisão preventiva	31-12-15	10 sessões/ações	12 sessões/ações	10 sessões (EP Beja, EP Silves, EP Olhão, EP Faro, EP Odemira, EP Chaves, EP Aveiro, EP Vila Real, EP Funchal e EP Pinheiro da Cruz) ¹		Atingiu	Atingiu
	Ind 02 - Nº de sessões de sensibilização junto das equipas técnicas de EPs focadas na ALC como meio favorecedor da redução da sobrelotação prisional	31-12-15	10 sessões	12 sessões	10 sessões (EP Beja, EP Silves, EP Olhão, EP Faro, EP Odemira, EP Chaves, EP Aveiro, EP Vila Real, EP Funchal e EP Pinheiro da Cruz) ²		Atingiu	
	Ind 03 - Nº de sessões de sensibilização junto das estruturas da Ordem dos Advogados	31-12-15	10 sessões	12 sessões	6 sessões ³	-4 sessões	Não atingiu	
	Ind 04 - Nº médio de indivíduos sujeitos a vigilância eletrónica em contexto penal alternativo à prisão (OPH, PPH, ALC, MEPP)	31-12-15	425 em média anual	450 vigiados em média	446 ⁴ indivíduos	+21 Individ.	Atingiu	

¹ No geral as reuniões foram muito participadas e suscitaram interesse dos destinatários, abordaram-se conteúdos de natureza informativa (jurídico, tecnológico e procedimental) e também foi possível discutir situações concretas, circuitos entre EP e Equipas VE, e foram entregues panfletos informativos relativos à OPHVE para consulta da população reclusa.

² Para além do referido na nota 1 analisaram-se requisitos que poderão justificar o parecer favorável para ALC, discutiram-se questões relacionadas com os documentos de assessoria ao tribunal, foi referido que o principal constrangimento ao baixo número de casos de ALC deve-se ao facto da sobreposição dos prazos de apreciação da ALC e da LC.

³ Foram realizadas reuniões com a Delegação da Ordem dos Advogados de Olhão, Ordem dos Advogados do Conselho Regional de Évora, Ordem dos Advogados do Conselho Regional de Viseu, Delegação da Ordem dos Advogados de Vila Real, Ordem dos Advogados do Conselho Regional da Madeira e Ordem dos Advogados do Conselho Regional de Almada. Abordaram-se conteúdos de natureza informativa relativamente à VE (enquadramentos jurídicos, tecnologias utilizadas, procedimentos utilizados) e o papel do advogado nos vários momentos processuais e na perspectiva das várias soluções penais da VE.

⁴ As penas e medidas em execução, em 31 de dezembro de 2015, de confinamento à habitação eram: OPHVE=355, Penas=72, ALC=13, Modificação da Pena de Prisão=7; Total=447 indivíduos.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSVE.02 Qualificar a execução das decisões judiciais com vigilância eletrónica, abrangendo todos os contextos penais	Ind. 05 - Taxa anual de revogações por incumprimento de indivíduos em vigilância eletrónica (todos os contextos penais)	31-12-15	5%	4%	3,13% ⁵	-1,87%	Superou	Atingiu
	Ind. 06 - % de relatórios de execução elaborados pelas Equipas de Vigilância Eletrónica dentro do prazo	31-12-15	85%	90%	Das 10 Equipas de VE, 2 não disponibilizaram dados ⁶	-2 Equipas de VE	Não atingiu	
	Ind. 07- Nº de dossiês/relatórios supervisionados	31-12-15	90	100	216	+126	Superou	
DSVE.03 Qualificar a execução das decisões judiciais de proibição de contactos entre arguido/condenado e vítima do crime de violência doméstica, fiscalizadas por geo-localização	Ind. 08 - Taxa anual de revogações por incumprimento de indivíduos em vigilância eletrónica por geo-localização (proibição de contactos no âmbito da violência doméstica)	31-12-15	6%	5%	2,16% ⁷	- 3,84 %	Superou	Superou

⁵ Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro foram executados 959 casos, e no mesmo período, 30 casos foram revogados por incumprimento.

⁶ Durante o ano de 2015 não foi solucionada a carência de recursos humanos na Equipa VE 02 Porto (falta de 2 técnicos superiores e 3 técnicos profissionais e o número de casos em execução manteve-se sempre em níveis altos (média de 250 casos em execução simultânea). Também a função de coordenação está ainda a ser assumida por uma técnica superior da Equipa VE que, por sua vez, também não foi substituída. A Equipa VE 02 Porto debate-se ainda com uma área de intervenção extensa e uma frota automóvel muito deficiente que não permite responder adequadamente ao número de solicitações judiciais e procedimentos associados. A manutenção no tempo destas circunstâncias colocam esta equipa em situação de rutura e refletem-se na perda de qualidade dos procedimentos técnico-operativos. A Equipa VE 02 Porto privilegia a resposta atempada aos tribunais na instalação e desinstalação de equipamentos de VE e o envio atempado de relatórios de incidentes e de relatórios sociais para determinação da sanção, enquanto os relatórios de execução são elaborados apenas a pedido dos tribunais. Face a este cenário, a Equipa VE 02 Porto não apurou dados para este indicador, o que desde logo compromete o seu cumprimento. Também a Equipa VE 10 Ponta Delgada não disponibilizou dados sobre este indicador por dificuldades insanáveis relacionadas com a sobrecarga do seu coordenador, que acumula funções de Diretor de NAT (a Equipa VE não tem TSRS).

⁷ Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro foram executados 371 casos, e entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2015, 8 casos foram revogados por incumprimento.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pelas unidades orgânicas.

Avaliação de resultados da Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSATEPC.01 Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	Ind 01- Nº de relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) supervisionados	30-11-15	80	85	85 documentos supervisionados	+5	Superou	Superou
DSATEPC.02 Apresentar proposta que configure a prestação de trabalho a favor da comunidade como pena principal	Ind 02- Proposta de alteração legislativa PNRR-Medida 92	31-12-15	1 proposta	15-12-15	1 relatório com proposta de alteração legislativa delineada 30-12-15	--1 dia	Atingiu	Atingiu
DSATEPC.03 Avaliar a satisfação/mais-valia percebida dos destinatários dos documentos elaborados com LS/CMI	Ind 03- Proposta de uma metodologia de inquérito a magistrados	31-12-15	1 relatório	30-11-15	1 proposta de metodologia de inquérito a magistrados com questionário de satisfação 26-11-15	-35 dias	Superou	Superou
DSATEPC.04 Apresentar proposta para realização de estudo de follow-up de ex-reclusos em liberdade condicional	Ind 04- Proposta de uma metodologia PNRR-Medida 66	31-12-15	1 proposta	30-09-15	1 proposta de follow-up de ex-reclusos em liberdade condicional 24-09-15	-98 dias	Superou	Superou
DSATEPC.05 Promover condições de eficácia e maior racionalização na resposta às solicitações dos tribunais no âmbito do apoio à tomada de decisão na área penal	Ind 05- Relatório nacional de diagnóstico dos constrangimentos das equipas de reinserção social na resposta aos pedidos judiciais, centrado exclusivamente nas questões da avaliação da qualidade técnica, eficácia dos procedimentos e racionalização dos pedidos judiciais pré-sentenciais	31-08-15	1 relatório diagnóstico de âmbito nacional	1 relatório avaliativo nacional com propostas de superação de constrangimentos	1 relatório diagnóstico de âmbito nacional 28-08-15	1 relatório de sistematização de constrangimentos com apresentação de sugestões de resolução	Superou	Superou

Avaliação de resultados da Divisão de Controlo e Supervisão Técnica

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DCST.01 Promover a qualidade das avaliações efetuadas com o LS/CMI e dos respetivos PRS	Ind 01- Nº de Planos de Reinserção Social (PRS) supervisionados	30-11-15	80	85	85 PRS supervisionados	+5	Superou	Superou
	QUAR.06 Ind 07							
DCST.02 Verificar a conformidade de intervenção com os procedimentos técnico-operativos definidos - análise da conformidade dos procedimentos de intervenção e monitorização das penas e medidas na comunidade	Ind 02- Nº de <i>dossiers</i> de penas/medidas supervisionadas	30-11-15	70	74	74 <i>dossiers</i> supervisionados	+4	Superou	Superou
	QUAR.06 Ind 08							
DCST.03 Consolidar as orientações em matéria de planificação e execução de penas e medidas na comunidade	Ind 03 - Nº de reuniões de <i>focus group</i>	30-06-15	3	5	9 reuniões ¹	+6 reuniões	Superou	Superou
	Ind 04- Relatório de avaliação da execução do trabalho comunitário a nível nacional, incluindo diagnóstico de necessidades e sugestões	31-12-15	1 relatório de avaliação	1 documento sugestões alteração execução do trabalho comunitário	1 relatório de avaliação nacional da execução do trabalho comunitário com diagnóstico de necessidades e sugestões ² 30-12-15	1 proposta de modelo de execução do trabalho comunitário	Superou	Superou

¹ As 9 reuniões envolveram as 3 Delegações Regionais de Reinserção, 43 Equipas de Reinserção Social e 106 participantes.

² O relatório de avaliação nacional da execução do trabalho comunitário com diagnóstico de necessidades e sugestões integra no Capítulo V proposta de modelo de execução do trabalho comunitário.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados da Direção de Serviços de Justiça Juvenil

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa *	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSJJ.01 Implementar o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção-Justiça Juvenil	Ind 01- % de medidas PNRR - Justiça Juvenil com exequibilidade financeira	31-12-15	90% das medidas finalizadas	100%	91,6% ¹	+1,6%	Atingiu	Atingiu
DSJJ.02 Avaliar a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 02- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo das medidas tutelares educativas de internamento (3 meses subsequentes) e de acompanhamento educativo (no final da medida)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	65,8% ²	+15,8%	Superou	Superou
DSJJ.03 Avaliar e melhorar a qualidade de intervenção na execução da medida tutelar de acompanhamento educativo	Ind 03- Proposta de revisão do Manual de Acompanhamento Educativo	31-12-15	1 proposta de Manual de Acompanhamento Educativo	30-11-15	1 proposta de revisão do Manual de Acompanhamento Educativo 31-12-15	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 04- Estudo dos níveis de ajustamento social dos jovens 3 meses após a cessação de medidas de acompanhamento educativo	31-12-15	1 relatório	1 documento avaliativo das áreas críticas de ajustamento social dos jovens	1 relatório de monitorização dos níveis de ajustamento social dos jovens 3 meses após a cessação de medidas de acompanhamento educativo ³ 29-01-16	-	Atingiu	
DSJJ.04 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 05- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	91,7%	+11,7%	Superou	Superou
DSJJ.05 Qualificar a intervenção tutelar educativa, através da formação em metodologias estruturadas de trabalho com as famílias	Ind 06- Nº de unidades orgânicas especializadas envolvidas nas ações de formação	31-12-15	6 Centros Educativos	3 Equipas de Reinserção Social com compet. específica na área tutelar educativa	6 Centros Educativos 3 ERS com competência específica na área tutelar educativa 5 ERS com competência mista	3 ERS com compet. Específ. na área TE 5 ERS Compet. mista	Superou	Superou

¹ O Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção – Justiça Juvenil 2013-2015 foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2013 e publicado no Diário da República, 1ª série, nº 140, de 23 de julho de 2013. Das 16 medidas previstas, 11 foram integralmente concluídas (medidas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12), a medida 3 foi parcialmente concluída e 4 foram adiadas por motivos não imputáveis à DSJJ (medidas 13, 14, 15 e 16). Das 12 medidas exequíveis, 11 foram integralmente concluídas, a que corresponde a taxa de 91,6% de medidas finalizadas

² Medidas de internamento com o nível de 57,3% e medidas de acompanhamento educativo com o nível de 74,3% de integração efetiva.

³ Dos 51 jovens, 43 encontram-se integrados, o que corresponde a 84,3% e 45 jovens (88,2%) não apresentam indícios de prática de novos crimes.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSJJ.06 Promover discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 07- Nº de casos discutidos em reunião de equipa de reinserção social com competência específica na área tutelar educativa com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos apresentados e discutidos ⁴ (metodologia gestão de caso) nos 6 CE e nas 3 ERS com competência específica na área Tutelar Educativa	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
DSJJ.07 Preparar a implementação das alterações à LTE	Ind 08- Guião de alterações, com orientações e definição de novas metodologias de intervenção	31-12-15	1 guião	1 relatório monitorização da implementação das alterações da LTE	1 Guião para a Gestão de Caso – intervenção Tutelar Educativa 31-12-15 1 relatório com orientações de utilização e monitorização 31-12-15		Superou	Superou
DSJJ.08 Desenvolver estudo sobre a reincidência dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça	Ind 09- Estudo sobre avaliação da reincidência geral, de matriz retrospectiva, dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça	31-12-15	1 relatório preliminar com resultados estatísticos	1 atividade pública de dissemin. do estudo	1 relatório preliminar com resultados estatísticos apresentados publicamente no Seminário Internacional, subordinado ao tema "Padrões de reincidência e processos de ajustamento social com jovens ofensores: resultados do Projeto Reincidências (ISCTE, 10 e 11-dez-2015).		Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 10							
	Ind 10- Estudo exploratório de natureza qualitativa de follow-up/desistência criminal de jovens anteriormente sujeitos à medida de internamento em centro educativo	15-12-15	1 relatório do estudo	1 atividade pública de dissemin. do estudo	1 relatório do estudo apresentado publicamente no Seminário Internacional Delinquência Juvenil: processos de desistência, identidade e laço social (ISCTE, 10 e 11-dez-2015)..		Superou	
	PNRR-Justiça Juvenil-Medidas 9 e 10							

⁴ O Guião de Gestão de Caso foi divulgado por mensagem eletrónica, de 9 de abril de 2015, aos Centros Educativos, Núcleos de Apoio Técnico e Equipas. As reuniões foram realizadas nas seguintes datas: CEM, 17-07-15; CENP, 9-09-15; CEPAAO, 23-09-15; Equipa. Lisboa TE 2, 30-09 e 7-10-15; CEO, 6-10-15; Equipa. Lisboa TE 1, 8-10 e 3-11-15; Equipa. Porto TE, 14-10-15; CESA, 21-10-15; CEBV, 14-12-15.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSJJ.09 Promover o desenvolvimento de práticas restaurativas na área tutelar educativa	Ind 11- Estudo e pesquisa atualizada sobre práticas no âmbito da justiça restaurativa ⁵	31-12-15	1 relatório de estudo com proposta do plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas ⁵	31-10-15	-		Não atingiu	Não atingiu

⁵ Por despacho de 13-janeiro-2016, do Sr. Subdiretor-Geral, na Informação nº 55/DSJJ/2015, de 30 de novembro, a reformulação da designação do indicador 11 e meta associada foi superiormente autorizada, por impossibilidade de concretizar o indicador até ao final do ano e não constituição do respetivo grupo de trabalho. A meta foi reformulada de apresentação de proposta de programa para relatório de estudo com proposta de plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas. Foi ainda proposta a integração de terceiro elemento no grupo de trabalho. Da Informação Conjunta Nº: 65/DSJJ /2015, de 30 de dezembro e 126/CCGPP /2015, de 30 de dezembro consta ponto de situação que indicia que a meta proposta como reformulação não terá sido atingida por falta de despacho superior. Ora um pedido de reformulação datado de 30 de novembro indica que o trabalho proposto (relatório de estudo com proposta de plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas), e cujo desenvolvimento concreto não estava dependente de autorização superior, se encontraria em finais de novembro em fase de concretização, pelo que se conclui pelo incumprimento do objetivo.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGCS.01 Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Ind 01- Proposta de implementação de sistema de informação que permita a desmaterialização do Processo Clínico Individual e a integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde QUAR.09 Ind 11	15-12-15	1 proposta	30-09-15	1 proposta 15-09-15	-91 dias	Superou	Atingiu
	Ind 02- Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	31-12-15	1 projeto piloto implementado em EP	2 projetos piloto implement. em EP	-	-1	Não Atingiu	
	Ind 03- Nº de protocolos celebrados com o SNS com vista à consolidação do processo de integração de todos os reclusos no Serviço Nacional de Saúde PNNR Med. 57	31-12-15	1 protocolo de atuação celebrados com organismos do SNS	30-11-15	1 protocolo de atuação celebrado 30-09-15	-92 dias	Superou	
CCGCS.02 Promover respostas de tratamento da toxicodependência em meio prisional	Ind 04- Novo modelo de tratamento de reclusos com problemas ligados ao álcool PNNR Med. 58	31-12-15	1 novo modelo de tratamento	30-11-15	1 novo modelo de tratamento 14-12-15	-17 dias	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 05- Novo modelo de tratamento de reclusos toxicodependentes	31-12-15	1 proposta de modelo de tratamento	30-11-15	-	-	Não Atingiu	
CCGCS.03 Melhorar os documentos de trabalho disponíveis para a uniformização de procedimentos na prestação de cuidados de saúde na DGRSP	Ind 06- Proposta de revisão do Manual de Procedimentos da Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional QUAR.11 Ind 13	31-12-15	1 proposta de revisão de procedimentos	30-09-15	1 proposta de revisão de procedimentos 12-12-2015	-19 dias	Atingiu	Atingiu
	Ind 07- Proposta de Manual de Procedimentos para a prestação de cuidados de saúde em Centros Educativos	15-12-15	1 proposta de procedimentos	30-09-15	1 proposta de procedimentos 06-06-2015	-208 dias	Superou	
CCGCS.04 Reforçar a qualidade do tratamento na área da saúde mental, melhorando a articulação com os serviços de saúde mental do Serviço Nacional de Saúde	Ind 08- Proposta de medidas que visem reforçar a qualidade de tratamento junto dos reclusos inimputáveis	30-06-15	1 proposta	30-05-15	1 proposta 28-05-15	-33 dias	Superou	Superou
	Ind 09- Proposta de plano de operacionalização das medidas que visem reforçar a qualidade de tratamento junto dos reclusos inimputáveis	31-12-15	1 proposta	30-11-15	1 proposta 30-11-15	-31 dias	Superou	
CCGCS.05 Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos PNNR Med. 40	Ind 10- Projeto piloto iniciado	31-12-15	1 projeto piloto iniciado	31-10-15	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGPATP.01 Melhorar a qualidade da intervenção na área da avaliação e programação do tratamento prisional	Ind 01- Nº de grelhas de avaliação de conformidade do PIR analisadas PNNR Med. 3	30-06-15	30 (10% das grelhas aplicadas pelos EP em 2014)	45 (15% das grelhas aplicadas pelos EP em 2014)	45	+15	Superou	Não Atingiu
	Ind 2 – Relatório de apuramento de dados por EP, sobre o nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas PNNR Med. 3	31-12-15	1 relatório	1 relatório de avaliação com propostas de melhoria	-	-1	Não Atingiu	
	Ind 03- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI QUAR 05 Ind 06 PNNR Med. 3	31-12-15	85%	90%	85%	0	Atingiu	
	Ind 04- Nº de sessões de apoio técnico realizadas com técnicos dos Serviços de Tratamento Prisional	31-12-15	6 sessões	8 sessões	-	-6	Não Atingiu	
CCGPATP.02 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Proposta de projeto-piloto de implementação de sistema de avaliação regular do impacto das ações escolares e de formação profissional PNNR Med. 11	30-10-15	1 proposta de projeto-piloto	1 projeto-piloto iniciado	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	Ind 06- Levantamento das necessidades de atualização da colaboração com o Ministério da Educação PNNR Med. 7	31-12-15	1 levantamento	1 proposta de atualização do quadro de colaboração	1 proposta de atualização do quadro de colaboração	-	Superou	
	Ind 07- Proposta de modelo organizativo da formação profissional redefinido PNNR Med. 8	31-12-15	1 proposta de modelo organizativo	30-11-15	-	-	Não Atingiu	
	Ind 08- Relatório de apuramento de dados, por EP, sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	-	-1	Não Atingiu	
	Ind 09- Nº de propostas de protocolos para promoção de condições para a integração de reclusos no ensino superior PNNR Med. 14	31-12-15	2 propostas de protocolos	3 propostas de protocolos	1 protocolo	-1	Não Atingiu	

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGPATP.03 Aumentar e estruturar as ofertas culturais e artísticas no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de propostas de protocolos com novas entidades externas dinamizadoras de ações socioculturais	31-12-15	2 propostas de protocolos com novas entidades externas	3 propostas de protocolos com novas entidades externas	-	-2	Não Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 45							
	Ind 11- Proposta de quadro de apoio técnico-financeiro	31-12-15	1 proposta de quadro de apoio técnico-financeiro	30-11-15	-	-1	Não Atingiu	
	PNNR Med. 41							
	Ind 12- Nº de atividades culturais na área das artes plásticas, expressivas e dramáticas, de âmbito nacional realizadas	31-12-15	3 atividades culturais de âmbito nacional realizadas, após aprovação de proposta	1 relatório de avaliação	4 atividades culturais de âmbito nacional realizadas e relatório de avaliação	-	Superou	
	PNNR Med. 42							
	Ind 13- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	5 ações	+3	Superou	
	PNNR Med. 43							
CCGPATP.04 Reforçar e qualificar a intervenção desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 14 - Proposta de Manual de Procedimentos do Desporto em Meio Prisional	31-12-15	1 proposta de Manual	30-11-15	1 proposta de Manual 23-11-2015	-38 dias	Superou	
	PNNR Med. 49							
	Ind 15- Nº de ações de sensibilização e de informação sobre temas desportivos com relevância no tratamento prisional realizadas	31-12-15	12 ações realizadas	15 ações realizadas	15 ações realizadas	+3	Superou	
	PNNR Med. 50							
	Ind 16- Projeto de promoção da saúde através da atividade física	31-12-15	1 proposta de projeto-piloto	1 projeto-piloto iniciado	1 proposta de projeto-piloto	-	Atingiu	
	PNNR Med. 51							
	Ind 17- Proposta de quadros competitivos desportivos de âmbito nacional e regional	31-12-15	1 quadro competitivo realizado após aprovação da proposta	2 quadros competitivos realizados após aprovação da proposta	1 quadro competitivo realizado após aprovação da proposta	-	Atingiu	
PNNR Med. 52								
Ind 18- Proposta de rede de EPs para implementação de atividades desportivas	31-12-15	1 proposta para 2 projetos-piloto	2 projetos-piloto iniciados	-	-1	Não Atingiu		
PNNR Med. 53								

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
	Ind 19-Nº de propostas de protocolos com entidades externas para realização de atividades desportivas	31-12-15	3 propostas de novos protocolos	5 propostas de novos protocolos		-3	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							
	Ind 20- Relatório de apuramento de dados, por EP, sobre o nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
CCGPATP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 21- Nº de ações de formação dirigidas a voluntários	31-12-15	1 ação	2 ações	1 ação	0	Atingiu	
	Ind 22- Relatório de avaliação da execução do Plano Nacional de Voluntariado na DGRSP	31-12-15	1 relatório	30-11-15	1 Relatório 29-12-2015	-2 dias	Atingiu	Atingiu
	Ind 23- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado	31-12-15	5%	10%	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 47 e Med. 55							
CCGPATP.06 Definir um sistema progressivo por fases na execução de pena de prisão	Ind 24 - Proposta de sistema progressivo por fases	31-12-15	1 proposta	1 projeto-piloto iniciado	1 proposta apresentada pelo EP Leiria Jovens em 30-06-2015	-	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 4							
CCGPATP.07 Promover condições para implementação de e-learning em contexto prisional	Ind 25 - Projeto piloto de e-learning	31-12-15	1 projeto piloto de e-learning implementado	1 projeto piloto de e-learning avaliado	1 projeto piloto de e-learning – E-Pris, implementado no EP Sta Cruz do Bispo Feminino	-	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 13							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCTDAE.01 Promover condições favoráveis à integração social e laboral de reclusos	Ind 01- Nº de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5 233	5 392	5 442	+209	Superou	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							
	Ind 02- Levantamento da atividade do trabalho organizado pelos EPS e em colaboração com entidades externas à data de 30-06-2015, segundo a situação prisional, nacionalidade, regime prisional e atividade económica	31-12-15	1 levantamento estatístico	1 relatório de avaliação da atividade laboral	1 levantamento estatístico	.	Atingiu	
	PNNR Med. 15 PNNR Med. 17							
CCTDAE.02 Equilibrar a distribuição da ocupação laboral pelos setores de atividade disponíveis	Ind 03- % de reclusos colocados, em permanência, nos setores de atividade produtivos (oficinais, agrícola, produção animal e silvicultura)	31-12-15	Distribuição da ocupação laboral igual ou superior a 40% no conjunto dos setores oficinais, agrícolas, produção animal e silvicultura	Distribuição da ocupação laboral igual ou superior a 45% no conjunto dos setores oficinais, agrícolas, produção animal e silvicultura	7,8%	-32,2%	Não Atingiu	Não Atingiu
CCTDAE.03 Dinamizar, consolidar e formalizar a cooperação com entidades externas para colocação de reclusos em RAI e RAE	Ind 04- Nº de protocolos formalizados	31-12-15	10 protocolos	12 protocolos	15 Não enviou Protocolos	+5	Superou	Superou
CCTDAE.04 Requalificar espaços destinados à atividade laboral	Ind 05- Nº de propostas de dinamização das atividades económicas	31-12-15	3 Propostas	4 Propostas	20 Propostas Não enviou propostas	+17	Superou	Superou
	Ind 06- Nº de espaços oficinais e/ou agrícolas requalificados e/ou reaproveitados	31-12-15	6 espaços oficinais e/ou agrícolas	10 espaços oficinais e/ou agrícolas	17 Não enviou propostas	+11	Superou	
CCTDAE.05 Divulgar bens e serviços produzidos em contexto prisional	Ind 07- N.º de eventos realizados	31-12-15	3 eventos	4 eventos	4 eventos	+1	Superou	Superou

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
	Ind 08- Registo da marca associada aos produtos das indústrias de inclusão	31-12-15	1 registo de marca	30-10-15	1 registo de marca 15-04-15	-260 dias	Superou	
	PNNR Med. 20							
	Ind 09- Catálogo/ codificação dos bens produzidos nas explorações económicas dos estabelecimentos prisionais	31-12-15	1 catálogo/ codificação disponível no site Amadia	30-10-15	1 catálogo 28-05-15	-217 dias	Superou	
CCTDAE.06 Conceber ferramentas informáticas para monitorização e gestão da atividade económica	Ind 10- N.º de bases de dados concebidas	30-09-15	1 base de dados	2 bases de dados	2 bases de dados	+1	Superou	Superou
	Ind 11- N.º de bases de dados implementadas	31-12-15	1 base de dados	2 bases de dados	2 bases de dados	+1	Superou	
CCTDAE.07 Elaborar guias de gestão das diferentes modalidades de trabalho e atividades ocupacionais	Ind 12- N.º de guias de gestão das diferentes modalidades de trabalho e atividades ocupacionais	31-12-15	16 guias	30-11-15	18 guias 30-06-15	+2 guias -184 dias	Superou	Superou
	PNNR Med. 21							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

**Avaliação de resultados do Centro de Competências
para a Gestão de Programas e Projetos**

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGPP.01 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 01- Nº de ofensores adultos com medidas de execução na comunidade integrados em programas para problemáticas criminais específicas	31-12-15	1 200	1 260	1 489	+289	Superou	Atingiu
	QUAR.02 Ind 02							
	Ind 02 – Nº de reclusos integrados em programas para problemáticas criminais específicas	31-12-15	1 800	1 885	1 874	+74	Atingiu	
	QUAR.02 Ind 03							
	Ind 03- Nº de novos programas	31-12-15	3 novos programas	4 novos programas	3 novos programas	0	Atingiu	
	PNNR Med. 30							
	Ind 04- Nº de ações de formação destinadas a aplicadores de programas realizadas	31-12-15	10 ações	15 ações	20 ações	+10	Superou	
	PNNR Med. 31							
	Ind 05- Nº de projetos piloto implementados	31-12-15	1 projeto piloto implementado	2 projetos piloto implementado	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 32							
CCGPP.02 Avaliar programas dirigidos a problemáticas criminais específicas	Ind 06- Nº de estudos de avaliação do impacto dos programas realizados	31-12-15	2 estudos realizados	30-11-15	1	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 33							
CCGPP.03 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos ¹	Ind 07- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	Projetos piloto realizados nos EP's de Caldas da Rainha, Elvas e Torres Novas	-	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 25							
	Ind 08- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 26							

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGPP.04 Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Ind 09- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios PNNR Med. 75	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)	34 (EP Odemira)	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	Ind 10- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios PNNR Med. 76	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)	34 (EP Odemira)	-	Não Atingiu	
CCGPP.05 Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos	Ind 11- Projeto piloto iniciado PNNR Med. 40	31-12-15	1 projeto piloto iniciado	31-10-15	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
CCGPP.06 Selecionar e adaptar ao contexto nacional boas práticas nacionais e internacionais	Ind 12- Nº de boas práticas adaptadas	31-12-15	1 boa prática adaptada	2 boas práticas adaptadas	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
CCGPP.07 Desenvolver estudo sobre a reincidência dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça	Ind 13- Estudo sobre avaliação da reincidência geral, de matriz retrospectiva, dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça QUAR.07 Ind 09 PNNR-Justiça Juvenil Med.10	15-12-15	1 relatório preliminar com resultados estatísticos	1 atividade pública de dissemin. do estudo	1 relatório preliminar com resultados estatísticos apresentados publicamente no Seminário Internacional Delinquência Juvenil: processos de desistência, identidade e laço social	-	Superou	Superou
	Ind 14- Estudo exploratório de natureza qualitativa de follow-up/desistência criminal de jovens anteriormente sujeitos à medida de internamento em centro educativo PNNR-Justiça Juvenil Med.9 e Med.10	31-12-15	1 relatório do estudo	1 atividade pública de disseminação do estudo	1 relatório do estudo apresentado publicamente no Seminário Internacional Delinquência Juvenil: processos de desistência, identidade e laço social	-	Superou	

¹ Decorreu no ISCTE nos dias 10 e 11-dez-2015.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CCGPP.08 Promover o desenvolvimento de práticas restaurativas na área tutelar educativa	Ind 15- Estudo e pesquisa atualizada sobre práticas no âmbito da justiça restaurativa	31-12-15	1 relatório de estudo com proposta do plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas ²	31-10-15	2	-	Não Atingiu	Não Atingiu
CCGPP.09 Avaliar e credenciar programas dirigidos a problemáticas criminais específicas	Ind 16- Proposta de definição de critérios para aprovação de programas	31-12-15	1 proposta contendo critérios de aprovação programas	31-10-15	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 34							
CCGPP.10 Alargar unidades especializadas no sistema prisional para pessoas com deficiência	Ind 17- Proposta de unidades especializadas reconvertidas	31-12-15	1 proposta	31-10-15	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 90							

² Por despacho de 13-janeiro-2016, do Sr. Subdiretor-Geral, na Informação nº 55/DSJJ/2015, de 30 de novembro, a reformulação da designação do indicador 11 e meta associada foi superiormente autorizada, por impossibilidade de concretizar o indicador até ao final do ano e não constituição do respetivo grupo de trabalho. A meta foi reformulada de apresentação de proposta de programa para relatório de estudo com proposta de plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas. Foi ainda proposta a integração de terceiro elemento no grupo de trabalho. Da Informação Conjunta Nº: 65/DSJJ /2015, de 30 de dezembro e 126/CCGPP /2015, de 30 de dezembro consta ponto de situação que indicia que a meta proposta como reformulação não terá sido atingida por falta de despacho superior. Ora um pedido de reformulação datado de 30 de novembro indica que o trabalho proposto (relatório de estudo com proposta de plano de ação para a realização do programa das práticas restaurativas), e cujo desenvolvimento concreto não estava dependente de autorização superior, se encontraria em finais de novembro em fase de concretização, pelo que se conclui pelo incumprimento do objetivo.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Alcoentre

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	97%	+12%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	21 grelhas	+11	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	10	+3	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	35%	+30%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	38%	+33%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	22%	17%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	8 novas propostas	+5	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	5 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	
PNNR Med. 56								
Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou		
PNNR Med. 56								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo¹

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14 75%	85%	63%	-12%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ²	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	1	-4	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	56%	+51%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ O Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo contabiliza a atividade da Cadeia de Apoio da Horta quando se justificar.

² Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2013): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	3 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	-	-2	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	-	-1	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Aveiro

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	91%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	5	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	-	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	4%	-1%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	20%	+15%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	37%	+32%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12r5	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	7 atividades desportivas realizadas	+6	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Beja

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	92%	+7%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3 grelhas	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	5,5	+0,5	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	-	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	5%	-	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	2 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Braga

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	97%	+12%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	7	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	62%	+57%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	75%	+70%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	3 novas propostas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	5 ações	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Bragança

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	97%	+12%	Superou	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	6 grelhas	0	Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	2	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	15%	+10%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	14%	+9%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	29%	+24%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	11 novas propostas	+10	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	2 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	7	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	32%	+27%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística PNNR Med. 47	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto PNNR Med. 55	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE PNNR Med. 6	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	4 novas propostas	+2	Superou	Superou
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais PNNR Med. 43	31-12-15	2 ações	3 ações	5 ações	+3	Superou	Superou
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas PNNR Med. 56	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada PNNR Med. 56	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Torres Novas * EP Caldas da Rainha * EP de Elvas								
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade PNNR Med. 25	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	1 projeto piloto	-	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade PNNR Med. 26	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	-	-	Não Atingiu	

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional da Carregueira

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14 75%	85%	94%	+19%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	16 grelhas	+6	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	16	+9	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório com proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	48%	+43%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	18%	+13%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favoráveis do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	7 novas propostas	+4	Superou	Superou
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	5 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
PNNR Med. 56								
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP.10 Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos	EP da Carregueira							
	Ind 15- Projeto piloto iniciado	31-12-15	1 projeto piloto iniciado	31-10-15			1	
	PNNR Med. 40							
EP.14 Promover condições favoráveis para a implementação de equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social	EP da Carregueira * EP de Setúbal * EP de Caxias* EP do Linhó							
	Ind 21- % de relatórios de apoio à tomada de decisão elaborados pelas equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social com recurso a 3 fontes de informação	31-12-15	70%	100%	100%	+30%	Superou	Superou
	PNNR Med. 40							
EP.15 Reforçar a ligação dos estabelecimentos prisionais à comunidade	Ind 22- Nº de redes comunitárias integradas pelo EP	31-12-15	1 rede	2 redes	2 diligências de integração em redes comunitárias	+1	Superou	Superou

¹ Avaliação não viável, não sendo o não cumprimento da responsabilidade do Estabelecimento Prisional, dado que a apresentação de projeto-piloto caberia ao CCGPP, pertencendo ao EP da Carregueira criar condições para a sua implementação

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	80%	-5%	Não Atingiu	
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	10 grelhas	+4	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	5,5	+0,5	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-12%	-17%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	19%	+14%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	1 nova proposta	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	2 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Caxias

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	26%	-34%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = < 250 6 grelhas	9 grelhas	-	-6	Não Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	1	-6	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	24%	+19%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	13%	+8%	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	7%	+2%	Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	-	-3	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	4 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP da Carregueira * EP de Setúbal * EP de Caxias* EP do Linhó								
EP.14 Promover condições favoráveis para a implementação de equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social	Ind 21- % de relatórios de apoio à tomada de decisão elaborados pelas equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social com recurso a 3 fontes de informação	31-12-15	70%	100%	100%	+30%	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
EP.15 Reforçar a ligação dos estabelecimentos prisionais à comunidade	Ind 22- Nº de redes comunitárias integradas pelo EP	31-12-15	1 rede	2 redes	3 diligências de integração em redes comunitárias	+2	Superou	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Chaves

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	4	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	25%	+20%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2013): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	35%	+30%	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	-	-2	Não Atingiu	
	PNNR Med. 43							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	5 atividades desportivas realizadas	+4	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Coimbra

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	19 grelhas	+9	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	9	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	12%	7%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	12%	7%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	8 novas propostas	+5	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	4 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Covilhã

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	99%	+14%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	3	+1	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	5%	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	64%	+59%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
PNNR Med. 56								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Elvas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	-	-3	Não Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	3,5 programas aplicados	+1,5	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-4%	-9%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	9 ações	+7	Superou	Não Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	-	-1	Não Atingiu	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	-	-	Não Atingiu	
PNNR Med. 56								
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Torres Novas * EP Caldas da Rainha * EP de Elvas								
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	1 projeto piloto	-	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 25							
	Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	-	-	Não Atingiu	
PNNR Med. 26								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Évora

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	81%	+21%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	Caso excepcional 1	Caso excepcional 3	1	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	0	Atingiu	Atingiu
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	14%	+9%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	28%	+23%	Superou	
	PNNR Med. 55							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	2 ações	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Faro

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	88%	+3%	Atingiu	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	3	-2	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	0	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	7%	+2%	Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	3 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Funchal

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	98%	+13%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	10 grelhas	+4	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	7	-3	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-1	Não Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	37%	+32%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	89%	+84%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 3 novas propostas	-	-2	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	2 ações	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	3 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional da Guarda

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	97%	+12%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	7	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	5%	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	24%	+19%	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	6%	+1%	Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	2 novas propostas	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	10 ações	+8	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	6 atividades desportivas realizadas	+4	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Guimarães

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	92%	+7%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	4	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	31%	+26%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	73%	+68%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	68%	+63%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	24 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	5 atividades desportivas realizadas	+4	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Izeda

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	93%	+8%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	15 grelhas	+5	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	9,5	+2,5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	23%	+18%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	32%	27%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	3 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	5 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Lamego

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	8 grelhas	+2	Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	3	+1	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 9							
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	0	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-2%	-7%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	26%	+21%	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	8%	+3%	Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	2 ações	0	Atingiu	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Leiria

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	6	+1	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	21%	+16%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	14%	+9%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	19%	+14%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	2 novas propostas	+1	Superou	Superou
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	6 atividades desportivas realizadas	+5	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
PNNR Med. 56								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	9	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	16%	+11%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	42%	37%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 3 novas propostas		1		
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	3 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Leiria Jovens								
EP.13 Definir um sistema progressivo por fases na execução de pena de prisão	Ind 20- Proposta de sistema progressivo por fases	31-12-15	1 proposta	1 projeto-piloto iniciado	1 proposta 30-06-15	-	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 4							

¹ Indicador anulado com acolhimento superior, devido ao investimento do Estabelecimento Prisional no sistema progressivo por fases na execução de pena de prisão.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Linhó

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	92%	+7%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	16 grelhas	+6	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	9	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-8%	-13%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/ equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	7%	+2%	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	-	-3	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	5 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP da Carregueira * EP de Setúbal * EP de Caxias* EP do Linhó								
EP.14 Promover condições favoráveis para a implementação de equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social	Ind 21- % de relatórios de apoio à tomada de decisão elaborados pelas equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social com recurso a 3 fontes de informação	31-12-15	70%	100%	100%	+30%	Superou	Superou
EP.15 Reforçar a ligação dos estabelecimentos prisionais à comunidade	Ind 22- Nº de redes comunitárias integradas pelo EP	31-12-15	1 rede	2 redes	2 diligências de integração em redes comunitárias	+1	Superou	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Lisboa

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	59%	-1%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	10 grelhas	0	Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	8	+1	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-1	Não Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	0%	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	1 nova proposta	-2	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	
	PNNR Med. 43							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	9 atividades desportivas realizadas	+6	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Monsanto

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	95%	+10%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	Caso excepcional 1	Caso excepcional 3	1	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	2 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

¹ Nota explicativa complementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Montijo

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14	85%	89%	+14%	Superou	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3		75%					
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250	9 grelhas	6 grelhas	0	Atingiu	
	PNNR Med. 3		6 grelhas					
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	1	-4	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	-	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 3 novas propostas	3 novas propostas	+1	Superou	Superou
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	1 ação	-1	Não Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos	-	Atingiu	
PNNR Med. 56								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Odemira

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	94%	+9%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	4	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	14%	+9%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	2 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	5 ações	+3	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Sintra * EP de Odemira								
EP.12 Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Ind 18- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)	34 reclusos com formação	+9	Superou	
	PNNR Med 75							Superou
	Ind 19- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)	34 reclusos com formação	+9	Superou	
	PNNR Med 76							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Olhão

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	91%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	4	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	29%	+24%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	13%	+8%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	4 novas propostas	+3	Superou	Superou
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
PNNR Med. 56								

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	25 grelhas	+15	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	14	+7	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	-	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	
PNNR Med. 55								
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	4 novas propostas	-	Superou	Superou
PNNR Med. 6								
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	14 ações	+12	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	15 atividades desportivas realizadas	+12	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
PNNR Med. 56								
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP.08 Melhorar os documentos de trabalho disponíveis para a uniformização de procedimentos na prestação de cuidados de saúde na DGRSP	Hospital Prisional S. João de Deus * EP Paços Ferreira							
	Ind 13- Proposta de revisão do Manual de Procedimentos da Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional	31-12-15	1 proposta de revisão de manual de procedimentos	30-09-15	1 proposta de revisão de manual de procedimentos 12-12-15	-19 dias	Atingiu	Atingiu

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14	85%	63%	-12%	Não Atingiu	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3		75%					
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250	15 grelhas	15 grelhas	+5	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	2	-5	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-1	Não Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-11%	-16%	Não Atingiu	Não Atingiu

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	5 novas propostas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	20 ações	+18	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	-	-3	Não Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária de Lisboa

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	95%	+35%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	Caso excepcional 1	Caso excepcional 3	4	+3	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 9							
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	9%	+4%	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	6 ações	+4	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	8 atividades desportivas realizadas	+7	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária do Porto

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	Caso excepcional 1	Caso excepcional 3	2,5	+1,5	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	5%	5%	10%	16%	+11%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	
	PNNR Med. 55							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	2 ações	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	
PNNR Med. 56								
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	93%	+8%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	10 grelhas	+4	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	5	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							
	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	91%	+86%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	65%	+60%	Superou	
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 3 novas propostas	4 novas propostas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	8 atividades desportivas realizadas	+7	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional do Porto

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	28%	-32%	Não Atingiu	
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	16 grelhas	+6	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	3	-4	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e um documento com proposta de melhoria	-	Superou	
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	10%	+5%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	89%	+84%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	-	-3	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	31 ações	+29	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	9 atividades desportivas realizadas	+6	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino

Objetivos	Indicadores	Meta		Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*		
		Data	Valor			Superação	Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	18 grelhas	+12	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	10	+3	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	17%	+12%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	16%	+11%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	1 nova proposta	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais PNNR Med. 43	31-12-15	2 ações	3 ações	13 ações	+11	Superou	Superou
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas PNNR Med. 56	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	11 atividades desportivas realizadas	+9	Superou	
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada PNNR Med. 56	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
Metas Específicas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino com modelo de gestão partilhada								
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 24- % de reclusas inscritas/ e a frequentar o sistema de ensino inseridas nos projetos educativos aprovados com o M.E.	31-12-15	75% aprovados com passagem de nível	85% aprovados com passagem de nível	57,5%	-17,5%	Não Atingiu	Atingiu
	Ind 25- Nº de ações de formação dinamizadas em articulação com entidades externas ao Acordo de Cooperação DGRSP	31-12-15	1 ação de formação	2 ações de formação	2 ações de formação	+1	Superou	
	Ind 26- Nº de processos elaborados/ candidaturas para ingresso ao ensino superior	31-12-15	1 candidatura	2 candidaturas	1 candidatura	0	Atingiu	
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 27- % de população reclusa com atividade laboral QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24	31-12-15	60% da população reclusa	75% da população reclusa	90%	+30%	Superou	Superou
EP.16 Promover condições para implementação de e-learning em contexto prisional	Ind 23- Projeto piloto de e-learning PNNR Med 13	31-12-15	1 projeto piloto de e-learning implementado	1 projeto piloto de e-learning avaliado	1 projeto piloto de e-learning avaliado	-	Superou	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Masculino

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Atingiu
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	10 grelhas	0	Atingiu	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	13,5	+6,5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	0	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	9%	+4%	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	26%	+21%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	4 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	10 ações	+8	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	4 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Setúbal

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	76%	+16%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	12 grelhas	+6	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	7,5	+0,5	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	6%	+1%	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	9%	+4%	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	3%	-2%	Não Atingiu	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >100 e ≤300 reclusos condenados 2 novas propostas	EPs com >100 e ≤ 300 reclusos condenados 3 novas propostas	-	-2	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	4 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP da Carregueira * EP de Setúbal * EP de Caxias* EP do Linhó								
EP.14 Promover condições favoráveis para a implementação de equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social	Ind 21- % de relatórios de apoio à tomada de decisão elaborados pelas equipas técnicas de tratamento prisional e reinserção social com recurso a 3 fontes de informação	31-12-15	70%	100%	100%	+30%	Superou	Superou
EP.15 Reforçar a ligação dos estabelecimentos prisionais à comunidade	Ind 22- Nº de redes comunitárias integradas pelo EP	31-12-15	1 rede	2 redes	2 diligências de integração em redes comunitárias	+1	Superou	Superou

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Silves

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14 75%	85%	100%	+25%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	5	+3	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Atingiu
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	1 novo protocolo	0	Atingiu	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	23%	+18%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	13%	+8%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	2 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	9 atividades desportivas realizadas	+8	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Sintra

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 80% e = ou > 60% a 31-12-14 75%	85%	89%	+14%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	18 grelhas	+8	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	7	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 documento com proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	-8%	-13%	Não Atingiu	Não Atingiu

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística PNNR Med. 47	31-12-15	5%	10%	8%	+3%	Atingiu	Não Atingiu
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto PNNR Med. 55	31-12-15	5%	10%	-	-5%	Não Atingiu	
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE PNNR Med. 6	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	14 novas propostas	+11	Superou	Superou
	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais PNNR Med. 43	31-12-15	2 ações	3 ações	4 ações	+2	Superou	Superou
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas PNNR Med. 56	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	4 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada PNNR Med. 56	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Sintra * EP de Odemira								
EP.12 Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Ind 18- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios PNNR Med. 75	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)				1
	Ind 19- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios PNNR Med. 76	31-12-15	50 reclusos com formação (EP Sintra-25; EP Odemira-25)	60 reclusos com formação (EP Sintra-30; EP Odemira-30)				

¹ Avaliação não viável, não sendo o não cumprimento da responsabilidade do Estabelecimento Prisional, dado que a organização da formação caberia ao CCGPP, pertencendo ao EP de Sintra criar condições para a sua implementação, nomeadamente selecionando os formandos e assegurando condições logísticas.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Tires

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	15 grelhas	+5	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	9,5	+2,5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
P.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	12%	+7%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	16%	11%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	13%	+8%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	4 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	12 ações	+10	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	3 atividades desportivas realizadas	+1	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Torres Novas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	91%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	7	+5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	15%	+10%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	39%	+34%	Superou	Superou
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	3 novas propostas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	35 ações	+33	Superou	
	PNNR Med. 43							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP de Torres Novas * EP Caldas da Rainha * EP de Elvas								
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	1 projeto piloto	-	Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 25							
	Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	31-12-15	1 projeto piloto realizado	1 relatório avaliação do projeto piloto	-	-	Não Atingiu	
	PNNR Med. 26							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	95%	+10%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	15 grelhas	+5	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	7	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e propostas de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	5%	0	Atingiu	Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	67%	+62%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	16%	+11%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	5 novas propostas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	-	-2	Não Atingiu	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs ≥ 400 reclusos 3	EPs ≥ 400 reclusos 4	2 atividades desportivas realizadas	-1	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	95%	+10%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 250 10 grelhas	15 grelhas	15 grelhas	+5	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 7	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão elevado 9	11,5	+4,5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	18%	+13%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	25%	+20%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	21%	+16%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com >300 reclusos condenados 3 novas propostas	EPs com > 300 reclusos condenados 4 novas propostas	4 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	Eps ≥ 150 até 400 reclusos 2	EPs ≥ 150 até 400 reclusos 3	5 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	10 grelhas	+4	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	4,5	+2,5	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo 5%	2 novos protocolos 10%	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	22%	+17%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	38%	+33%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	20%	+15%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 rsta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	2 novas propostas	+1	Superou	Superou
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	7 ações	+5	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	4 atividades desportivas realizadas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Vila Real

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	91%	+6%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 > 50 e = ou < 250 6 grelhas	9 grelhas	9 grelhas	+3	Superou	
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 5	EPs Segurança Alta/ Grau de complexidade de gestão médio 7	7	+2	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram ods cursos escolares e de formação profissional	31-12-15	1 relatório	1 documento com propostas de melhoria	1 relatório e proposta de melhoria	-	Superou	Superou
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	31-12-15	1 novo protocolo	2 novos protocolos	2 novos protocolos	+1	Superou	
	PNNR Med. 9							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	4%	-1%	Não Atingiu	Não Atingiu
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	66%	+61%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	47%	+42%	Superou	
	PNNR Med. 55							
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	-	-	Não Atingiu	Não Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	5 ações	+3	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	3 atividades desportivas realizadas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos e proposta de melhoria	-	Superou	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Estabelecimento Prisional de Viseu

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs < 60% a 31-12-14 60%	75%	81%	+21%	Superou	Superou
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	5 grelhas	+2	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 2	EPs com ocupação inferior a 100 reclusos (a 31-03-15) 4	3	+1	Atingiu	Atingiu
	QUAR.02 Ind 03							
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	31-12-15	5%	10%	21%	+16%	Superou	Superou
	QUAR.03 Ind 04 PNNR Med. 24							
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	31-12-15	5%	10%	11%	+6%	Superou	Superou
	PNNR Med. 47							
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	31-12-15	5%	10%	58%	+53%	Superou	
	PNNR Med. 55							

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	15-12-15	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 1 nova proposta	EPs com ≤ 100 reclusos condenados 2 novas propostas	1 nova proposta	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 6							
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	31-12-15	2 ações	3 ações	3 ações	+1	Superou	
	PNNR Med. 43							
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	31-12-15	EPs até 150 reclusos 1	EPs até 150 reclusos 2	1 atividade desportiva realizada	0	Atingiu	Atingiu
	PNNR Med. 56							
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	31-12-15	1 documento com apuramento reclusos praticantes de atividade desportiva organizada	1 documento com propostas de melhoria da atividade desportiva organizada	1 documento com apuramento de reclusos	-	Atingiu	
	PNNR Med. 56							

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Hospital Prisional S. João de Deus

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultados	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	31-12-15	EPs com % PIRs = ou > 80% a 31-12-14 85%	90%	100%	+15%	Superou	
	QUAR.05 Ind 06 PNNR Med. 3							
	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	31-12-15	EPs com nº de PIRs em execução a 31-12-14 = ou < 50 3 grelhas	5 grelhas	6 grelhas	+3	Superou	Superou
	PNNR Med. 3							
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação ¹	31-12-15	Caso excepcional 1	Caso excepcional 3	5	+4	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 03							
Objetivos Específicos para Estabelecimentos Prisionais Específicos								
EP.08 Melhorar os documentos de trabalho disponíveis para a uniformização de procedimentos na prestação de cuidados de saúde na DGRSP	Hospital Prisional S. João de Deus * EP Paços Ferreira							
	Ind 13- Proposta de revisão do Manual de Procedimentos da Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional	31-12-15	1 proposta de revisão de manual de procedimentos	30-09-15	1 proposta de revisão de manual de procedimentos 12-12-15	-19 dias	Atingiu	Atingiu
EP.09 Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Hospital Prisional S. João de Deus							
	Ind 14- Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	31-12-15	1 projeto piloto implementado em EP	2 projetos piloto implementados em EP	-	-1	Não Atingiu	Não Atingiu

¹ Nota explicativa suplementar indicador 3: Critérios de ponderação/ equivalência em função da intensidade dos programas (de acordo com o Catálogo de Programas – 2014): Grau de intensidade elevado = 3 programas; Grau de intensidade médio = 1,5 programa; Grau de intensidade baixo = 1 programa. (Ex: A aplicação de 1 programa de intensidade elevada (i.e., GPS, Agressores Sexuais) equivale à aplicação de 3 programas de baixa intensidade (i.e. Estrada Segura, Plano de Contingência).

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.



Avaliação de resultados da Delegação Regional de Reinserção do Norte								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRN.01 Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	Ind 01- % de técnicos de equipa de reinserção social com relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	80,8%	+0,8%	Atingiu	Atingiu
DRRN.02 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias	Ind 02- % de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	92,7%	+12,7%	Atingiu	Atingiu
	QUAR.06 Ind 07							
	Ind 03- % de equipas de reinserção social com penas/medidas probatórias supervisionadas	30-09-15	90%	95%	100%	+10%	Superou	
	QUAR.06 Ind 08							
DRRN.03 Promover condições de eficácia e maior racionalização na resposta às solicitações dos tribunais na área penal	Ind 04- Relatório de avaliação da execução do trabalho comunitário a nível regional, incluindo diagnóstico de necessidades e sugestões	30-10-15	1 relatório de avaliação	1 documento sugestões alteração execução do trabalho comunitário	1 relatório regional de avaliação ¹ 31-10-15		Atingiu	Atingiu
	Ind 05- Relatório regional de diagnóstico dos constrangimentos das equipas de reinserção social na resposta aos pedidos judiciais no âmbito do apoio à tomada de decisão, centrado exclusivamente nas questões da avaliação da qualidade técnica, eficácia dos procedimentos e racionalização dos pedidos judiciais pré-sentenciais	31-07-15	1 relatório diagnóstico de âmbito regional	1 documento sugestões para superação de constrangimentos	1 relatório diagnóstico de âmbito regional ² 30-07-15	sugestões para superação de constrangimentos	Superou	

¹ A DRRN não adotou a estrutura de relatório que foi proposta pela DCST, tendo organizado a informação em quatro pontos: *Introdução; Metodologia; Análise de Resultados; Contributos para a superação de constrangimentos*. Na "Análise de Resultados" são exclusivamente apresentados pela DRRN dados estatísticos sobre o trabalho comunitário nas ERS. Nos "Contributos para a superação de constrangimentos" é apresentada uma listagem de 63 constrangimentos que, não sendo precedida do respetivo diagnóstico das necessidades é desprovida de qualquer organização consentânea com os parâmetros avaliativos conjuntamente pré-definidos. Não foi observado o critério de superação.

² O relatório de diagnóstico regional integra no ponto 5 "Sugestões para superação de constrangimentos".

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRN.04 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 06 – Nº de ofensores adultos integrados no programa para condutores em estado de embriaguez (Programa STOP)	31-12-15	DRRNorte 70 arguidos	DRRNorte 80 arguidos	93 ³ arguidos	+ 23 arguidos	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 02							
	Ind 07- Nº de arguidos integrados em programa para agressores de violência doméstica (PAVD e Programa Contigo)	31-12-15	DRRNorte 80 arguidos	DRRNorte 90 arguidos	377 ³ arguidos	+297 arguidos	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 02							
DRRN.05 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 08- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de acompanhamento educativo (no final da medida)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	72% ⁴ de jovens integrados	+22%	Superou	Superou
DRRN.06 Promover discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 09- Nº de casos discutidos em reunião de equipa de reinserção social com competência específica na área tutelar educativa com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+1	Superou	Superou
	PNRR - Justiça Juvenil Medida 4							

³ Resultado aferido pelo CCGPP, com dados fornecidos pela DRRN.

⁴ Das 25 medidas de Acompanhamento Educativo analisadas (do total de 38 cessadas entre 15.05.2015 e 31.12.2015), verifica-se que foram integrados um total de 18 jovens em escola, curso de formação profissional ou trabalho, correspondendo a 72% de jovens integrados no final da medida.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados da Delegação Regional de Reinserção do Centro

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRC.01 Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	Ind 01- % de técnicos de equipa de reinserção social com relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	58,2%	-21,8%	Não Atingiu	Não Atingiu
	Ind 02- % de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	61,7%	-18,3%	Não Atingiu	Atingiu
DRRC.02 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias	QUAR.06 Ind 07							
	Ind 03- % de equipas de reinserção social com penas/medidas probatórias supervisionadas	30-09-15	90%	95%	100%	+10%	Superou	
DRRC.03 Promover condições de eficácia e maior racionalização na resposta às solicitações dos tribunais na área penal	QUAR.06 Ind 08							
	Ind 04- Relatório de avaliação da execução do trabalho comunitário a nível regional, incluindo diagnóstico de necessidades e sugestões	30-10-15	1 relatório de avaliação	1 documento sugestões alteração execução do trabalho comunitário	1 relatório regional de avaliação ¹ 30-10-15	Diagnóstico e sugestões para promover condições de eficácia e maior racionalização	Superou	
	Ind 05- Relatório regional de diagnóstico dos constrangimentos das equipas de reinserção social na resposta aos pedidos judiciais no âmbito do apoio à tomada de decisão, centrado exclusivamente nas questões da avaliação da qualidade técnica, eficácia dos procedimentos e racionalização dos pedidos judiciais pré-sentenciais	31-07-15	1 relatório diagnóstico de âmbito regional	1 documento sugestões para superação de constrangim.	1 relatório diagnóstico de âmbito regional ² 29-07-15	Sugestões para superação de constrang.	Superou	Superou

¹ O relatório integra no capítulo 3 “Diagnóstico e sugestões para promover condições de eficácia e maior racionalização”, conforme parâmetros definidos.

² O relatório de diagnóstico regional integra no ponto 4 “Diagnóstico e sugestões”.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRC.04 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 06 – Nº de ofensores adultos integrados no programa para condutores em estado de embriaguez (Programa STOP)	31-12-15	DRRCentro 30 arguidos	DRRCentro 40 arguidos	73 ³ arguidos	+43 arguidos	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 02							
	Ind 07- Nº de arguidos integrados em programa para agressores de violência doméstica (PAVD e Programa Contigo)	31-12-15	DRRCentro 25 arguidos	DRRCentro 35 arguidos	131 ³ arguidos	+106 arguidos	Superou	
	QUAR.02 Ind 02							
DRRC.05 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 08- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de acompanhamento educativo (no final da medida)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	77,8% ⁴ de jovens integrados	+27,8%	Superou	Superou

³ Resultado aferido pelo CCGPP, com dados fornecidos pela DRRC.

⁴ Das 18 medidas de AE analisadas (do total de 23 cessadas entre 15.05.2015 e 31.12.2015), verifica-se que foram integrados um total de 14 jovens em escola, curso de formação profissional ou trabalho, correspondendo a 77,8% de jovens integrados no final da medida.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRSI.01 Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	Ind 01- % de técnicos de equipa de reinserção social com relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	100%	+20%	Superou	Superou
	Ind 02- % de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	30-09-15	80%	95%	96,8%	+16,8%	Superou	Superou
DRRSI.02 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias	QUAR.06 Ind 07							
	Ind 03- % de equipas de reinserção social com penas/medidas probatórias supervisionadas	30-09-15	90%	95%	100%	+10%	Superou	
DRRSI.03 Promover condições de eficácia e maior racionalização na resposta às solicitações dos tribunais na área penal	Ind 04- Relatório de avaliação da execução do trabalho comunitário a nível regional, incluindo diagnóstico de necessidades e sugestões	30-10-15	1 relatório de avaliação	1 documento sugestões alteração execução do trabalho comunitário	1 relatório de avaliação regional ¹ 21-10-15	sugestões para superação de constrangim. e notas finais conclusivas	Superou	Superou
	Ind 05- Relatório regional de diagnóstico dos constrangimentos das equipas de reinserção social na resposta aos pedidos judiciais no âmbito do apoio à tomada de decisão, centrado exclusivamente nas questões da avaliação da qualidade técnica, eficácia dos procedimentos e racionalização dos pedidos judiciais pré-sentenciais	31-07-15	1 relatório diagnóstico de âmbito regional	1 documento sugestões para superação de constrangim.	1 relatório diagnóstico regional ² 25-07-15	sugestões para superação de constrangim. e notas finais conclusivas	Superou	

¹ O relatório regional da execução do trabalho comunitário integra no ponto 5 sugestões para superação de constrangimentos e notas finais com linhas de reflexão e trabalho, a título conclusivo.

² O relatório de diagnóstico regional integra no ponto 5 sugestões para superação de constrangimentos e notas finais conclusivas.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DRRSI.04 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 06 – Nº de ofensores adultos integrados no programa para condutores em estado de embriaguez (Programa STOP)	31-12-15	DRRSI 100 arguidos (Lx=60; Sul - 20; Ilhas=20)	DRRSI 115 arguidos (Lx=60; Sul=25; Ilhas=30)	131 arguidos ⁵ (Lisboa=64 Sul=17 Ilhas=50 ⁴)	+ 31 arguidos (Lisboa=+4 Sul=-3 Ilhas=+30)	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 02							
DRRSI.05 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 07- Nº de arguidos integrados em programa para agressores de violência doméstica (PAVD e Programa Contigo)	31-12-15	DRRSI 80 arguidos (Lx – 60; Alg./ Alent. - 10; Ilhas – 10)	DRRSI 90 arguidos (Lx – 65; Alg./ Alent. -10; Ilhas – 15)	684 arguidos ⁵ (Lisboa=327 Sul=84 Contigo=273)	+604 arguidos (Lisboa=+267 Sul=+74 Contigo=+263)	Superou	Superou
	QUAR.02 Ind 02							
DRRSI.06 Promover discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 08- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de acompanhamento educativo (no final da medida)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	73% ⁶ de jovens integrados	+23%	Superou	Superou
	Ind 09- Nº de casos discutidos em reunião de equipa de reinserção social com competência específica na área tutelar educativa com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos ⁷	+1	Superou	
	PNRR - Justiça Juvenil Medida 4							

⁴ Nos Açores 47 arguidos e na Madeira 3 arguidos.

⁵ Resultado aferido pelo CCGPP, com dados fornecidos pela DRRSI.

⁶ Agregando os quatro NAT que integram a DRRSI, NAT de Lisboa=75% (103 em 138 jovens); NAT Sul=68% (13 em 19 jovens); NAT Madeira=75% (3 em 4 jovens); NAT Açores=33% (1 em 3 jovens), num total de 164 medidas de Acompanhamento Educativo, cessadas entre 15.05.2015 e 31.12.2015, verifica-se que foram integrados um total de 120 jovens em escola, curso de formação profissional ou trabalho, correspondendo a 73% de jovens integrados no final da medida.

⁷ 3 casos na Equipa Lisboa TE1 e 3 casos na Equipa Lisboa TE2.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.



Avaliação de resultados do Centro Educativo da Bela Vista								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CEBV.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CEBV.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	zero fugas	-1	Superou	
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	1 ¹ ausências não autorizadas	-1	Atingiu	Atingiu
CEBV.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	93,5%	+13,5%	Superou	Superou
CEBV.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	53,8% ²	+3,8%	Atingiu	Atingiu
CEBV.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+ 10%	Superou	Atingiu
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	70%	zero	Atingiu	

¹ O jovem esteve em ausência não autorizada cerca de 2 dias.

² No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 13 jovens foi alcançada a efetiva integração de 7 jovens, a que corresponde o nível de 53,8%.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro Educativo do Mondego

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CEM.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CEM.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	zero fugas	-1	Superou	Atingiu
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	3 ¹ ausências não autorizadas	+2	Não atingiu	
CEM.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	87,9%	+7,9%	Atingiu	Atingiu
CEM.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	66,6% ²	+16,6%	Superou	Superou
CEM.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+ 10%	Superou	Superou
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	100%	+30%	Superou	

¹ Dos 3 não regressos, um dos jovens foi reconduzido ao Centro Educativo do Mondego, 2 dias após a ocorrência, e outro cerca de 15 dias depois, permanecendo ainda um jovem em ausência não autorizada.

² No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 9 jovens foi alcançada a efetiva integração de 6 jovens, a que corresponde o nível de 66,6%.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro Educativo dos Olivais

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CEO.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CEO.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	zero fugas	-1	Superou	Superou
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	zero ausências não autorizadas	-2	Superou	
CEO.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	91,9%	+11,9%	Superou	Superou
CEO.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	57,1% ¹	+7,1%	Atingiu	Atingiu
CEO.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+10%	Superou	Superou
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	80%	+10%	Superou	

¹ No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 14 jovens foi alcançada a efetiva integração de 8 jovens, a que corresponde o nível de 57,1%.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro Educativo Navarro de Paiva

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CENP.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CENP.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	2 ¹ fugas	+1	Não atingiu	
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	zero ausências não autorizadas	-2	Superou	Atingiu
CENP.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	95,2%	+15,2%	Superou	Superou
CENP.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	68,7% ²	+18,7%	Superou	Superou
CENP.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+10%	Superou	Superou
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	100%	+30%	Superou	

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

¹ As 2 jovens que concretizaram a fuga foram reconduzidas ao Centro Educativo, cerca de 6 dias após a ocorrência, por ação dos agentes educativos do CENP em articulação com a GNR.

² No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 16 jovens foi alcançada a efetiva integração de 11 jovens, a que corresponde o nível de 68,7%.

Avaliação de resultados do Centro Educativo Padre António Oliveira

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CEPAO.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CEPAO.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	zero fugas	-1	Superou	Superou
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	zero ausências não autorizadas	-1	Superou	
CEPAO.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	93,5%	+13,5%	Superou	Superou
CEPAO.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	85,7% ¹	+35,7%	Superou	Superou
CEPAO.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+10%	Superou	Superou
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	100%	+30%	Superou	

¹ No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 7 jovens foi alcançada a efetiva integração de 6 jovens, a que corresponde o nível de 85,7%.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

Avaliação de resultados do Centro Educativo de Santo António

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
CESA.01 Promover a discussão de casos com base no Guião para a Gestão de Caso	Ind 01- Nº de casos discutidos em reunião de Conselho Pedagógico com base no Guião para a Gestão de Caso: exercício de aplicação do Guião a casos concretos	31-12-15	2 casos	3 casos	3 casos	+ 1	Superou	Superou
	PNRR-Justiça Juvenil-Medida 4							
CESA.02 Diminuir o nº de ausências não autorizadas em centro educativo	Ind 02- Nº de fugas de centro educativo ou em saídas acompanhadas	31-12-15	1 ocorrência resolvida em 24 horas	0 ocorrências	zero fugas	-1	Superou	Superou
	Ind 03- Nº de ausências não autorizadas (ANA) em saídas autorizadas sem acompanhamento	31-12-15	CEs com regime semi aberto Até 1 ANA CEs com regime aberto Até 2 ANAs	0 ausências não autorizadas	zero ausências não autorizadas	-1	Superou	
CESA.03 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na intervenção técnica na área tutelar educativa	Ind 04- % de conformidade com orientações técnicas em vigor - internamentos	31-12-15	80%	90%	88,7%	+8,7%	Atingiu	Atingiu
CESA.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	31-12-15	50% de jovens integrados	60% de jovens integrados	31,2% ¹	-18,8%	Não Atingiu	Não Atingiu
CESA.05 Assegurar a continuidade ao estudo da eficácia das medidas de internamento no âmbito do Projeto Reincidências	Ind.06 - % de casos com medidas aplicadas que integram a amostra do estudo, relativamente aos quais foi aplicado o instrumento da eficácia das medidas no 1º momento (medidas iniciadas até 31-mar) e no 2º momento da aplicação (terminadas até 31-dez)	31-12-15	90%	100%	100%	+10%	Superou	Superou
	Ind 07 - % de consentimentos informados obtidos dos casos que integram a amostra da eficácia das medidas e cujas medidas terminam até 31-dez-15	31-12-15	70%	80%	81,8%	+11,8%	Superou	

¹ No período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2015, do total de 16 jovens foi alcançada a efetiva integração de 5 jovens, a que corresponde o nível de 31,2%.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pela unidade orgânica.

ÁREA INSTRUMENTAL

Avaliação de resultados do Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação do Norte								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
SAI.01 Melhorar a celeridade processual nos processos do foro disciplinar (inquéritos e disciplinares) reduzindo a pendência processual em 10%, face à pendência processual verificada a 31.12.14	Ind 01- Nº de processos distribuídos entre 01.01.2015 e 31.12.2015	31-12-15	10%	15%	Aumento da pendência de 34 para 57 processos (68%)	+23 processos (78%)	Não atingiu	Não atingiu
SAI.02 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Centros Educativos (art.º 58.º do RGDC)	Ind 02- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Norte 1	Norte 2	1 inspeção CESA	zero	Superou ²	Superou
	Ind 03- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Norte 1 relatório final	30-09-15	CESA 28-09-15	- 94 dias	Superou	
SAI.03 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Estabelecimentos Prisionais	Ind 04- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Norte 1	Norte 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	2 inspeções EP Santa Cruz do Bispo Feminino ³ EP junto da Polícia Judiciária do Porto	+1 inspeção	Superou	Superou
	Ind 05- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Norte 1 relatório final	31-10-15	EP Santa Cruz do Bispo Feminino 26-10-15	-66 dias	Superou	
SAI.04 Realizar inspeção inopinada a Estabelecimentos Prisionais, com vista à verificação das condições higiénico-sanitárias das cozinhas e da confeção da alimentação	Ind 06- Número de inspeções realizadas	31-12-15	Norte 1	Norte 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	2 inspeções EP Santa Cruz do Bispo Feminino ³ EP Chaves	+1 inspeção	Superou	Superou
	Ind 07- Data de entrega do relatório final	31-12-15	Norte 1 relatório final	30-11-15	EP Santa Cruz do Bispo Feminino 30-11-15	- 31 dias	Superou	

¹ A pendência de Inquéritos e disciplinares, em 31-12-2014 era de 34 e em 31-12-2015 atingiu os 57 processos, a que corresponde o aumento de 23 pendências no final do ano (+68%). A não redução das pendências encontra explicação na imobilização da viatura, por avaria, de março a junho-2015, devido à elevada quilometragem, antiguidade e vasta área territorial do SAI. Também a carência de recursos humanos, nomeadamente a necessidade de mais 2 Técnicos Superiores, não permitiram reduzir as pendências.

² Uma vez que na área territorial do SAI Norte passou a existir apenas um centro educativo em funcionamento (o Centro Educativo de Santa Clara continua encerrado) o indicador foi considerado superado.

³ O Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino é de grau de complexidade de gestão elevado, conforme Mapa I, a que se refere o artigo 3º da Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados do Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação do Centro

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
SAI.01 Melhorar a celeridade processual nos processos do foro disciplinar (inquéritos e disciplinares) reduzindo a pendência processual em 10%, face à pendência processual verificada a 31.12.14	Ind 01- Nº de processos distribuídos entre 01.01.2015 e 31.12.2015	31-12-15	10%	15%	Redução da pendência de 11 para 3 processos 72,7% ¹	+62,7%	Superou	Superou
SAI.02 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Centros Educativos (art.º 58.º do RGDC)	Ind 02- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Centro 1	Centro 2	2 inspeções CEM CEO	+1 inspeção	Superou	Superou
	Ind 03- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Centro 1 relatório final	30-09-15	2 relatórios CEM 23-09-15 CEO 24-09-15	- 98 dias	Superou	
SAI.03 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Estabelecimentos Prisionais	Ind 04- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Centro 1	Centro 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	2 inspeções EP Coimbra ² EP Viseu	+1 inspeção	Superou	Superou
	Ind 05- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Centro 1 relatório final	31-10-15	2 relatórios EP Coimbra 27-10-15 EP Viseu 30-10-15	-62 dias	Superou	
SAI.04 Realizar inspeção inopinada a Estabelecimentos Prisionais, com vista à verificação das condições higiénico-sanitárias das cozinhas e da confeção da alimentação	Ind 06- Número de inspeções realizadas	31-12-15	Centro 1	Centro 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	2 inspeções EP Coimbra ² EP Leiria	+1 inspeção	Superou	Superou
	Ind 07- Data de entrega do relatório final	31-12-15	Centro 1 relatório final	30-11-15	2 relatórios EP Coimbra 19-11-15 EP Leiria 23-11-15	- 38 dias	Superou	

¹ A pendência de Inquéritos e disciplinares, em 31-12-2014 era de 11 e em 31-12-2015 reduziu para 3 processos (2 inquéritos e 1 disciplinar), a que corresponde a redução de 8 processos (72,7%).

² O Estabelecimento Prisional de Coimbra é de grau de complexidade de gestão elevado, conforme Mapa I, a que se refere o artigo 3º da Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados do Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação do Sul e Ilhas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
SAI.01 Melhorar a celeridade processual nos processos do foro disciplinar (inquéritos e disciplinares) reduzindo a pendência processual em 10%, face à pendência processual verificada a 31.12.14	Ind 01- Nº de processos distribuídos entre 01.01.2015 e 31.12.2015	31-12-15	10%	15%	Redução da pendência de 97 para 80 processos 17,5% ¹	-7,5%	Superou	Superou
SAI.02 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Centros Educativos (art.º 58.º do RGDC)	Ind 02- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Sul e Ilhas 1	Sul e Ilhas 2	3 inspeções CENP CEPAO CEBV	+2 inspeções	Superou	Superou
	Ind 03- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Sul e Ilhas 1 relatório final	30-09-15	CENP 9-9-15	-113 dias	Superou	
SAI.03 Realizar inspeções às condições de alojamento dos Estabelecimentos Prisionais	Ind 04- Nº de inspeções realizadas	31-12-15	Sul e Ilhas 1	Sul e Ilhas 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	3 inspeções EP Setúbal ² EP Lisboa ² Ep Funchal ²	+ 2 inspeções	Superou	Superou
	Ind 05- Relatório final das inspeções realizadas	31-12-15	Sul e Ilhas 1 Relatório final	31-10-15	EP Setúbal 5-06-15	-209 dias	Superou	
SAI.04 Realizar inspeção inopinada a Estabelecimentos Prisionais, com vista à verificação das condições higiénico-sanitárias das cozinhas e da confeção da alimentação	Ind 06- Número de inspeções realizadas	31-12-15	Sul e Ilhas 1	Sul e Ilhas 2 (pelo menos um EP seja de grau de complexidade de gestão elevado)	3 inspeções EP Vale de Judeus ³ EP Sintra ³ EP Évora	+2 inspeções	Superou	Atingiu
	Ind 07- Data de entrega do relatório final	31-12-15	Sul e Ilhas 1 relatório final	30-11-15	9-12-15	-22 dias	Atingiu	

¹ A pendência de Inquéritos e disciplinares, em 01-01-2015 era de 97 e em 31-12-2015 reduziu para 80 processos (apenas contabilizados inquéritos e disciplinares), a que corresponde a redução de 17 processos (17,5%).

² O Estabelecimento Prisional de Setúbal, o Estabelecimento Prisional de Lisboa e o Estabelecimento Prisional do Funchal são de grau de complexidade de gestão elevado, conforme Mapa I, a que se refere o artigo 3º da Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro.

³ O Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus e o Estabelecimento Prisional de Sintra são de grau de complexidade de gestão elevado, conforme Mapa I, a que se refere o artigo 3º da Portaria nº 13/2013, de 11 de janeiro.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Direção de Serviços de Recursos Humanos

Avaliação de resultados da Divisão Gestão de Recursos Humanos

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DGRH.01 Promover os procedimentos internos com vista à conclusão dos processos de avaliação do desempenho relativos aos anos 2012, 2013 e 2014	Ind 01 - % global de trabalhadores abrangidos pelo SIADAP, com a situação da avaliação de desempenho regularizada	31-12-15	≥80% e ≤94%	≥95%	82,02%	+2,02%	Atingiu	Atingiu
	Ind 02 - % global de trabalhadores do CGP com a situação da avaliação de desempenho regularizada	31-12-15	≥80% e ≤94%	≥95%	83,42%	+3,42%	Atingiu	Atingiu
DGRH.02 Promover a reocupação de postos de trabalho vagos ou a vagar, nas carreiras de técnico superior, técnico superior de reeducação, técnico superior de reinserção social e assistente administrativo	Ind. 03 - Plano de recrutamento e seleção de trabalhadores para as carreiras de TS, TSR, TSRS e AT	08-08-15	1 documento	18-07-15	1 Plano 30-06-15	-39 dias	Superou	Superou
DGRH.03 Intensificar o conhecimento, pelas restantes unidades orgânicas, da atividade prosseguida pela DSRH, no âmbito da gestão e administração de pessoal	Ind. 04 – Documento de divulgação trimestral de dados e informação estatística caracterizadores da atividade desenvolvida pela DGRH	15 dias úteis do mês seguinte ao trimestre	1 documento trimestral	10 dias úteis do mês seguinte ao trimestre			Não atingiu	Não Atingiu
DGRH.04 Consolidar o processo de reestruturação organizacional no domínio dos recursos humanos uniformizando e modernizando padrões de funcionamento	Ind 05 - Documentos com informação técnica no âmbito dos recursos humanos, com vista à sua aplicação uniforme pelos serviços da DGRSP	31-12-15	4 documentos apresentados	6 Docum. apresent.	-		Não atingiu	Não Atingiu
DGRH.05 Prestar apoio técnico às demais unidades orgânicas, informando sobre as questões por estas suscitadas, no âmbito das respetivas atribuições	Ind 06 - % de questões respondidas com avaliação positiva pela unidade orgânica autora do pedido	31-12-15	80% de respostas com avaliação positiva	90% de respostas com avaliação positiva	100% de respostas com avaliação positiva	+20%	Superou	Superou

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DGRH.06 Assegurar a simplificação administrativa e uniformização de procedimentos em diversos processos administrativos, adotando documentos-tipo para a formulação dos pedidos, bem como para a respectiva análise e proposta de decisão	Ind 07 – Nº de formulários aprovados de suporte aos pedidos	31-07-15	4 documentos apresentados	6 documentos apresentados	6 Documentos 20-07-15	+2	Superou	Atingiu
	Ind 08 – Nº de formulários aprovados para análise/proposta de decisão	31-12-15	4 documentos apresentados	6 documentos apresentados	-		Não atingiu	

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Divisão de Formação

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DF.01 Aumentar o número de ações de formação para os profissionais da DGRSP	Ind 01 - Nº de ações de formação realizadas	31-12-15	10 ações ¹	14 ações ¹	42 ações	+32	Superou	Superou
DF.02 Conceber e aplicar sistema de avaliação do impacto da formação	Ind. 02 - Formulário de suporte à avaliação do impacto da formação	30-06-15	1 documento	15-06-15	2 formulários/ questionários 14-05-15	-47 dias	Superou	Superou
	Ind. 03 - % de formandos com avaliação do impacto de ações de formação ministradas pela DF	31-12-15	85% de formandos com avaliação	90% de formandos com avaliação	100%	+15%	Superou	
DF.03 Criar um dossier técnico pedagógico de utilização transversal a toda a atividade formativa	Ind 04 - Dossier técnico-pedagógico apresentado	30-07-15	Dossier técnico-pedagógico	30-06-15	1 modelo de Dossier técnico-pedagógico 1-06-15	-59 dias	Superou	Superou
DF.04 Efetuar levantamento de necessidades de formação, com vista ao planeamento, aprovação e execução de Plano de Formação para 2015	Ind 05 - Plano de formação/ação para 2015	30-06-15	Plano de formação/ação para 2015	15-06-15	Plano de formação 2015 29-05-15	-32 dias	Superou	Superou
DF.05 Efetuar levantamento de necessidades de formação, com vista ao planeamento, aprovação e execução de Plano de Formação para 2016	Ind 06 - Plano de Formação para 2016	30-11-15	Plano de formação/ação para 2016	16-11-15	Plano de formação 2016 9-11-15	-21 dias	Superou	Superou
DF.06 Intensificar o conhecimento, pelas restantes unidades orgânicas, da atividade prosseguida pela DSRH, no âmbito da gestão e administração de pessoal	Ind. 07 - Documentos de divulgação trimestral de dados e informação estatística, caracterizadores da atividade desenvolvida pela DF	15 dias úteis do mês seguinte	Documento único anual ²	10 dias úteis do mês seguinte	Informação estatística da DF divulgada 30-12-15	-16 dias	Superou	Superou
DF.07 Criar dossier pedagógico de integração por carreira	Ind 08- Nº de dossiers pedagógico de integração nas carreiras de TS, TSR, TSRS e TPRS	31-12-15	4 dossiers aprovados	15-12-15	4 dossiers aprovados 7-12-15	-24 dias	Superou	Superou
	PNRR – Medida 81							

¹ Por despacho de 24-setembro-2015 da Sra. Subdiretora-Geral na Informação nº 28/DF/2015, de 22 de setembro, a meta foi reformulada para 10 ações e a superação 14 ações.

² Por despacho de 9-novembro-2015 da Sra. Subdiretora-Geral na Informação nº 57/DF/2015, de 4 de novembro, a meta foi reformulada para documento único anual.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

**Avaliação de resultados da
Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos**

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DAPPA.01 Elaborar a lista de antiguidade na categoria dos trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional, submetendo-a a aprovação	Ind 01 - Lista de antiguidade relativa ao ano de 2014	15-06-15	1 documento	31-05-15	1 lista de antiguidade 29-05-15	-17 dias	Superou	Superou
DAPPA.02 Integrar na tabela remuneratória única os trabalhadores pertencentes às carreiras não revistas	Ind 02 - Lista nominativa de transições	16-05-15	1 documento	30-04-15	1 lista 24-04-15	-22 dias	Superou	Superou
DAPPA.03 Consolidar o processo de reestruturação organizacional no domínio dos recursos humanos uniformizando e modernizando padrões de funcionamento	Ind 03 - Documento estabelecendo os procedimentos a observar pela unidades orgânicas, relativos à prestação de trabalho suplementar, revogando os aprovados para as extintas DGRS e DGSP	30-04-15	1 documento	15-04-15	1 documento com procedimentos internos inerentes à realização, registo e processamento de trabalho suplementar 14-04-15	-16 dias	Superou	Atingiu
	Ind 04 - Documento estabelecendo os procedimentos a observar pela unidades orgânicas em matéria de ajudas de custo revogando os aprovados para as extintas DGRS e DGSP	15-07-15	1 documento	30-06-15	-	-	Não atingiu	
DAPPA.04 Informar sobre a execução mensal do orçamento em matéria de despesas com pessoal	Ind 05 - Documento mensal com informação relevante relativa às despesas com pessoal	15 dias úteis do mês seguinte	Mapa mensal	10 dias úteis do mês seguinte	janeiro, fevereiro, março, abril e julho ≤10 dias úteis maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro >10 dias úteis <15	-4,19 dias úteis ¹	Atingiu	Atingiu
DAPPA.05 Intensificar o conhecimento, pelas restantes unidades orgânicas, da atividade prosseguida pela DSRH, no âmbito da gestão e administração de pessoal	Ind 06 - Documentos de divulgação mensal, por correio eletrónico, de dados caracterizadores da atividade desenvolvida pela DAPPA no mês imediatamente anterior	10 dias úteis do mês seguinte	1 documento mensal	5 dias úteis do mês seguinte	janeiro, fevereiro, março e setembro >10 dias úteis abril, junho, julho e agosto >5 dias úteis ≤10 maio, outubro, novembro e dezembro ≤5 dias úteis	-	Não atingiu	Não atingiu

¹ A previsão de execução das despesas com pessoal é mensalmente elaborada e destina-se a ser incluída na previsão de despesas remetida ao IGFJ, pela área financeira. No decurso de 2015, todos os meses foi elaborado e remetido à DSRFP o mapa com a previsão das despesas com pessoal a 31 dezembro 2015, após conclusão dos procedimentos decorrentes do processamento de vencimentos do mês em apreço. As 11 informações mensais relativas às despesas com pessoal, reportadas aos meses de janeiro a novembro, no total demoraram 119 dias úteis a serem fornecidas, com tempo médio de 10,81 dias úteis.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DAPPA.06 Aprofundar a otimização do processo de análise e processamento dos pedidos de concessão dos suplementos de renda de casa e de fixação	Ind 07 - Prazo de submissão à decisão superior dos pedidos de concessão dos suplementos de renda de casa e subsídio de fixação, após registo de entrada do pedido	20 dias úteis	Propostas de decisão relativas a suplementos de renda de casa e de fixação	15 dias úteis	16,6 dias úteis ²	-3,4 dias úteis	Atingiu	Atingiu

² Do total de 49 pedidos, 5 processos assumiram especial complexidade com necessidade de solicitar elementos adicionais às unidades orgânicas e/ou aos trabalhadores. O resultado de 16,6 dias úteis é o prazo médio de submissão à decisão superior.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação dos resultados da Direção de Recursos Financeiros e Patrimoniais

Avaliação dos resultados da Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DAFPCO.01 Concretizar a 2.ª fase de implementação na DGRSP do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	Ind 01- Relatório com propostas conducentes à concretização do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	30-06-15	1 relatório com propostas	15-06-15	1 relatório com propostas 30-06-15	-	Atingiu	Atingiu
	Ind 02 - Propostas aprovadas operacionalizadas	31-08-15	1 proposta operacional	16-08-15	Mensagens de correio eletrónico para 34 EP com contas bancárias a encerrar 10-08-15	-21 dias	Superou	
DAFPCO.02 Elaborar estudo de aplicação na DGRSP do Charge Card, disponibilizado pelo IGCP, E.P.E.	Ind 03- Documento incluindo estudo e manual de procedimentos	30-11-15	1 documento	15-11-15		1		
DAFPCO.03 Elaborar norma relativa aos procedimentos a aplicar à cobrança de receita e respetiva integração no GERFIP	Ind 04- Norma relativa aos procedimentos a aplicar à cobrança de receita e respetiva integração no GERFIP	30-05-15	1 normativo	15-05-15	1 ofício com procedimentos a aplicar na cobrança de receita e respetiva integração no SGR – Sistema de Gestão de Receitas e GERFIP – Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública 29-05-15	-1 dia	Atingiu	Atingiu

¹ Por despacho de 13-nov-2015, da Sra. Subdiretora-Geral Dra. Julieta Nunes, na Informação nº 283/DAFPCO/2015 de 13 de novembro, a elaboração do Manual de Procedimentos encontra-se condicionado devido a aguardar-se forçosamente o resultado das reuniões com o IGEP, EPE, ainda em curso no último trimestre de 2015. Assim, por motivos que ultrapassam a capacidade de ação da DSRFP, deve considerar-se este indicador anulado para efeitos de avaliação de resultados.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação dos resultados da Divisão de Compras Públicas

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DCP.01 Implementar na DGRSP a Plataforma Transacional de Compras do MJ	Ind 01- Normativo a disseminar pela DGRSP	30-05-15	1 normativo divulgado	15-05-15	1 Informação para aprovar divulgação do Manual de utilização da plataforma de compras públicas - IDRYL e anexos 14-05-15	-16 dias	Superou	Superou
	Ind 02 - Sistema Transacional de Compras do MJ implementado (até 2 semanas após a aprovação)	15-06-15	Sistema Transacional Compras do MJ implementado	31-05-15	1 Ofício a enviar Manual de utilização da plataforma de compras públicas IDRYL e anexos 29-05-2015	-17 dias	Superou	
DCP.02 Elaborar informação e peças do procedimento para o lançamento do PAQ destinado à aquisição de refeições confeccionadas para a população reclusa dos EP e jovens internados em CE	Ind 03- Informação e convite elaborados	12-06-15	1 informação e convite	31-05-15	1 informação com convite 06-06-2015	-6 dias	Atingiu	Atingiu
DCP.03 Normalizar o regime das aquisições de serviços e criar ferramenta de controlo	Ind 04- Circular informativa a disseminar pela DGRSP	30-09-15	1 circular informativa	15-09-15	1 Ofício Circular informativo 15-09-15	-15 dias	Superou	Atingiu
	Ind 05- Ferramenta de controlo de pareceres e publicações – criação e implementação	31-10-15	1 ferramenta de controlo de pareceres e publicações implementada	16-10-15	1 Mapa Excel “Aquisição de Serviços – Pedidos de Parecer ao SEAP – 2015” ¹		Atingiu	

¹ Quando a ferramenta de gestão documental *Edoclink* entrou em funcionamento, não foi dada continuidade à ferramenta de Excel criada.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação dos resultados da Divisão de Património

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DP.01 Elaborar o Regulamento de Uso dos Veículos (RUV) da DGRSP, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto - estabelece o regime jurídico do parque de veículos do Estado	Ind 01- Regulamento de Uso dos Veículos (RUV) da DGRSP	15-12-15	1 regulamento de uso dos veículos	30-11-15	1 Regulamento de uso e gestão de veículos da DGRSP 15-12-15		Atingiu	Atingiu
DP.02 Criar e carregar uma base de dados das Casas de Função	Ind 02- Base de dados com informação carregada e atualizada disponibilizada	30-11-15	1 base de dados operacionalizada	15-11-15	1 base de dados das casas das função 26-11-15	-4 dias	Atingiu	Atingiu
DP.03¹ Atualizar a base de dados SIP Frotas e SGPVE - Estado da viatura	Ind 03- Lista com os dados a atualizar	30-09-15	1 lista	15-09-15		Anulado ¹		
	Ind 04- Registo dos dados nos sistemas	30-11-15	1 registo dos dados	15-11-15				
DP.04¹ Elaborar documento com a identificação das situações de ocupação indevida de casas de função e outros imóveis do Estado	Ind 05- Lista com identificação das casas de função e outros imóveis de Estado com ocupação irregular	9-12-15	1 lista	24-11-15	1 lista 7-12-15	-2 dias	Atingiu	Atingiu

¹ Objetivo DP.03 Indicadores 03 e 04 anulados e substituídos pelo objetivo DP.04 Indicador 05, por despacho de 26-08-2015, da Sra. Subdiretora-Geral Dra. Julieta Nunes.

Fundamentação para anulação do Objetivo DP.03: suborçamentação da DGRSP, situação que implicou dedicação acrescida ao processo de monitorização e controlo orçamental dos centros financeiros que compõem a unidade orçamental DGRSP, de modo a obviar suspensão de serviços e outros constrangimentos, e bem assim o acréscimo exponencial de tarefas relacionadas com ajustes ao planeamento, processos de compras, onde se inclui a preparação do procedimento para aquisição de refeições confeccionadas, entre outros de igual relevo, e execução orçamental, com destaque para os processos de alterações orçamentais. Preparação de respostas no âmbito do exercício de contraditórios a relatórios da IGSJ, e bem assim ao Tribunal de Contas no âmbito dos processos de fiscalização de contratos. Cumprimento do despacho do Senhor Diretor-Geral, de 09-09-2015, Ofício Circular n.º 3/DGRSP/2015, subordinado ao assunto, situações de ocupação indevida de casas de função e outros imóveis do Estado.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas								
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DSOPRE.01 Implementar a página da Intranet da DGRSP	Ind 01- Proposta de definição de estrutura de conteúdos informativos/ árvore de navegação da intranet da DGRSP	30-07-15	1 proposta	30-05-15	1 proposta 30-07-15		Atingiu	Não atingiu
	PNRR – Medida 78							
	Ind 02- Página da intranet disponível com conteúdos atualizados	30-11-15	1 página disponível	31-10-15	-		Não atingiu ¹	
DSOPRE.02 Melhorar a comunicação institucional da DGRSP	Ind 03 - Proposta de criação de uma newsletter	30-11-15	1 proposta	31-10-15	1 proposta 30-11-15		Atingiu	Atingiu
	Ind 04 -Proposta de nº 0 da newsletter	31-12-15	1 proposta	30-11-15	e-newsletter nº 0/2015 30-11-15	-31 dias	Superou	
DSOPRE.03 Analisar número e tipologia de investigações / estágios académicos desenvolvidos em 2014 na área de intervenção da DGRSP	Ind 05- Relatório de caracterização das investigações / estágios académicos desenvolvidos em 2014 na área de intervenção da DGRSP	31-08-15	1 relatório	30-07-15	1 relatório 25-06-15	-67 dias	Superou	Superou
	Ind 06- Proposta de inquérito às unidades orgânicas para avaliar impacto dos estágios académicos	31-12-15	1 proposta inquérito	30-11-15	1 proposta de inquérito 2-11-15	-59 dias	Superou	
DSOPRE.04 Disponibilizar nova informação estatística aos utilizadores	Ind 07- Proposta para informação estatística prisional trimestral	30-06-15	1 proposta	31-05-15	1 proposta 30-06-15		Atingiu	Atingiu
	Ind 08- Estatísticas prisionais trimestrais	Final do mês subsequente	1 documento	Até ao final da 1ª quinzena do mês subsequente	2 documentos 2º trimestre 31-07-15 3º trimestre 31-10-15		Atingiu	
DSOPRE.05 Elaborar "Folha de Dados" com 10 anos de estatísticas da área penal	Ind 09- "Folha de Dados" com síntese de estatísticas relativas ao sistema prisional, penas e medidas penais na comunidade e justiça juvenil (2005 / 2014)	31-12-15	1 documento	30-11-15	2 documentos 26 e 27-11-15	-34 dias	Superou	Superou

¹ Ficou por cumprir dado não ter sido disponibilizado o servidor que suportaria a inserção da informação relativa à árvore de navegação aprovada em tempo útil.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Divisão de Planejamento e Organização

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DPO.01 Assegurar o processo de planejamento estratégico e operacional da DGRSP, através da construção de instrumentos de gestão com recurso à metodologia <i>Balanced Scorecard</i> adaptada	Ind 01- Proposta de QUAR 2016	15-11-15	1 proposta de QUAR 2016	31-10-15			Anulado ¹	
	Ind 02- Plano de Atividades 2015 (apresentação após receção dos contributos finais - mapa de objetivos em versão finalizada - de todas as unidades orgânicas)		30 dias	20 dias	3 dias	-27 dias	Superou	Superou
DPO.02 Monitorizar a concretização da atividade planeada da DGRSP, facilitando a supervisão superior e acompanhamento da concretização dos objetivos estabelecidos pelas unidades orgânicas	Ind 03- Sistema de monitorização e controlo da atividade na aplicação <i>balanced scorecard (BSC) Quidgest</i> operacionalizado		60 dias	45 dias			Anulado ²	
	Ind 04- Levantamento por unidade orgânica de dados/documentos não introduzidos nas datas previstas pelos responsáveis das unidades orgânicas na aplicação <i>balanced scorecard (BSC)</i>		5 dias	3 dias				
	Ind 05- Relatórios periódicos de monitorização do cumprimento do QUAR com análise e identificação dos desvios	30-09-15	1 relatório	20-09-15				
	Ind 06- Relatório intercalar de monitorização do cumprimento do Plano de Atividades com informação por unidade orgânica	30-10-15	1 relatório	20-10-15				

¹ Por despacho de 8-janeiro-2016, da Sra. Subdiretora-Geral, Dra. Julieta Nunes, na Informação nº 8/DPO/2015, de 30 de dezembro, o Indicador 01 foi anulado.

² A concretização do Objetivo 02 e dos Indicadores 03, 04, 05 e 06 dependiam do funcionamento da aplicação *BSC Quidgest* a qual se encontra inoperacional (para os dirigentes que a ela tinham acesso e para os 2 Técnicos Superiores da DPO), por motivos alheios à DPO e apesar dos alertas atempados para a solução do problema, condicionou a monitorização da atividade da DGRSP na forma inicialmente planeada. Assim, o Objetivo 02 e respetivos indicadores de medida foram anulados por despacho de 29-janeiro-2016, do Sr. Diretor-Geral, conforme Informação nº 12/DPO/2015, de 30 de dezembro.

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DPO.03 Assegurar o registo e avaliação do desempenho da atividade planeada da DGRS	Ind 07- Relatório de Atividades de 2014 da DGRSP (apresentação após receção final dos contributos das UO)		30 dias	20 dias	19 dias	-11 dias	Superou	Superou
	Ind 08 – Inquérito de autoavaliação do desempenho das unidades orgânicas em 2014 (apresentação resultados após receção final dos contributos das UO)		20 dias	15 dias	5 dias	-15 dias	Superou	
DPO.04 Criar condições para a implementação de um sistema de gestão da qualidade na DGRSP	Ind 09- Manual dos processos chave – Intervenção técnico-operativa na execução de penas e medidas: apoio à tomada de decisão, tratamento prisional e reinserção social, execução de medidas na comunidade e justiça juvenil	31-12-15	1 manual	15-12-15	1 Manual dos Processos Chave 31-12-15		Atingiu	Atingiu
DPO.05 Desenvolver estudo sobre a reincidência dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça	Ind 10- Estudo sobre avaliação da reincidência geral, de matriz retrospectiva, dos jovens infratores com ligação ao sistema de justiça	31-12-15	1 relatório preliminar com resultados estatísticos	1 atividade pública de dissemin. do estudo	1 relatório preliminar com resultados estatísticos apresentados publicamente no Seminário Internacional, subordinado ao tema “Padrões de reincidência e processos de ajustamento social com jovens ofensores: resultados do Projeto Reincidências”, (ISCTE, 10 e 11-dez-2015).		Superou	Superou
	Ind 11- Estudo exploratório de natureza qualitativa de follow-up/desistência criminal de jovens anteriormente sujeitos à medida de internamento em centro educativo	15-12-15	1 relatório do estudo	1 atividade pública de dissemin. do estudo	1 relatório do estudo apresentado publicamente no Seminário Internacional Delinquência Juvenil: processos de desistência, identidade e laço social (ISCTE, 10 e 11-dez-2015).		Superou	

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Divisão de Documentação e Arquivo Histórico

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DDAH.01 Implementar o processo de tratamento documental do acervo bibliográfico e respetivo registo em Lotus notes	Ind 01- Nº de estudos académicos / teses - e respetivo tratamento documental –catalogação	31-12-15	200	250	700 Estudos 23-10-15	+ 500	Superou	Superou
	Ind 02- Nº de monografias com tratamento documental iniciado	30-11-15	300	400	630 monografias	+330	Superou	
DDAH.02 Apresentar uma proposta de regulamento e acesso ao arquivo e biblioteca	Ind 03- Proposta de regulamento de acesso ao arquivo	30-11-15	1 proposta	31-10-15	1 proposta 28-10-15	-33 dias	Superou	Superou
	Ind 04- Proposta de regulamento de acesso à biblioteca	30-11-15	1 proposta	31-10-15	1 proposta 29-10-15	-32 dias	Superou	
DDAH.03 Implementar <i>newsletter</i> de sensibilização e divulgação do património da instituição	Ind 05- Proposta de modelo de newsletter para sensibilizar e divulgar as atividades da DDAH	31-03-15	1 proposta	28-02-15	1 proposta 19-05-15	+49 dias	Não atingiu	Não atingiu
	Ind 06- Nºs da newsletter da DDAH disponibilizados na intranet/ internet	31-07-15	3	15-07-15	3 newsletters 9-09-15	+40 dias	Não atingiu ¹	
		31-10-15		15-10-15	1-12-15	+31 dias		
	31-12-15		15-12-15	21-12-15	-10 dias			
DDAH.04 Participar no Projeto Avaliação Suprainstitucional de Avaliação Arquivística coordenado pela DGLAB	Ind 07- Balanço periódico sobre a evolução dos trabalhos do projeto ASIA numa classe da MEF	31-12-15	1 relatório	2 relatórios de participação em duas classes	2 relatórios ²	+ 1	Superou	Superou
DDAH.05 Divulgar na DGRSP o Plano de Classificação e Avaliação do Ministério da Justiça	Ind 08 - % de dirigentes intermédios que participaram em sessões de apresentação do PCA MJ	31-12-15	30% dos dirigentes intermédios	50% dos dirigentes intermédios	30,7% ³	+0,7%	Atingiu	Atingiu
DDAH.06 Promover condições para a implementação do Núcleo Museológico da DGRSP	Ind 09- Nº de peças museológicas do Núcleo Museológico inventariadas e descritas	30-11-15	80	100	108 peças	+ 28	Superou	Atingiu
	Ind 10- Manual de Conservação Preventiva para o Núcleo Museológico e seu acervo	31-12-15	1 manual	30-11-15	1 Manual 30-12-15	-1 dia	Atingiu	
DDAH.07 Colaborar na implementação do sistema de gestão documental (<i>Edoclink</i>)	Ind 11- Apresentação do PCAMJ e sua aplicação no sistema de gestão documental	31-12-15	1 sessão de ação	30-11-15	3 workshops 1 formação de formadores 5 sessões de utilizadores ⁴ 2 a 6-11-15 9 a 12-11-15	-49 dias	Superou	Superou

¹ Por questões técnicas, 2 das Newsletters foram concluídas depois das datas planeadas, motivo para a avaliação qualitativa de “Não atingiu”.

² Relatório sobre a participação na classe 600 (administração da justiça) e relatório sobre a participação em outras classes (300, 350, 500, e 550).

³ Nos 3 Workshops estiveram presentes 27 dirigentes intermédios dos 88 constantes do mapa de Recursos Humanos do QUAR 2015, o que perfaz 30,7%.

⁴ A DDAH acompanhou durante os meses de maio e junho a representante da *Link* em todas as reuniões para definição das configurações e levantamento de requisitos nas visitas a todas as UO. No total foram realizadas 31 reuniões. A DDAH também elaborou uma apresentação em powerpoint aprovada superiormente.

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados da Divisão de Infraestruturas e Equipamentos									
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*		
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo	
DIE.01 Reforçar a segurança nos estabelecimentos prisionais	Ind 01- Nº de guaritas construídas	31-12-15	4 guaritas no EP Porto	30-11-15	-		Não atingiu	Não atingiu	
	Ind 02- Projetos para a construção de novas guaritas	31-07-15	1 guaritas no EP Castelo Branco	30-06-15			Não atingiu		
		31-08-15	2 guaritas no EP Coimbra	31-07-15	-				
		30-09-15	4 guaritas no EP Vale de Judeus	31-08-15					
Ind 03 - Portaria construída no EP de Leiria	31-12-15	1 portaria	31-10-15	-		Não atingiu			
DIE.02 Aumentar a capacidade de alojamento do sistema prisional	Ind 04- Nº de camas construídas	31-12-15	293	30-11-15	-		Não atingiu	Não atingiu	
	Ind 05- Projeto de remodelação e ampliação das instalações do EP S.José do Campo	31-12-15	1 projeto	30-11-15	-		Não atingiu		
	Ind 06- Projeto de requalificação do antigo CE Vila Fernando	31-12-15	1 projeto	30-11-15	-		Não atingiu		
	Ind 07- Nº de novos lugares criados no sistema prisional	31-12-15	164 [54 EP Vale de Judeus; 34 EP Caxias; 76 EP Coimbra (1ª fase)]	30-11-15	-		-		Não atingiu
			PNRR – Medida 86 QUAR.01 Ind 01						
DIE.03 Definir e implementar um plano de sustentabilidade, melhorando a eficácia energética e reduzindo consumos	Ind 08- Nº de EPs com posto de transformação com baterias de condensadores instaladas	30-11-15	11 EPs	31-10-15	-		Não atingiu	Não atingiu	
	PNRR – Medida 89								
	Ind 09 – Nº de painéis solares térmicos instalados em EPs- EP de Setúbal, Quinta da Várzea	31-10-15	1	30-09-15	-		Não atingiu		

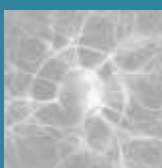
Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
DIE.04 Reabilitar equipamentos dos estabelecimentos prisionais	Ind 10- Nº de equipamentos para cozinhas adquiridos	31-12-15	12	-	-		Não atingiu	Não atingiu
	Ind 11- Nº de máquinas de lavar e secar adquiridas	31-12-15	11	-	-		Não atingiu	
	Ind 12- Cozinha reabilitada - EP Funchal	31-12-15	1	30-11-15	-		Não atingiu	
	Ind 13- Projetos para reabilitação de cozinhas	31-07-15	1	30-06-15				
31-07-15		1	30-06-15	-		Não atingiu		
31-10-15		1	30-09-15					

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados.

Avaliação de resultados do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação

Objetivos	Indicadores	Meta			Resultado	Desvio	Avaliação qualitativa*	
		Data	Valor	Superação			Indicador	Objetivo
GTIC.01 Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Ind 01- Proposta de implementação de sistema de informação que permita a desmaterialização do Processo Clínico Individual e a integração na Plataforma de Dados em Saúde do Ministério da Saúde	31-12-15	1 proposta	30-09-15	1 proposta 15-09-15	-107 dias	Superou	Atingiu
	QUAR.09 Ind 11							
	Ind 02- Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	31-12-15	1 projeto piloto implemente em EP	2 projetos piloto implemente em EP			Não atingiu	
GTIC.02 Promover a evolução dos sistemas de informação críticos (SIP e SIRS), na vertente tecnológica, visando a eficácia/ eficiência dos processos/ procedimentos inerentes	Ind 03- % de processos evoluídos/migrados dos SI	31-12-15	50%	60%			Não atingiu	Não atingiu
	Ind 04 - % de processos estabilizados, em produção	31-12-15	25%	40%			Não atingiu	
GTIC.03 Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, agilizando, simplificando, desmaterializando procedimentos e reduzindo tempos e custos	Ind 05- % de serviços desconcentrados com tecnologia Voip instalada	31-12-15	25%	40%			Não atingiu	Não atingiu
	Ind 06- % de unidades orgânicas/ serviços desconcentrados com tecnologia Foip	31-12-15	60%	80%	65%	+5%	Atingiu	
GTIC.04 Conceber ferramentas informáticas para monitorização e gestão da atividade económica	Ind 07- N.º de bases de dados concebidas	30-09-15	1 base de dados	2 bases de dados	2 bases de dados	+1	Superou	Superou
	Ind 08- N.º de bases de dados implementadas	31-12-15	1 base de dados	2 bases de dados	2 bases de dados	+1	Superou	

*Avaliação da responsabilidade da DPO com base nos documentos comprovativos e dados disponibilizados pelas UO com objetivos partilhados.



A n e x o 4

Fatores percebidos como associados com o nível de desempenho por unidade orgânica

U.O.	MI ³⁹	I ⁴⁰	NS/ NI ⁴¹	S ⁴²	MS ⁴³	Comentários
Área Operativa – Serviços Centrais						
DSS	Não atribuiu grau de satisfação					
DSVE				4		
DSATEPC					5	
DCST					5	
DSJJ					5	Tendo presente os diversos constrangimentos, ao nível dos recursos humanos e de articulação funcional com os serviços financeiros, ainda assim a DSJJ conseguiu concretizar todos os objetivos, embora em diferente grau.
CCGCS				4		
CCGPATP					5	Atendendo aos meios humanos que durante o ano estiveram afetos e em exercício de funções, considero que foi realizado um excelente trabalho, não só em quantidade mas sobretudo em qualidade, visível por exemplo nas diversas atividades realizadas com a colaboração de entidades externas.
CCGPP				4		A UO promoveu todos os esforços, ao seu alcance, no sentido de lograr atingir as metas de desempenho e fê-lo com sentido de responsabilidade e profissionalismo. Em conjugação de esforços com as restantes Unidades Orgânicas com quem partilhou objetivos e com a colaboração de um conjunto vasto de profissionais da DGRSP, contribuiu para a superação dos objetivos constantes do Quadro de Responsabilidade e Avaliação da DGRSP relacionados com a área de atuação do CCGPP, os quais correspondiam simultaneamente a objetivos inscritos na Carta de Missão do Sr. Diretor-Geral, contribuindo desta forma para o bom desempenho da organização. Esta UO teve a seu cargo um plano de atividades composto por 10 objetivos e 17 indicadores, algo que a distinguiu no panorama das restantes UO não só pelo número elevado de indicadores mas em especial pela complexidade técnica que cada um apresentou, tendo por consequência um igualmente elevado nível de exigência, ao qual tentou responder com determinação.
Área Operativa – Serviços Desconcentrados - Estabelecimentos Prisionais						
EP Angra Heroísmo	1					
EP Aveiro	Não atribuiu grau de satisfação					
EP Beja					5	
EP Braga				4		
EP Bragança				4		Houve empenho dos trabalhadores.
EP Caldas Rainha				4		
EP Carregueira				4		Embora esteja satisfeita com a superação de todos os objetivos fixados para 2015, não posso deixar de referir que estes resultados foram conseguidos com grande esforço da Equipa Técnica de tratamento Prisional e Reinserção Social, mas sobretudo devido ao empenho da Adjunta, Dr.ª Ana Veríssimo, que abdicou de muitas horas da sua vida pessoal para que o EP Carregueira pudesse alcançar estes resultados. Acrescento, ainda, que, no que se refere à atividade do EP ao nível do tratamento penitenciário que não está refletida nos objetivos, ficámos aquém do que seria desejável e do que eu gostaria que tivesse sido possível fazer e que não se conseguiu, em virtude da falta de técnicos e de guardas para acompanhar os reclusos nas atividades.

¹ MI=Muito insatisfeito

² I=Insatisfeito

³ NS/NI=Nem satisfeito/Nem insatisfeito

⁴ S=Satisfeito

⁶ MS=Muito Satisfeito

U.O.	MI	I	NS/NI	S	MS	Comentários
Área Operativa – Serviços Desconcentrados - Estabelecimentos Prisionais						
EP Castelo Branco				4		Os objetivos que dependiam do esforço da equipa/trabalhadores do Estabelecimento Prisional foram atingidos/superados.
EP Caxias				4		<p>O EP Caxias em 2015 desenvolveu a sua atividade de forma intensa e com elevado nível de execução e complexidade, mas, num quadro de grandes constrangimentos quer internos quer externos.</p> <p>1) Desde logo as das dificuldades decorrentes do cumprimento de tao vasto leque de metas num EP de nível de segurança alta e com uma gestão de complexidade elevada em que coabitam duas realidades muito diferentes (preventivos e condenados), numa percentagem quase 40/50, o que, implica uma repartição acentuada de recursos. Acresce a esta realidade o aumento significativo do número de reclusos no EP, a partir de meados de 2015 passando de uma média de 398 para uma média de 500 reclusos, o qual não foi acompanhado das condições logísticas e técnicas necessárias à prossecução de tão vasto número de ações.</p> <p>2) A implementação do projeto da equipa única ETIPP com vista a reestruturar o Tratamento Prisional, com a implementação das Equipas Técnicas de Tratamento Prisional e Reinserção Social (ETTPRS) - projeto piloto, em que a atividade operativa abrangeu a assessoria técnica pré-sentencia e pós-sentencial aos tribunais, para os pedidos judiciais entrados a partir de 1 de setembro de 2014, com uma série de alterações e mudanças significativas na dinâmica e operacionalidade da equipa, a qual teve de se adaptar a novos instrumentos, novas metodologias e procedimentos e ainda dar vazão a um substancial aumento de trabalho dos técnicos.</p> <p>3) Por último, mas não menos importante, a continuação da 3ª fase do projeto de requalificação total dos espaços de alojamento dos reclusos, para uma capacidade de 70 lugares, bem como as obras de beneficiação dos serviços clínicos Reduto Norte, obras estas, que decorrem por administração direta e mão-de-obra prisional.</p> <p>No âmbito do cumprimento dos objetivos fixados: As condições acima referidas registadas em 2015 no EP de Caxias evidenciam um grande esforço no cumprimento dos objetivos fixados.</p> <p>Com relevância para o cumprimento de medidas do PNRR: EP.04 na promoção de condições favoráveis à integração laboral de reclusos, cuja meta se situava no aumento de reclusos com atividade laboral em 5% e o critério de superação se situava nos 10% o EP superou largamente estes valores com a integração de mais de 19% de reclusos ao nível laboral. – Objetivo superado. EP.05, Ind 07 no reforço do voluntariado na área sociocultural e esportiva cuja meta se situava nos 5% de aumento de reclusos em projetos de voluntariado e o critério de superação se situava nos 10% o EP superou largamente estes valores com a integração de 13,4% de reclusos em projetos de voluntariado na área cultural e artística – Indicador superado. EP.05, Ind 08 no reforço do voluntariado na área desportiva cuja meta se situava nos 5% de aumento de reclusos em projetos de voluntariado e o critério de superação se situava nos 10% o EP os 6,71% de reclusos integrados superando a meta fixada mas ficando aquém da superação – indicador cumprido com margem satisfatória. EP.07, Ind 11 – No reforço e qualificação da intervenção sociocultural e desportiva no quadro do Tratamento Prisional cuja meta se situava na realização de 3 atividades com a colaboração de entidades externas foi cumprida a meta fixada – indicador cumprido. EP.07, Ind 12 – Com elaboração de um relatório de apuramento de dados sobre o número de reclusos que praticam atividade desportiva organizada, indicador cumprido.</p> <p>Com relevância para o Tratamento Prisional: EP.03 – cuja meta era a apresentação do relatório de apuramento de dados sobre a % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional superando esta meta com apresentação de uma melhoria, objetivo superado.</p> <p>EP.14, Ind 21 e Ind 22 - na promoção de condições favoráveis para a implementação de equipas ETTPRS cuja meta era a elaboração de 70% dos relatórios e a sua superação com 100% dos relatórios com recurso a três fontes de informação – e a integração de redes comunitárias no EP cuja meta era uma rede o EP integrou 3, objetivo superado.</p> <p>Resultados não satisfatórios – objetivos não atingidos: EP.01, Ind 01 e Ind 02 – reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia da programação e tratamento prisional e número de grelhas de conformidade entre o risco e as necessidades intervenção, objetivo não cumprido.</p> <p>EP.02, Ind 03 - promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos meta não atingida por razões alheias à nossa vontade, razões essas comunicadas através de email remetido, onde pedimos a reformulação ou anulação do objetivo em 05/05/2015, objetivo não cumprido por razões exógenas à organização. EP.06, Ind 09 – na promoção de condições favorecedoras do aumento do número de reclusos, cuja meta era 3 novas propostas e a sua superação 4 novas propostas, objetivo não cumprido.</p> <p>Em conclusão: O EP de Caxias evidenciou, no ano de 2015, uma atividade intensa alinhada com os objetivos estratégicos da DGRSP e de grande alcance para o Plano Nacional de Reinserção Social, assumindo projetos pioneiros na reorganização dos Serviços e comprometida largamente na melhoria das condições de habitabilidade quer dos reclusos quer dos trabalhadores, conseguindo ainda evitar que durante o ano não se registassem evasões, ausências ilegítimas, suicídios, para além da evidência dos bons resultados são ainda demonstração clara de um esforço e elevado empenhamento e espírito de comunidade de todos os colaboradores.</p>

U.O.	MI	I	NS/NI	S	MS	Comentários
Área Operativa – Serviços Desconcentrados - Estabelecimentos Prisionais						
EP Chaves				4		<p>A avaliação do desempenho desta UO em 2015, é, globalmente, satisfatória, tendo sido superadas, na sua grande maioria, as metas traçadas, nas várias áreas, inclusive em algumas não constantes dos objetivos.</p> <p>Analisado o nível de execução dos objetivos previamente definidos, verifica-se a superação de 9 (nove) dos 12 (doze) indicadores.</p> <p>Esta UO depara-se com constrangimentos vários, que comprometem, por vezes, a implementação de projetos e atividades e que são decorrentes, nomeadamente, por um lado, das características do meio social onde se encontra inserida e da escassez de respostas nas várias áreas (cultural, laboral, desportiva entre outras) e, por outro lado, dos condicionamentos inerentes à estrutura do edifício (exiguidade de espaços).</p> <p>Não obstante a relevância destes constrangimentos, os resultados obtidos, espelhados ou não nos objetivos definidos, são avaliados como satisfatórios, sobretudo no que se relaciona com o nível de ocupação laboral e formativa, bem como de participação em atividades diversas, nomeadamente, programas, projetos de voluntariado, encontros temáticos, entre outros.</p> <p>Assim, no que respeita à área da formação, estiveram envolvidos 30 reclusos na formação escolar, 24 nas UFSD, 3 no ensino superior e 30 na formação profissional. De referir, ainda, a realização de um curso de formação para a integração que envolveu 15 reclusos.</p> <p>A nível laboral, o ano de 2015 iniciou-se com 16 postos de trabalho ativos, tendo sido criado, entretanto, um <i>atelier</i> de artesanato em que participam 4 reclusos de forma permanente, e alguns outros de forma pontual.</p> <p>Foram aplicados 3 (três) programas específicos, para além do PIPS, os quais foram concluídos por 32 reclusos.</p> <p>Às ações temáticas realizadas, assistiram 231 reclusos, sendo de salientar que dadas as condições de segurança desta UO, apenas são permitidas 15 inscrições para cada sessão.</p> <p>Os dois projetos de voluntariado levados a cabo envolveram 50 reclusos.</p> <p>Destaque-se, por último, e em contraponto com os constrangimentos elencados, que os resultados obtidos foram possíveis, em grande medida, devido à dinâmica e estreita colaboração existente entre os vários serviços da unidade, no sentido do cumprimento da missão desta UO e, implicitamente, da missão da DGRSP.</p>
EP Coimbra				4		<ol style="list-style-type: none"> 1. Atingidos plenamente (superados) os objetivos definidos para a Unidade Orgânica. 2. Número insuficiente de elementos de vigilância e limitações orçamentais para a execução e implementação dos projetos realizados. 3. Grande investimento em projetos estruturais (Requalificação dos Pavilhões do antigo E.P. Regional e na dinamização das oficinas). 4. Investimento forte no Tratamento Prisional, (Ensino, Formação e Trabalho), com aumento significativo do número de reclusos empenhados em cada uma destas áreas. 5. Enormes dificuldades em compatibilizar a sobrelotação, com as necessidades de intervenção no Tratamento Prisional e a desadequação das instalações. 6. Reconhecidas e identificadas áreas a necessitar de melhoria (ex.: Adequação das instalações às exigências do Tratamento Prisional; Implementação das visitas íntimas; Separação de Regimes de execução da pena, dignificação das zonas de alojamento).
EP Covilhã				4		
EP Elvas				4		<p>A pequena estrutura do Estabelecimento, em que os espaços comuns são polivalentes; a única ala é simultaneamente refeitório, sala de atividades e convívio, a biblioteca é sala de aula, sala de conferências, sala de formação e de aplicação de programas, a sala de visitas funciona, também, como sala de aulas, sala de reuniões, sala de conferências e formação, quando a biblioteca está a funcionar com outra atividade e o pequeno pátio descoberto funciona como polidesportivo, o que obriga a que quando está ocupado com aulas de educação física e desporto o resto da população prisional fique na ala. Esta super ocupação de espaços obriga a grande flexibilidade, a criteriosa organização e planificação das atividades desenvolvidas.</p>
EP Évora			3			<p>O Estabelecimento esteve sem Técnico Superior de Reeducação até Agosto de 2015 pelo que, neste primeiro período do ano, houve dificuldade para desenvolver e acompanhar atividades com a população prisional. Também a inexistência de um técnico na área do desporto dificultou o desempenho.</p> <p>Ainda assim desenvolveram-se algumas atividades através da colaboração da CVP de Évora.</p>
EP Faro				4		
EP Funchal				4		Tendo em atenção algumas dificuldades e imprevistos surgidos, penso que globalmente é positivo o resultado.
EP Guarda	Não atribuiu grau de satisfação					
EP Guimarães				5		Os objetivos foram, na sua totalidade, superados.
EP Izeda				4		<p>Mais uma vez, como vem sendo apanágio desta Unidade Orgânica, os enormes constrangimentos vivenciados, nomeadamente no que concerne à extrema carência de recursos humanos, não nos impediu de superar os objetivos superiormente definidos.</p> <p>Os resultados obtidos advêm, essencialmente, do empenho, compromisso e orientação para os resultados de todos os trabalhadores.</p>

U.O.	MI	I	NS/NI	S	MS	Comentários
Área Operativa – Serviços Desconcentrados - Estabelecimentos Prisionais						
EP junto PJ Lisboa				4		O grau de satisfação com o desempenho desta unidade orgânica foi encontrado na conjugação dos objetivos fixados no SIADAP; nas atividades de cariz sociocultural, nas visitas solidárias e ainda nas competências decorrentes da atividade diária do estabelecimento não contempladas no plano anual.
EP junto PJ Porto					5	
EP Lamego					5	Nos sete objetivos e doze indicadores estabelecidos, esta U.O superou dois indicadores, atingiu seis objetivos e não atingiu dois, sendo estes dependentes de fatores externos a esta U.O. Não dispomos de avaliação qualitativa em relação ao objetivo EP.05.
EP Leiria				4		
EP Leiria Jovens				4		
EP Linhó				4		
EP Lisboa		2				O não cumprimento de uma grande parte dos objetivos declinados no Plano de Atividades de 2015, e de alguns dos indicadores àqueles associados, prendem-se a nosso ver e na maioria dos casos, a constrangimentos internos, anteriormente assinalados e que persistem (sobrelotação do EP; degradação dos espaços; falta de recursos). Nesta senda, veja-se a inoportunidade de realização de protocolos com as Escolas Associadas, perante as circunstâncias vivenciadas no decurso de um ano letivo particularmente conturbado pelo agravamento das condições do espaço escolar; a impossibilidade de ver aumentado o número de reclusos com atividade laboral, quer por questões orçamentais que se colocariam, quer pela falta de efetivos do corpo da guarda prisional em assegurar a vigilância/segurança no acompanhamento dos reclusos; a dificuldade em alcançar e estabilizar uma taxa de execução dos PIR, atendendo à forte volatilidade da população reclusa que caracteriza o EP, que penaliza a relação entre o número de PIR aprovados no EP em 2015 (317) face ao número de PIR com “execução interrompida” (209).
EP Monsanto				4		Tendo em conta as dificuldades da gestão do quotidiano prisional resultantes da crise, estamos certos que com os recursos humanos e materiais ao dispor o resultado é satisfatório.
EP Odemira					5	Pese embora se atribua o grau de “Muito Satisfeito”, a verdade é que se reporta apenas à execução de todos os objetivos contratualizados. Porém, não podemos deixar de fazer referência à taxa de esforço efetuado para a concretização dos objetivos, uma vez que não existe pessoal técnico para o desenvolvimento e acompanhamento das várias ações.
EP Olhão					5	Apesar do EP ter funcionado a maior parte do ano de 2015 com menos uma administrativa e sem técnico de reeducação, o elevado esforço de todos os trabalhadores levou aos resultados de superação total.
EP Paços Ferreira					5	
EP Pinheiro da Cruz				4		
EP Ponta Delgada					5	Num contexto de sobrelotação e diminuição de recursos humanos, em função de termo de requisição de uma técnica e de afetação de outra técnica ao EP de Angra do Heroísmo, foi possível dar continuidade com sucesso à execução de objetivos, superando a maioria dos mesmos.
EP Porto				4		
EP Santa Cruz Bispo Feminino				4		
EP Setúbal				4		Apesar de constrangimentos que ocorreram no EP no ano de 2015 (consequências do Projeto Equipa Única, mobilidade de pessoal administrativo e técnico, escassez de espaço físico para desenvolvimento de atividades com reclusos também decorrente de intervenções na recuperação de espaços), os resultados obtidos face a estes e outros constrangimentos, só foram possíveis, alcançar, com a dedicação e trabalho extremo de muitos funcionários que reiteradamente exercem funções fora do horário de trabalho.
EP Silves				4		
EP Sintra			3			
EP Tires					5	

U.O.	MI	I	NS/ NI	S	MS	Comentários
Área Operativa – Serviços Desconcentrados - Estabelecimentos Prisionais						
EP Torres Novas					5	Consideramos que, de um modo geral o desempenho em 2015 desta Unidade Orgânica, foi bastante satisfatório.
EP Vale de Judeus				4		O número de técnicos do Serviço do Tratamento Prisional (STP), anteriormente composto por 7 técnicos e um professor de Educação Física, encontra-se na atualidade reduzida a 5 elementos. Durante o ano de 2015 o técnico responsável pela atividade desportiva foi transferido para outro EP, o que indubitavelmente se refletiu no objetivo/indicadores referentes a esta área de intervenção, o único que não atingimos.
EP Vale Sousa				4		
EP Viana Castelo				4		Apesar de me encontrar satisfeita com o desempenho da UO em 2015, há ainda muito caminho para trilhar, rumo a um melhor desempenho, tendo em vista os desafios atuais e futuros que se nos colocam.
EP Vila Real				4		
EP Viseu				4		O EP dispõe de 9 camaratas, 8 das quais com 9 reclusos e outra com 3 reclusos. Não tem sala de visitas, nem gabinete para os Srs. Advogados falarem com os reclusos, nem sala de aulas / formação. Todas as atividades (advogados, distribuição de medicação, visitas, ações de sensibilização, etc.) são efetuadas no refeitório. Atendendo às características físicas do EP entendemos que o trabalho efetuado foi o possível e já com tremendo esforço.
Hosp.Prisional S. João de Deus				4		
Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Delegações Regionais de Reinserção						
DRRN				4		
DRRC				4		
DRRSI				4		
Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Centros Educativos						
CEBV				4		O meu grau de satisfação só não é superior visto não termos conseguido superar mais do que 2 objetivos (contudo superámos 4 indicadores em 7). Porém, o indicador nº. 5 foi efetivamente superado (conseguimos a integração plena de 9 jovens em 13 logo após a cessação das MTI mas nos relatórios finais esta era somente aquela que se encontra reportada (7 em 13), não tendo sido este facto comunicado por nós à DSJJ atempadamente) o que nos teria permitido superar mais um objetivo (nº. 4). O indicador 7 não terá sido formulado da melhor forma visto que 3 jovens não deram o seu consentimento informado, apesar de termos explicado qual a finalidade do mesmo, e isso levou a que não superássemos o indicador quando um consentimento deveria ser espontâneo e não forçado.
CEM				4		
CENP					5	Estamos, no CENP, a fazer um trabalho de alta qualidade.
CEO					5	Em 2015 esta Unidade Orgânica teve um desempenho muito satisfatório face a todos os constrangimentos com se confrontou, económicos e sociais, devido ao empenho e esforço de toda a equipa que constitui a Unidade.
CEPAO					5	
CESA					5	

U.O.	MI	I	NS/ NI	S	MS	Comentários
Área Instrumental						
SAI-Delegação Centro					5	Não obstante a escassez de meios (a Unidade Orgânica continua sem viatura de serviço desde abril de 2013) e com o esforço e dedicação da assistente técnica Maria Alcina Santos foi possível superar todos os objetivos, incluindo a diminuição da pendência processual.
SAI-Delegação Sul e Ilhas				4		O SAI Sul superou todos os indicadores dos objetivos traçados, à exceção de um deles, que atingiu. Em face do volume de serviço que aqui se desenvolve ao nível de procedimento disciplinar e do número e área de competência técnica dos elementos de recursos humanos existentes, ocorre nem sempre restarem as oportunidades que se desejariam para, eficazmente, alocar esforços no cumprimento das demais competências atribuídas a esta unidade orgânica, designadamente ao nível da fiscalização e acompanhamento regular do desempenho das unidades orgânicas desconcentradas, tendo em vista o seu bom funcionamento, articulação e aperfeiçoamento, e da avaliação da sua eficiência e eficácia de gestão. A atividade de verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares e das instruções de serviço, bem como de identificação de medidas de correção de procedimentos que se revelam inadequados, de proposta de adoção de normas técnicas e métodos com vista à melhoria dos serviços e de uniformização de procedimentos, apesar das dificuldades sobreditas, vai sendo realizada com base nos dados que vão sendo apurados no decurso dos procedimentos disciplinares instruídos e nas informações que vão sendo recolhidas no âmbito das inspeções realizadas e das deslocações às unidades orgânicas e nos contactos com aqueles que aí exercem funções.
DGRH				4		A DGRH teve um desempenho elevado, nomeadamente no que reporta ao recrutamento de trabalhadores de várias carreiras para diversas unidades orgânicas. A par da atividade corrente a DGRH esteve envolvida em diferentes grupos de trabalho e elaboração de diplomas o que inviabilizou o cumprimento/superação da totalidade dos objetivos.
DSOPRE				4		
DPO				4		
DDAH				4		



A n e x o 5

Justificação dos dirigentes intermédios para resultados não obtidos por objetivo e indicador

Área Operativa – Serviços Centrais			
Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica			
DSVE.01 Reforçar a vigilância eletrónica como alternativa à prisão (contextos penais de permanência na habitação)	Ind 03 - Nº de sessões de sensibilização junto das estruturas da Ordem dos Advogados	Alguma indisponibilidade dos coordenadores.	Fatores endógenos
		Dificuldade de agendamento/indisponibilidade por parte das estruturas da OA; algumas reuniões foram reagendadas para 2016.	Fatores exógenos
	Ind. 06 - % de relatórios de execução elaborados pelas Equipas de Vigilância Eletrónica dentro do prazo	As Equipas de Vigilância Eletrónica 02 PRT e 10 PDL não disponibilizaram dados por manifesta incapacidade de registo. No caso da Equipa de Vigilância Eletrónica 02 PRT é assumida a total incapacidade de elaboração de relatórios de execução, exceto a pedido expresso do tribunal.	Fatores endógenos
Direção de Serviços de Justiça Juvenil			
DSJJ.01 Implementar o Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção-Justiça Juvenil	Ind 01- % de medidas PNRR - Justiça Juvenil com exequibilidade financeira	A concretização deste objetivo afigurou-se complexa, dado que, para além do facto do PNRR compreender 16 metas, estas exigiam uma maior dotação de recursos humanos ao nível da DSJJ.	Fatores endógenos
		Algumas das metas estabelecidas no PNRR dependiam da colaboração de outras entidades, designadamente das academias, no que respeita ao programa dos agressores sexuais, sendo que também a universidade, com quem se desenvolveu articulação, se encontrava dependente da aprovação de projeto, a fim de obter financiamento da Fundação Ciência e Tecnologia. De igual modo, também se verificaram dificuldades no estabelecimento de protocolos com a Segurança Social e CNCJR, decorrentes da alteração da LPPCJR e da ausência de resposta por parte desta última entidade.	Fatores exógenos
DSJJ.03 Avaliar e melhorar a qualidade de intervenção na execução da medida tutelar de acompanhamento educativo	Ind 04- Estudo dos níveis de ajustamento social dos jovens 3 meses após a cessação de medidas de acompanhamento educativo	Não se efetuou documento avaliativo das áreas críticas de ajustamento social dos jovens, uma vez que o relatório elaborado já procedia à análise das questões subjacentes, pelo que apenas por lapso não se autonomizou a informação que permitiria a superação.	Fatores endógenos
DSJJ.09 Promover o desenvolvimento de práticas restaurativas na área tutelar educativa	Ind 11- Estudo e pesquisa atualizada sobre práticas no âmbito da justiça restaurativa ⁵	A informação que propunha a constituição do grupo de trabalho não foi tempestivamente despachada (Informação nº 34/DSJJ/2015, de 12 de junho), pelo que se verificou a necessidade de efetuar ponto de situação, propondo-se a revisão do indicador e da respetiva meta, conforme consta da Informação n.º 55/DSJJ/2015, de 30 de novembro, a qual mereceu despacho favorável do então Subdiretor Geral, de 13 de janeiro de 2016. Saliencia-se que que o relatório de progressos foi apresentado em anexo à referida Informação, sendo manifesto o trabalho desenvolvido neste âmbito. Assim, pese embora o desvio, considera-se atingido o respetivo objetivo.	Fatores endógenos
Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde			
CCGCS.01 Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Ind 02- Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	Incapacidade financeira para a aquisição do <i>software</i> e infraestrutura tecnológica necessários à implementação do projeto piloto.	Fatores endógenos
		Atraso nas negociações com os parceiros externos (SPMS e IGFEJ) para disponibilização de <i>software</i> e infraestruturas necessárias	Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde			
CCGCS.02 Promover respostas de tratamento da toxicodependência em meio prisional	Ind 05- Novo modelo de tratamento de reclusos toxicodependentes	O perfil de consumos encontra-se ligeiramente alterado, baseia-se sobretudo nos policonsumos com redução dos consumos de heroína sendo a Auto percepção de uma situação de toxicodependência menos frequente.	Fatores endógenos
		Foi contratualizado pelo SICAD um inquérito à população reclusa relativo aos comportamentos aditivos. Da análise do relatório preliminar não se afigura necessidade de implementar um novo modelo de tratamento.	Fatores exógenos
CCGCS.05 Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos	Ind 10- Projeto piloto iniciado	Este objetivo era do CCGPP partilhado com o CCGPP.	Fatores endógenos
Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional			
CCGPATP.03 Aumentar e estruturar as ofertas culturais e artísticas no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Proposta de quadro de apoio técnico-financeiro	Insuficiência de meios humanos para o estudo e elaboração de proposta de qualidade.	Fatores endógenos
		Notícias/conhecimento da redução dos orçamentos nas instituições da administração pública.	Fatores exógenos
CCGPATP.04 Reforçar e qualificar a intervenção desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 19-Nº de propostas de protocolos com entidades externas para realização de atividades desportivas	Em 2014 foram apresentadas várias propostas que não foram assinadas, tendo em 2015 sido mantidos contactos com estas entidades com vista à manutenção da colaboração que as mesmas têm prestado.	Fatores endógenos
Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas⁴⁴			
CCTDAE.02- Equilibrar a distribuição da ocupação laboral pelos setores de atividade disponíveis	Ind 03- % de reclusos colocados, em permanência, nos setores de atividade produtivos (oficinais, agrícola, produção animal e silvicultura)	Não foram estruturadas ações de sensibilização junto dos EP's com vista à operacionalização do objetivo por forma a potenciar a redistribuição e equilíbrio do n.º de postos de trabalho pelos diferentes setores de atividade económica. Insuficiente consolidação dos conhecimentos e competências adquiridos em contexto de formação facilitadores de futura inserção profissional da mão-de-obra reclusa para o desenvolvimento de atividades económicas de sectores de atividade considerados estratégicos no plano socioeconómico, especialmente as relativas à exploração na fileira da agricultura, pecuária e floresta. Opção por outras áreas de atividade em detrimento dos setores oficinais, agropecuário e florestal com baixo índice de empreendedorismo. Esta opção pode dever-se à falta de pessoal qualificado para orientar os reclusos, referimo-nos, aqui aos antigos "mestres", a exigências de segurança e falta de requisitos e pressupostos para a execução das penas na modalidade de um regime de execução mais favorável ao desenvolvimento de atividades económicas produtivas. Tabela remuneratória desatualizada e não compatível com o esforço físico, natureza do trabalho e condições climatéricas em que o mesmo é realizado, especialmente na área da agricultura, produção animal e silvicultura. Os valores da remuneração diária são pouco atrativos. O Trabalho, quer na maioria das oficinas quer na área agrícola é desenvolvido com baixa tecnologia associada. Processos produtivos desfasados e desadequados do desenvolvimento e investimento tecnológico verificado nas últimas décadas nos setores primário e secundário.	Fatores endógenos
		Incipiência de medidas de política de apoio aos sistemas de produção. Contingências do mercado ao nível da oferta e procura de bens e produtos; Frac adesão de entidades privadas para colaborar em projetos e programas que envolvam atividades económicas dos setores primários e secundários com recurso a candidaturas a Programas Operacionais. Ausência de "redes de conhecimento e de desenvolvimento de comunidades empresariais. Legislação avulsa, complexa e pouco "amigável" a iniciativas de modernização e alavancagem das atividades económicas.	Fatores exógenos

⁴⁴ O dirigente responsável pela Unidade Orgânica saiu antes do exercício da autoavaliação e da designação de novo dirigente, o que impossibilitou realizar uma autoavaliação conjunta, apresentando-se acima justificação elaborada pela UO para a única meta não atingida, referente ao Objetivo 02, Indicador 3. Por despacho do Senhor Diretor-Geral, de 26 de fevereiro de 2016, procedeu-se à alteração da denominação do CCTDAE para CCEMDAE - Centro de Competências de Estudos para Modernização e a Dinamização das Atividades Económicas.

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos			
CCGPP.02 Avaliar programas dirigidos a problemáticas criminais específicas	Ind 06- Nº de estudos de avaliação do impacto dos programas realizados	Este objetivo dependia em exclusivo da articulação com entidades externas e envolvia custos avultados, não tendo sido possível obter o esforço necessário para a execução da mesma.	Fatores exógenos
CCGPP.04- Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Ind 09- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios Ind 10- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios	Este objetivo dependia em exclusivo da articulação com outras UO, não tendo sido possível obter o esforço necessário para a execução da mesma.	Fatores exógenos
CCGPP.05- Implementar um programa integrado de promoção da autonomia dos reclusos idosos	Ind 11- Projeto piloto iniciado	A priorização de outros indicadores que corresponderam a metas QUAR da DGRSP (que o CCGPP logrou superar) determinou a incapacidade de concluir este trabalho. Privilegiando sempre a qualidade das propostas que esta UO apresenta, foi optado não entregar o trabalho.	Fatores endógenos
CCGPP.08- Promover o desenvolvimento de práticas restaurativas na área tutelar educativa	Ind 15- Estudo e pesquisa atualizada sobre práticas no âmbito da justiça restaurativa	Esta medida foi partilhada com outras UO, não tendo sido possível a articulação necessária para a execução da mesma.	Fatores exógenos
CCGPP.10- Alargar unidades especializadas no sistema prisional para pessoas com deficiência	Ind 17- Proposta de unidades especializadas reconvertidas	Esta medida foi partilhada com outras UO, não tendo sido possível a articulação necessária para a execução da mesma.	Fatores exógenos

Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Estabelecimentos Prisionais			
Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo			
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	Recursos humanos insuficientes.	Fatores endógenos
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação	Recursos humanos insuficientes.	Fatores endógenos
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Recursos humanos insuficientes. Excessivos focos de intervenção relacionados com a instalação de EP desta dimensão. Dificuldade de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias.	Fatores endógenos Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	Défice da orientação da organização para resultados.	Fatores endógenos
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	Insuficientes respostas da comunidade por parte dos serviços/estruturas da comunidade.	Fatores exógenos
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	Recursos humanos insuficientes. Excessivos focos de intervenção relacionados com a instalação de EP desta dimensão.	Fatores endógenos
	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Dificuldades de articulação por parte dos serviços/estruturas comunitárias.	Fatores exógenos
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada		
Estabelecimento Prisional de Aveiro			
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	Nos termos do Plano de Atividades para 2015, Objetivo n.º 3, Indicador n.º 4, remetemos o Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional, sublinhando que este integrava o Documento com Propostas de Melhoria. De facto, sendo pedido, em termos genéricos, um 'documento com propostas de melhoria' e integrando o dito Relatório um campo compreensivo dedicado à análise crítica dos cursos concluídos em 2015 no qual deviam 'ser apresentadas propostas concretas tendentes a reduzir a taxa de anulações / saídas dos cursos', foi naturalmente entendido por estes Serviços que este campo consubstanciava o aludido indicador n.º 04. Parece-nos, pois, um inútil preciosismo e uma despropositada redundância, que a análise e propostas detalhadas nesse campo sejam copiadas para um documento distinto como mero expediente para dar como superado o indicador em causa. Pelo exposto, é inequívoco que estes Serviços apresentaram um relatório de apuramento de dados e propostas de melhoria sendo elementar que se considere o indicador como superado.	Fatores endógenos
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Conforme tinha sido por nós já referido, no momento da apreciação da 'Proposta de objetivos EPs / Plano Atividades 2015', os postos de trabalho existentes no EPA limitam-se à categoria profissional de faxina e são remunerados pelos Serviços Centrais. Daqui resulta que o incremento de postos de trabalho pelo EPA depende da garantia prévia da sua remuneração pelos Serviços Centrais. Nessa medida, parece-nos que a responsabilidade pela não prossecução deste objetivo devido à falta de cabimento orçamental nunca poderá ser imputada ao Estabelecimento Prisional.	Fatores endógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Em cumprimento do Plano de Reorganização dos Serviços Prisionais, no EPA foram criados dois espaços distintos e separados para o alojamento da população reclusa: o primeiro destinado a reclusos preventivos e condenados a pena de prisão, em regime comum e aberto no interior, e o segundo destinado a reclusos condenados a prisão por dias livres. Presentemente, e considerando a sobrelotação existente, o EPA não dispõe de um espaço separado da restante população prisional para o alojamento de reclusos em regime aberto no exterior pelo que, por manifesta impossibilidade logística, a proposta da colocação de reclusos neste regime não faz sentido. De igual modo, a duração muito breve das penas dos poucos condenados também não propicia a sua autoproposta para colocação neste regime, ainda que acompanhada de pedido de transferência para outro EP.	Fatores endógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	Nos termos do Plano de Atividades para 2015, Objetivo n.º 7, Indicadores n.º 11 e n.º 12, remetemos o Relatório Semestral de Atividades Desportivas e o Inquérito desporto 2015, descrevendo atividade desportiva no âmbito escolar (cursos EFA), de projetos de voluntariado (Associação Florinhas do Vouga), de protocolos (Federação Portuguesa de Andebol) e a título individual (utilização do ginásio). Atendendo as dimensões do EP e os seus recursos, entendemos estar salvaguardada uma oferta constante e diversificada de atividades desportivas à população reclusa. Por esse motivo, parece-nos pouco consentâneo que a superação do objetivo geral de reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional seja medida pela apresentação de um documento com 'propostas de melhoria', relativamente ao qual não é claro o destinatário (propor a quem?), finalidade (o que sobrevém da apreciação da proposta) ou resultado (a quem vincula o que é proposto?). Melhor seria que essa superação resultasse de um feito acrescido / extraordinário relativamente a uma meta pré-definida para as atividades desportivas concretas realizadas.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Bragança			
Plano de Atividades 2015		Falta de preparação teórica e prática dos trabalhadores para a execução de outros programas. Dificuldades em conciliar atividades contínuas com a realização de programas por insuficiência de espaços adequados.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha			
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	Objetivo partilhado. Este E.P. cumpriu a parte do objetivo que lhe estava atribuída.	Fatores endógenos Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Castelo Branco			
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Verba insuficiente para o aumento de postos de trabalho que seriam possíveis caso estas fossem suficientes para esse fim. Falta de resposta da comunidade às muitas solicitações do Estabelecimento Prisional para a criação de postos de trabalho no interior e no exterior do EP.	Fatores exógenos Fatores exógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Características da população reclusa (perfil, situação jurídico-penal e outros). Falta de resposta da comunidade/mundo empresarial, para colocação de reclusos em RAE, apesar de muitos contatos estabelecidos pelo EP para o efeito.	Fatores exógenos Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Casias			
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	Desvio de recursos humanos para outros projetos. Aumento significativo da população reclusa condenados penas pequenas. Implementação de projeto da equipa única novas atribuições (a assessoria aos tribunais).	Fatores endógenos Fatores exógenos
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação	Inexistência de recursos humanos necessários à aplicação de programas e falta de formação e creditação dos técnicos. Inexistência de condições para aplicação de Programas, uma única técnica que faz a gestão de atividades e programas. A referida técnica apenas tem formação no programa de delitos estradais, único programa que a mesma pode aplicar sozinha, para além de que outros de aplicação mais complexa exigem a participação de dois técnicos.	Fatores endógenos Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional de Chaves			
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	A ausência de espaços adequados para prática desportiva, bem como de um funcionário com formação/experiência, constituem fatores limitadores.	Fatores endógenos
		Inexistência de respostas comunitárias no âmbito do voluntariado.	Fatores exógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Caraterísticas pessoais e situação jurídica da população reclusa.	Fatores endógenos
		Dificuldades no mercado de trabalho e no envolvimento da comunidade.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Chaves			
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	Não se verificaram.	Fatores endógenos
		Ausência de resposta às diversas solicitações efetuadas, inclusivamente, com organismos com os quais temos acordos de colaboração estabelecidos.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional da Covilhã			
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação	Questões logísticas, nomeadamente: falta de espaços físicos para o desenvolvimento dos diferentes programas/intervenções bem como falta de formação específica.	Fatores endógenos
		População reclusa sem condições de aplicação dos programas, falta de habilitações e situação jurídico-penal.	Fatores exógenos
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Falta de autonomia para aumentar o n.º de lugares de trabalho a nível interno.	Fatores exógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Falta de respostas por parte da comunidade, atendendo que o E.P se encontra sediado em zona geográfica do interior do país onde os recursos existentes são francamente diminutos, nomeadamente na área da empregabilidade, número de associações e ou instituições capazes e vocacionadas para colaboração com o E.P em termos desportivos e culturais.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Elvas			
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 2- Nº de grelhas de conformidade (entre o risco e necessidades individuais e a intervenção técnica programada) aplicadas	Foi enviado um relatório demonstrativo dos resultados onde está patente o aumento de % de PIR no ano de 2015 face ao ano de 2014. Foi enviado um relatório crítico onde se refere de forma sucinta quais os procedimentos na preparação e elaboração dos PIR, nomeadamente os itens da Avaliação (artº.20º do CEP) que constituem as grelhas de conformidade. O ind 02 do obj.01 proposto para 2015 não corresponde ao ind 02 agora proposto para auto avaliação.	Fatores endógenos
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Face aos escassos recursos na comunidade e á falta de ofertas não foi possível em tempo útil operacionalizar e obter respostas positivas no sentido de podermos atingir este indicador, apesar de ter havido diligências junto do IEFP.	Fatores exógenos
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Em tempo foi enviado o mapa síntese dos dados da ocupação laboral de 2015 onde se pode constatar face a 2014 um aumento de 7 reclusos a trabalhar, (no final de 2014 o nº total foi de 19 e em 2015 foi de 26)., não obstante as reduzidas dimensões do EP e limitada possibilidade de outros postos de trabalho.	Fatores endógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Não foram colocados reclusos em RAE por inexistência de ofertas disponíveis em unidades de natureza empresarial ou outras, apesar de ter sido efetuado um contacto com um privado (proprietário de uma horta biológica) que não chegou a ser concretizado por ausência de respostas a questões burocráticas., Mas tivemos 5 RAI's a trabalhar numa unidade produtiva de natureza empresarial (Tecnidelta). Monitorizado nos mapas de Ocupação Laboral.	Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional de Elvas			
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Durante o ano de 2015, tivemos através da Escola D. Sancho II de Elvas, atividade de educação física e desportiva, sob orientação de dois professores de educação física 6 (seis) horas/semana, que foram monitorizados através dos mapas Ensino e Formação Escolar.	Fatores exógenos
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	Não foi elaborado relatório tendo em conta as circunstâncias acima identificadas	Fatores endógenos
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade	O Programa de Treino para as Competências de Empregabilidade, que é um programa bianual, foi iniciado no EP Elvas em 2015 depois dos técnicos terem recebido formação específica para o efeito. Tal como foi explicitado no relatório enviado o programa tem duas fases: a fase de avaliação e a fase da aplicação do programa propriamente dito. Em 2015 foi apenas aplicada a fase de avaliação. Só depois desta será possível avaliar quantos formandos estão em condições de poder integrar a fase da aplicação do programa, fase que está agora em curso. Tendo em conta o momento em que a aplicação do programa estava no final do ano de 2015 não seria possível efetuar-se nenhum projeto piloto completo tendo em conta que nessa data fazia-se o balanço da primeira fase.	Fatores endógenos
	Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	Não foi enviado um segundo relatório porque a fase da aplicação do programa (2ª fase) só teve início em 2016, ano em que será terminado a aplicação do projeto piloto.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Évora			
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 10- Nº de ações de promoção da leitura realizadas com a colaboração de bibliotecas ou outras entidades externas locais	Falta de técnico de reeducação na maior parte do ano (Janeiro a Agosto). Contudo foi efetuada uma ação com o escritor José Luís Peixoto acerca do seu livro “Galveias” e ainda uma outra ação em que o tema foi “como se faz uma notícia” com a jornalista Cristina Sobreira, que me parecem ser aqui de contabilizar, dando-se o indicador como atingido (junto documentos comprovativos).	Fatores endógenos
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	Inexistência de recursos humanos habilitados para se poder organizar uma atividade desportiva organizada. E tendo em conta a falta de recursos humanos tivemos que selecionar e desenvolver o que se tornava mais premente como é o caso dos PIR.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Faro			
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação	A existência de apenas uma técnica para uma média de 150 reclusos. Esta profissional está na mobilidade intercarreiras, proveniente do Ministério da Educação, e não tinha, além de disponibilidade temporal, formação para aplicação de Programas. O Adjunto, profissional com formação adequada em vários Programas, além das suas funções específicas dá grande apoio aos SAEP, principalmente na elaboração de mapas e na organização, acompanhamento e monitorização das atividades de formação escolar, profissional, laborais, etc.	Fatores endógenos
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	Dificuldades infraestruturais (espaços adequados) para este tipo de atividades. Além deste aspeto, a existência de uma taxa de ocupação da população reclusa bastante elevada (escola, formação profissional, trabalho e atividades desportivas), deixa uma margem pequena de indivíduos para se envolverem em atividades de índole da área cultural e artístico.	Fatores endógenos
		Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional do Funchal			
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Após selecionar 2 reclusos para serem propostos a RAE, foram solicitados pareceres imprescindíveis à Unidade de Tratamento da Toxicod dependência que os acompanha. Os pareceres não foram preferidos em tempo útil.	Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional da Guarda			
Plano de Atividades 2015		Mantêm-se as questões já sinalizadas na autoavaliação do desempenho de 2014 Questões logísticas, falta de espaços no estabelecimento prisional para desenvolver mais atividades em horário de expediente (nomeadamente: em termos de edifício – falta de espaços físicos para desenvolvimento dos diferentes programas/intervenções; formação escolar e profissional). Recursos Humanos: Corpo da Guarda Prisional insuficiente para poder assegurar a vigilância das atividades e ou programas; Assistentes técnicos administrativos insuficientes. Dificuldade em desenvolver programas por as características dos reclusos não o permitirem por não se enquadrarem no critério de seleção dos programas. Dificuldades em, partindo de um número de atividades já elevado conseguir-se em cada ano aumentar a percentagem solicitada no objetivo. Este tipo de objetivos só beneficia as unidades orgânicas que ate a sua fixação partiam do zero ou quase.	Fatores endógenos
		Falta de respostas por parte da comunidade, atendendo que o E.P se encontra sediado em zona geográfica do interior sendo que os recursos existentes são francamente diminutos, nomeadamente na área da empregabilidade, no numero de Associações e ou instituições capazes e vocacionadas para colaboração como E.P em termos desportivos e culturais.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária de Lisboa			
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Foi solicitado em tempo que este objetivo não fosse fixado justificando que este estabelecimento serve maioritariamente detidos e preventivos por um curto espaço de tempo. Assim sendo, não existe população prisional com tempo de afetação suficiente para garantir atuação de escolas ou centros de formação profissional.	Fatores endógenos
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Falta de motivação e disponibilidade do técnico de educação, responsável pela área desportiva, por contatar com entidades externas.	Fatores endógenos
	Ind 12- Relatório de apuramento de dados sobre nº de reclusos que praticam atividade desportiva organizada	O relatório apesar de ter sido elaborado não foi remetido em tempo, não obstante a insistência contínua para o técnico de educação, responsável por ele, o apresentar.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Lamego			
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Diminuição da oferta do trabalho por parte da Empresa Externa.	Fatores exógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Contexto socioeconómico do País (crise).	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Leiria			
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades criminógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação *	1. Número. limitado de técnicos de reeducação; 2. Pessoal de vigilância em número cada vez mais reduzido; 3. Carência de espaços de formação: o EP dispõe apenas de uma sala para todas as atividades formativas (escola, formação profissional, atividades de índole cultural, apoio religioso, etc.), que é utilizada de forma intensiva.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Leiria - Jovens			
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Concentração de esforços e recursos noutros projetos (Prisão e Unidades de Gestão de Risco).	Fatores endógenos
		Pouca receptividade por parte das instituições da comunidade.	Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional de Linhó			
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Insuficiência/desadequação de instalações -Estrutura física do Estabelecimento Prisional não permitiu acolher mais empresas concessionárias nem alargar muito mais o número de postos de trabalho referentes às empresas já existentes.	Fatores endógenos
		Contexto Socioeconómico – Redução de oferta de trabalho por parte das empresas e contactos por parte de empresas que não oferecem garantias de cumprimento das regras definidas.	Fatores exógenos
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	Insuficiência ou inexistência de respostas na comunidade – apesar de ter sido elaborado protocolo com a CVP e terem sido feitas insistências por parte do E.P. não foi possível concretizar o objetivo por falta de resposta desta associação de voluntariado.	Fatores exógenos
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Insuficiência de respostas na comunidade. Ausência de controlo sobre o nº de pessoas sobre os quais recai a intervenção da DGRSP – a extensão das penas e instabilidade da população reclusa não nos garante um nº razoável e previsível de reclusos em RAE.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Lisboa			
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	Recursos humanos insuficientes face à população reclusa afeta ao EP (sobrelotação), fator este que por sua vez, dificulta também, a criação de respostas estruturantes tendo em conta a programação do tratamento prisional. Dificuldade do EP em alcançar e estabilizar uma taxa de execução dos PIR, (igual ou superior à da taxa de cobertura nacional) atendendo também, à forte volatilidade da população reclusa que o caracteriza, com impacto na relação entre o número de PIR aprovados no EP em 2015 (317) face ao número de PIR com “execução interrompida” (209), ainda que, relativamente ao passado ano, esta taxa tenha sido aumentada em 10 pontos percentuais.	Fatores endógenos
		Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos.	Fatores exógenos
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Inoportunidade de estabelecer protocolos, mormente com as Escolas Associadas, dadas as condições em que se tem processado a implementação do projeto educativo (reportamo-nos à degradação do espaço escolar com o fecho de salas de aula e ao exercício da própria atividade letiva, prejudicado algumas vezes por falta de efetivos do corpo da guarda prisional que assegurem a vigilância/segurança daquele espaço. Considera-se também que o estabelecimento de Protocolos com outras entidades vocacionadas para a reinserção social dos reclusos será certamente melhor equacionada, quando observadas algumas das condições que por ora não estão reunidas.	Fatores endógenos
		Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos.	Fatores exógenos
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Incapacidade material e orçamental para fazer face a um aumento de postos de trabalho no EP; recursos humanos insuficientes no assegurar das condições de vigilância/segurança necessárias ao usufruto de espaços de trabalho (oficinas) fora da zona prisional.	Fatores endógenos
		Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais nos serviços públicos.	Fatores exógenos
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	A gestão do voluntariado em meio prisional, para além de ser equacionada tendo em conta as necessidades da população reclusa no EP, tem também em conta, as condições /recursos existentes. Neste âmbito não foi possível dar cumprimento ao preconizado no indicador, pese embora junto de algumas entidades que já prestam voluntariado no EP tenha sido suscitada a eventual apresentação de um projeto nesta área, não tendo porém havido capacidade de resposta/disponibilidade de voluntários em assegurá-lo.	Fatores endógenos
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto		
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Indicador não atingido (tendo apenas sido elaborada uma proposta de colocação em R.A.E., remetida à DSEMPL em 23-06-2016). Neste domínio, pese embora não se ter verificado de que nos casos em acompanhamento houvesse conhecimento de alguma situação que pudesse originar uma proposta de colocação naquele regime, mantém-se o referido anteriormente, ou seja, de que os reclusos condenados em penas de prisão de média e longa duração, tendem na sua maioria a ser afetos a outros EPs.	Fatores endógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Considera-se o indicador superado, dado que, conforme documento "Ficha síntese das sessões das atividades desportivas 2015" (anexo último do e-mail remetido em 14-12-2015) contabilizam-se 7 atividades realizadas no EP com a colaboração de entidades externas.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Olhão			
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Não posso considerar apenas atingido este objetivo, ele tem de ser considerado superado em virtude do EP ter apresentado uma proposta de protocolo com a Biblioteca Municipal e remetido ao Senhor Diretor-Geral para autorização, a qual nunca foi rececionada.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz			
EP.01 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na área da programação do tratamento prisional	Ind 01- % de reclusos condenados com PIR aprovado em CTI	Recursos humanos insuficientes (3 TSR / 645 reclusos até Junho + 1 julho +1 setembro). Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores.	Fatores endógenos
		Insuficiência de recursos financeiros/dificuldades orçamentais serviços públicos.	Fatores exógenos
EP.02 Promover a aplicação de programas dirigidos a necessidades crimínógenas específicas de ofensores adultos	Ind 03- Nº de programas aplicados com referência ao nível de segurança e grau de complexidade de gestão dos estabelecimentos prisionais, incluindo obrigatoriamente o PIPS-Plano Integrado de Prevenção do Suicídio, e segundo critérios de ponderação *	Recursos humanos insuficientes (3 TSR / 645 reclusos até Junho + 1 julho +1 setembro). Défices de preparação teórica/técnica dos trabalhadores.	Fatores endógenos
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	Recursos humanos insuficientes (3 TSR / 645 reclusos até Junho + 1 julho +1 setembro). Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores.	Fatores endógenos
		Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade. Isolamento geográfico.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz			
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	Recursos humanos insuficientes – técnicos e guardas (3 TSR / 645 reclusos até Junho + 1 julho +1 setembro). Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores.	Fatores endógenos
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Recursos humanos insuficientes – técnicos e guardas (3 TSR / 645 reclusos até Junho + 1 julho + 1 setembro). Deficiente definição /inapropriação dos objetivos ou indicadores.	Fatores endógenos
		Inexistência ou insuficiência de respostas na comunidade. Isolamento geográfico.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino			
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Inexistência de sensibilização junto de potenciais entidades recetoras da medida uma vez que a efetivação da mesma não está na dependência do EP/DGRSP. Não é despidendo o facto desta unidade orgânica sempre ter entendido que este objetivo não devia ser fixado / contratualizado uma vez que já se antevia que o resultado seria sempre de incumprimento.	Fatores endógenos
		Pouco abertura do Tribunal de Execução de Penas para este regime de flexibilização, atento aos marcos de execução de pena para avaliação de medidas de flexibilização versus apreciação da concessão da liberdade condicional.	Fatores exógenos
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 24- % de reclusas inscritas/ e a frequentar o sistema de ensino inseridas nos projetos educativos aprovados com o M.E.	Trata-se de objetivo específico deste unidade orgânica atento ao modelo de gestão partilhada, contratualizado pela primeira vez, verificando-se agora que as percentagens fixadas (75% - 85%) foram demasiado ambiciosas, apesar do resultado obtido (57,5%) certamente estar acima do padrão médio nacional no ensino de adultos.	Fatores endógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Estabelecimento Prisional de Setúbal			
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	A) Setúbal é o concelho do país que apresenta as taxas mais elevadas de desemprego e com maior número de instituições de solidariedade social de apoio à comunidade. Ainda, com índices de pobreza significativos. As instituições Estatais que habitualmente via protocolo colocam reclusos em RAE, nomeadamente pós crise económica, passaram a privilegiar a comunidade local e não os reclusos do EP, na facultação de trabalho (caso da Junta de Freguesia de S Sebastião, que em tudo apoia o EP, mas que cessou a colocação de reclusos em RAE. B) Outras entidades de referência, a título de exemplo, Câmara Municipal, Porto de Setúbal, Escolas locais, pretendem e facultam trabalho ocasional e circunscrito a determinada época – Configurando colocação de reclusos em RAI e não RAE. C) A criminalidade é significativa neste Distrito. Um número relevante de reclusos deste EP, advém dos bairros sociais da cidade, com conotação negativa na comunidade local. Este “ estigma” não é fator facilitador da inserção laboral destes enquanto em reclusão (na comunidade local).	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Silves			
EP.03 Promover condições para a qualificação escolar e profissional de reclusos e a sua reinserção social	Ind 04- Relatório de apuramento de dados sobre % de reclusos que saíram dos cursos escolares e de formação profissional	De acordo com as indicações dadas pelo CCGPATP, o documento que enviaram para demonstração dos resultados, continha a parte para o relatório de apuramento de dados sobre a percentagem de reclusos que saíram dos cursos escolares e formação profissional, constituindo-se este como a valor a atingir que foi enviado pelo EP. Fazia ainda como parte integrante desse mesmo documento, o campo no qual deveriam “ser apresentadas propostas concretas tendentes a reduzir a taxa de anulações/saídas dos cursos” tendo em conta os motivos apurados. O EP apresentou nesse campo, que consta do ficheiro, as propostas de melhoria. Por conseguinte, foi atingida a meta da superação neste Indicador, só que não foi considerado nos resultados da avaliação no Relatório de Atividades.	Fatores endógenos
	Ind 05- Nº de protocolos de atuação com escolas associadas, centros de formação profissional e/ou outras entidades públicas ou privadas vocacionadas para a reinserção social de reclusos	O Estabelecimento Prisional desde 2014 que articula com o Instituto de Emprego e Formação Profissional do Barlavento Algarvio. Em 2015 e já no âmbito do Plano de Atividades, foi realizada no dia 22-09-2015, uma reunião com a Direção do IEFP, na qual o EP apresentou a proposta do Protocolo Tipo, que iria regularizar a articulação institucional já existente. No entanto todo o quadro da Direção do IEFP foi alterado e a proposta ficou suspensa a fim de ser reanalisada pelos novos elementos da Direção, o que inviabilizou a assinatura do Protocolo de Atuação, ainda em 2015.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Sintra			
EP.04 Promover condições favoráveis à integração laboral de reclusos	Ind 06- % de aumento de reclusos com atividade laboral	A taxa de ocupação em 31/12/2014 foi muito elevada. O ponto de partida foi de 44% de reclusos integrados laboralmente (Total = 286). Esse número reduziu em Janeiro de 2016 com a libertação e transferência de reclusos e redução de postos de trabalho. Em 31/12/2015 foi possível atingir apenas 39% do total de reclusos afetos ao estabelecimento prisional que eram 670. Estavam integrados em atividades laborais 262 reclusos.	Fatores endógenos
		Redução de entidades externas (empresas) que disponibilizem integração laboral aos reclusos no interior do EP é um dos fatores que condicionam o aumento da taxa de ocupação laboral.	Fatores exógenos
EP.05 Manter e reforçar o voluntariado na área sociocultural e desportiva em meio prisional	Ind 07- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área cultural e artística	O EP apenas cumpriu um dos indicadores (Ind. 07). Estiveram envolvidos 56 reclusos em projetos de voluntariado na área cultural e artística que representavam 8,3% do total da população a 31/12/2015 (Total = 670). Um dos fatores que contribuíram para a desmotivação durante o ano de 2015 de alguns voluntários foi a ocorrência de vários períodos de greves do CGP. A inconsistência da programação das atividades, resultou numa enorme instabilidade. O EP não cumpriu o ind.08 voluntariado na área da promoção do desporto por fatores exógenos.	Fatores endógenos
	Ind 08- % de reclusos envolvidos em projetos de voluntariado na área da promoção do desporto	O EP não cumpriu o ind.08 - voluntariado na área da promoção do desporto por dificuldade em encontrar respostas na comunidade, indivíduos com formação no âmbito do desportivo integrados e enquadrados por grupos de voluntariado.	Fatores exógenos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
EP.12 Promover estratégias de inclusão da população reclusa na prevenção e combate a incêndios	Ind 18- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para realização de trabalhos de prevenção de incêndios	Não existiram fatores endógenos porque as ações de formação dependiam exclusivamente de entidades externas. O EP tinha apenas a responsabilidade selecionar os reclusos formandos e de assegurar a frequência da formação e dar apoio logístico.	Fatores endógenos
	Ind 19- Nº de reclusos condenados ou preventivos abrangidos por formação para integração de equipas de supressão de incêndios	A responsabilidade da organização das ações de formação era do CCGPP.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Torres Novas			
EP.11 Promover o desenvolvimento de competências para a empregabilidade junto de reclusos	Ind 16- Projeto piloto para implementação de sistema de avaliação de competências para a empregabilidade	A aplicadora do Programa, não teve possibilidade de frequentar, em Setembro 2015, no Centro de Formação de Caxias a formação agendada alusiva ao Programa da Empregabilidade, tendo apenas recebido posteriormente (dia 12 de Outubro), uma breve explicação (durante 2h) do teor deste Programa no EP das Caldas da Rainha. Este contratempo, acabaria por adiar o início da fase de entrevistas aos reclusos, não permitindo, dado o número de sessões previstas no Programa (20), terminar a sua aplicação até ao final do ano transato. Todavia, em face deste risco contactou-se com o respetivo CCGPP, que nos informou não existir inconveniente em se prolongar as sessões remanescentes, até ao final do 1.º semestre de 2016.	Fatores endógenos
	Ind 17- Projeto piloto para implementação de programa de treino de competências para a empregabilidade	Sentimos que o acompanhamento, por parte do CCGPIP na aplicação do Programa não foi suficiente, tendo sido agendada apenas uma única reunião (para o dia 21 de Outubro 2015), destinada ao esclarecimento de dúvidas e de dificuldades sentidas, que não se chegou a concretizar.	Fatores exógenos
Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus			
EP.07 Reforçar e qualificar a intervenção sociocultural e desportiva no quadro do tratamento prisional	Ind 11- Nº de atividades desportivas realizadas com a colaboração de entidades externas	Número de técnicos do Tratamento Prisional reduzida de 7 para 5 elementos, sendo que um destes 5, responsável pela atividade do desporto, foi transferido durante o ano 2015 para outro EP.	Fatores endógenos
Estabelecimento Prisional de Vila Real			
EP.06 Promover condições favorecedoras do aumento do número de reclusos em Regime Aberto no Exterior (RAE)	Ind 09- Nº de novas propostas para colocação de reclusos em RAE	Não imputáveis à UO.	Fatores endógenos
		Aquando da elaboração do documento de resposta atinente à "Apreciação Proposta de objetivos EPs Plano Atividades 2015", foi logo por nós levantado o constrangimento relativo ao Objetivo 06, apresentando-se proposta alternativa. Para melhor esclarecimento transcrevo o aí referido: "Objetivo 06: o Ind. 09 – nº de propostas de colocação de reclusos em RAE: as dificuldades a este nível, prendem-se essencialmente com a escassez de propostas por parte das entidades externas, aliada à desadequação das competências da população com quem lidamos. Saliente-se a ruralidade do meio em que nos inserimos e difícilima concretização, face ao parco tecido empresarial da região. A proposta alternativa: Ind. 09 – nº de propostas de colocação de reclusos em RAI; META: data, 15.12.2015; valor, 6 novas colocações; superação, 9 novas colocações Resumindo: Objetivo 06, Ind. 09 - impossível o cumprimento, a manter-se a definição do mesmo e caso não se verifique a aceitação da nossa proposta, uma vez que a sua exequibilidade depende de fatores que não podemos controlar, extravasando as nossas possibilidades/realidades e como tal não nos podendo ser imputados."	Fatores exógenos
Hospital Prisional de S. João de Deus			
EP.09 Aproximar a prestação de cuidados de saúde das estruturas da comunidade, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre	Ind 14- Nº de projetos piloto de parceria com o Ministério da Saúde implementados	A DGRSP e o Ministério da Saúde não concluíram o projeto de desmaterialização do processo clínico, pelo que o Objetivo não foi atingido.	Fatores exógenos

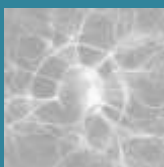
Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Delegações Regionais de Reinserção

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Delegação Regional de Reinserção do Centro			
DRRC.01 Reforçar o recurso a instrumentos de avaliação do risco na elaboração de documentos de apoio à tomada de decisão	Ind 01- % de técnicos de equipa de reinserção social com relatórios sociais para determinação da sanção (RSDS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	Ausência de objetivos Siadap 3, articulados com o PA em 2015; Deficiências no parque automóvel e informático que geram dificuldades adicionais nas condições de trabalho.	Fatores endógenos
		Excesso de pedidos e medidas em execução, face aos recursos humanos disponíveis na quase totalidade das equipas da DRRC (10 em 12).	Fatores exógenos
DRRC.02 Reforçar o recurso a padrões de qualidade e eficácia na execução das medidas probatórias	Ind 02- % de técnicos de equipa de reinserção social com Planos de Reinserção Social (PRS) elaborados com recurso ao LS-CMI supervisionados previamente	Ausência de objetivos Siadap 3, articulados com o PA em 2015; Deficiências no parque automóvel e informático que geram dificuldades adicionais nas condições de trabalho.	Fatores endógenos
		Excesso de pedidos e medidas em execução, face aos recursos humanos disponíveis na quase totalidade das equipas da DRRC (10 em 12).	Fatores exógenos

Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Centros Educativos

Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Centro Educativo dos Olivais			
CEO.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura familiar débil; Imaturidade dos jovens; Respostas pouco consistentes, das estruturas sociais, no acompanhamento dos jovens. 	Fatores exógenos
Centro Educativo de Santo António			
CESA.04 Promover a integração socioeducativa e/ou formativa e/ou laboral de jovens	Ind 05- % de integração efetiva (atividades socioeducativas estruturadas ou no sistema educativo/profissional/estágio laboral no final) de jovens alvo da medida tutelar educativa de internamento (3 meses subsequentes)	Até ao final do ano de 2015, dos 16 jovens estavam integrados 11, e um dos jovens saídos em dezembro de 2015 iniciou atividade laboral em janeiro de 2016. O resultado deste objetivo foi fortemente condicionado pela tardia resposta estruturas da comunidade, assim como, pelas datas de cessação das medidas que se revelaram um obstáculo à colocação atempada dos jovens, e ainda, o perfil de alguns dos jovens que continuam a submeter-se a provas de seleção até à data sem resultados.	Fatores exógenos

Área Instrumental			
Objetivo	Indicador	Justificação para resultados não obtidos	
Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação do Centro			
SAI.01 Melhorar a celeridade processual nos processos do foro disciplinar (inquéritos e disciplinares) reduzindo a pendência processual em 10%, face à pendência processual verificada a 31.12.14	Ind 01- Nº de processos distribuídos entre 01.01.2015 e 31.12.2015	No ano de 2015, a pendência dos diversos processos foi reduzida de 33 para 12.	Fatores endógenos
Divisão de Gestão de Recursos Humanos			
DGRH.04 Consolidar o processo de reestruturação organizacional no domínio dos recursos humanos uniformizando e modernizando padrões de funcionamento	Ind 05 - Documentos com informação técnica no âmbito dos recursos humanos, com vista à sua aplicação uniforme pelos serviços da DGRSP	O envolvimento dos Técnicos da DGRH no desenvolvimento e conclusão de elevado número de procedimentos concursais aos quais foi atribuído carácter prioritário inviabilizou a concretização deste objetivo.	Fatores endógenos
DGRH.06 Assegurar a simplificação administrativa e uniformização de procedimentos em diversos processos administrativos, adotando documentos-tipo para a formulação dos pedidos, bem como para a respetiva análise e proposta de decisão	Ind 08 – Nº de formulários aprovados para análise/proposta de decisão	O envolvimento dos Técnicos da DGRH no desenvolvimento e conclusão de elevado número de procedimentos concursais aos quais foi atribuído carácter prioritário inviabilizou a concretização deste indicador.	Fatores endógenos
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas			
DSOPRE.01 Implementar a página da Intranet da DGRSP	Ind 02- Página da intranet disponível com conteúdos atualizados	A concretização deste indicador dependia de decisões sobre disponibilização de um servidor e sobre a formação do técnico que ultrapassam as competências desta UO.	Fatores endógenos
Divisão de Planeamento e Organização			
Plano de Atividades 2015		1. A monitorização da concretização da atividade planeada da DGRSP dependia do funcionamento da aplicação <i>BSC Quidgest</i> , a qual se encontra inoperacional desde 29-maio-2015 na DRR do Centro e 14-setembro-2015 na DRR do Norte, por motivos alheios à DPO e apesar dos alertas atempados para a solução do problema, condicionou a monitorização da atividade da DGRSP na forma inicialmente planeada. Assim, o Objetivo 02 e respetivos indicadores de medida foram anulados por não ter sido viabilizada a sua concretização nas condições previstas de utilização da ferramenta informática. 2. A necessidade de adaptação das unidades orgânicas em geral ao processo de monitorização baseado em evidências. 3. Se existe um bom nível de colaboração de um número significativo de unidades orgânicas com a DPO, verifica-se, por outro lado, um baixo nível de colaboração de determinadas UO, o que afeta de forma evidente a atividade da DPO, nomeadamente no que se refere a cumprimento de metas temporais.	Fatores endógenos
Divisão de Documentação e Arquivo Histórico			
DDAH.03 Implementar <i>newsletter</i> de sensibilização e divulgação do património da instituição	Ind 05- Proposta de modelo de <i>newsletter</i> para sensibilizar e divulgar as atividades da DDAH	Este objetivo acabou por não ser superado não por falta de empenho, mas por dificuldades técnicas na montagem da <i>newsletter</i> que se refletiram nas datas da sua divulgação.	Fatores endógenos
	Ind 06- Nºs da <i>newsletter</i> da DDAH disponibilizados na intranet/ internet	Falta de recursos humanos e financeiros que dificultam a concretização dos objetivos e que limitam as iniciativas. Muitos dos objetivos acabam por se concretizar com muito esforço pessoal dos trabalhadores da UO.	Fatores exógenos



A n e x o 6

Audição aos dirigentes intermédios Propostas de melhoria

Área Operativa – Serviços Centrais	
Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetar o recrutamento de TPRS e TSRS; 2. Afetação de viaturas novas ou com menos rodagem; 3. Estudar aperfeiçoamento de procedimentos na área da VD. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Decisão política; 2. Respetivamente decisão política e da Direção Superior.
Propostas de melhoria do Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de um trabalho prévio para identificação dos indicadores de gestão (de processo e de resultados) e criação de um sistema integrado e respetiva metodologia de implementação, monitorização e avaliação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema informático prisional não permite a extração dos habituais indicadores na área do tratamento prisional.
Propostas de melhoria do Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição de indicadores que valorizem/distingam a diferenciação das metas de desempenho entre UO; 2. Harmonização entre o número de objetivos e respetivos indicadores entre as UO; 3. Valorização de metas que privilegiem a qualidade das propostas em detrimento das datas de apresentação das mesmas; 4. Clarificação e definição dos limites e contornos dos documentos classificados como “evidências”. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A discrepância em termos de diferenciação técnica do resultado final das metas entre as UO promove assimetrias no grau de esforço que é exigido para o seu cumprimento, penalizando as UO que desenvolvem/apresentam trabalhos de elevada complexidade técnica; 2. Dependência de fatores externos à UO (ex: envolvimento de entidades terceiras- internas ou externas, validação/ autorização superior) condicionam a apresentação das evidências nos prazos definidos; 3. A sobrevalorização da importância dos documentos considerados como “evidências”, em detrimento dos dados oriundos da realidade das UOs, menosprezam o esforço das mesmas na sua realização.

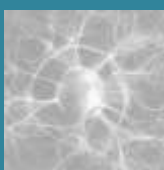
Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Estabelecimentos Prisionais	
Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo	
<ol style="list-style-type: none"> 1. STP - Regularização do Trabalho Técnico; 2. Ocupação laboral - aumento da percentagem de reclusos em atividade laboral; 3. Voluntariado - dinamização e implementação de projetos; 4. RAE - aumento da percentagem de reclusos em regime aberto no exterior; 5. Biblioteca e organizações desportivas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de recursos humanos (técnicos e administrativos); 2. Dificuldades de celebração de protocolos com entidades externas; 3. Dificuldades na acreditação de voluntários; exigência de pagamento de seguro voluntário; dificuldades na validação de projetos; 4. Dificuldades da empresa assegurar as participações sociais correspondentes ao trabalho do recluso; 5. Pagamento de seguro.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Braga	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dinamizar ações de formação para os trabalhadores da UO, para colmatar os défices de preparação teórica/técnica dos vários grupos profissionais; 2. Investir na requalificação geral dos espaços e das instalações, criando ambientes laborais favoráveis ao exercício de funções dos vários grupos profissionais em presença; 3. Criação de grupos de trabalho multidisciplinares, envolvendo trabalhadores de diferentes Unidades Orgânicas, orientados para a partilha de experiências, reflexão conjunta, identificação de necessidades e áreas de intervenção prioritárias, maximizando as boas práticas. Considero ser necessária uma aproximação entre os diferentes grupos profissionais para criar sentimento de pertença e espírito de missão dentro dos serviços; 4. Promover reuniões regulares de dirigentes das Unidades Orgânicas, por região, por tipologia de EP, etc., com os dirigentes dos “Serviços Centrais” e com a Direção Superior, numa perspetiva de “melhor conhecer para melhor intervir”, maximizando recursos humanos, materiais e motivando equipas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. As ações deverão ser dinamizadas em <i>timings</i> diferenciados para abranger todos os trabalhadores e na zona Norte.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Bragança	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar procedimentos de orientação da organização para resultados; 2. Melhorar a preparação teórica e técnica dos trabalhadores. 	
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior participação e envolvimento dos responsáveis dos Estabelecimentos Prisionais na definição dos objetivos e dos instrumentos de planeamento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. As características de cada Estabelecimento Prisional devem ser tidas em conta na definição de objetivos.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional da Carregueira	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fixação dos objetivos durante o 1º trimestre do ano; 2. Avaliar a sua exequibilidade/grau de exequibilidade com os executores. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prazo curto para a sua realização; 2. Falta de meios humanos, técnicos e guardas; Falta de resposta por parte das entidades externas.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Castelo Branco	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Os objetivos traçados para as Unidades Orgânicas deveriam contemplar outras áreas de serviço/setores para que todos os colaboradores contribuíssem de forma igualitária para a obtenção dos resultados pretendidos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação tardia dos objetivos para as Unidades Orgânicas; 2. Contratualização de objetivos que não dependem diretamente do esforço da equipa da Unidade Orgânica.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Caxias	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar o número de reclusos com PIR; 2. Promoção de aplicação de programas dirigidos a necessidades criminosas específicas para agressores adultos; 3. Reforçar a ligação do EP à comunidade; elaboração de protocolos de colaboração com entidades externas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos humanos qualificados insuficientes e ausência de formação para os existentes; 2. Recursos humanos qualificados insuficientes e ausência de formação e creditação para os técnicos existentes; 3. Desconhecimento e receio da comunidade nas vantagens de protocolos com o EP.

Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Chaves	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de espaços de formação, na atual zona reservada a funcionários (camarata do CGP e bar); 2. Investimento na formação de funcionários; 3. Intensificação de articulação com instituições da comunidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orçamentais; 2. Escassez de formações mais próximas deste EP; 3. -Baixa adesão das instituições.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Coimbra	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Interação entre diversos serviços da DGRSP; 2. -Definição de objetivos com maior antecedência. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de monitorização quando existem objetivos partilhados; 2. Tempo.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional da Covilhã	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento de recursos humanos na equipa técnica (técnico de desporto/técnicos terapia ocupacional) e aumento da diversidade da formação da equipa técnica. 2. Ponderação e análise da viabilidade de aumento e melhoria do espaço físico prisional. 3. Adequabilidade dos objetivos definidos à U.O de harmonia com localização geográfica da mesma. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Todos os referidos nos aspetos a melhorar.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Elvas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Obj.02 – A aplicação de programas constitui uma área de melhorias uma vez que poderemos aplicar um maior número de programas resultante da formação dos técnicos; 2. Obj.03 – Insistir junto do IIEFP a viabilização de um protocolo que vise a operacionalização de sessões de informação/sensibilização na área do “Empreendedorismo como Estratégia de Desenvolvimento”. “Informação sobre Técnicas Ativas de Emprego” “Programas de Apoio à Criação do Próprio emprego” que sejam ressocializadoras; 3. Obj.05 – Incentivar junto de privados e/ou entidades/instituições a elaboração de um novo projeto de voluntariado principalmente na área sociocultural; 4. Obj.07 – Reforçar e monitorizar a intervenção sociocultural e desportiva com entidades externas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aguarda-se resposta positiva por parte do IIEFP; 2. Foi feita a “negociação” do projeto de voluntariado Fase de Concretização.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Évora	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definição de objetivos de acordo com a população prisional residente e a sua condição de ex-trabalhadores de forças de segurança. Tendo em conta a existência de condenados pela prática de crimes relacionados com agressões sexuais (neste momento 9) seria adequada uma intervenção através do Programa para Agressores Sexuais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência na U.O de aplicadores do programa. Inexistência de Técnicos Superiores de Reeducação e, eventualmente, de desporto.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional do Funchal	
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos humanos insuficientes. Existe necessidade de mais 1 Técnico Superior de Reeducação, 1 Assistente Administrativo, e 1 Adjunto para a área do Tratamento Prisional.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Izeda	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço ao nível dos recursos humanos (técnicos superiores de reeducação, assistentes operacionais e assistentes técnicos); 2. Substituição dos atuais equipamentos informáticos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos económicos.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária do Porto	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria do sistema informático; 2. Melhoria na prestação dos cuidados de saúde; 3. -Melhoria na área de atividade desportiva. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tráfego lento Internet/Intranet; Acesso difícil ao SIP; PC e programas desatualizados; 2. -Maior fidelização dos profissionais que prestam serviço nas empresas prestadoras dos cuidados de saúde, de modo a evitar a rotatividade excessiva daqueles profissionais – a título de exemplo esta UO em seis meses teve 13 enfermeiros para 25h/semanais; 3. Limitação física do EP pela inexistência de espaços destinados ao desenvolvimento de atividades desportivas.

Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Lamego	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior investimento em formação para os diferentes grupos profissionais; 2. Criação de um espaço específico para a formação e aplicação de programas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de funcionários com formação para aplicação de programas específicos; 2. -Falta de espaço para desenvolvimento de várias atividades em simultâneo (ensino, formação, aplicação de programas, etc.).
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Leiria	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço de meios humanos. Criação de melhores condições no edifício. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Meios humanos limitados. Edifício muito limitado em termos de condições (espaços limitados ou inexistentes).
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Linhó	
<ol style="list-style-type: none"> 1. 1-Os objetivos definidos estão concentrados apenas na área do Tratamento Prisional, situação que implica uma sobrecarga de trabalho para a mesma. Assim, os objetivos deveriam abranger outras áreas; 2. Definição dos objetivos deverá adequar-se às características dos EPs, não devendo a mesma ficar circunscrita à tipologia de Gestão dos Estabelecimentos (Exemplo: estabelecimentos de complexidade de gestão elevada são distintos em termos de espaços, população reclusa, meio envolvente, recursos humanos e materiais, pelo que a definição dos objetivos deveria ter em consideração alguns constrangimentos específicos); 3. Não deverão ser traçados objetivos que dependam essencialmente de fatores exógenos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de outros Projetos desenvolvidos pelos STP que não estão contemplados nos Objetivos podem condicionar o cumprimento dos mesmos. A concretização dos objetivos definidos só foi possível devido a um elevado esforço dos Serviços; 2. Falta de espaços para o desenvolvimento de Projetos de voluntariado e Programas de cariz reabilitador. Insuficiência de recursos humanos e materiais. Escassez de respostas da comunidade para a integração laboral de reclusos; 3. A concretização dos objetivos não será exclusivamente fruto do trabalho da UO, ficando condicionada pela falta de respostas externas, como por exemplo as associações de voluntariado, empresas concessionárias, etc.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Monsanto	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Devem ser incluídos objetivos que extravasem a área do tratamento prisional; 2. Devem existir programas específicos para os reclusos em regime de segurança, no âmbito da agressividade, impulsividade, etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de técnicos.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional do Montijo	
<ol style="list-style-type: none"> 1. 	<ol style="list-style-type: none"> 1.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Odemira	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tratamento penitenciário / aplicação de programas e atividades socioculturais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de técnicos; Falta de apoios financeiros; Falta de materiais informáticos; Falta de materiais de apoio às atividades (atividades socioculturais).
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Celebração de Protocolo com o Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA) com a finalidade de salvaguardar diferenciada e mais ativa ação da Rede de Apoio a População Reclusa aquando da Restituição a Liberdade; 2. Continuar a valorizar a necessidade da abordagem do ensino no Estabelecimento Prisional e respeitar o grupo etário dos destinatários; 3. Reforçar a intervenção no âmbito da prevenção das recaídas mediante intervenção coordenada entre os Serviços do Estabelecimento Prisional e as entidades que atuam neste domínio; 4. Reforçar a cooperação dos Serviços Centrais da DGRSP no que respeita a desenvolvimento de competências dos profissionais do Estabelecimento Prisional. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envolvimento da Direção Regional de Emprego cuja importância assume especial relevância; 2. Necessidade de adequação de competências dos docentes a este objetivo; 3. -Carência de recursos humanos no âmbito das instituições que cooperam com o Estabelecimento Prisional, nomeadamente na área da Medicina; 4. Constrangimentos financeiros.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Setúbal	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação dos trabalhadores para melhoria da qualidade de trabalho / desenvolvimento de competências. 2. A estrutura do EP / escassez de espaço físico, limita as condições dos funcionários e o desenvolvimento de atividades com os reclusos. 3. A tipologia do material informático, a escassez deste e ainda a morosidade na resolução de situações nesta área, são um entrave significativo ao desenvolvimento do trabalho corrente no quotidiano institucional. O material informático destes serviços, é sabido, há muito não se adequa às necessidades. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existem perdas de tempo significativas em todos os sectores por parte dos funcionários de topo / Direção, decorrentes da escassez de qualidade de trabalho / conhecimentos das matérias / competências, do pessoal administrativo; também da escassez de pessoal; também da escassez de pessoal técnico e especializado.

Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Tires	
1. Promoção da atividade desportiva – construção de ginásios nos pavilhões prisionais. Requalificação dos pátios para a prática desportiva.	1. Escassos recursos financeiros e inexistência de técnicos habilitados.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Torres Novas	
1. Reformulação, da estrutura das entrevistas de seleção a aplicar ao grupo alvo, no Programa da Empregabilidade; 2. O conteúdo das sessões, revelou-se muito extenso, nomeadamente ao nível de alguns textos, que deveriam ser reavaliados.	1. As entrevistas, afiguram-se muito extensas. A população alvo não percebe o tipo de questões e o técnico despende, grande parte do tempo a explicar o que se pretende; 2. A interpretação dos textos, torna-se muito mais complexa, exigindo da parte do aplicador, uma maior disponibilidade para a interpretação conjunta, de forma a minimizar as dificuldades sentidas ao nível do alcance dos objetivos.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus	
1. Reposição de recursos humanos.	1. A população reclusa, caracterizada pela elevada reincidência e longas penas de prisão condicionam a motivação para formação, em especial a profissional, afastada de exequibilidade de integração a curto/médio prazo em situação de liberdade; 2. O isolamento institucional devido à localização geográfica afastada de qualquer zona urbana e de fácil acesso a outras instituições limita, drasticamente, a oferta/opportunidade de implementação de atividades, tais como as de voluntariado; 3. Dificuldades de resposta de entidades locais (ex.: bibliotecas locais) por limitações várias entre as quais por falta de recursos humanos; 4. Insuficiência de meios humanos (técnicos e de vigilância) para assegurar planificação, contactos e acompanhamento de todas as ações a realizar.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa	
1. Reestruturação/melhoria do sistema informático; 2. Determinação de objetivos que envolvam todos os elementos /setores da unidade orgânica; 3. Cabimento orçamental compatível.	1. Os elementos da unidade orgânica podem de certa forma condicionar o bom desempenho e até inviabilizar obtenção dos resultados pretendidos, por não se sentirem parte integrante no processo; 2. -Não é possível promover condições favoráveis à colocação laboral de um maior número de reclusos, se não houver cabimento orçamental para esse efeito.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo	
1. Formação profissional - funcionários; 2. Área do Trabalho no interior e exterior dos EPs.	1. -Reduzido número de formações a desenvolver no Norte do país; 2. -A atual crise a nível de emprego que pode ser uma condicionante para o trabalho. Inexistência de ofertas por parte da comunidade.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Vila Real	
1. Reforçar as ações de formação para todos os trabalhadores da UO; 2. Investimento em material informático, com software atual e adaptado às diferentes áreas de intervenção; 3. Promover a realização de reuniões/encontros entre os serviços centrais e as unidades desconcentradas, dirigidos para a partilha/troca de experiências.	1. Local de realização das ações de formação. Constrangimentos ao nível do processamento das ajudas de custo.
Propostas de melhoria do Estabelecimento Prisional de Viseu	
1. Processo Individual do Recluso (art.º 18.º) do CEPMLP. Uniformização do Processo Individual do Recluso a nível de dados e separadores (tal como foi feito em 2012 e em relação aos funcionários), visto que cada EP o tem como acha melhor.	

Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Delegações Regionais de Reinserção	
Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação em temáticas específicas; 2. Qualidade da intervenção/aumento da capacidade de resposta às solicitações do Tribunal; 3. SIRS. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Volume de trabalho/recursos humanos deficitários.
Área Operativa – Serviços Desconcentrados – Centros Educativos	
Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Propostas de melhoria do Centro Educativo dos Olivais	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Investimento na valorização da carreira dos Técnicos Profissionais de Reinserção Social e maior rotatividade destes profissionais, de forma a permitir um menor desgaste, físico e psicológico, no exercício das suas funções; 2. Intervenção junto das estruturas sociais e familiares dos jovens internados em Centro Educativo para promover a adequada reinserção social do jovem; 3. Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Profissionais que exercem funções nos Centros Educativos; 4. Investimento no acompanhamento/ supervisão dos jovens que terminam o cumprimento de medida de internamento em Centro Educativo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atual conjuntura socioeconómica do País; 2. Défice de recursos, quer humanos quer financeiros;
Propostas de melhoria do Centro Educativo da Bela Vista	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar/renovar a equipa de Técnicos Profissionais de Reinserção Social urgentemente; 2. Apostar na formação dos Técnicos Profissionais de Reinserção Social deste centro educativo; 3. Criação de carreira específica para os Técnicos Profissionais de Reinserção Social; 4. Renovar “parque informático” dos colaboradores do Centro Educativo da Bela Vista. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desmotivação de alguns elementos, sobrecarga de trabalho (redução e envelhecimento dos efetivos do Centro Educativo da Bela Vista).
Propostas de melhoria do Centro Educativo de Navarro de Paiva	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Mais apoio técnico de proximidade e mais formação focada nas atribuições da UO. Colocar os técnicos da DSJJ a dar apoio aos CE e a fazerem menos inspeções. 	
Área Instrumental	
Áreas de melhoria/tipo de intervenção a incluir nos instrumentos de planeamento	Condicionantes que podem afetar resultados a atingir
Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação Centro	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamental ações de formação na área das auditorias. 	
Serviço de Auditoria e Inspeção – Delegação do Sul e Ilhas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Afigura-se-nos que podem ser feitos esforços no sentido de proceder a mais e melhor fiscalização e acompanhamento regular do desempenho das unidades orgânicas desconcentradas, tendo em vista o seu bom funcionamento, articulação e aperfeiçoamento, bem como de melhor avaliação da sua eficiência e eficácia de gestão; 2. Afigura-se-nos que seria recomendável a realização de maior número de inspeções comuns às unidades orgânicas desconcentradas, designada e principalmente estabelecimentos prisionais e centros educativos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atualmente, no SAI desempenham funções, trabalhadores com formação jurídica. Como já referido diversas vezes pelo Exmo. Senhor Diretor-Geral, será necessário dotar este serviço, para além de juristas – sempre necessários, dadas as competências ao nível da instrução de processos com vertente disciplinar -, também de elementos de outras áreas de competência e qualificação técnica, designada e principalmente ao nível da economia e finanças, gestão e contabilidade pública; 2. Um reforço do número de trabalhadores a exercer funções no SAI, poderia possibilitar o cumprimento desta proposta de melhoria.
Propostas de melhoria da Divisão de Planeamento e Organização	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior colaboração de algumas unidades orgânicas no trabalho de planeamento/definição de objetivos e indicadores; 2. Maior investimento na linha estratégica da DGRSP e opções daí decorrentes em termos de resultados desejados tendo por referência a missão da DGRSP. 	



Anexo 7

Lista de siglas usadas

ANA	Ausência não autorizada
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CCGCS	Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde
CCGPATPP	Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades de Tratamento Prisional
CCGPP	Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos
CCTDAE	Centro de Competências para a Organização do Trabalho e Dinamização das Atividades Económicas
CE	Centro Educativo
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CTI	Conselho Técnico
CGP	Corpo da Guarda Prisional
DAFPCO	Divisão de Administração Financeira, Planeamento e Coordenação Orçamental
DAPPA	Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos
DCIR	Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes
DCP	Divisão de Compras Públicas
DCST	Divisão de Controlo e Supervisão Técnica
DDAH	Divisão de Documentação e Arquivo Histórico
DF	Divisão de Formação
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGRH	Divisão de Gestão de Recursos Humanos
DIE	Divisão de Infraestruturas e Equipamentos
DLSTS	Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança
DOGPP	Divisão de Organização e Gestão da População Prisional
DP	Divisão de Património
DPO	Divisão de Planeamento e Organização
DR	Delegação Regional de Reinserção
DRRN	Delegação Regional de Reinserção do Norte
DRRC	Delegação Regional de Reinserção do Centro
DRRSI	Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas
DSATEPC	Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade
DSEMP	Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade
DSJJ	Direção de Serviços de Justiça Juvenil
DSOPRE	Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
DSRFP	Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais
DSS	Direção de Serviços de Segurança
DSRH	Direção de Serviços de Recursos Humanos

DSVE	Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica
DVSAI	Divisão de Vigilância, Segurança e Análise de Informação
EP	Estabelecimento Prisional
EqVE	Equipa de Vigilância Eletrónica
ERS	Equipa de Reinserção Social
GJC	Gabinete Jurídico e de Contencioso
GTIC	Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
IND	Indicador
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGFEJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
ISS	Instituto de Segurança Social
LS-CMI	Level of Service/Case Management Inventory
LTE	Lei Tutelar Educativa
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MEF	Macro Estrutura Funcional
MJ	Ministério da Justiça
NAT	Núcleo de Apoio técnico
OBJ	Objetivo
OE	Objetivo Estratégico
PAVD	Programa de Violência Doméstica
PDL	Prisão por dias livres
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIR	Plano Individual de Readaptação
PPP	Processo de Promoção e Proteção
PNRR	Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção
PTE	Processo Tutelar Educativo
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAE	Regime Aberto no Exterior
RGEP	Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais
RS	Relatório Social
RSDS	Relatório Social para Determinação da Sanção
SAI	Serviço de Auditoria e Inspeção
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIP	Sistema de Informação Prisional
SIRS	Sistema de Informação de Reinserção Social
TEP	Tribunal de Execução de Penas
TRS	Técnicos Reinserção Social
ULD	Unidades Livres de Droga
UO	Unidade orgânica
VE	Vigilância Eletrónica
YLS-CMI	Youth Level of Service/Case Management Inventory

